SEARA NOVA *antologia* Volume II

SEARA NOVA *antologia*

Volume II

Organização, Prefácio e Notas de Sottomayor Cardia

Pela Reforma da República (2) 1921-1926

Slhi

seara nova

R. Bernardo Lima, 23, 1.º-Esq.
Telefs. 5 13 02/53 08 69 LISBOA-1

Prezado amigo:

Após a publicação do 1.º volume que obteve extraordinário sucesso, encontrando-se quase esgotado, aqui lhe enviamos o

2.º VOLUME DA ANTOLOGIA DA SEARA NOVA

que abarca igualmente o «período republicano» da existência da revista, entre 1921 e 1926, mas focando especialmente a posição da **Seara** perante os problemas colonial, militar, religioso e institucional, bem como a sua doutrina política, os seus pontos de vista em relação aos acontecimentos internacionais, as suas opiniões em filosofia, história e literatura.

Lembramos-lhe que, para a integral compreensão da matéria inserta neste 2.º volume, se torna indispensável a consulta do Prefácio de Sottomayor Cardia incluído no 1.º volume. Os dois volumes formam, aliás, um todo inseparável pelo que estamos certos que, se ficou com o 1.º, não deixará de adquirir o 2.º; e se não adquiriu o 1.º não deixará de o fazer após receber este 2.º...

Como habitualmente, estabelecemos para este volume condições especiais: o preço para assinantes é de Esc. 72$00, o que representa uma redução de 20 % sobre o preço de venda ao público (90$00). Também como tem sido hábito, este volume é-lhe enviado para apreciação. Caso não esteja interessado na sua aquisição, agradecemos que o devolva, procedendo do seguinte modo: escreva no sobrescrito, de forma bem visível, «RECUSADO» ou «DEVOLVIDO AO REMETENTE»; não rasure o seu nome ou morada; coloque-o, mesmo sem franquia, num marco postal; os portes da devolução serão por nós liquidados na altura da entrega do exemplar devolvido. Se não houver devolução dentro de 15 dias consideramos que pretende ficar com esta obra e procederemos à respectiva cobrança.

Gratos pelo bom acolhimento que tem dispensado às nossas edições, apresentamos-lhe, prezado Amigo, as mais cordiais

SAUDAÇÕES SEAREIRAS

SEARA NOVA

P R O M O V A O D E S E N V O L V I M E N T O D A « S E A R A N O V A »
R E C O M E N D E A O S S E U S A M I G O S A A N T O L O G I A D A S E A R A N O V A

Slhi

Seara Nova - *antologia*

Publicado:

Vol. I – *Pela Reforma da República (1) 1921-1926*

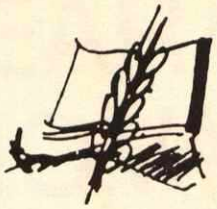
Vol. II – *Pela Reforma da República (2) 1921-1926*

A publicar:

Vol. III – *O pensamento democrático na adversidade (1) 1927-1939*

Vol. IV – *O pensamento democrático na adversidade (2) 1940-1958*

SIhi



EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

1921/1971

SIhi

Capa de
Acácio Santos

© Sottomayor Cardia
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S.A.R.L.
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º Esq. | Lisboa-1

SIhi

SEARA NOVA *antologia*

Volume II

PELA REFORMA DA REPÚBLICA (2) 1921-1926

Organização prefácio e notas de Sottomayor Cardia

SEARA NOVA
1972

Slhi

Plano dos volumes I e II:

Capítulo I – Grupo Seara Nova

Capítulo II – Os acontecimentos políticos: do 19 de Outubro ao 28 de Maio

Capítulo III – Programa político

Capítulo IV – Pensamento pedagógico

Capítulo V – Pensamento económico

Capítulo VI – Problema colonial

Capítulo VII – Problema militar

Capítulo VIII – Questão religiosa

Capítulo IX – Problema institucional

Capítulo X – Doutrina política

Capítulo XI – Acontecimentos internacionais

Capítulo XII – Filosofia

Capítulo XIII – História

Capítulo XIV – Figuras literárias

Capítulo XV – Literatura

Capítulo XVI – Aviação

SIhi

Índice

13 *Capítulo VI:* PROBLEMA COLONIAL

17 Texto 1: *As colónias e o Banco Nacional Ultramarino* (N.º 29 - 20/I/24)
19 Texto 2: *A questão colonial* (N.os 68 e 69 - 9/I/26)
27 Texto 3: *Conclusões* (N.os 68 e 69 - 9/I/26)

29 *Capítulo VII:* PROBLEMA MILITAR

31 Texto 1: *Exército construtor,* por Sebastião da Costa (N.º 17/IX/22)
35 Texto 2: *O problema da ordem pública,* por Sarmento Pimentel (N.º 29 - 20/I/24)
39 Texto 3: *Instrução militar,* por Sarmento Pimentel (N.º 36 - VI/24)

41 *Capítulo VIII:* QUESTÃO RELIGIOSA

43 Texto 1: *O problema da instrução religiosa nas escolas particulares,* por António Sérgio (N.º 21 - III/23)
48 Texto 2: *Coisas do Demo no papel do Nemo,* por António Sérgio (N.º 33 - 20/III/24)

55 *Capítulo IX:* PROBLEMA INSTITUCIONAL

57 Texto 1: *Apelo à Nação* (N.º 21 - III/23)
60 Texto 2: *«Não temos, infelizmente, um Pombal a recomendar»,* por António Sérgio (N.º 22 - IV/23)
64 Texto 3: *A Ditadura,* por Raúl Proença (N.º 32 - 1/III/24)
72 Texto 4: *Política, Parlamento e competência,* por J. Rodrigues Miguéis (N.º 39 - XI e XII/24)
78 Texto 5: *O problema capital desta República,* por Raúl Proença (N.º 52 - 15/VIII/25)
83 Texto 6: *Competência e governação,* por M. de Azevedo Gomes (N.os 52 e 54 - 1/IX/25 e 3/X/25)
90 Texto 7: *Como eu entendo a Revolução,* por Emílio Costa (N.º 54 - - 3/X/25)
98 Texto 8: *Sobre o julgamento do 18 de Abril,* por António Sérgio (N.º 57 - 24/X/25)
99 Texto 9: *Revolução e Ditadura,* por Raúl Proença (N.º 60 - 14/XI/25)
107 Texto 10: *Salvemos o parlamentarismo,* por Rodrigues Miguéis (N.º 70 - 16/I/26)
115 Texto 11: *Varrendo a testada...,* por Azevedo Gomes (N.º 75 - 20/II/26)

Slhi

118 Texto 12: *Explicação sobre os partidos aos partidários da «Reconquista»*, por António Sérgio (N.º 86 - 6/V/26)

121 *Capítulo X:* DOUTRINA POLÍTICA

123 Texto 1: *Acerca do integralismo lusitano*, por Raúl Proença (N.º 9 - - 1/III/22)

133 Texto 2: *O fascismo e as suas repercussões em Portugal*, por Raúl Proença (N.º 77 - 6/III/26)

150 Texto 3: *Cartas à Mocidade: I - Queres ser um Homem?*, por Jaime Cortesão (N.º 3 - 20/XI/21)

155 Texto 4: *Cartas à Mocidade: III - Queres ser um Homem Livre?*, por Jaime Cortesão (N.º 9 - 1/III/22)

160 Texto 5: *Carta aberta a um conservador lusitano*, por António Sérgio (N.º 45 e 46 - V/25)

165 Texto 6: *A propósito da conferência do Professor Magalhães Colaço*, por António Sérgio (N.º 81 - 1/IV26)

175 Texto 7: *Aos jovens «seareiros» de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da luz e da razão*, por António Sérgio (N.º 87 - 13/V/26)

181 Texto 8: *União da Mocidade Republicana*, por Rodrigues Miguéis (N.º 32 - 1/III/24)

189 Texto 9: *Os trabalhadores e a paz*, por Rodrigues Miguéis (N.º 56 - - 17/X/25)

193 Texto 10: *Princípios fundamentais duma democracia organizada*, por Mário de Castro (N.os 45 e 46 - V/25)

205 Texto 11: *Em frente das doutrinas reaccionárias*, por Mário de Castro (N.º 86 - 6/V/26, n.º 88 - 20/V/26 e n.º 89 - 27/V/26)

217 Texto 12: *Se a burguesia quisesse...*, por Emílio Costa (N.º 2 - 5/XI/21)

230 Texto 13: *Que devemos fazer?*, por Emílio Costa (N.º 52 - 1/IX/25)

233 *Capítulo XI:* ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS

235 Texto 1: *Crónica internacional*, por Câmara Reys (N.º 3 - 20/XI/21)

245 Texto 2: *Socorram os famintos russos!*, por Raúl Brandão (N.º 10 - - 15/III/22)

248 Texto 3: *Programa socialista*, por Câmara Reys (N.º 10 - 15/III/22)

249 Texto 4: *Socorram os famintos russos!*, por Raúl Proença (N.º 11 - - 1/IV/22)

251 Texto 5: *Lenine* (N.º 30 - 31/I/24)

252 Texto 6: *O trabalhismo*, por Câmara Reys (N.º 30 - 31/I/24)

253 Texto 7: *A caricatura no estrangeiro*, extraído dos *Izvestia* de Moscovo (N.º 36 - VI/24)

254 Texto 8: *Matteoti e Casalini* (N.º 38 - IX-X/24)

256 Texto 9: *Riff*, por Câmara Reys (N.º 51 - 15/VIII/25)

257 Texto 10: *Jaurès*, por Câmara Reys (N.º 63 - 5/XII/25)

258 Texto 11: *Greve inglesa*, por Câmara Reys (N.º 87 - 13/V/26)

SIhi

259 Texto 12: *Os Estados Unidos Europeus*, por Rodrigues Miguéis (N.º 96 - - 12/VIII/26)

263 *Capítulo XII:* FILOSOFIA

265 Texto 1: *Um livro de claridades e de sombras*, por Raúl Proença (N.º 3 - 20/XI/21)

277 Texto 2: *O problema religioso*, por Raúl Proença (N.º 19 - 3/XI/22)

281 Texto 3: *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do desejado*, por António Sérgio (N.os 45 e 46 - V/25)

300 Texto 4: *Explicações ao Ex.mo Sr. Professor Martinho Nobre de Melo sobre as doutrinas morais dos meus «Ensaios»*, por António Sérgio (N.os 49 e 50 - 15/VII/25 e 1/VIII/25)

321 *Capítulo XIII:* HISTÓRIA

323 Texto 1: *A expedição de Pedro Álvares Cabral e a família dos Marchioni*, por Jaime Cortesão (N.º 8 - 15/II/22)

341 Texto 2: *O regicídio e os regicidas*, por Aquilino Ribeiro (N.os 4, 6 e 9 de 5/XII/21, 14/I/22 e 1/II/22)

363 *Capítulo XIV:* FIGURAS LITERÁRIAS

365 Texto 1: *Os quarenta imortais: I - Guerra Junqueiro*, por Câmara Reys (N.º 4 - 5/XII/21)

369 Texto 2: *Os quarenta imortais: II - Teófilo Braga*, por Câmara Reys (N.º 10 - 15/III/22)

371 Texto 3: *Os quarenta imortais: III - Eugénio de Castro*, por Câmara Reys (N.º 12 - 15/IV/22)

373 Texto 4: *Os quarenta imortais: IV - Raúl Brandão*, por Câmara Reys (N.º 26 - VIII-IX/23)

377 Texto 5: *Basílio Teles*, por Ezequiel de Campos (N.º 19 - 3/XI/22)

381 *Capítulo XV:* LITERATURA

383 Texto 1: *Sombras humildes*, por Raúl Brandão (N.º 1 - 15/X/21)

391 Texto 2: *Crónica deselegante da minha aldeia*, por Aquilino Ribeiro (N.º 2 - 5/XI/21)

401 Texto 3: *Noite infinita*, por Rodrigues Miguéis (N.os 53 e 54 - - 15/IX/25 e 3/X/25)

412 Texto 4: *Cântico sobre o abismo*, por Augusto Casimiro (N.º 15 - - 1/VII/22)

417 *Capítulo XVI:* AVIAÇÃO

421 Texto 1: *A aviação na vida moderna*, por Sarmento de Beires (N.os 82 e 83 - 8/IV/26 e 15/IV/26)

Slhi

Índice das figuras

15 Fig. 1 – Capa dos N.os 68 e 69 (9/I/26)
33 Fig. 2 – Sarmento Pimentel (Desenho de *José Tagarro* no n.º 59 de 31/X/25)
105 Fig. 3 – Rodrigues Miguéis (Desenho de *José Tagarro* no n.º 57 de 24/X/25)
131 Fig. 4 – Capa do n.º 80 (27/III/26)
191 Fig. 5 – Mário de Castro (Desenho de *José Tagarro* no n.º 57 de 24/X/25)
243 Fig. 6 – Capa do n.º 11 (1/IV/22)
419 Fig. 7 – Sarmento de Beires (Capa do n.º 36 de Junho de 1924)

SIhi

Capítulo VI

PROBLEMA COLONIAL

Slhi

SEARA NOVA

NÚMERO ESPECIAL
(36 PÁGINAS)

:: :: :: :: O INFANTE D. HENRIQUE :: :: :: ::
iniciador do descobrimento scientífico do planeta e da obra de colonização europeia

O PROBLEMA COLONIAL

Slhi

Fig. 1 – Capa dos n.os 68-69 (9/I/1926) da autoria de *José Tagarro*.

Texto 1

AS COLÓNIAS E O BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Um alto funcionário duma das nossas colónias do Extremo Oriente escreve-nos estas palavras revoltantes e desoladoras:

Meu amigo, quando aí lia e dizia que o País estava enfeudado à alta finança, não fazia ideia da realidade funda e grave que isto representa.

As Colónias estão vendidas ao B. N. Ultramarino que lhes nega o melhor do seu trabalho.

Estamos nas mãos deles. Dominam completamente.

No Conselho Colonial, tribunal que resolve em última instância todas as questões coloniais, manda completamente.

Os vogais das diferentes colónias são eleitos pelos maiores contribuintes e estes são satélites ou empregados do Banco!

Uma calamidade!

Aqui e nas outras colónias excluem, pelo contrato, o estabelecimento de qualquer outra casa de operações bancárias, o que os coloca senhores dos câmbios e dos depósitos do Estado, pelos quais ou não pagam nada ou apenas 2%!

A agência aqui tem depositados 7 milhões de patacas que representam oiro e com este oiro joga o Ultramarino em Londres e Paris!

Não vejo possibilidades de o País lhes sair das garras; mas sempre seria conveniente dizer isto ao público, aí, do alto da «Seara».

Reconhecemos a dificuldade, mas negamos a impossibilidade de lhes sair das garras. A obra de propaganda e regeneração que

Slhi

empreendemos não é a prazo certo; é, com certeza, a longo prazo. Somos dos que têm confiança no futuro e não receiam, por mais altos que estejam, os protectores e cúmplices das oligarquias financeiras e económicas.

(N.º 29 - 20/I/24)

Slhi

Texto 2

A QUESTÃO COLONIAL

A *Seara Nova* entende que a finalidade ideal da nação, maior e profunda razão da sua independência, se liga indissolùvelmente à missão colonizante e, por consequência, à posse dos seus domínios do ultramar. Destarte, qualquer perigo que impenda sèriamente sobre as colónias portuguesas, conturba e ameaça a vida de Portugal, no jogo íntimo das suas energias e aspirações essenciais.

Afirmou-se há pouco em toda a imprensa que os nossos domínios coloniais corriam eminente e grave risco. Fomos também dos que levantaram esse alarme. Esboçou-se desde logo um movimento colectivo, à frente do qual se colocou a Comissão de Defesa das Colónias, da Sociedade de Geografia, constituida na sua quase totalidade por muitos dos nossos mais competentes colonialistas.

Mas de súbito, a meio desse movimento, a revelação dum grave escândalo veio distrair as atenções do público. Depois o sr. ministro dos Negócios Estrangeiros (1) leu no Parlamento a conhecida nota da *segurança inglesa*, com o tom solene de quem declara as colónias livres de todo e qualquer perigo. E, na verdade, pouco tempo volvido, no dia último do ano, o sr. presidente do ministério (2) afirmava ao *Diário de Lisboa*: «O que mais me anima é a certeza de que a nossa obra colonial não sofrerá entraves no seu desenvolvimento.» E o sr. ministro das Colónias, (3) mais confiante ainda, avançava estas palavras

---

(1) *Vasco Borges*
(2) *António Maria da Silva*
(3) *Vieira da Rocha*

Slhi

sibilinas mas prometedoras, que o mesmo jornal punha à cabeça duma entrevista com Sua Exa.: *As colónias estão salvas por sua natureza. A crise que estão atravessando é passageira e conto resolvê-la em breve.*

Em face de tais declarações interrogamo-nos, duvidosos: correm ou não risco então as nossas possessões ultramarinas? De duas, uma. Ou se trata duma crise tão passageira que o sr. Vieira da Rocha a pode com tamanha desenvoltura debelar, e nesse caso nós, as Comissões de Defesa das Colónias e todos os que se alarmaram se iludiram com precipitação e dislate lamentável; ou se iludem aqueles dois senhores. Na primeira hipótese o engano não tem de facto importância. Tudo correrá no melhor dos mundos. O governo triunfa. E na Praça do Marquês de Pombal não mais tentaremos levantar a estátua do cruento estadista aproveitando os caboucos para erguer o monumento aos srs. António Maria e Vieira da Rocha, salvadores da Pátria, oferecendo-nos, é claro, nós e os demais corridos patriotas para figurarmos ali na imagem da serpe rastejante, com que é de uso, por contraste, enaltecer o triunfo do Génio e da Virtude. Mas, no caso contrário, são muito de temer os resultados. Se as nossas colónias correm, de verdade, graves riscos, a inconsciência dos governantes multiplica-os assustadoramente. Protrai-se ou perde-se por tal motivo a possibilidade de salvação. E se nós estamos na razão e bem merecemos pelo alarme que lançamos, que epítetos, que reprovações, que castigos merecerão, ao invés, aqueles que, mercê de tão espantosa incompetência e falta de visão, inutilizam e difamam o nosso esforço?!

Averiguemos, pois, antes de mais nada, se as nossas colónias estão ou não em perigo.

Obedecem à necessidade de resolver essa questão os primeiros artigos com que abre este número da *Seara Nova.*

Slhi

No primeiro ([1]) deles historiam-se sucintamente os factos que, durante a partilha de África entre as nações coloniais, levaram às imensas espoliações do nosso património ultramarino, no último quartel do século XIX. É o exemplo e a lição do passado. Quando, naquela época, se desenharam os primeiros movimentos ofensivos das cobiças estrangeiras sobre as nossas colónias nós conseguíamos de lord Granville ([5]) o *Tratado do Congo* de 26 de Fevereiro de 1884, que nos assegurava o domínio da foz e a navegação daquele rio. Mas, – conta-nos Scott Keltie no seu livro *The Partition of Africa* (p. 144): «Houve um protesto universal de todas as potências europeias, ao qual se juntou a imprensa inglesa, contra a concessão a um país retrógrado como Portugal, que há quatro séculos estava em África e nada fizera pelo seu desenvolvimento mas muito pela sua degradação, do domínio sobre um dos mais importantes rios desse continente.» A Europa atravessava uma crise de ambições coloniais, mais acesas por parte da Alemanha. Bismarck declarou não admitir que os portugueses se arrogassem direitos prévios sobre o Congo. Em sua opinião o nosso domínio tinha efeitos paralizadores sobre os interesses económicos das demais nações. E *lord* Granville, acrescenta o escritor inglês, «foi compelido, sob a pressão da opinião pública, a declarar que abandonava o *Tratado do Congo*.»

Foi esse movimento de opinião europeia que levou à *Conferência de Berlim*, ([6]) no ano seguinte, e à criação do Estado Livre do Congo, fantasia diplomática que conduzia a esta realidade – a espoliação da soberania portuguesa em proveito

---

([4]) «A *partilha de África*» de *Ernesto de Vasconcelos*

([5]) *George Granville, ministro dos Negócios Estrangeiros de Gladstone*

([6]) *O Acto de Berlim de 1885 estabeleceu que um Estado «civilizado» que ocupasse um ponto da costa tinha direito ao interior, acrescentando que só a ocupação efectiva justificava esse direito. Por tal acordo, firmado entre as potências coloniais, se constituiu o Estado Livre do Congo, cujo governo foi entregue ao rei dos belgas, Leopoldo, prejudicando as pretensões portuguesas.*

Slhi

alheio. Receosos destes primeiros factos, conseguíamos em 1886, da França e da Alemanha, à custa de importantes cedências de outros territórios, que essas duas nações nos reconhecessem, ainda que com reservas, «o direito de soberania e civilização nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique». Nós reivindicávamos assim a posse dum vasto império transafricano, que até 1891 figurava como nosso em atlas e publicações estrangeiras e cuja carta nós ficámos chamando o *Mapa cor de rosa* ou de Barros Gomes (7). Mas, naquela data, apoiada na opinião desfavorável que se criara na Europa à volta da nossa acção colonizante, a Inglaterra usurpava-nos violentamente a porção enorme da África Central que hoje medeia entre os limites das nossas duas grandes possessões.

No artigo seguinte (8) o representante português (não oficial) na Comissão dos Mandatos da Sociedade das Nações chama discretamente a nossa atenção para os progressos que naquela Assembleia está ganhando a ideia de estender o regime dos mandatos a todas as colónias, e sobre os perigos que esse pensamento, hoje partilhado em tão diferentes meios, representa para a soberania portuguesa.

É muito de frisar a circunstância de que o delegado inglês na Sociedade das Nações apoiou aquela opinião, defendida também pelo partido trabalhista.

Bem podemos, pois, supor que, se a *segurança* inglesa de lord Granville, expressa num tratado, foi ineficaz há quarenta anos perante um movimento de opinião pública e

---

(7) *Henrique de Barros Gomes era ministro dos Negócios Estrangeiros e da Marinha em 1890, quando se suscitou o conflito do* Mapa cor de rosa, *relativo à soberania dos territórios compreendidos entre Angola e Moçambique; foi esse conflito que conduziu ao ultimato inglês e, consequentemente, a um profundo movimento de indignação em Portugal.*

(8) *«A S.D.N. e os mandatos coloniais» de Freire de Andrade.*

Slhi

cobiças internacionais, muito mais o pode ser a do sr. Chamberlain, (9) constante apenas duma nota, e numa época em que aquela opinião tem um órgão deliberativo e as ambições coloniais e as necessidades de expansão estrangeiras não são menores.

E o que pensa neste momento a nosso respeito a opinião pública internacional? Para que os nossos leitores possam formar uma ideia aproximada do juízo da Europa sobre a nossa capacidade e soberania colonial, não falando já do *Relatório Ross,* (10) oferecemos-lhes adiante e conjuntamente alguns excertos de jornais e revistas estrangeiras bastante eloquentes. Deles se depreende que a opinião estrangeira em 1925 se assemelha no desfavor e tendenciosa hostilidade à de 1885.

Quem ler e meditar as páginas que vão seguir-se depressa se há-de convencer de que o perigo existe. Ele é sucessivamente denunciado neste número especial por vozes das mais autorizadas. O perigo existe, fora e dentro do país, e agravado neste momento pela incapacidade e a inconsciência do actual governo. Operou-se na política portuguesa, por uma lenta viciação da Democracia, uma selecção às avessas. O que domina e governa Portugal é a incompetência e a corrupção.

Os nossos governantes mostram-se lamentàvelmente incapazes de se erguer acima duma baixa política de regedoria e protectorado inglês, bem longe da política de vastas realizações e previsão, que exige a soberana metrópole da terceira

---

(9) *Joseph Chamberlain, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Bonar Law desde fins de 1924.*

(10) Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa, *relatório apresentado pelo sociólogo norte-americano Edward Ainsworth Ross à Sociedade das Nações, no qual se denunciava a persistência de relações esclavagistas nas colónias portuguesas.*

Slhi

potência colonial do mundo. E, ou a República faz um esforço supremo para regressar à pureza dos seus ideais, de regeneração do poder, de reforma interna e propaganda exterior, ou nos encaminhamos com maior ou menor brevidade para uma catástrofe.

A *Seara Nova* não julga isenta de erros e de manchas a administração colonial dos portugueses. Mas erros e manchas, por vezes bem mais graves, se podem apontar na administração colonial dos estrangeiros, sem que a opinião pública se alarme por tal motivo.

A *Seara Nova* entende que Portugal deve aos indígenas dos seus domínios ultramarinos a protecção mais eficaz e um esforço contínuo de assistência no sentido duma crescente civilização. E pensa que só com essa condição lhe será lícito manter a soberania sobre os seus vastos territórios.

Mas, hoje como ontem, nós podemos afirmar que nenhuma outra nação exerceu obra colonizante mais isenta dos degradantes preconceitos de hostilidade ou de repulsa pelas raças indígenas. Nada na história colonial dos portugueses que se pareça com esse aviltante e desumano desprezo que o anglo-saxão ainda hoje mantém em relação às outras raças. Não obstante os erros e as manchas da nossa administração, nunca superiores às alheias, podemo-nos orgulhar de termos sido no passado os mais nobres criadores de Humanidade Nova; e enquanto o anglo-saxão fundava os Estados Unidos, sobre a destruição total das raças aborígenes, nós criávamos o vasto império do Brasil, fundindo com mais humano esforço e em magnífica união os povos indígenas, as raças africanas e europeias.

Ontem, como hoje, um inglês consciencioso poderia afirmar, como Johnston, há quarenta anos em conferência pública: «Um dos mais injustificáveis erros em Inglaterra é acusar os portugueses de crueldade com os indígenas: eles

SIhi

estão, pelo contrário, dispostos a ser quase sempre demasiado brandos no tratamento que dão às raças negras... Demais, sob a lei portuguesa, todos os homens são iguais. Os graus de cor não se traduzem em castas sociais; o sangue negro não é desprezado. *Se eu fosse negro preferiria infinitamente o ser súbdito português a sê-lo doutra qualquer nação.* (v. Andrade Corvo, *Estudos sobre as províncias ultramarinas,* vol. III, pág. 315 e seg.).

É em nome dessa verdade incontestável que nós reivindicamos o direito de soberania sobre os nossos domínios coloniais. E ainda quando os nossos erros de administração fossem maiores do que são na realidade, a justiça mandava que se atribuissem à crise que a nação atravessa e não a qualquer falência irreparável.

Uma nação é um bloco no espaço e no tempo, uma porção de humanidade em marcha. Quem quiser aquilatar-lhe das virtudes ou dos defeitos deve inferi-los pelos movimentos gerais da sua história e o processo íntimo dos seus triunfos ou desbaratos. Se é melindroso julgar dos indivíduos, sem ponderar os precedentes, muito mais difícil se torna fazer justiça aos povos, quando eles têm uma vida de alguns séculos e nela os períodos de glória se alternam com as épocas de apagada inércia.

Julgar um povo, como alguns pretendem, apenas à luz duma verrina difamatória e interesseira, seria um crime hediondo e indigno do espírito da época e das suas mais belas conquistas e afirmações.

As outras nações têm-nos negado a possibilidade de firmar a nossa soberania sobre os direitos históricos apenas. Felizmente que a podemos igualmente reclamar pelos direitos duma ocupação contínua e progressiva. Mas quando, como em nosso tempo, em toda a parte e por mil formas se afirma o princípio da unidade do género humano e da interdependência de todos os povos, seria absurdo, iníquio e revoltante que os actos ou os direitos duma nação se aqui-

Slhi

latassem a uma luz diferente e a segregassem do tempo, para adrede se esconderem os serviços e as bondades imensas de que a civilização humana lhe é credora para sempre.

Quer isto dizer que limitemos toda a acção às declamações dum *historismo* estéril e platónico? De forma alguma. Portugal está de novo, como há quarenta anos, numa encruzilhada. E chegou o momento de optar pelo bom ou pelo mau caminho. Então foi a inércia e a falta de visão a tempo que o perderam. E hoje, ou toma, apoiando-se nos seus direitos, a consciência forte e activa dos seus destinos e deveres e delega a sua função governativa em outras mãos, mais dignas e competentes, para dilatar a ocupação económica e o esforço civilizador em África, emendando os erros e castigando as faltas; ou novamente sofrerá o vilipêndio das piores humilhações e, espoliado e escarnecido, dará mais um passo – quem sabe se o derradeiro?! – para a perdição final.

(N.º 68 e 69 ([11]) – 9/I/26)

([11]) Número especial organizado por Jaime Cortesão. Colaboração, além da já mencionada, de Quirino de Jesus – «As ambições estranhas»; Armando Cortesão – «Administração colonial»; Álvaro de Castro – «Aspecto financeiro e económico da crise»; Leite de Magalhães – «O problema do crédito nas colónias»; Gastão Sousa Dias – «O futuro de Angola»; Francisco Aragão – «Defesa militar das colónias»; William J. B. Chapman – «O trabalho indígena nas colónias portuguesas».

SIhi

Texto 3

CONCLUSÕES (1)

Não sofre dúvidas que o nosso domínio ultramarino está em perigo. Um passado bem próximo esclarece-nos a situação presente. A uma opinião pública estrangeira desfavorável sobre a nossa administração colonial e até aos nossos direitos de soberania, e aos progressos que a ideia de estender o sistema dos mandatos a todas as colónias vai conquistando na S. D. N., acresce, por um lado, que a Alemanha, actualmente em acordo com as grandes potências europeias, tem a necessidade visceral de se expandir de novo no ultramar, e, por outro, que certos elementos políticos preponderantes na África do Sul não escondem os seus intentos de conquista sobre as nossas grandes províncias africanas.

A governação portuguesa tem de subordinar-se, pois, mais do que nunca, aos fortes deveres da nossa missão no mundo.

Requer-se um governo com a consciência activa da nossa continuidade e finalidade nacional e com as capacidades de prever e prevenir, em toda a extensão, aqueles perigos. Governo de competências, que solucione a crise de competências, em que se resolve, em grande parte, o problema colonial e não mais infeccione a administração ultramarina com «a desordenada interferência da política partidária».

A esse governo competirá, de harmonia com os seus representantes no Ultramar, imprimir a tempo uma direcção prática e eficaz ao esboçado movimento em defesa das Colónias.

---

(1) *Do número especial.*

Slhi

E para isso:

a) tornar mais produtiva a máquina geral administrativa, harmonizando a legislação para as Colónias, com a organização e superintendência fiscalizadora do respectivo ministério;

b) procurar os recursos excepcionais (porventura caucionados com os rendimentos fiscais dos fósforos e dos tabacos) para o largo financiamento das nossas províncias ultramarinas e para resolver, com urgência e amplitude, a questão do crédito bancário e agrícola, de forma a dar apoio e incitamento às empresas nacionais existentes, ou a formar;

c) dilatar a ocupação económica multiplicando os instrumentos de civilização mecânica e espiritual e iniciando um programa de colonização em Angola e Moçambique;

d) organizar tanto a defesa diplomática, não deixando de ter em vista a S. D. N., e uma vasta propaganda no estrangeiro, como a suficiente defesa militar ultramarina, de forma a prevenir ou castigar ataques.

(N.º 68 e 69 – 9/I/26)

Slhi

Capítulo VII

PROBLEMA MILITAR

SIhi

Texto 1

EXÉRCITO CONSTRUTOR (1)

Precisa o país, como condição impreterível de salvação, de usar de dois meios essenciais de equilíbrio económico e financeiro: – aumentar a produção, diminuir as despesas orçamentais.

Aumentar as receitas à custa do imposto é, na generalidade, estrangular os produtores de riqueza e, por consequência, a própria riqueza, fonte de toda a tributação e do bem comum. Recorrer ao empréstimo é correr voluntária e vertiginosamente para o abismo da insolvência.

O Estado que aproveite, pois, em obras de fomento nacional todos os militares absolutamente dispensáveis ao serviço e todos os burocratas excedentes nas secretarias; que os remunere consoante o custo da vida, visto que vão desempenhar trabalho de valorização imediata.

Que conceda licença ilimitada, sem ou com pequena pensão (pelo menos durante determinado tempo) a todos os solicitantes que desejarem dedicar-se a qualquer actividade de produção.

Que facilite a reforma aos que serviram por mais de vinte anos e queiram retirar-se.

Que feche as escolas militares por dez anos, para que a juventude escolar procure noutros ramos de actividade uma ocupação rendosa e de utilidade nacional.

Que conceda a todos os jovens oficiais, com vontade e qualidades para o fazerem, licença, com todos os venci-

---

(1) *Conclusão de um artigo.*

Slhi

mentos, para cursarem qualquer das escolas que preparam para a actividade produtiva – institutos técnicos e de agronomia.

Que cerre as portas a alguns quartéis da tranquila província, onde a ordem pública não está contìnuamente sob a ameaça de alguns energúmenos, e ponha em meio armamento metade dos navios da armada como com muito menor razão já fizeram os países escandinavos.

Que alivie o orçamento de alguns milhares de mangas de alpaca recém-admitidos, cujo direito ao salário, granjeado por virtude de favor político ou revolução triunfante, é tão discutível por essa razão como pelo trabalho que produzem.

Que com as economias resultantes destas medidas (e ainda terá grosso saldo) gratifique com exacção os militares e civis ao seu serviço.

Assim feito o dever dos militares – de quem jurou defender a Pátria de todos os inimigos – não será, por certo, nos burgos cómodos, nas molezas do luxo, mas nos verdadeiros *campos de batalha* desta guerra da paz, pelos montes e vales, pesquisando as fontes da vida, que no seio da terra só esperam braços que as descubram.

Esse é o terreiro onde serão amanhã escolhidos e galardoados os verdadeiros heróis deste *exército construtor* da riqueza e felicidade nacionais.

SEBASTIÃO DA COSTA

(N.º 17 - 1/IX/22)

SIhi

Fig. 2 – Sarmento Pimentel. (Desenho de *José Tagarro* no n.º 59 de 31/X/1925)

Texto 2

O PROBLEMA DA ORDEM PÚBLICA

Desde Sidónio Pais até hoje a política interna de Portugal só tem andado em volta do problema da «ordem pública».

Preocupados com a «ordem pública» das ruas, os sucessivos ministérios não têm um momento para cuidar das outras «ordens» – económica, financeira, de fomento, de administração, – que também andam pelas ruas... da amargura, sem os governantes e os governados saberem que aquela é filha destas todas.

Pela «ordem pública» se põem de prevenção todos os Regimentos, a Marinha, a Aviação, o Parque Automóvel, o Campo Entrincheirado, as Polícias (são quatro ou cinco), a Guarda Republicana, a Guarda Fiscal, os Grupos Civis federados e os Grupos Civis não federados!

Há um mundo de criaturas desta «ordem» e para esta «ordem», deixando em segundo lugar a sua profissão e a sua missão, provocando assim uma desordem que muitas vezes se não vê, mas se sente constantemente, conseguindo a confusão das atribuições que a cada entidade armada se reservaram.

E como a «ordem» é um serviço que prende todas as atenções e todas as faculdades dos ministérios e dos orçamentos, não admira que Portugal caminhe para aquela «intervenção do papel selado» profetizada por Junqueiro nos seus dias de pessimismo doentio e nas suas parábolas de apóstolo da República que já ninguém ouvia.

* * *

Se ainda é tempo, convém começar a distinguir para o que serve cada uma dessas forças que esmagam o contribuinte

Slhi

e roubam milhares de criaturas às suas profissões assegurando-nos, uma «ordem» tão cara como incerta, e servindo muitíssimas vezes como elementos de desordem, de atropelos, de revolta.

A Polícia devia ser de investigação, informação e manutenção. Uma polícia inteligente, instruida, hábil, para informar bem, com clareza e precisão, ao mesmo tempo com força para manter o seu prestígio e o prestígio da autoridade.

A instrução e adaptação ao meio onde exerce as diferentes missões que lhe cabem deve ficar a cargo de profissionais especializados, contratados lá fora se cá não se encontram capazes.

A Guarda Republicana devia ser uma força para intervir apenas quando a polícia tenha sido impotente para a manutenção da ordem, isto é, quando a ordem está alterada e tem de se reprimir a desordem com violência. As suas funções são de intervenção e repressão. Quando a Guarda Republicana intervém, já a desordem atingiu uma fase tumultuária e grave, já foi um caso extremo de absoluta necessidade.

É portanto indispensável que seja uma força cheia de prestígio, de energia, de severidade. A sua presença seria bastante para garantir a solução rápida, eficaz, de qualquer maior desordem. Para tal fim não há necessidade duma Guarda de muitos milhares de homens, como agora, mas dumas centenas de militares disciplinados, física e moralmente aptos, comandados por oficiais distintos. As grandes Guardas pretorianas – logradoiro de misérias e incompetências com maus instintos – foram sempre causas de rebelião nas mãos ambiciosas e sem escrúpulos dos políticos e dos partidos, e pesam no Orçamento ainda mais que as patas dos seus cavalos na consciência da gente livre.

O Exército é para a Guerra. Na Paz a sua missão consiste na preparação de todos os elementos para a Guerra.

Preparar quadros, instrutores, fazer soldados, arranjar

Slhi

material, estudar todos os aperfeiçoamentos e todos os problemas da Arte da Guerra e da defesa do País, tornando-se pelo seu saber, pelo seu moral, pela sua atitude, pela sua disciplina, pela sua organização e pela sua força a garantia da Independência Nacional e o símbolo da Ordem Social.

O Exército polícia e o Exército político, sempre de prevenção por causa de revoluções, por causa de eleições, por causa de regedorias de partidos e comícios operários, à ordem da burguesia nova-rica aterrada e da velha finança insaciável, para uma politiquice odienta de rancores e de vinganças, para guarda e camaradagem no assalto impune aos cofres do Estado – é a negação completa da sua alta missão para com a Pátria.

Os pronunciamentos sucedem-se, as bombas continuam, o preço das coisas vai subindo e o dinheiro não chega para estes permanentes, estes milicianos, estes contratados, estes paisanos, armados em pé-de-guerra por causa da «ordem pública».

Deixa assim de haver vintém para compras de material e de solípedes; para estudos; para exercícios; para escolas; para carreiras de tiro; para frequência nas escolas estrangeiras, para tudo o que é indispensável à tropa que quer e deve estar preparada para a guerra.

Para isto não há dinheiro, como também o não há para as outras necessidades mais urgentes ao ressurgimento de Portugal.

* * *

É preciso organizar a força pública, remodelar todos os serviços dando-lhes coesão, ordem, prestígio, autoridade, separando as missões que a cada um dos seus elementos constitutivos pertence, tirando do seu seio a política neste sentido reles em que ela vem exercendo a sua acção perniciosa.

Slhi

Há que se mudar de rumo para que essa força não seja, como agora, odiada por todos, quando devia ser respeitada e querida de toda a gente. Há que se aliviar o Orçamento Geral do Estado desse cancro roedor, pagando bem aos que podem servir a causa da Pátria na força armada e pondo noutros serviços públicos ou particulares, os que nela são bocas inúteis.

Eu penso assim.

Do que peço desculpa...

SARMENTO PIMENTEL

(N.º 29 - 20/I/24)

Texto 3

INSTRUÇÃO MILITAR (1)

Da Guerra europeia, onde fomos, não vejo que ensinamentos trouxéssemos. Continuou tudo como antes de 1914, ou pior ainda, porque há muito mais quem não faça coisa nenhuma.

Aquele milagre de Tancos só serviu para a crendice politiqueira nos mudar das *galés da história* para os batelões da bancarrota. Não perdemos as Colónias, mas pusémo-las no prego dos empréstimos, sem possibilidades de as resgatar. Empobrecemos o País para enriquecer esses numerosos grupos financeiros que, sob vagas denominações, os políticos da oposição vêm apresentando ao povo como único flagelo, mas aos quais se dá a garantia de imunidade pela força pública de mancebia com a força do dinheiro.

É para isto que nós somos tropas: para as grandes empresas saquearem o País e para os Governos de incompetentes legalizarem todas as baixezas políticas.

Não há Exército Nacional. Há a guarda pretoriana da República burguesa carregando o orçamento com cifras monumentais, roubando ao País os homens bons que trazem da aldeia para na cidade se indisciplinarem, para se desmoralizarem, para se sifilizarem.

Um ministro quer pôr o Exército dentro da sua verdadeira missão e logo o Parlamento exige que esse ministro deixe o poder. À política actual só convém o que está. Bulir-lhe é bulir com os interesses da maior parte dos que, por uma série de contos do vigário, chegaram ao Poder.

---

(1) *Conclusão de um artigo*

Slhi

Estes ídolos de barro, ao primeiro sopro de honestidade e de bom senso, de inteligência e de coragem, hão-de desfazer-se em cacos. Só os aguenta a máquina actual, montada e untada pelas suas habilidades. Só os suporta o nosso desinteresse pelo futuro de Portugal.

A Guerra provou-nos que o que tínhamos de força armada eram apenas homens sem nenhuma preparação militar. Para defesa do nosso prestígio no estrangeiro e para a defesa nacional, para a colaboração com qualquer outro país, o Exército actual só é um estorvo.

Comece-se desde já a modificar radicalmente a base da organização para a *Nação Armada,* incutindo no espírito dos novos os deveres e direitos de cidadãos conscientes.

Faça-se nas escolas a primeira propaganda e crie-se ali o homem que no futuro há-de servir e ter em respeito os inimigos externos e internos.

SARMENTO PIMENTEL

(N.º 36 - VI/24)

Slhi

Capítulo VIII

QUESTÃO RELIGIOSA

SIhi

Texto 1

O PROBLEMA DA INSTRUÇÃO RELIGIOSA NAS ESCOLAS PARTICULARES

Um escritor ilustre, que já se manifestou pùblicamente sobre este assunto, e que sobre ele depois disso conversou connosco, entende que devemos dizer na *Seara* o que, nessa ocasião, lhe dissemos em particular.

A proposta de Leonardo Coimbra (1) suscitou discussões *pedagógicas* sobre a conveniência ou inconveniência da instrução religiosa. Assim fizeram Guerra Junqueiro, Raul Brandão e (o que nos admirou) o próprio Leonardo Coimbra.

São interessantíssimas, sem dúvida, essas discussões filosóficas e filosófico-pedagógicas; convém que elas se façam, sobretudo entre pessoas de escol, como são aquelas três; mas seria vantajosíssimo que elas começassem por declarar que os problemas pedagógicos, ou filosóficos, em que se meteram (inclusive Leonardo Coimbra, como *pedagogo* ou como *filósofo*) eram completamente distintos do problema levantado pelo *ministro* Leonardo Coimbra. O problema do *ministro* não era um problema pedagógico, nem filosófico: era um problema *jurídico*.

Suponhamos que amanhã baixava do ministério uma ordem proibindo, por exemplo, tocar nos concertos particulares a música de Debussy, ou expor nas escolas particulares a teoria de Einstein, ou a filosofia de William James. Iniciaríamos todos nós uma discussão *estética* sobre a música de

---

(1) *Ministro da Instrução do governo António Maria da Silva constituido em 30 de Novembro de 1922. A proposta visava autorizar o ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares.*

SIhi

Debussy, ou uma discussão *científica* sobre a teoria do Einstein, ou uma discussão *filosófica* sobre a filosofia de William James? Creio que não. Todos nos meteríamos na questão *jurídica:* se cabe ao Estado intervir na vida espiritual, estética, científica ou filosófica de cada um. E a resposta era evidente: não cabe ao Estado governar *consciências;* e o ideal, até, seria que ele se reduzisse a administrar *coisas.* O papel do Estado, neste caso, é como o do juiz no *foot-ball*: policia o jogo, obriga a proceder com ordem e com justiça, – mas não joga.

O *filósofo* Leonardo Coimbra é pelo ensino religioso; mas suponhamos que o não era. O seu papel, como *ministro,* seria permitir o ensino religioso nas escolas particulares; e, como *filósofo,* convencer pela palavra os pais de família portugueses a não se servirem da permissão que, como *ministro,* lhes concedia.

Alguém objectou-nos: entende então v. que o Estado não pode proibir, por exemplo, o uso do álcool?

Ao que nos parece, não há similaridade entre os dois casos. Está cientìficamente provado que o uso do álcool é nocivo aos cidadãos: causa um prejuízo *certo,* muito grave, materialmente verificável. Não está provado, pelo contrário, que a religião católica, a música de Debussy, a filosofia de William James, a teoria de Einstein, causem prejuízos do mesmo teor. Além disso, ninguém nasce com a necessidade do álcool, com a bossa da aguardente, com a tendência inata, normal, irresistível, para o alcoolismo; ao passo que o misticismo é uma tendência inata, normal, irresistível, de muitos homens.

Porque (não sabemos se repararam) os discutidores discutem como se todos os homens fossem iguais, devessem ser iguais, e da espécie deles próprios, discutidores. É esse implícito postulado que nos parece contestável. Há homens que nasceram músicos, como Viana da Mota; outros que nasceram não-músicos, como Gautier, para quem uma sinfonia

Slhi

era o «mais incómodo e mais caro dos barulhos»; uns nasceram coloristas, como Malhôa; outros nasceram não-coloristas, como Antero, que chamava aos quadros, desdenhosamente, «painéis». Pois, apesar disso, Malhôa não diz que Antero era uma besta; Antero não diria que Malhôa é um cretino. Viana da Mota, se o encontrasse, não assassinaria Gautier, nem seria por ele assassinado. Ora bem: como há homens que nasceram músicos, ou pintores: como há homens com a bossa da música, ou da pintura, e outros sem elas (se nos permitem falar assim) – há-os com a bossa da religião, e outros sem ela. O sr. Nemo (2) e o sr. Junqueiro têm a bossa da religião; mas um tem-na talvez à direita, e o outro teve-a talvez à esquerda. Os *anti*-religiosos têm a bossa, mas invertida: temperamentos místicos como os outros, é questão de lhes desinverterem a bossa, e ficam perfeitos. Os *a*-religiosos, os espíritos críticos, não têm a bossa: apresentam, no lugar dela, um buraco. E todas essas espécies têm direito à existência, todas são normais, como os louros e os morenos, os baixos e os altos, os músicos e os não-músicos, os de cabeça comprida e os de cabeça larga. E como seria um proceder tirânico obrigar os altos a ser baixos, ou obrigar os baixos a ser altos; forçar Gautier a ser músico e Viana da Mota a não ser: assim nos parece condenável não dar religião aos que têm a bossa, e impingi-la à força aos que a não têm.

Como se deve, portanto, proceder?

Ao que se nos afigura, não é necessária uma lei nova: basta assentarmos francamente na interpretação da lei que existe – o que nos parece coisa fácil.

A Constituição diz o seguinte: o ensino deve ser *neutro*; não estatui que seja *laico*, que sejam proibidas as práticas e doutrinações religiosas. Que significa isto? Significa que, ao

---

(2) Ver artigo seguinte

Slhi

fazer o ensino corrente, das disciplinas gerais da instrução pública (história, ciências, literatura, filosofia, etc.: as que figuram no programa oficial) – o professor não deve adaptá-las às suas convicções religiosas: em geologia, por exemplo, não deverá omitir quaisquer teorias por não estarem de acordo com o texto bíblico – nem deve tomar pretexto delas para atacar a religião; em história, não deverá maldizer de Calvino por ter perturbado a Igreja católica – nem de Inácio de Loiola por ter iniciado a contra-reforma; em literatura, não proibirá ler os *Sermões* de Vieira por terem sido de um jesuita, nem o *Eurico* porque está no *Index*. O ensino corrente será neutro.

Além do ensino comum, geral e regular (o que é constituido pelas cadeiras do programa oficial) nada impede que certos alunos, cujos pais o queiram, tenham exercícios de piano; outros, de voos de trapézio; outros, de aeroplano; e outros, finalmente, de religião. O ensino *comum* é a-religioso, como a-pianístico, a-trapézico, a-aeroplânico; mas fora das aulas regulares, a Constituição não impede que haja exercícios religiosos. E a prova disto, é que a lei da Separação estatuiu que as escolas particulares não dêem instrução religiosa sem autorização do ministro, o que significa, evidentemente, admitir a possibilidade dessa instrução, quando o ministro a autorize.

Em resumo, e se não estamos em erro:

1.º O problema levantado por Leonardo Coimbra não é pedagógico, nem filosófico, mas jurídico; infelizmente, o próprio Leonardo Coimbra ajudou a confundir os pontos de vista;

2.º O Estado não pode proibir que nas escolas particulares, além do ensino geral e comum (o que consta dos programas oficiais) haja exercícios e práticas extraordinárias (música, pintura, cozinha, bordados, tiro ao alvo, religião, etc.);

3.º A Constituição da República exige que o ensino geral seja neutro, isto é, exige que as matérias gerais do ensino

Slhi

não sejam submetidas a um critério confessional; que se não introduzam nas matérias científicas e literárias do programa quaisquer preocupações religiosas: mas não proibe que, além das matérias gerais, haja instruções suplementares; não é pois necessária uma lei nova, mas uma explicação da existente aos indivíduos que a interpretam mal.

Quanto à questão pedagógica e filosófica que, infelizmente, se confundiu com a questão jurídica, verificou-se que todos, ou quase todos, cairam no erro muito frequente de dar como lei geral e absoluta o seu próprio temperamento: os místicos falaram, portanto, como se toda a gente *devesse* ser mística; os não-místicos, como se todos *devessem* ser não-místicos; e os místicos anti-religiosos, os fanáticos da anti-religião, como se todos devessem ser como eles. No que todos se afastaram, ao mesmo tempo, dos princípios pedagógicos e dos princípios democráticos, que admitem a diversidade.

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 21 - III/23)

Slhi

Texto 2

COISAS DO DEMO NO PAPEL DO NEMO

Esta *Epoca,* (1) esta *Epoca,* com as suas prosápias a pessoa séria...

Fartíssimo estou, desde há um ano, de ser insultado neste cristianíssimo papel com pretensões a pessoa grave, dirigido por um homem de cabelos brancos que eu sempre tratei respeitosìssimamente, a quem tenho pedido desde há um ano que se mantenha digno do meu respeito, e que teima em gastar-me a paciência toda, consentindo que nas páginas do seu jornal me agridam a coice e a pedrada rija, com modos pimpões e palavras brutas, e me dá o troco em tortuosas frases quando eu lhe suplico que me fale direito, – e, ou mande sustar as facadas torpes, ou defina claro uma posição...

Às minhas cartas, agora, já não é o director quem me dá resposta: respondem outros. Comodíssima forma, como estão vendo, de não prestar justiça a quem é devida. Que fazer-lhe?

Esta *Epoca,* esta *Epoca...* É um compêndio de beatice à século XVIII português: a bruteza e o fanatismo com a untuosidade da hipocrisia: temos aí o Padre Lagosta dentro do molde conselheiral.

Se sou parvo, senhor Conselheiro, – onde haverá termo do dicionário para classificar a V. Exa., e a todo o corpo de redacção do cristianíssimo jornal de que V. Exa. é chefe, –

---

(1) Diário da extrema-direita clerical dirigido por Fernando de Sousa, Nemo, ex-ministro da monarquia.

Slhi

jornal onde, sem provocação alguma da minha parte (bem ao contrário!) me atiram às faces há coisa de um ano com todos os sinónimos imagináveis da idiotia e da parvoíce?

Há quem repute V. Exa. um homem de mérito e de algum saber. Acreditei na fama por generosidade, apesar de que sei como toda gente que abundam os Pachecos em Portugal. Pouquíssimo o lera, Ex.mo Senhor. Uma noite, porém, sofri a maçada de ouvir V. Exa. a despejar um acervo de trivialidades acerca da obra de Pascal, – destas que se colhem, em cinco minutos, nas páginas misericordiosas do dicionário Larousse; mas tive um minuto desenfastiado, ao ouvir V. Exa., coluna da Igreja, traduzir *Lettres à un Provincial...* por *Cartas a um Provinciano.*

V. Exa., o teólogo, Padre da Igreja mais que Papa, quase Deus – traduziu aí *provincial* por *provinciano!* E chamam-me parvo, Ex.mo Senhor!

Esta *Epoca,* jornal da Ordem, imagem perfeita da Anarquia e incitadora da Anarquia; esta *Epoca,* jornal católico, rebelde ao Papa como Barzabú; esta *Epoca,* jornal pudengo, apologista da compostura, e useira e vezeira na descompostura; esta *Epoca,* jornal honesto (ó almas honestas como o «honesto Iago»!) que acolhe e louva e apregoa e endeusa quem quer que surja no arraial político a tomar um gesto que lhe sirva ao jogo, certa que está, como o pai Tartufo, de que há sempre no céu a que reza o Nemo a possibilidade dos *accommodements*: esta *Epoca,* senhores, é uma cordilheira de hipocrisias sobre um oceano de insensatez.

Sim: *il y a, avec le ciel, des accommodements:* e todos lhe servem à honestíssima *Epoca,* que a honestíssima *Epoca* lá sabe muito bem (e trate-se do Papa ou do Anti-Papa, e trate-se de Deus ou de Satanás) a interpretação, o rodeio, o *accommodement* que lhe convém fazer... Sirva-lhe um homem o joguinho político, e há sempre maneira de o beijar a *Epoca:*

Slhi

Um beijo é graça
Que a mais não passa...
Que custa um beijo?
Não tenha pejo:
– Vá!

Vá, senhora *Epoca:* que mal tem?

Não tenha pejo, que nunca o teve. Iago, o «honesto» Iago, que não tomava dinheiro para o seu próprio bolso, sabia aconselhar que o tomassem os outros. Dinheiro na bolsa, e embarca comigo! O juízo do céu não te dê cuidado, que eu tenho a ciência dos *accommodements.* Ganhaste-o bem ganho, se vieres com a *Epoca.* Dinheiro na bolsa, e embarca comigo! Dinheiro na bolsa, aliado de hoje! Dinheiro na bolsa, inimigo de ontem, correligionário de agora sem necessidade de missa, papista ou hereje e deísta ou ateu! Contanto que sirvas para o joguinho do dia; contanto que ajudes o maquiavelismo da hora... terás a indulgência que o Nemo te dá!

Assim reflexiona o honestíssimo Iago, – cristão muito santo que nos insulta e nos bate, com grã caridade e amor divinal...

Coisas do Nemo, coisas do Demo... Ah, Palas Ateniense, Senhora minha: como é agradável o ser-se ateísta, como é agradável o viver nos Infernos se são desta casta – se são desta laia – os que querem o céu e os que se dizem de Deus!

* * *

Perdoa, ó Palas Ateniense, o gastar tempo que te devia a esvurmar a alma deste fariseu. E agora, deusa da calma e da veracidade, farei o que mandas e é digno de ti: dar contas perfeitas do que penso e digo, dilucidar,

Slhi

esclarecer, filtrar: filtrar o jorro das palavras torpes, dos insultos fétidos, na teia lustral da inteligência crítica.

Há no papel destes bons cristãos uma parte a que chamam *O Dia Político:* escrita com a tinta do «ódio teológico», é a mais tortuosa, a mais peçonhenta, a mais «jesuítica» coisa que veio ao mundo.

Muitas vezes, aí, nos apontam e atiram uma facada tesa. Há pouco, no comentário a uma nota da *Seara Nova* lançavam trechos como o seguinte:

«Ter pensado o contrário foi tolice grossa em que só poderia ter esperanças a ingénua e *vazia* Seara Nova. Pois sobre esta nota oficiosa, magnífica de ingenuidade, para não nos arriscarmos a dizer *parvoíce,» etc.*

E o resto no mesmo tom.

Mais uma vez escrevi ao Nemo, pacientemente, porque me repugnava responder àquilo, não digo, até, no mesmo tom e na mesma língua (custa sempre o falar violento a um homem de culta educação) mas em quaisquer termos que comentassem a brutalidade com que sou tratado, desde há um ano, naquele jornal cristianíssimo, apesar das cartas ao senhor director...

Eu sabia, ou devia saber, que a cordura e a delicadeza são ineficazes com tais santões; querem a briga, amam a fúria, os velhos apóstolos da Mansidão. Não importa: quando os homens encanecidos se fazem meninos agressivos, é necessária nos cabelos negros a maior prudência da madurez.

É o redactor de *O Dia Político* quem me responde desta feita, distinguindo sofisticamente entre cada um dos membros da *Seara Nova,* tomado em si, e cada um dos mesmos homens, como membro da *Seara Nova.* No primeiro caso, somos talentos; no segundo somos parvos, e demos, como ele diz, «com os burrinhos na água» (a *Epoca,* é sabido, ama a linguagem carroceiral). E explica:

Slhi

«O sr. António Sérgio é uma pessoa de talento. Mas, apesar de todo o seu talento, deu, na política, o ministro a que várias vezes nos temos referido» (mais exacto seria dizer: o ministro que temos descomposto várias vezes). «Haja vista...»

Quando chegámos a este ponto – a este *haja vista* – supusemos que sua exa. ia demonstrar, enfim, serem erradas ou maléficas as várias reformas que tentámos fazer, os vários actos e medidas com que estávamos preparando uma vida nova no ano lectivo que há-de vir. Pois sai-se com isto:

«Haja vista aquela sua confissão, em pleno parlamento, de ser um pouco ateu, um quase nada pagão, e, como criatura de elite, com várias tendências para seguir as doutrinas do Cristo Homem, doutrinas de uma grande beleza moral, exemplo magnífico de grandes heroísmos sociais (mais ou menos palavras suas).»

De maneira que estão vendo: o facto demonstrativo da minha incapacidade como ministro – foi ser ateu; foi ter declarado que sou o que sou. O talento político, para a *Epoca,* consiste em se não dizer o que se é: consiste em fingir e enganar (já o sabíamos, senhores, já o sabíamos!) Se houvesse um Deus criador do mundo, não teria decerto existido a *Epoca* (porque o Criador não seria, nesse caso, infinitamente sábio, justiceiro e bom): e é mais uma sólida razão para o ateísmo que professo. Vamos adiante.

Eu bem sei, leitor amigo, que o jornal não merece resposta: mas isto (repara tu) não é uma resposta ao jornalista de lá: é uma explicação que te dou a ti, porque tenho por missão esclarecer as coisas.

Estás convencido, decerto, que eu não disse as baboseiras que me atribui a *Epoca.* Não me confessei *um pouco* ateu,

Slhi

nem sequaz das doutrinas do Cristo Homem, nem assinalei a tais doutrinas nenhumas belezas nem heroicidades. Foi assim:

Tendo sido acusado no Parlamento de fazer propaganda religiosa, porque não pus obstáculo à de um sindicato que se dizia inspirado no ideal cristão, eu expliquei:

1.º – que era absurdo, de si, intentar propagandas religiosas quem era ateu;

2.º – que o dizer-se inspirado no ideal cristão não incompatibilizava um sindicato com a República de Portugal, tanto mais que «ideal cristão» eram palavras designativas de uma certa tendência de vida moral, ou atitude ética, adoptada, hoje, por quase todos os que não acreditam nos dogmas religiosos do Cristianismo, e tão radicada no espírito moderno que até os lemas da nossa República afirmavam as bases do «ideal cristão».

Há pois ateus com ideal cristão. Eu porém não era desses, porque não aceito do ideal cristão certas tendências especiais.

Eis o que disse, em resumo. É, como se vê, uma coisa simples, mas que a gente da *Epoca* não entendeu. A função da *Epoca* não é entender: é descompor. É descompor a gente honrada com palavras grossas e contundentes, e ir fazendo o seu turvo jogo de disfarçado politicastro, sob as máscaras venerabilíssimas da Religião e do Patriotismo. Por isso a vemos desprezada hoje pelos monárquicos mais honrados, pelos católicos mais sinceros. Perdoemos-lhe nós, porém: não decerto por Caridade, mas por Inteligência. Foram, são e hão-de ser, esses homens, como a Natureza os fabricou: e o determinismo que faz um Nemo é o que faz um Sócrates e um Santo Antero, os Aristides e os Platões. *Tout com-*

Slhi

prendre, disse o poeta, *pour tout pardonner.* Bendito seja o pensamento que nos faz perdoar ao nosso inimigo, não pela caridade do Cristo Homem, mas pela virtude da própria lógica. A inteligência atinge, por seu mesmo voo, a magnanimidade da maior justiça, quando afirma com o magno Spinoza que nada há vil na casa de Júpiter, e que fazem parte os próprios Tartufos da lógica rígida deste grande Todo. Tudo se entende na unidade do Todo, e tudo perdoam os que compreendem tudo. Perdoam, porém, sem deixarem de classificar, – de irem apondo serenamente, sem ira nenhuma e sem paixão, a cada Tartufo que se vai encontrando, – aquela etiqueta especial da sua especial tartufaria.

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 33 – 20/III/24)

Slhi

Capítulo IX

PROBLEMA INSTITUCIONAL

SIhi

Texto 1

APELO À NAÇÃO

GRAVÍSSIMA SITUAÇÃO DO PAÍS. – URGÊNCIA EXTREMA DE SE COMEÇAR A OBRA DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL. – GOVERNAÇÃO EXCEPCIONAL INDISPENSÁVEL, COM O APOIO E COOPERAÇÃO DE TODOS OS PORTUGUESES.

Cumpre-nos acentuar, primeiramente, que o plano de providências proposto neste apelo o submetemos a toda a Nação, com o desejo de concorrermos para o seu fortalecimento e prosperidade, sem pretensões a excluir nenhum esforço de partidos, colectividades, ou homens que possam e queiram efectivar, ajudar ou apoiar a sua execução. Por outro lado, as pessoas que o assinam não têm espírito messianista; sabem que a Nação é que se há-de salvar a si mesma; cumpre, porém, que alguém dentro dela tome a iniciativa de exprimir as necessidades e aspirações do País.

No ponto onde se acham as adversidades e infortúnios de Portugal, por todos os lados se reconhece a urgência extrema de que a República seja dirigida por um *Governo Nacional* com todas as condições especiais para que lhe seja possível, sem os embaraços práticos achados pelos ministérios comuns, não só lançar as bases de toda a reorganização indispensável, mas também conseguir que nela cooperem leal e pacìficamente – cada qual no seu campo de acção pública ou privada – todos os portugueses, sejam quais forem as suas ideias políticas, religiosas e sociais.

Um dilema sério está diante da nação.

Continuar a vida do Estado e do país como até agora

Slhi

seria marchar depressa para a bancarrota, para a carestia insuportável, para a miséria extrema, para as convulsões mais graves, sendo impossível Portugal sair deste abismo com a plenitude do seu domínio e soberania. Arriscar-se-iam os seus destinos, com naufrágio das próprias classes possuidoras, quanto mais das restantes.

Realizar, em única oposição possível a tudo isso, a grande reforma administrativa, fiscal, bancária, económica, social e educativa, que este organismo doente exige para entrar na saúde e na actividade próspera e feliz, é fazer uma operação melindrosa, para a qual é tão necessária a firmeza e prudência do operador, como a coragem e paciência do enfermo.

Esta nação livre e cheia de tradições gloriosas não hesitará finalmente em seguir o segundo caminho: o do esforço reorganizador e do sacrifício patriótico. Ela quererá e saberá cumprir nobremente a sua missão no mundo, estando-lhe seguro o êxito pela história e pela natureza, uma vez que proceda com rapidez e com vigor.

Adiante propomos o programa de governação extraordinária que, em nosso entender, deveria ser posto em execução por um *ministério nacional,* que o Sr. Presidente da República, interpretando as sumas necessidades de Portugal e os maiores desejos do país, e conseguindo tréguas dos partidos, pudesse constituir em circunstâncias tão graves.

É evidente que ele seria irrealizável e a salvação pública impossível, sem que um tal governo exercesse, durante certo período, poderes excepcionais e amplos. O melhor meio para isso consistiria em lhe serem concedidos estes pelo Congresso, com adiamento das sessões pelo prazo indispensável.

Apelamos para a vontade reflectida da Nação, para o patriotismo dos seus representantes e para a previdência de certas classes que devemos mencionar por situações especiais.

Reconhecem os funcionários do Estado e das corpora-

Slhi

ções administrativas que as subvenções não resolvem o problema da vida, porque são excedidas pelos preços e pelos ágios e tendem a sepultá-los nas ruínas do Tesouro e do país. Facilitem ou aceitem com disposições justas as reduções de quadros e de lugares, na hora da reforma geral capaz de assegurar aos que desejem ou devam sair os meios de vida e colocações onde sejam úteis a si mesmos, a suas famílias e à sua pátria.

As classes medianas e liberais, vitimadas por tantas calamidades, prestarão decerto a sua força moral ao programa que apresentamos. Este quer salvá-las e defendê-las com justiça, porque são o eixo do equilíbrio social.

Desejamos que a nossa voz seja ouvida pelas classes operárias, onde tantas multidões lutam com fortes adversidades nesta crise. Também já elas sabem que não podem resolver o seu problema pelos maiores salários, na ruína crescente do país. Reconhecerão pacìficamente que apenas podem salvar-se com todos os outros elementos sociais na solidariedade, no trabalho e na produção, com reformas económicas e financeiras que olhem para todos os lados ao mesmo tempo.

Contamos com a boa reflexão das classes possuidoras. Considerem que nos actuais declives estão perdendo pelos câmbios, pela dívida pública e pelos estragos da ordem ameaçada nos seus fundamentos, aquilo que têm ainda em seu poder e os próprios ganhos que vão tendo no afundamento da nação. É sensato ceder uma boa parte para uma operação que salve o resto e garanta novos aumentos reais. Aceitem uma justiça que vem da necessidade e conduz ao bem.

Mas, no fim, a todos os portugueses clamamos: *Trata-se da salvação de Portugal!* (1)

(N.º 21 - III/ 23)

---

(1) Preâmbulo de um programa de governo subscrito por dezenas de personalidades de diversos quadrantes políticos agrupados em torno da União Cívica. Sobre a União Cívica, ver prefácio, vol. I, págs. 31-32.

Slhi

Texto 2

«NÃO TEMOS, INFELIZMENTE, UM POMBAL A RECOMENDAR» (1)

(...) Toda acção política fecunda exige três espécies de funções: a dos pensadores, ou ideólogos; a dos *políticos,* ou coordenadores; e enfim a dos técnicos treinados nas minúcias da execução. Todas as três são necessárias. Desdenhar do ideólogo, maldizer do político, revela falta de reflexão. Anàlogamente, toda acção política fecunda se desenvolve nestas três fases: 1.ª elaboração e propaganda das ideias renovadoras – criação da ideologia; 2.º intervenção eficaz da *força política* soberana (o rei, o povo, a opinião pública, etc., – conforme os casos); 3.ª execução dos planos gerais pelos políticos e pelos técnicos.

Todos sabem que a Revolução francesa foi preparada pelos pensadores: Rousseau, Montesquieu, Voltaire, e muitos outros (não discuto se bons ou maus, que não é esse o nosso tema); depois, – intervenção da força política: primeiro o rei, em seguida a burguesia; enfim, – os políticos executantes: os Dantons, os Robespierres, os Carnots, os Saint-Just, os Napoleões. Coisa análoga em Inglaterra, para as reformas pacíficas do século XIX, como a da lei dos trigos e a do sufrágio. À ideologia dos livre-cambistas sucede a propaganda dos Cobdens, a energia dos meetings e depois a execução

---

(1) *Título retirado do texto. Trata-se da conclusão de uma conferência sobre* «A União Cívica, os seus intuitos e os seus métodos», *dedicada «à memória dos espíritos reformadores que precederam a administração pombalina, como D. Luís da Cunha, condes de Castelo-Melhor e Ericeira, Alexandre de Gusmão, Jacob de Castro Sarmento, Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Marco António de Azevedo, Bartolomeu de Quental, Ribeiro Sanches, Verney – homens de quem Pombal não esteve à altura – consagro esta pequenina, desvaliosa palestra para gente moça»*

Slhi

A execução por quem? Por qualquer: as ideias dos liberais foram executadas pelos conservadores. A mesma coisa no nosso país. A tese é evidente para as nossas duas revoluções: a liberal e a republicana. Não vale a pena insistir aí. Busquemos um caso, portanto, menos evidente e axiomático. Seja a administração do marquês de Pombal.

*

Para muita gente, o marquês aparece súbito, todo armado de ideias próprias, num deserto perfeito pelo que toca ao pensar político, e tira tudo do seu próprio ser. Nada mais falso. Falsíssimo. Pombal, em rigor, é o simples executante de pensamentos que vinham de longe, de uma larga propaganda de ideias políticas, administrativas, económicas, pedagógicas. E com isto, note-se, eu não pretendo diminuí-lo. Bem ao contrário. Podemos criticá-lo por haver executado mal; mas criticá-lo por executante das ideias dos propagandistas, – de maneira nenhuma: porque tal é a função do político. Isto não diminui o político – nem o pensador. São actividades igualmente difíceis, igualmente nobres – mas diferentes.

A divergência entre nós e os críticos reduz-se a isto: antes de governar, convém, ou não convém, – *assentar ideias?* Ideias concretas, técnicas, sobre os ramos diferentes da pública administração – e propagar essas ideias? Este é o ponto. Sob a monarquia absoluta, – elaboravam-se as ideias, propagavam-se ideias. Hoje, com forma democrática nas instituições, – entendem os senhores críticos que é escusado fazer isto?

Reatando: Pombal foi precedido, dizia eu, de uma vasta propaganda de ideias renovadoras; esse homem foi preparado por uma plêiade *enorme* de reformadores da inteligência, no estrangeiro *e em Portugal.* Citar nomes, contar-vos a história, levar-nos-ia muito tempo. Limitemo-nos ao essencial.

SIhi

Os planos gerais de administração vinham da época de Castelo-Melhor, através de homens como Ericeira, como Gusmão, até aparecerem num plano sintético (como o Apelo que nós lançámos) no *Testamento político* de D. Luís da Cunha, a quem o marquês chamava seu mestre. Nesse *testamento* indicava-se ao rei, não só as reformas a empreender, mas também o homem que as executasse: Pombal. Nós não temos, infelizmente, um Pombal a recomendar; mas não podemos esperar por ele. Arranjemo-nos com a prata da casa, até que apareça o grande político.

E com a reforma pedagógica? – Precisamente a mesma coisa. Iniciou-a, pode dizer-se, o padre Bartolomeu de Quental, ao fundar o Oratório, ali na rua de S. Filipe Neri. Nesse momento, pode dizer-se, levantou-se a primeira arma contra a pedagogia dos Jesuitas (dos últimos alunos, como sabem, das aulas do Oratório, foi o grande Alexandre Herculano). Depois das aulas de S. Filipe, vem a polémica de Verney – batalha geral dos pedagogistas, um dos acontecimentos mais notáveis da história do nosso país. Depois, os planos de Ribeiro Sanches, executados por bons técnicos, como Francisco de Lemos e o bispo Cenáculo. As ideias estavam formadas, coordenadas, propagadas. O *Testamento político* foi um apelo ao rei como o nosso o é à Nação, soberano de hoje. Que faltava? Que aparecesse um instrumento político, executando as ideias dos pensadores. Apareceu: foi o rei, aceitando a ideia; foi o marquês, encarregando-se dela. Aos ideólogos, portanto, compete exercer um primeiro acto: estudar. Nós estudámos. Depois – fazer a propaganda das conclusões do seu estudo. Estamos a fazê-la. Cumprimos o nosso dever: depois, que cumpram os senhores o seu. O soberano de hoje, a Nação, faça o que fez o do século XVIII, que era o rei. Oiça o nosso *testamento político;* e como não somos D. Luís da Cunha, corrija nele o que merece emenda. Depois – tire do seu seio o estadista que há-de fazer o que

Slhi

necessário é. Nós nos poremos às suas ordens, como os Sanches, os Lemos, os Cenáculos, os Antónios Pereiras, os Gomes, os Verneys. E se não houver os estadistas-natos, será necessário tirá-los de nós.

E a vós, rapazes, que vos pedimos? Pedimos-vos entusiasmo. Mas não só. Olhai o que disse o nosso mestre, Santo Antero: «o entusiasmo é bom, porque eleva o espírito; mas a crítica é melhor ainda – porque o esclarece». Mas a crítica, rapazes, que vem da inteligência e do coração; a crítica como a de Santo Antero. Não a que vem da inércia, do partidarismo, ou do cepticismo. Aeroplano? – Pois seja. Sede vós, rapazes, o aeroplano nacional. Pairai no alto, que vos vejam todos. Pairai no alto, para nos dar a esperança; pairai no alto, *que precisamos de vós:* sem as ardências da mocidade tudo é precário, tudo é caduco. Pairai no alto como as grandes aves, mas tendo sempre na vossa pupila a visão exacta do nosso rumo. Vinde – e voai!

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 22 - IV/23)

Slhi

Texto 3

A DITADURA

Não sei se lhes dou novidade de maior dizendo que o português, em geral, embora os artigos de fundo digam o contrário, é pouco inteligente. É, pelo menos, o que me sugere a minha experiência pessoal. Por cada cem pessoas de talento, de talento autêntico, aurifulgente, a custo se depara uma só de inteligência nítida, precisa, coleante, de olhar atento às distinções subtis, às nuanças, aos contornos exactos das coisas, e capaz de entrar nos recessos duma ideia e fazer soar no balcão dos resultados o cobre da moeda falsa ou o oiro de lei. Brilhantes muitas vezes, os nossos espíritos são em regra ou falsos ou confusos: vemos as coisas sob um ângulo de refracção que as deforma, ou através uma nuvem que as esfuma e obscurece. Sendo, pois, em grande parte verdadeiro que Portugal é um país de burros, devendo, porém, acrescentar-se que zurram por vezes com talento.

Se houvesse em Portugal mil, dois mil homens inteligentes, creio que seria muito difícil, se não impossível, o êxito formidável, digno dos deuses, que a *ditadura indeterminada,* a *ditadura porque é a ditadura (quia est verbum),* independentemente do carácter, das ideias, dos planos, dos processos, da moral dos ditadores, tem tido em Portugal nos tempos precipitosos que vão correndo, aparvajados os bestuntos pelo prodígio romântico dos ditadores à Mussolini e à Primo de Rivera, e o cortejo de gestos, atitudes, *poses* de d'Artagnan e nefelibatices nacionalistas que ele traz consigo. A todos se ouve, e por toda a parte, como uma espécie de *scie,* um credo que teríamos sugado nas próprias tetas da

SIhi

ama, um padre-nosso de *conto do vigário* universal, e isto de maneira imperiosa, como quem formula um axioma matemático ou um princípio da *razão pura: Só a ditadura nos poderá salvar.*

Reparem os senhores (porque aí está o nó da questão) não se diz: *tal ditadura*, a ditadura de *tais* homens, a ditadura com *tal* finalidade e com *tais* processos, a ditadura apoiada em *tal* ou *tal* força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos. Diz-se, muito simplesmente, a *ditadura (quia est verbum)*, como quem diz o *ultra-salvarsan*, a ultra-panaceia universal, ou o SO,H da farsa do Brandão. Que importam os homens, as ideias, os projectos, as possibilidades, as garantias, perante a radiosa palavra que obceca as mentes, e onde todos vêem virtudes miríficas de água de Juverta, tónico Ildizienne, pedra filosofal, glândulas de macaco e varinha de condão? E assim estamos preparando inconscientemente, por um processo psicológico, no mais íntimo recesso das nossas almas sebastianistas, o ambiente para aquela ditadura desconhecida, para aquela tirania ainda anónima de *Encoberto*, para o mistério, o inominado, a grande sombra e pesadelo do dia de amanhã. *Estamos chocando todos, mais ou menos, o grande aventureiro.*

As ideias, até certo ponto, são criadoras, olá se são, digam o que disserem os que não acreditam na eficácia das ideias, que são talvez os idiotas. Ora as nossas ideias, repito, estão a chocar o ditador. Mais dia, menos dia, se as realidades se não antecipam, dando satisfação a este vago ansiar por uma *coisa diferente* e mais nobre, ou pelo menos, mais viril, as nossas esperanças, fecundadas pela audácia dos energúmenos, põem-se para aí a inchar como grelo de alface, e todos nós parimos o messias.

A ditadura... Mas qual? É este o problema. Se eu soubesse que o que viria aí a surgir num dia de nevoeiro (nestas coisas é sempre preciso meter o nevoeiro, de outra forma

Slhi

não se é *nacionalista*, e está-se vendido ao *inimigo do interior*), se eu soubesse que o que viria aí a surgir num dia de nevoeiro, era o bom ditador, a boa ditadura, também eu lhes garanto, palavra, que faria coro com os partidários dela, desconfiado como estou de que talvez venha a tornar-se mister uma governação excepcional que, dispensando as cóleras parlamentares do sr. António Maia (1), as pachouchadas do sr. Silva Barreto (2), os *abaixo os jasuitas* do sr. Sá Pereira (3), as rábulas e catilinárias contundentes do sr. Cunha Leal, e um ou outro rugido, clamor, vagido ou borborismo da arena parlamentar, suspenda temporàriamente as normas constitucionais. Sim, meus amigos, concedo, o que nos salvaria (?) era talvez *uma certa ditadura*; mas o que nos perderá de vez são *todas as outras ditaduras*, e o mais certo, por mal dos nossos pecados, é que a ditadura que virá não será aquela que deveria vir.

Figurai, se puderdes, por mais esforços de imaginação que isso vos custe, e por mais repugnâncias morais e lógicas que tenhais a vencer, qualquer das seguintes calamidades nacionais, aptas a fazer esquecer as 50.000 vítimas do terramoto: uma ditadura de militares galhardos, mas inexperientes, fazendo *sonner leurs éperons* em garganteios mussolinescos e pés-de-alferes d'annunzianos à Musa das Finanças; de técnicos repletos de sabedoria, especializadíssimos, conhecendo todos os segredos das suas vitrines, mas sem sombra sequer de capacidade política; de homens violentos e reservados a quem ainda não passou da garganta certa espinha, e a quem move apenas uma política *ad odium*, e uma *delenda Carthago* (sendo aqui Cartago o partido democrático e Cipião o sr. Tamagnini

---

(1) *Ver 1.º vol., p. 163 (nota 2)*

(2) *Ver 1.º vol., p. 202 (nota 5)*

(3) *Deputado, director de* O Rebate *e membro do directório do P.R.P. Fora socialista e acompanharia José Domingues dos Santos*

Slhi

Barbosa) (4); de radicais exaltados, faladores pelos cotovelos, bons rapazes alguns deles, tipórios de três assobios outros, e todos mais ou menos com inocências edénicas de Lopes de Oliveira (5) no paraíso; de condutores operários cheios porventura de boas intenções, mas cuja organização e cuja ciência das coisas sociais e da *pública administração*, como sói dizer-se, toca as raias da mais graciosa ingenuidade infantil; e finalmente, para *clou* da festa, a do sr. Cunha Leal e dos seus amigos, parentes, clientes e aderentes, de quem não direi nada senão que já está dito tudo. Figurai qualquer destas catástrofes bíblicas, de que Deus nos livre, e de que não quereria ser o Noé, e dizei-me que tiranias, que perseguições, que medidas fantasiosas ou malucas, que prejuízos à economia ou ao bom nome da nação, que inabilidades, que escândalos à porta fechada, que compadrios, que concussões misteriosas, que fomento de revolta ou guerra civil, não estais desde já a prever de semelhantes cataclismos. *Ora na minha exemplificação eu não fiz mais do que escolher propositadamente os grupos, os partidos, as classes que têm pregado ou desejado secretamente até hoje a ditadura.* Creio que, depois de pensardes muito bem (um dia não são dias), não deixareis de acordar estremunhados, boquiabertos ante a arara em que íeis caindo, a gritar já aliviados: Apre! Deus nos livre de tais ditaduras e nos salve de tais salvadores.

Decerto a *boa ditadura* poderá vir um dia. Mas meus amigos, se vier não será dum momento para o outro, de arranco, de surpresa, como a sorte grande do Natal. Quando ela vier, se tiver de vir, já ninguém sentirá estranheza de maior, porque, antes de ter tomado conta do poder, tomou conta das almas – das almas, sim, das almas, que esperam,

---

(4) *João Tamagnini Barbosa: oficial do exército, ministro do sidonismo; chefe do governo em 1919*

(5) *Dirigente do partido radical e escritor.*

Slhi

crêem, confiam, muito embora haja quem leve o cepticismo a duvidar da existência delas. Existem, senhores, afianço-lhes que existem, e que só quando um grupo de homens lhes tiver imposto a sua doutrina, o seu *desideratum*, o seu ideal, o ambiente e as condições necessárias para a *boa ditadura* se encontrarão realizadas. *Antes de governar no poder é preciso governar nos espíritos;* antes de ser ditadores de política, condutores de almas. Foi assim que Mussolini, o vosso figurino ultra-chic, tomou a governação: antes de marchar sobre Roma, já ele tinha, a seus pés, o coração da Itália. Os senhores esquecem isto, porque vêem apenas a superficialidade, o espectaculoso, o lado decorativo, exterior, teatral das atitudes, sem lhes apreender a essência íntima, o frémito de vida que as anima.

Ora até hoje ninguém viu surgir entre nós, de nenhum ponto do horizonte, os homens que poderão fazer essa ditadura, porque ninguém descortinou ainda um movimento nacional com aquelas características. Aspirações mais ou menos definidas, noção intuitiva ou raciocinada do caminho da salvação, essas existem certamente, e cada vez mais insofismáveis. Mas ninguém viu ainda um grupo de homens em que essas aspirações tomassem corpo e que a nação apoiasse clamorosa. Portanto, se neste momento alguém apoia uma ditadura, ou é a ditadura dos concussionários e dos incompetentes, ou a ditadura do Acaso, a aventura no Desconhecido, o grande salto no abismo em trevas. E todos nós a pregarmos, a advogarmos, a acalentarmos a ditadura do primeiro que surgir naquela esquina! E todos nós a rogar, a rezar todos os dias no íntimo das nossas almas fervorosas pelo *ditador da encruzilhada*! Súcia de imbecís que somos (perdoem que lho diga), súcia de feiticistas das palavras a quem as palavras bastam, súcia de adoradores do Verbo que se não fez carne nem peixe mas que se pode fazer peixe-espada, súcia de escravos vis sobre que os aventureiros trepam, às

Slhi

escaladas inconfessáveis e às torpezas sem nome! E contra esta imbecilidade colectiva, estas preces universais *ad petendam dictaturæ*, esta incompreensão capital de que a ditadura (como os venenos) pode ser o pior e o melhor, a salvação ou a morte, a glória ou a ruína, o fim das oligarquias ou o maior domínio delas, – contra isto só clisteres de esterco das redacções – que ia eu dizendo, só a imbecilidade senil das pachouchadas de *O Rebate* (6), só as defesas da Constituição pelos vazios de toutiço, contra o Verbo só outro Verbo, que estes parvos não vivem senão das palavras, pelas palavras e para as palavras.

Enquanto não surgir, pois, o grupo que mereça a confiança da Nação – se é mister que surja – *e que terá de ser, forçosamente, de figurino e tendências antes trabalhistas que mussolinistas* (os nossos problemas fundamentais são os da justiça, da repartição, da ordem moral e do trabalho), todos nós, seja qual for o conceito em que tivermos o actual parlamento, o devemos defender contra a ameaça do desconhecido, não já porque é o parlamento, mas porque representa uma *ordem*, mesmo instável, uma *segurança*, mesmo insuficiente, uma *garantia*, mesmo precária, e a ditadura mais provável seria a supressão certa de toda a ordem, de toda a segurança e de todas as garantias. Prefiro uma câmara a uma ante-câmara, dizia Cavour; e eu uma câmara aos escritórios da rua dos Capelistas ou à tirania pimpona mas descerebrada de certas casernas.

A história do parlamento, é certo, não tem sido brilhante no nosso país (eu pergunto se modernamente alguma outra instituição tem tido entre nós uma história brilhante: universidades, associações, sindicatos, academias; em Portugal há o costume de atribuir apenas a burrice aos políticos; os outros

---

(6) *Orgão do P.R.P.*

Slhi

são todos génios). É certo, a história dos nossos parlamentos não tem sido brilhante, mas tem sido porventura mais brilhante a das nossas ditaduras? Comparem os senhores, e verão os resultados imprevistos a que chegam, e como se admirarão da sua falta de memória e da ineficácia absoluta da experiência. Vejamos. Que foram o *superavit* de Afonso Costa (7) (de que já ninguém duvida) e a *lei-travão* (8), senão conquistas parlamentares? E quando é que o regabofe do compadrio atingiu as alturas alucinadas do delírio, quando é que os políticos talharam mais largas mangas no estreito pano da nação, senão nos períodos das nossas maravilhosas *ditaduras*: ditadura acéfala do governo provisório, ditadura acéfala de Sidónio Pais, ditadura acéfala de após-Monsanto, e até a efémera ditadura ultra-acéfala dos outubristas, que foram todas, sob mais de um aspecto, *verdadeiras calamidades nacionais?* Vejam os senhores: a lei-travão um acto do parlamento, o 10 de Maio (9) uma data da ditadura, e digam-me se *as ditaduras não têm sido, entre nós, mil vezes mais nefastas que os parlamentos.*

Evidentemente, é muito fácil criticar o parlamento, como qualquer instituição social, e sempre com razão às carradas: mais difícil é, porém, encontrar alguma coisa que o substitua. Se nós todos tivéssemos asas, era bem melhor que pagar o bilhete do eléctrico. Os senhores vão-me dizer que não crêem na possibilidade imediata de termos asas. Hum! não acredito; no fundo todos os senhores crêem em fadas cor de rosa e nos poderes milagreiros da varinha de condão.

---

(7) *Chefe do governo e ministro das finanças em 1913-1914*

(8) *Sob proposta de Afonso Costa, o Parlamento aprovou em 1913 uma lei pela qual nenhum deputado ou membro do governo poderia propor lei que implicasse diminuição de receitas ou aumento de despesas uma vez aprovado o orçamento.*

(9) *Alusão aos 33 suplementos ao* Diário do Governo *de 10 de Maio de 1919 (governo Domingos Pereira), designadamente o elevadíssimo número de nomeações para cargos públicos, algumas das quais provocaram escândalo.*

Slhi

Por hoje basta, que já sinto falecerem-me as forças, como a Camões no canto décimo, e, ao contrário do sr. Cunha Leal, eu não vivo da política. Outro dia, mais tarde, falarei no parlamento, nos factos que têm contribuido para o seu desprestígio, no que se poderá fazer para o transformar num verdadeiro órgão da opinião e da vontade nacionais.

RAÚL PROENÇA

P. S. – À hora de encerrarmos este artigo, foram concedidas ao actual governo ([10]) as mais amplas autorizações parlamentares. É uma ditadura? Será, mas uma ditadura sob a imediata fiscalização do parlamento, uma ditadura democrática, que presta conta dos seus actos junto do que existe entre nós de *opinião pública organizada*, alguma coisa já dessa *governação excepcional* que a *Seara Nova* vem reclamando para um dado programa e homens honestos e competentes. Estarão os homens do governo à altura da situação que lhes foi criada? Será esta ditadura, *preparada já por alguns actos que se impuseram à opinião pública* (sublinho isto, que joga com tudo o que digo atrás), a *boa ditadura*? Fazemos votos por que assim seja, embora haja muita gente a sentir que não é esta a *ditadura que eles sonharam* – porque não foi feita por eles, ou porque se pôde pôr em pé sem *coup de théatre*. Sem *coup de théatre*! Os senhores concebem que se possa salvar uma pátria sem homens de génio e sem *coup de théatre*?!...

(N.º 32 - 1/III/24)

([10]) *Presidido por Álvaro de Castro*

Slhi

Texto 4

POLÍTICA, PARLAMENTO E COMPETÊNCIA

O estudo das reformas a introduzir no sistema constitucional da República Portuguesa parece interessar, neste momento, muita gente; nas notas seguintes se esboçam, sem preocupações de novidade, alguns aspectos da questão parlamentar.

A urgência em fazer adaptar as fórmulas políticas fundamentais dos sistemas democráticos às necessidades da vida social, torna-se dia a dia maior. Os políticos que souberem ver fundo terão compreendido, com certeza, de há muito, que, se a uma grande parte das convulsões que têm agitado vários países, e especialmente o nosso, é devido o agudo aspecto das questões económicas – não é menos certo que essas questões poderiam ser mais simplesmente solucionadas, uma vez corrigidos os excessos de política no governo, e acrescido este dum sistema depurador, técnico, de carácter acentuadamente social.

Não sustentamos, é claro, que nisso esteja a chave para todos os problemas sociais e políticos; pensamos mesmo que o mais grave problema português, o primeiro que desejaríamos ver a caminho da resolução, é o da educação das classes populares, – e sobretudo das classes dirigentes. A verdade é que o estudo correlativo de todas estas questões se impõe com dolorosa evidência.

Nunca será possível, sem a menor dúvida, um perfeito governo democrático enquanto a selecção dos representantes do povo e a dos membros do poder executivo se não fizer entre os *melhores* – intelectual, moral e profissionalmente considerados. Sabemos que a selecção política (a única hoje

Slhi

realizada) é a menos perfeita, acontecendo geralmente que *passam adiante,* e dirigem portanto, os mais combativos, astutos e ambiciosos, – que não são em geral, infelizmente, os mais tenazes, inteligentes e conhecedores. Ainda se o fossem, não seria difícil que os povos lhes perdoassem as vaidades, as disputas e os erros...

Mas contra essa *selecção política* não há remédio que valha: é ela a própria feição fundamental na fisionomia dos regimes democráticos, a garantia jurídica (na prática bastante fraca) dos direitos chamados da *soberania nacional.* Não pode eliminar-se sem grave risco dessa mesma soberania. O caminho está pois indicado, na necessidade de corrigir os males dessa selecção, ajustando-se aos órgãos de governo um outro em cuja constituição se apliquem quanto possível esses princípios de selecção *intelectual, moral* e *profissional.*

O sistema republicano português – representativo de feição parlamentarista, – tem por base o Congresso nacional, formado por duas câmaras distintas, dos Deputados e Senado, às quais competem diversas funções designadas na Constituição, todas elas atribuindo quer a uma, quer a outra câmara, um carácter nìtidamente político. Para uma e outra, ao tratar-se de eleições, se habilitam os partidos, aspirando às maiorias ou minorias. Numa e noutra se acham distribuidos os representantes, segundo o discutível conceito de «esquerdas e direitas»; idênticos são numa e noutra os processos de votar, as opiniões dominantes, os pontos de vista adquiridos, as paixões incuráveis; só uma diferença essencial: o número de atribuições de iniciativa privativa. No mais, parecidas como dois ovos da mesma galinha.

Dir-se-á que, visto isto, uma das câmaras é inútil, e urge eliminá-la, reduzindo o Congresso a uma câmara única.

Concordaremos quanto à inutilidade de uma delas – o Senado – e desejaremos a sua eliminação; já não entendemos, porém, que só à Camara dos Deputados devam ficar pertencendo atribuições legislativas.

Slhi

Acima dissemos que urgia adaptar os sistemas políticos às necessidades actuais do povo; são estas de duas ordens, intimamente relacionadas: morais (ou educativas) e económicas. Para a satisfação de umas e outras importa criar, junto do mais alto poder do Estado, uma organização que corrija as enormes deficiências técnicas da representação política. Esta distingue-se geralmente pela combatividade – oposta da serena atitude de estudo; pela unilateralidade de conceitos – oposto do livre e racional exame das questões; pela aspiração de ser governo e servir clientelas – oposto do desejo de por igual servir o comum, sem detrimento de nenhum interesse.

É pois oportuno perguntar se é o Senado a organização requerida para moderar ou corrigir esses graves defeitos da câmara política – os deputados. Os que defendem a existência do Senado, ou câmara semelhante (Pares, Lords, etc.) argumentam de forma a entender-se que o consideram um moderador ou depurador dos excessos da câmara baixa, quer por mostrar tendências mais conservadoras (?), quer porque os seus membros são mais idosos e, por consequência, mais ponderados, quer ainda porque um segundo exame do mesmo assunto, feito por uma entidade diversa da que primeiro o abordou, deve comportar o aperfeiçoamento e a simplificação das resoluções achadas. Teòricamente, está certo. A prática, porém, desmente que assim seja. Os erros saidos duma câmara são, por via da regra, confirmados na outra.

Acrescente-se a isto que os senadores nenhuma garantia profissional ou técnica oferecem ao público, além das oferecidas pelos deputados, para que se possa sustentar o seu poder de imparcial e serena revisão da matéria legislada.

Vemos pois que a organização e espírito das duas câmaras, sendo idênticos, nada acrescenta o Senado à obra dos deputados e, se por excepção o faz, sujeita-se aos riscos da reunião do Congresso, onde os deputados levam a melhor. Ainda havia

Slhi

alguma coisa a esperar da iniciativa privativa do Senado: mas a nossa Constituição, dando aos deputados a melhor parte das iniciativas privativas (matéria de impostos, defesa nacional, revisão constitucional, etc.) acabou de cortar aos senadores tudo o que fosse autonomia de ideias e responsabilidade própria, e impediu-o até, por generalização desse espírito cerceador, de levantar as questões sobre que poderia pronunciar-se com liberdade – como o ensino técnico, a educação infantil, o sistema de contas públicas, e quantas outras mais!

Ficou assim o Senado reduzido a uma câmara de confirmação, onde raramente se introduzem emendas de vulto, ou se transformam os maus projectos em boas leis, e onde raríssimas vezes surge uma iniciativa com que a nação tenha a lucrar.

– Se assim é, porque hesitar em eliminá-lo?

* * *

Em seu lugar, porém, alguma coisa deveria erguer-se, uma instituição à qual coubesse sobretudo completar e apurar as leis vindas dos deputados, estudando-as através dos diferentes critérios técnicos e profissionais, analisando a sua aplicabilidade ou probabilidades de êxito, os seus efeitos políticos, sociais, económicos e educativos; uma câmara com larga iniciativa em matéria de finanças, de economia, de educação; em resumo, um cérebro pensante ao lado do sentimento político representado pelos Deputados, em íntimo contacto com o poder executivo e as classes ou interesses sociais, inspirando e orientando aquele quanto à resolução de tantos casos intrincados da administração pública, substituindo com vantagem as comissões por que se acha distribuido o serviço de estudo das leis, e que não são afinal senão miniaturas de parlamentos, raras vezes vendo melhor

Slhi

ou mais desapaixonadamente que as câmaras de que fazem parte...

Na vida duma sociedade há mil questões que exigem da parte dos dirigentes (governo e parlamento) o mais cuidadoso estudo, feito com visões de conjunto e apuros de detalhe. As câmaras políticas podem ver (admitamos que vêem) o conjunto *político* e o pormenor *político* das coisas; o que elas não vêem geralmente, porque não podem e não sabem (há poucas excepções), é o conjunto *social,* e o pormenor *social.* Não acreditamos que seja alguma vez possível que um parlamento *exclusivamente político* estude com clareza e proveito geral uma Reorganização da Educação nacional, uma lei de sindicalização perfeita, um projecto de divisão dos latifúndios, uma resolução para tantos problemas económicos (*); e isto, porque os parlamentos não são câmaras de técnicos, e porque se deixam guiar com maior ou menor sinceridade por ideias simplistas que possam cativar as massas incultas do Povo – infelizmente tão grandes...

Para essas missões, que participam da obra de ciência, impõe-se a substituição do Senado por uma Câmara pouco numerosa, em boa verdade um *Conselho Técnico Nacional* – «representação orgânica das forças sociais» como lhe chamou Oliveira Martins (*Dispersos*, vol. I, 105).

O problema reside agora em se determinarem as fontes ou origens dessa representação, e em se resolverem questões de forma, – eleição, número de representantes, sistema de votações, iniciativas, etc. Procuraremos agrupar os sistemas sociais em categorias distintas: teremos as fontes da representação. Estudaremos depois o *valor social* de cada

(*) A confirmá-lo vem o facto de terem sido decretadas em ditadura, na Monarquia e na República, muitas medidas das mais urgentes para o país, códigos, etc. Seria curioso elaborar uma relação desses diplomas com força de lei.

SIhi

categoria, e, em harmonia com ele, gizaremos a forma das eleições e restantes questões que ficam apontadas.

J. RODRIGUES MIGUÉIS

(N.º 39 - XI e XII/24)

Slhi

Texto 5

O PROBLEMA CAPITAL DESTA REPÚBLICA

ROTATIVISMO POLÍTICO E ESTABILIDADE GOVERNATIVA

Parece que o problema capital desta República é agora o aniquilamento absoluto dos pequenos agrupamentos partidários. É este, como se sabe, o *mot-d'ordre* olímpico dos *bonzos* eleitos no último congresso democrático. Estamos na hora extremamente pícara em que os Tavares Ferreira (1), *travestis* em Cipiões, pronunciam o *Delenda Carthago.* (Creio que a venerável memória de Cipião me perdoará este símile desrespeitoso). E o mais interessante do caso é que entre os políticos que parecem dispostos a dar a sua adesão a esse pitoresco plano de extermínio, estão precisamente os independentes! Enfim, é um tributo prestado ao génio e à inteligência. Não teríamos sido lógicos, se tivessemos tido lógica uma só vez na vida.

O que se pretende, afinal? Fundar o rotativismo e assegurar a estabilidade governamental.

Mas, embora se possa divergir com boas razões do rotativismo, o que é certo é que há um rotativismo saudável, como há um rotativismo doentio, e até criminoso; uma estabilidade benéfica, ao lado duma estabilidade perniciosa. Analisemos.

O rotativismo só pode constituir uma modalidade saudável da vida política quando é exercido por dois partidos de feição

(1) *Professor primário e inspector escolar; deputado democrático.*

Slhi

doutrinária divergente e oposta, quando esses partidos representam dois grandes sistemas gerais de opiniões perfeitamente distintas e um deles seria na vida política e na governação o correctivo indispensável do outro. É o que se dá entre nós? Evidentemente que não. Ambos os partidos que neste momento, depois da irradiação dos *canhotos,* pretendem alternar-se no poder, têm uma feição caracterìsticamente conservadora. Não se distinguem um do outro senão pelas pessoas que os constituem. Alternar-se-iam, pois, as gamelas, não se alternariam as opiniões. Seria um rotativismo de estômagos, não seria um rotativismo de tendências. É esse que os srs. querem, para maior triunfo da democracia, parecendo assim assegurar a perfeita normalidade do sistema republicano, quando não fazem mais que falsificá-lo e pervertê-lo?

Também toda a gente reconhece, como uma condição da vida hígida do Estado e do bom funcionamento das instituições políticas, um mínimo de estabilidade governativa. Muito bem. Mas nós não ficamos por aqui – e é nisto que nos distinguimos dos brutos. Reconhecemos igualmente que acima da estabilidade há os princípios, as aspirações, as capacidades, o valor dos partidos em benefícios dos quais ela se realiza. Nada mais proveitoso para o país que a estabilidade dum governo de homens inteligentes, honestos, livres de toda a clientela financeira, desempoeirados do espírito, com bastante largueza de inteligência para compreender na sua essência e nas suas diversas modalidades os problemas nacionais, com bastantes capacidades de acção para começar a resolvê-los, com bastante energia para meter na ordem todos os que conspirem contra ela, com bastante carácter para não trair as belas promessas do tempo da propaganda, a que miseràvelmente estamos faltando todos os dias. Mas a estabilidade dum governo de *bonzos,* incontestàvelmente estúpidos (com ofensa e sem favor), de inteligência empedernida por uma fossilização multi-secular (o sr. Silva

Slhi

Barreto (2), por exemplo, é do jurássico inferior), absolutamente incapazes, por constituição mental, de ver os problemas com toda a sua clareza e amplitude, e ainda por cima pertencendo na sua maior parte à firma Parlamento, Nunes & C.ª (3), com as afinidades mais suspeitas, essa é decerto a maior calamidade que pode sofrer qualquer país. Eu concebo um governo de bonzos desta força como uma nova praga de gafanhotos que viesse cair sobre a terra portuguesa.

Estabilidade governamental? Teve-a o penúltimo ministério presidido pelo sr. António Maria da Silva – e vimos o que isso foi. É que a estabilidade não pode dar virtudes a quem as não tem, nem transformar um gabirú em apóstolo e uma besta em génio resplendente. Já dizia M. de la Palisse – que também era bonzo à sua maneira –, nos seus discursos de nove léguas, que quanto mais tempo um mau governo se conserva no poder, tanto pior para o país. Profunda verdade de M. de la Palisse, que teimamos em não compreender! A estabilidade vale o que valem os governantes – boa se os governantes são bons, má se são maus.

Mas nós somos o povo das panaceias. A panaceia é, como se sabe, uma droga que cura fora de todas as condições específicas e concretas do mal a combater. A nossa mentalidade de selvagens encasacados (e tanto mais selvagens quanto mais encasacados) predispõe-nos para a aceitação desses remédios absolutos. Por isso pregamos também a ditadura – independentemente da qualidade dos governantes. Pobrezinhos de espírito, papagueadores de frases, engulidores de pílulas políticas, maltrapilhos da inteligência (bonzos, bonzíssimos, porque realmente eles têm razão, o país é bonzo, o país é deles), as palavras *só por si* têm para nós um prestígio absoluto e maravilhoso.

---

(2) Ver 1.º vol., p. 202 (nota 5).
(3) Alusão provável à falência da Casa Bancária Nunes & Nunes.

Slhi

Mas nesta pregação das novas *trouvailles* do Sr. António Maria da Silva nem todos vão assim ao engano. Quando defendem o rotativismo e a continuidade governativa, esses sabem bem o que defendem. Obedecem apenas àquela máxima de D. Sebastião em Alcácer-Quibir: *Comer – mas devagar.* E à letra da cantiga: *Ora agora comes tu – ora agora como eu – comes tu mais eu.*

Demais (sem por forma nenhuma querer esquecer os erros e monstruosidades jurídicas cometidas por accionistas e canhotos), todos nós vimos que as únicas acções reformadoras que ainda foram esboçadas em Portugal partiram desses *pequenos grupos,* que hoje se pretendem aniquilar, em holocausto à política de engrandecimento dos bonzos e nacionalistas. Seria a demonstração de que não só *esta República* não satisfaz as aspirações que a criaram, como se aposta em afogar à nascença todo o germe de independência e de claridade política.

Como jornalista republicano que procura sempre clarificar as ideias e chamar os espíritos para o *concreto* (que nisto de ideias de política geral também há noções concretas, ao contrário do que muitos errada e abstractamente supõem), ponho de sobreaviso todos os verdadeiros republicanos, todos aqueles que mantêm ainda vivas as aspirações da propaganda contra a ameaça duma das maiores traições dos políticos contra a República. O que se pretende fazer é matar toda a esperança de renovação, aceitar os dois partidos como tendo já em si as condições suficientes de adaptação ao pensamento político do país, como representando idóneamente as profundas divergências de opiniões e de tendência entre republicanos. E isso é falso, mil vezes falso! Sei-o por mim, por muitos, pela melhor gente de Portugal! O que há de mais nobre, de mais vivo, de mais inteligente, de mais claro, de mais puro na República não pode estender-se nos dois leitos de Procusto que lhe querem talhar os políticos corruptos

Slhi

e corruptores. O que se pretende fazer, dizemo-lo mais uma vez, é um rotativismo artificial e uma estabilidade ministerial perniciosa. Quer-se estabelecer em firmes bases o compadrio dos partidos políticos adversos. Quer-se explorar o país à custa duma ficção política. Quer-se condenar ao ostracismo os republicanos que não querem *assim* esta República. Consentiremos? ou protestaremos – e iremos, no campo da legalidade, mas com a máxima violência, até onde for preciso?

Pela minha parte, declaro desde já que estou disposto, se isso se consumar, às atitudes que mais me repugnam – inclusive a formação dum grande partido de protesto que seja, para *esta República,* o que o partido republicano foi para a monarquia. Esse partido não terá para o defender a pena de João Chagas; mas terá a minha pena, que é ainda a pena dum jornalista!

RAÚL PROENÇA

(N.º 52 - 15/VIII/25)

Slhi

Texto 6

COMPETÊNCIA E GOVERNAÇÃO (1)

I

(...) Começarei o necessário exame da situação por perguntar, agora, se estão hoje nos partidos políticos portugueses, naturais viveiros dos nossos ministros, dispostas as coisas de maneira a promover-se o apuramento daquelas qualidades basilares que defini, e a cultura e conservação adentro das fileiras partidárias das individualidades capazes de honrar, em plena produtividade, o pesado compromisso ministerial que é assumido – recordemos isto – não apenas para com um partido ou facção mas para com a nação inteira? Penso que ninguém, atento ao desenrolar dos actuais processos políticos em Portugal, poderá dar convictamente, resposta afirmativa a tal pergunta.

Que o meio partidário é adverso à selecção dos melhores valores políticos provam-no a constante deserção (mais ou menos declarada) de individualidades marcantes, a absoluta carência de novas filiações de vulto, o afastamento sistemático de alguns dos melhores propagandistas do regime.

Que os próprios partidos sentem essa incapacidade governativa, à míngua de competências, provam-no ainda os repetidos casos de apelo, para a constituição dos governos, a elementos estranhos à política dominante, nem sequer parlamentares por vezes, e quase sempre feito este apelo nas ocasiões mais difíceis, quando uns lampejos de lucidez de consciência fazem sopesar devidamente aos presidentes de conselho as responsabilidades em que incorrem ao constituir

---

(1) *Conclusão de um artigo.*

SIhi

gabinete. Acresce ainda que, se um ministro partidário, havendo logrado tempo – o que é raro – para afirmar-se, realmente conseguiu a manifestação de competência governativa, quase sempre o fez desagradando à corrente partidária donde proveio, pois que na ânsia de adquirir a independência necessária para bem governar, breve se emancipou dos estreitos moldes partidários que só apoucavam a sua promissora individualidade.

Convenho no lugar comum de que os *partidos se fizeram para governar* embora me julgue capaz de aduzir argumentos a favor da tese que esse seu governo o devem os partidos exercê-lo mais através do exercício do poder legislativo, pela constituição do Parlamento, do que pelo poder executivo, constituindo gabinetes ministeriais. A reclamada independência dos dois poderes seria menos sofismada se a pretensa liberdade de escolha dos ministros, atribuida ao Presidente da República, lhe permitisse guiar em cada passo essa escolha pelo simples critério da competência afirmada. Além de que o processo que vamos seguindo de chamar ao governo o maior número possível de parlamentares – descobrindo entre as funções deputado e ministro afinidades que de facto não existem e equivalências de valor apenas casuais – é com certeza o mais avesso a tal independência, todavia condição orgânica basilar nos termos da Constituição. Nem há que objectar contra este ponto de vista com a instabilidade, em regime parlamentar, de governos constituidos sem sujeição às prescrições partidárias, ameaçados à primeira voz de um fracasso no Parlamento. Pois se um governo na realidade competente (cujos elementos, como é óbvio, mais fàcilmente se recrutarão pela escolha livre, dentro e fora dos partidos) tomar posse dos selos do Estado com o apoio do país consciente, forte do passado sem mancha dos seus homens e dos serviços públicos por eles inèquìvocamente já prestados, pois se um tal governo, digo, se apresentar aos representantes

Slhi

da Nação, como haverão estes a coragem de derrubá-lo procedendo de ânimo leve à inutilização do seu esforço honesto e respeitável? Fazendo-o, apenas acentuariam mais as insuficiências do regime parlamentar quando assente em um eleitorado sem educação cívica, e seria então este regime e não o preconizado para a constituição do poder executivo que se mostraria incapaz de bem servir a Nação. Porém eu entendo que não há o direito de fazer estes juízos desfavoráveis, por precipitados; a experiência, pelo menos em termos concludentes, do governo a que aludo não foi ainda feita. Façamo-la com grandeza de alma; e falemos então para condenar ou para aplaudir, segundo o resultado.

Dou entretanto de barato, para defesa da minha tese inicial, que continuemos agarrados ao processo de recrutamento ministerial vulgarmente seguido, isto é, que os nossos governos só são viáveis quando respeitadas as afinidades partidárias. Mesmo assim, sustento, poder-se-ia fazer melhor do que vamos fazendo, com prejuízo dos superiores interesses nacionais. E sou assim chegado, na demonstração desta afirmativa, à combatida intervenção das competências técnicas na formação dos governos. Simplesmente a questão é complexa e a paciência do leitor tem limites: aguardemos pois o ensejo de outro artigo.

(N.º 52 - 1/IX/25)

II

Vinha eu dizendo, pois, no n.º 52 da *Seara Nova* que, ainda mesmo a continuar talhada essencialmente nos moldes actuais, de sujeição partidária, a constituição dos nossos ministérios, uma atenuante pode ser encontrada, para o bem comum, aos defeitos de tal sistema.

Slhj

Reside essa atenuante precisamente na colaboração governativa de alguns homens de nome consagrado, possuidores daquele conjunto de qualidades exigíveis a um ministro que se imponha, e aos quais sejam confiadas as pastas requerendo maior independência, maior continuidade de acção e o mais perfeito conhecimento dos problemas interessando a economia nacional. Quero referir-me, como o leitor está vendo, em especial àqueles departamentos da administração do Estado pelos quais tem de exercer-se a acção essencial do fomento da riqueza pública, absolutamente incompatível na gerência dos respectivos negócios já com os governos-relâmpagos que vamos tendo, já com o tentar das asas de estadistas em aprendizado, já de um modo geral com a mesquinhez de conceitos e a frouxidão de processos que a nossa política dominante traz inseparàvelmente consigo, para desespero dos patriotas em estado de plena consciência. Estamos num país que patenteia aos olhos de todos os *deficits* da sua produção fundamental, a de carácter agrícola; que deixa estragar, até à inutilização quase completa, a obra das passadas gerações, exemplo o estado das nossas estradas; que traz em aberto o tratamento inicial de problemas que outros desde há muito resolveram, e está finalmente na situação verdadeiramente vexatória de manter desaproveitados, com uma prodigalidade imbecil e criminosa, os recursos naturais que possui, os únicos com que, afinal, legìtimamente devia contar. E sobre este quadro a inconsciência pavorosa da grande massa ignara e o tripudiar dos nossos políticos, entretidos com as questiúnculas de regedoria e, por agora, absortos nas altas combinações eleiçoeiras! Há que pôr um limite a tanto desvairamento!

Requerem-se estímulos de toda a espécie à produção, não sendo o menor deles a garantia da segurança pública *que também obriga a um completo alheamento da intriga política por parte dos ministérios encarregados de velar pela ordem.* Requer-se, para salvaguarda das iniciativas agrícolas ou industriais, uma

Slhi

certa continuidade de critério administrativo, por agora francamente proteccionista, e onde vamos nós encontrá-la sem a chamada *neutralização* de determinadas pastas, as do fomento nacional? Requer-se o estudo e a execução de obras de interesse geral que ao Estado cumpre sempre lançar, embora fazendo todo o possível por incumbir à administração particular o financiamento dos respectivos encargos (e isto sem falar na reconstituição do muito que jaz desmantelado do nosso património); mas como conseguir também que a sério cuidem de tais questões primordiais os ministros partidários que habitualmente temos, os próprios a confessar na roda dos amigos, findo o primeiro mês de exercício, que nada conheciam dos problemas a versar em seus ministérios, e que logo são forçados no mês seguinte a entregar em outras mãos, por igual inexperientes, a gerência da administração pública?

De forma que ando sempre aqui em roda da mesma tese: que devem os governos partidários, ou melhor, os governos saídos das indicações (?) parlamentares – a não querermos ter a coragem de ensaiar sistema mais liberto de compromissos e mais capaz – fortalecer-se com a colaboração proficiente de alguns elementos recrutados segundo o exclusivo critério da competência insofismável, que a todos se imponham, e que, transitando de governo para governo, não hajam que ser atingidos pelas contingências da vida partidária, e logrem, enfim, lançar os fundamentos de uma obra perdurável em benefício da Nação.

Trata-se de garantir para já, à falta de melhor, um sistema segundo as leis da simbiose, usando linguagem de biólogo, fornecendo os homens livres assim integrados na obra governativa, quando directamente escolhidos por quem de direito, aos governos acorrentados à ficção política dominante, o prestígio do seu nome e o real valor que representem o seu saber e a sua competência, e recebendo em troca estes ministros

Slhi

extra-partidários, dos governos em que se enquadrem e das forças políticas que lhes sirvam de apoio, as possibilidades de intervenção na obra administrativa do país, da qual andariam por outra forma arredados, com prejuízo colectivo.

Há que fazer sacrifícios de parte a parte, para tornar estável uma situação destas? Sem dúvida; mas os interesses nacionais em jogo ordenam tais sacrifícios; e desde que, conforme já expus no meu relatório, «Dois meses no Ministério da Agricultura», aqui mesmo publicado, estejam assegurados a quem haja de participar em tais governos, pela política geral do gabinete, um nível elevado para o prestígio governativo, filho essencialmente do respeito pelo princípio da autoridade, e uma independência de movimentos para os actos essenciais do poder, não devemos julgar como inviável aquela simbiose de patrióticos intuitos.

É já mesmo fácil encontrar, com o exame da política do momento, exemplo favorável a esta tese e do conhecimento de todos. Pois não tem sido possível conservar na pasta da Marinha, apenas com a curta interrupção do governo de José Domingues dos Santos, e desde o já afastado governo Álvaro de Castro, o titular (1) que hoje a ocupa ainda, com inteira independência perante as correntes partidárias? E desta permanência através da série de três ou quatro governos, encontrando sempre pela frente os mesmos problemas que apenas ficam de uns para outros agravados, não vem resultando, aos olhos de todos, pelo menos a vantagem de um plano que se esboça, de um princípio de realizações que tomam corpo e de uma directriz lançada com apreciável firmeza? Não estamos assistindo, pelo menos, a esta coisa que já nos ia parecendo impossível – a nós, de um país de marinheiros – de acreditarem de novo as gentes que foi para navegar que

(1) *Comandante Pereira da Silva.*

Slhi

se fizeram os nossos barcos e que é no mar onde deve passar-se o melhor da vida dos nossos marujos, bons entre os primeiros quando devidamente adestrados?

Pois não vai assim furtando-se, entre outros benefícios superiores, ao convívio revolucionário da cidade, que a ociosidade alimenta, a massa irrequita da nossa marinhagem?

E seria então isto possível com ministros da Marinha renováveis por trimestres, fazendo política partidária do seu posto, e inteiramente desintegrados das aspirações da corporação da Armada, ao mesmo tempo que desconhecedores em absoluto das suas necessidades prementes quanto à parte da defesa nacional a seu cargo?

Fixemos pois este exemplo e procuremos ampliar-lhe os efeitos benéficos. E quando amanhã, por um tácito acordo entre os políticos militantes, puder a escolha de determinados ministros, para as pastas atrás indicadas, ser feita livremente e honestamente, tendo apenas em conta a capacidade dos eleitos, ver-se-á então, no nosso reduzido meio, em que todos se conhecem, se sim ou não caberá a técnicos de superior quilate, àqueles que se dedicaram ao estudo sintético dos problemas nacionais e os conhecem com suficiente penetração para sentir-lhes o valor e o grau de acuidade de cada um, a honra de participar no governo da Nação, vindo a representar ali aqueles que na realidade sabem contra os que só fingem saber, e os que têm da política um conceito científico contra os que dela formam um juízo superficial e cuidam que o país se circunscreve urbanamente ao Terreiro do Paço e a S. Bento e ruralmente às terreolas sertanejas, onde de longe a longe trabalha, pelo acreditado sistema caciqueiro, a máquina maravilhosa de fazer deputados!

M. DE AZEVEDO GOMES

(N.º 54 - 3/X/25)

Slhi

Texto 7

COMO EU ENTENDO A REVOLUÇÃO

Não tendo ilusões sobre a influência política destes artigos, (já passei a idade das ilusões dessa espécie) concordo, no entanto, que só se ganha em esclarecermos o nosso pensamento, quando se apresentam dúvidas ou se notam confusões. Todos nós sabemos que tanto as discordâncias como os acordos de enganosa aparência, provêm da diferença de significação dada às palavras e às expressões e que só se desfazem umas e outras, quando se percebe *o que cada um queria dizer na sua.*

Entre algumas manifestações de dúvida e possível confusão produzidas, escolho uma, por vir bem de molde a eu me explicar, tanto mais que é de um homem sincero, amigo e muito inteligente. Respondendo-lhe, explico-me para todos.

Disse-me ele:

«Nós também somos revolucionários, mas queremos a revolução espiritual que transforme a revolução final da rua num simples episódio epilogal, ou que se prepare uma *ditadura consentida.* Creio que você também considera a revolução espiritual, não só a mais importante mas indispensável. Se soube ler os seus artigos julgo ver neles essa ideia, embora latente».

Nestas palavras está posta a grande questão, que é a de se saber em que orientação fundamental deve assentar o início da obra de ressurgimento progressivo do povo português. É a grande questão, que merece e até exige que cada um se pronuncie claramente sobre ela, como é direito e dever de todo o cidadão.

Nas palavras transcritas, no primeiro período, que é o de

Slhi

maior importância, está a dúvida fundamental do problema, e no segundo pode estar a confusão. Vamos a ver.

Segundo julgo compreender, aquele amigo é revolucionário, entendendo ou desejando a revolução de duas maneiras, que, pela forma como se exprime, se não combinam, antes se excluem. Primeira maneira: revolução espiritual, da qual resulte ser a revolução da rua um simples episódio e um epílogo.

Isto, para mim, é obscuro; não entendo bem.

Se aquele fenómeno espiritual é realmente uma revolução, para que serve esse episódio epilogal da revolução da rua? Como é que uma revolução nos espíritos tem de ter ou para que há-de ter como fecho, como epílogo, um conflito armado, na rua? Além disso, como não creio que a expressão «revolução espiritual» indique uma transformação repentina, ou quase, nos espíritos (aquele meu amigo é demasiado sabedor para acreditar em mágicas políticas) resulta que o termo revolução se aplica a um fenómeno de transformação lenta, à qual pode caber o termo revolução no seu sentido científico, astronómico ou filosófico, mas que se presta a confusões, tomando-o no sentido político corrente. Revoluções espirituais, no género ultra-rápido, são as conversões, à maneira da de S. Paulo; mas essas coisas não são para aqui. É por tudo isto que eu disse e repito que aquela primeira forma de entender a revolução é, para mim, obscura. A segunda maneira de a entender é mais clara: preparar uma ditadura consentida.

Estou de acordo com ela? Conforme... Depende esse acordo, mais uma vez, da significação dos termos, de darmos os mesmos nomes às mesmas coisas.

Com o que eu estou completamente em desacordo, se soube ler bem, é com a primeira maneira, pondo mesmo de parte o obscuro do episódio epilogal da luta na rua.

Essa forma de fazer a revolução e o que os conservadores e reaccionários querem, é uma e a mesma coisa. É o caso do trabalho de Penélope, mas desfeito por mãos alheias, pelas

Slhj

mãos deles. Isto é tão claro que eu estou mesmo convencido que naquelas palavras sobre revolução espiritual há uma ideia que se não exprimiu ou que eu não soube descortinar.

Como eu entendo a revolução, provém do problema, para mim, mais importante a resolver, do qual dependem todos os outros. Dum modo geral todos pensamos assim; o que varia é o problema que se considera mais importante. É assim que para uns tudo depende do problema da instrução e da educação; para outros é o problema colonial; para outros tudo depende da boa solução da crise industrial, etc. Há até a moda, entre os acácios, de resumir a questão toda dizendo que em Portugal, o grande mal é *a crise de carácter que se atravessa.*

Eu creio, ao contrário de muita gente, (mas, nesse ponto, de acordo com os conservadores que preparam o seu golpe de Estado) que nenhum daqueles problemas é o mais importante e que, pelo contrário, todos eles, para bem se resolverem, dependem doutro, do problema político.

Há pouco tempo, o sr. Ezequiel de Campos, cuja competência em questões agrárias é das maiores, disse, discursando em Santarém, num comício de propaganda política: «O problema político só pode ser resolvido depois do problema agrário». («Diário de Notícias», 28-8-925).

Esta é uma das muitas frases-enigmas, com aspecto de claras, que frequentemente se lançam ao público, que aplaude... sem saber porquê. Eu estou convencido de que se o sr. E. de Campos pensasse bem no que ia dizer e não fosse arrastado pela onda de oratória de comício, à qual quase ninguém escapa, não teria dito aquilo, principalmente numa reunião de propaganda política.

Que problema político é esse, que só pode ser resolvido depois de resolvido o agrário? Depende dele? Que dependência é essa? E depende apenas do agrário ou depende de

Slhi

outros também? Eis o que era bom saber-se para a gente se entender. Com o mesmo direito e razão, creio eu, podem os industriais, os pedagogos, os colonialistas, os técnicos da viação e da força motriz, etc., dizer o mesmo para cada um dos problemas da sua preferência. Supondo que todos eles têm razão, resulta que o problema político só se pode resolver depois de resolvidos todos os outros. Sendo assim, pode perguntar-se para que serve então resolver o problema político e sobretudo em que consiste esse problema.

Quem pensar um pouco, vê logo que, naquelas condições, o problema desaparecia, era escusado, porque não tinha razão de ser, visto que já se fizera tudo que ele era chamado a fazer. A não ser que se entenda que a política é apenas o jogo dos partidos com todas as suas manifestações de favores a uns e de perseguições a outros, ganhos e perdas de eleições, etc. Mas se se entende que a política é a coordenação das actividades produtivas para um aumento de bem-estar colectivo, o que significa precisamente a resolução dos problemas agrário, industrial, pedagógico, etc., não pode deixar de se reconhecer que fazer depender o problema político da solução dos outros, é pôr o carro adiante dos bois.

Pois o sr. E. de Campos e todos os que pensam como ele, não vêem que se todos aqueles problemas se não resolvem é precisamente porque a engrenagem política impede a sua resolução? O sr. E. de Campos foi ministro da Agricultura. Porque não resolveu o problema agrário? Porque a política lho não permitiu. E o que aconteceu com o sr. E. de Campos tem acontecido com outros. A engrenagem dos partidos, as dependências dos ministros e dos técnicos dessa engrenagem chegaram a tal grau, que não há competências nem boas-vontades que valham. *Não se pode fazer nada,* (é a frase de todos) porque os interesses, as ambições combinam-se, chocam-se, entrelaçam-se de tal forma, que o competente e o bem intencionado são inevitàvelmente batidos

Slhi

batidos e a sua acção anulada, se porventura chegou a manifestar-se.

Porque as coisas são assim, como todos estamos fartos de saber, é que o atraso do país é enorme, nada se podendo fazer de capaz em qualquer dos ramos da vida colectiva. Tudo, tanto para os que estão dentro da governação como para os particulares que têm iniciativas, tudo se quebra e se aniquila na engrenagem política. Tudo depende, portanto, de se resolver o problema político, que consiste apenas em se colocarem os governantes em condições de liberdade de acção e de estabilidade suficientes para se tornar viável a solução dos problemas de administração, que é, afinal, em que consiste a política. Ora isso não se pode fazer, como querem os politicantes e os ingénuos, dentro da normalidade constitucional, pois que essa normalidade, no estado a que as coisas chegaram, é que constitui exactamente a tal engrenagem política que estraga tudo. A norma constitucional tem sido uma capa de bonita cor, ao abrigo da qual se têm exercido despotismos, se têm exalçado incompetências e têm medrado os videirinhos. Esses todos é que se sentem indignados ao rubro, com as ofensas à Constituição e entoam hinos à sua vida normal. Pudera! E os ingénuos, porque os há!, *vão na fita.* Não; o problema político tem de resolver-se revolucionàriamente, tendo em consideração as condições de triunfo a que me referi no artigo anterior.

Mas voltando à vaca fria... a revolução espiritual que eu devo, segundo o meu amigo, julgar também indispensável. Plenamente de acordo, se se entende, por aquela designação, o seguinte, que é muito simples:

Propaganda, *sem sofismas e sem misturas,* dum programa de reformas fundamentais, bem concretizado, bem delimitado;

Preparação, *paciente e constante,* dos homens que o devem executar: a governar, a administrar, a dirigir, a organizar,

Slhi

coisas estas que é bom não confundir. Não tem que marcar-se uma data certa ou aproximada (isso é para golpes de mão e de Estado, para pronunciamentos), nem estar à espera de que toda a gente ou muita gente esteja de acordo. O que há a fazer, a este respeito, é não ter pressa e nunca parar, esperar a grande crise, aproveitá-la e iniciar a ditadura revolucionária.

Como não se trata de servir interesses ou vaidades pessoais, a revolução só pode iniciar-se, quando se produzirem estes dois fenómenos: preparação dos homens para executarem o programa e a maturação da crise política necessária para a boa execução daquele plano.

Quando chegará esse momento? Não se pode saber e não se pensa nisso. Basta saber-se que é inevitável, donde resulta o dever de fazer o preciso para o saber aproveitar a bem do país.

E já que estamos neste assunto de revoluções e ditaduras, completo o meu pensamento dizendo que a grande dificuldade está na questão do programa a pregar e dos homens que o executam. Porque até este momento, estou de acordo com os nossos conservadores, que vêem também que tudo depende do problema político com uma ditadura. Ora desde o programa deles até ao dos comunistas moscovitários, há uma série de programas servidos por homens que os defendem e que podem ser realizados em ditadura revolucionária.

O importante, por consequência, não é querer-se sair deste estado de coisas por meio duma ditadura porque isso todos o vêem e desejam, embora o não digam. O importante é aquilo que se pretende fazer com a ditadura; é a orientação social e política dos vários problemas da vida do país.

Aí é que uns andam para trás, outros para a frente e outros marcam passo, embora às vezes o façam em acelerado.

Que pretendo eu que façam os revolucionários em dita-

Slhi

dura? Obra de perseguições, de violências, de vinganças? Não! Para quê, tudo isso?

O melhor caminho, creio eu, para uma ditadura revolucionária, em Portugal, é aplicar o que se diz de Frederico II:

«O meu povo e eu, dizia ele, fizemos um combinação: ele diz tudo que lhe apraz, e eu faço tudo que quero.»

Se a obra de política administrativa for boa, nada há que a destrua; se for má, nada há que a mantenha.

Que os revolucionários defendam a sua obra das arremetidas dos inimigos, está bem. Mas impor o silêncio à opinião, à crítica, por mais adversária que esta se mostre, é asneira. Se a ditadura revolucionária for o que deve ser, no fim de muito pouco tempo está livre até das tentativas dos inimigos, porque a defendê-la terá a massa enorme dos que se sentirem bem servidos por ela, os quais não hão-de querer perder o que ela lhes terá feito ganhar.

A ditadura tem, diante de si, uma grande dificuldade, de que os revolucionários nunca se devem esquecer: tem de realizar o seu programa, não deve ir mais além e deve fazê-lo no mais curto espaço de tempo que for possível. Prolongando-se, por moleza ou hesitação, perde o prestígio, que só pode ter com a utilidade das reformas lançadas de maneira fulminante, própria do carácter revolucionário. Indo mais além do seu programa, avilta-se e cai no vulgar despotismo dos ambiciosos de mando. Não cumprindo o seu programa, atraiçoa a causa da revolução que foi chamada a servir. E para isso precisa de tempo suficiente.

É por tudo isto que a ditadura tem de ser exercida e servida por homens sem ambições nem vaidades, com um ideal social bem sentido e com um programa bem estudado de reformas não muito numerosas, mas que cavem fundo e revolvam bem a terra social e política, tornando impossível a volta às formas anteriores.

Dito tudo o que precede, na esperança de ter desfeito

Slhi

dúvidas, continuarei, nos próximos artigos, dizendo o que creio dever ser a orientação a seguir, quanto à acção da ditadura revolucionária.

EMÍLIO COSTA

(N.º 54 - 3/X/25)

Texto 8

SOBRE O JULGAMENTO DO 18 DE ABRIL

O que há mais curioso neste caso é a falsíssima situação em que o senhor político se encontrou, – e todos nós. Quereria o político castigar; mas ele sentiu, ao que parece, que não tinha autoridade moral para castigar quem quer que seja, e menos ainda, está bem de ver, homens mais limpos do que ele é...

E nós? Desejariamos nós uma ditadura? Porque não? Muitíssimo diversa, porém, da que os revolucionários nos poderiam dar; ditadura que se fizesse, não em benefício de uma classe mas em benefício da Nação; ditadura preparadora de uma verdadeira Democracia, passagem sincera e reformatriz para um regime de maior justiça, – não passagem para mais sólida, mais estável, mais omnipotente oligarquia. Ditadura de reforma, lealíssima, que saiba o que quer e diga o que quer, que queira realmente aquilo que diz, e nos convença pela clara Ideia, antes de vencer pelo canhão.

Ora, o que prova a indecisão com que os revoltados procederam – é que não havia pensar comum; que o seu pensamento, em conjunto, não era nítido nem leal. Levava cada qual dentro do peito as suas reservadas intenções, e a inconsistência dos seus actos proveio do contraditório do seu pensar. Se não naufragassem no 18 de Abril, haviam de naufragar pouco depois; e tudo revela, também aqui, que a reforma essencial é a reforma da mentalidade.

A. S.

(N.º 57 - 24/X/25)

Slhi

Texto 9

REVOLUÇÃO E DITADURA

Há quem julgue que é falando constantemente em Revolução e em Ditadura que se adiantará, dum só passo que seja, a solução dos problemas nacionais. Para carrilarmos a nossa existência e surgirmos novamente como nação autónoma, ninguém se julga na obrigação de fazer, *logo desde o princípio,* as seguintes inocentes perguntas: Que conjunto de ideias, de aspirações, de sentimentos deveriam dominar em Portugal para o maior bem comum? Que forças há a pôr em acção e que processos e veículos de propaganda, para convencer a parte pensante e actuante da gente portuguesa a adoptar essas ideias e a compenetrar-se desses sentimentos? Em vez disto, que se nos antolha o essencial, o que desde logo, em qualquer controvérsia política se vos exige, é que vos decidais pela Evolução ou pela Revolução, pelo Parlamento ou pela Ditadura. Assim obedecemos ao belo sestro nacional de fazer do fim o princípio de todas as coisas.

Honramo-nos por, na imprensa portuguesa, termos sempre marcado uma atitude de espírito absolutamente oposta a estas ilusões verbalistas. Temo-nos esforçado por demonstrar que o que é necessário, antes de mais nada, é dar forma e conteúdo ao movimento espiritual: o resto sairá dele como um *acto acessório, ulterior e infinitamente variável conforme as circunstâncias,* e sobre o qual não há, pois, que pensar e discutir agora. Querer estabelecer uma Ditadura ou fazer uma Revolução sem esse movimento prévio, o mesmo é querer construir um edifício sem materiais, comer sem alimentos, falar sem palavras e pensar sem ideias. Da Ditadura e do que para aí se chama a Revolução não sai, só por si, nada que seja verdadeiramente

Slhi

fecundo – a não ser que lho dê o movimento espiritual que as precedeu. Mas desse próprio movimento sai, *só por si,* tudo o que for necessário, desde que ele atinja a força, a unidade, a profundidade, a maturidade, a consciência e a eficácia que é mister. Para nós, portanto, é só depois de assegurado nos espíritos o triunfo desse movimento, depois de feita o que continuaremos a chamar, com toda a propriedade, a *revolução espiritual* (*) que começa a surgir com um significado concreto, fora das abstracções de escola, colocado no terreno das realidades, o problema da Ditadura e da Revolução. O parlamento sanciona e perfilha o movimento e põe termo à sua caudal ejaculatória de palavras para praticar com o menor acompanhamento possível de oratória os actos legislativos que a opinião requer? Conservaremos o Parlamento. Ou contraria-o, atraiçoando a vontade nacional? É a significação profunda da democracia que nos impelirá então para a ditadura. O governo constituido apressa-se a satisfazer as exigências da opinião, e não continuaremos a assistir às desastrosas «habilidades» do sr. António Maria da Silva? Não dispararemos um único tiro, porque nem somos ambiciosos vulgares nem criminais-natos, como muitos dos empresários das revoluções. Ao contrário, resistirá, obstinando-se na sua política, já condenada pelo país? A força terá então de vencer as veleidades duma resistência ilegítima e opressiva. Podem dizer-nos que somos nós, os subtis apreensores das realidades, que estamos a construir teòricamente, pelo simples exercício duma dialética abstracta e pelo exame de possibilidades puramente ideais, hipóteses gratuitas que nunca se apresentam na realidade, pois que nenhum parlamento ou governo do

---

* O sr. Emílio Costa fez a este propósito, num dos artigos publicados nesta Revista, um jogo de palavras que não é digno do seu claro e penetrante espírito. Que coisas ridìculamente vãs ele nos atribui... por não ter feito um pequeno esforço para nos compreender.

Slhi

mundo abdica do seu poder. Eu estou absolutamente convencido do contrário... Para nós, pois, Ditadura e Revolução são questões acessórias, ocasionais e circunstanciais de pura técnica política; mais ainda: só se justificam quando os governantes desrespeitam a vontade do país e exercem um regime de opressão; não fazendo, pois, nós delas *desiderata* em si mesmas, ideias que tenhamos de defender, desde já, ou flâmulas garridas de bandeira. Se um dia aconselharmos a Revolução e a Ditadura, é porque as *circunstâncias* nos forçarão a isso. E nós não podemos prever quais sejam as circunstâncias após um movimento espiritual como Portugal ainda não viu, quando neste momento ele não soltou os seus primeiros vagidos. As hipóteses gratuitas, puramente ideais e teóricas, são, pois, as dos que as constroem pondo como ambiente permanente e necessário o que hoje se respira, sem curar das consequências dum movimento que, para ser eficaz, não pode deixar de ser profundo. Qual é então a vantagem de estarmos já a pregar a Ditadura e a Revolução, como pretende o sr. Emílio Costa – como se tudo já estivesse feito e faltasse apenas dar esse piparote nos parlamentares e governantes?

Ah sim! há uma, mas é essa toda em proveito dos nossos adversários – de todos os que em Portugal pretendem consolidar o regime das oligarquias, destruir as liberdades, perseguir os republicanos, afogar todas as reivindicações da democracia, e por fim assegurar a manutenção do que já aqui chamei a «política dos negócios». Fazendo a propaganda da Revolução e da Ditadura, *estamos a fortificar a causa que deveriamos combater.* Porque é de toda a evidência que, entre nós, no actual momento, há só uma Revolução e uma Ditadura possível: é a Revolução e a Ditadura de Cunha Leal. Fazendo, pois, a propaganda da *nossa* ditadura, como ela neste momento é absolutamente inviável, o que estamos a fazer, com uma inabilidade que nos comove mas nos perde, é a propaganda da *única ditadura possível,* aquela que viria agravar

Slhi

enormemente os males nacionais, aquela precisamente que para nós é infinitamente pior que o pior de todos os parlamentos do mundo. Podeis dizer-me que limitais, que esclareceis, que marcais a vossa posição especial no campo político. Não importa: desde que a ditadura não é para vós um *pis aller* que ocorre no conflito e se impõe pelas circunstâncias do momento (do *próprio* momento em que se trata de transferir para a governação os princípios e os planos *já estabelecidos* pela propaganda), mas um princípio prévio que estabeleceis e por assim dizer como que um *absoluto,* vós estais a favorecer, sem o querer, todas as tendências anti-democráticas dos discípulos de Mussolini e de Primo de Rivera. Estais a lançar lenha na fogueira do adversário, a fazer o seu jogo, quando pensais estar a fazer o vosso. *C'est navrant!*

...Oh homens de pouca fé, em vez de estardes a forjar as armas de que o inimigo se há-de servir contra vós, que só ele está nos casos de empregar, fazei aquilo que ele nunca poderá fazer, porque lhe falta a Inteligência e a chama do Sacrifício – esse movimento invencível das almas que será a *causa necessária e suficiente de todos os actos salvadores.* Com ele tudo será ganho e alcançado, sem ele tudo estará perdido. Não vos peço uma catástrofe, peço-vos uma criação. Peço-vos que deixeis o isolamento em que viveis, enclausurados nas vossas ideias «próprias». Viver em comunidade, pensar em comunidade, proceder em comunidade é a primeira condição da vitória, e vós tendes muito amor pelas vossas torres de marfim. Vinde trabalhar connosco. Quando a árvore estiver em flor, dará decerto semente – quer ela caia na terra sem esforço, quer, para isso, tenha de romper o invólucro em que está contida. *Tudo o que deve ser será; tudo que merecermos receberemos; tudo que atingir a maturidade frutificará.* Como Revolução e Ditadura são pobres palavras intempestivas para exprimir toda a grandeza,

Slhi

toda a beleza, todo o heroísmo, toda a virtude que se exige de vós! Revolução e Ditadura são hoje a cocaína com que nos adormecemos – e a prancha que estendemos a todos os salteadores!

RAÚL PROENÇA

(N.º 60 - 14/XI/25)

Slhi

Fig. 3 – Rodrigues Miguéis (Desenho de *José Tagarro* no n.º 57 de 24/X/1925).

Slhj

Texto 10

SALVEMOS O PARLAMENTARISMO

Organização quer dizer distribuição e especialização de funções. Tudo o que não for organizado é insusceptível de vida. Uma democracia inorgânica é uma massa de valores desconexos e portanto ineptos.

> «Estas assembleias (os parlamentos) não deixam de ter seus perigos, e, no próprio interesse da liberdade, há que preparar os meios infalíveis de prevenir os seus desregramentos». – BENJAMIN CONSTANT

Desde que nesta Revista (Programa no n.º 12 (1) e um artigo nosso no n.º 39) (2) se renovou a defesa duma velha ideia, qual a de substituirmos o trôpego e caduco Senado actual, por um Conselho, Câmara ou coisa equivalente, com carácter orgânico, – muitas e variadas vozes romperam na mesma toada, sobretudo quando foi o momento de cozinhar à pressa, para o paladar devastado dos cidadãos eleitores, os programas-refogados da propaganda eleiçoeira. Gregos e troianos trouxeram, à laia de música de realejo, a balada da reorganização da câmara senatorial, mas em nenhum programa ou legenda me ocorre ter lido coisa que fosse a sistematização do princípio defendido «para eleitor ver». E como nos cumpre teorizar aqui um pouco, lancemos à conta dos muitos pecados que estão chamando a alma e o corpo desta Revista para as galés ou para o ostracismo da política nacional, a consagração de mais esta longa página à defesa dum novo sistema parlamentar, com argumentos que, se não derem

---

(1) *Transcrito em 3.02 (1.º volume)*
(2) *Transcrito em 9.04*

Slhj

com a Pátria no paraíso da salvação, hão-de resultar pelo menos eficazes contra o mal das insónias. Ajeite-se o leitor para dormir.

Com não ser este o lugar adequado a uma longa exposição teórica, não deixarei de assentar o que seja, quanto a mim, o alicerce lógico e científico do sistema parlamentar de representação orgânica. Como De Greef, cujas palavras repetirei, penso que «se o progresso social depende sobretudo das reformas económicas, estas exigem a extensão e o aperfeiçoamento do nosso sistema representativo, deliberante e até executivo, – numa palavra, da nossa organização política.» E ainda, que «a representação central só seria competente se chegasse a formar exactamente a síntese representativa de todos os interesses particulares». Nestas palavras pode julgar-se condensado o mesmo pensamento reformador do parlamentarismo de que já Oliveira Martins foi o defensor, entre nós, no seu admirável opúsculo das «Eleições». São suas estas palavras expressivas:

«Não são impressões nem sentimentos que podem esclarecer um problema económico ou administrativo: as coisas técnicas só se debatem cientìficamente, e a administração pública é uma ciência complexa da qual todas são subsidiárias.»

E, ao filiar a decomposição actual do sistema representativo que está corrompendo os sentimentos democráticos do povo, na desordem dos parlamentos, ainda são as suas palavras que nos ocorrem:

«A prostituição da democracia provém da sua desorganização.»

Os parlamentos modernos vieram com efeito dotados de um carácter revolucionário, combativo, destinados a contrapor o princípio da soberania do povo ao da soberania divina dos príncipes; daqui, com todos os seus benefícios, nasceu um grande mal: o de ficarem para sempre como organismos exclusivamente políticos, apaixonados e cegos, por isso mesmo, frequentes vezes.

Slhj

As sociedades transformavam-se, evoluiam as ciências, as artes, as indústrias, a filosofia, – e os parlamentos ficavam inalteráveis, exercendo dentro em pouco uma perigosa tirania sobre os povos, em nome da própria soberania destes. Tornou-se urgente refundir a estrutura do Estado, pondo-o em condições de acompanhar o progresso político cujo objecto é, diz Férrière, a conservação e o desenvolvimento da força de coesão social.

A política não pode pois continuar limitada à esterilidade dos combates parlamentares, desprendida de todo o real interesse pelas questões vitais da nacionalidade. Sabido como é que nem só com a política se governam povos, é tempo de pôr de lado o sistema da exclusiva representação política, dando-se voz a outras actividades mais profícuas, tapando-se as brechas que ameaçam levar o sistema a cataclismos que da Rússia à Espanha os factos anunciam.

Uma sociedade nacional é uma organização complexa de actividades, de interesses, de funções em que as preocupações políticas desempenham muitas vezes um papel inferior às de ordem económica, moral, educativa, etc. Há mesmo um predomínio incontroverso das questões económicas na vida dos povos. Neste ponto andam geralmente de acordo os sociólogos e os políticos.

Trata-se portanto de reunir no Estado os elementos representativos da organização social. Este é o eixo da questão. Ora uma sociedade não é um grupo de classes isoladas, mas um organismo com as suas funções em via de realização. A noção de classe, sem ter hoje o valor dos tempos idos, desperta no entanto a ideia dum ambiente impenetrável, duma casta profissional, pequeno estado dentro do Estado, ideia que repugna à noção da igualdade perante o Direito, de que o Estado é o fiel e o distribuidor. Perante o Direito em geral não há banqueiros e amoladores, mas cidadãos. O homem que fala em nome e no interesse da sua classe toma-se,

Slhj

por via de regra, dum espírito acanhado, espécie de bairrismo profissional, que o faz investir com as classes restantes como se inimigas fossem. Um Estado governado pelas classes seria um Estado em destruição permanente, porque os interesses das classes não poucas vezes são divergentes entre si, mas até opostos e conflituosos. O princípio não é, pois, (convém esclarecer) o de uma *representação de classes* como tenho visto que se preconiza algumas vezes. Dar às classes um terreiro para a luta, seria contrariar precisamente a desejada coesão social de Férrière. Não. O que se pretende é uma representação funcional da sociedade. Isto foi, aliás, o que acentuámos no primeiro artigo.

As funções sociais que, quanto a nós, devem estar nas bases da futura organização parlamentar, podem reduzir-se às seguintes: funções económicas, de protecção fisiológica (ou genéticas), de cultura intelectual (artísticas, científicas, pedagógicas), morais, jurídicas, políticas, administrativas, e ainda de defesa nacional. Em harmonia com esta ordem de funções, conclusão de carácter científico fundamental em sociologia, é que o futuro Conselho ou Câmara Orgânica Nacional terá de ser formado; sobre ela se criará a nova representação, não exclusivamente económica como seria uma representação profissional, mas verdadeiramente *orgânica, social,* em que todas as funções, através dos organismos seus representantes, colaborassem coordenadas no governo do Estado, propondo, esclarecendo, melhorando, particularizando os problemas hoje resolvidos empìricamente, ligando, numa palavra, a vida activa do Estado à íntima estrutura nacional.

– Para as funções políticas continuaria a Câmara dos Deputados a constituir uma representação numerosa e condigna; ali continuariam a arder os pruridos sacrossantos da bendita e soberana retórica.

Slhj

– Quanto às funções económicas, que se podem reduzir a três categorias – as de produção, as de circulação e as de consumo, teriamos o sistema seguinte: cabendo as funções sociais de produção à lavoura, às indústrias, aos trabalhadores dessa lavoura e dessas indústrias, às cooperativas de produção e aos proprietários de imóveis, de móveis e semoventes, considerados como auxiliares da produção, – ficaria organizado o primeiro grupo representativo com os delegados dessas funções. Os lavradores considerar-se-iam divididos em duas categorias: os proprietários e os rendeiros, figurando na 1.ª, e só nela, quantos possuissem terras em nome próprio, embora arrendatários em quaisquer casos. As indústrias (com exclusão das que abaixo vão enumeradas), seriam agrupadas em extractivas e transformadoras. Os trabalhadores, também excluidos os que abaixo se indicam, em duas categorias: rurais e urbanos.

– As funções de circulação cabem:

1.º À indústria transportadora, que abrange as empresas ferroviárias, de viação ordinária, de navegação marítima, fluvial e aérea.

2.º À indústria do crédito, – bancos e instituições auxiliares da circulação da riqueza, cooperativas de crédito.

3.º Ao comércio, organizado em categorias distintas, a fixar de harmonia com a própria classe.

4.º Às classes operárias do transporte (trabalhadores marítimos, ferroviários, estivadores, carreiros, mecânicos, etc.), aos empregados em quaisquer funções de circulação de bens.

5.º Às repartições públicas de viação, correios e telégrafos.

6.º Ao pessoal destas instituições.

Outros tantos grupos ou categorias de representantes das funções económicas.

– As funções sociais do consumo, abrangendo todos os indivíduos, seriam representadas pelas Cooperativas de

Slhi

Consumo e por quaisquer Ligas ou Sociedades de Consumidores.

Desta forma ficaria constituida a primeira e mais importante secção da Câmara Orgânica – a *Secção Económica.*

– Vêm seguidamente as funções de protecção fisiológica, genéticas ou de defesa da espécie. Nestas funções estão abrangidas: a actividade procriadora, as actividades de conservação dos indivíduos e da espécie, e as relativas ao melhoramento humano sob o ponto de vista físico – higiene, desportos, etc. Temos assim que seria dada representação:

1.º Aos Institutos de protecção às mães, aos nascituros, aos infantes, (maternidades, orfanatos, misericórdias, etc.).

2.º Aos Institutos de Higiene e Saúde Pública (Hospitais, Internatos para doentes, Ligas anti-alcoólicas, anti-sifilíticas, anti-tuberculosas, Sanatórios, Postos de desinfecção, quaisquer serviços públicos ou privados de tratamento ou de higiene, etc.).

3.º Institutos de Puericultura e Eugenia.

4.º Instituições de Educação Física e Desportos.

5.º Instituições de Previdência, Assistência e Beneficência (não hospitalares), públicas e privadas.

Com os delegados destas instituições e outras quaisquer idênticas se organizaria a segunda secção – a de *Protecção e Defesa da Espécie.*

– Em seguida as funções tão importantes de cultura, (artísticas, científicas e pedagógicas) que são exercidas em geral por:

Institutos de investigação científica (os autónomos);

Universidades e Escolas Superiores autónomas; Escolas Secundárias e de Continuação (liceus, escolas comerciais, industriais, de artes e ofícios, agrícolas, etc.);

Escolas infantis e primárias, jardins de infância;

Slhi

Museus, Escolas, Academias e Instituições artísticas de ensino;

Bibliotecas, Academias artísticas e literárias;

Associações de classe (professores das artes, pintores, escritores, jornalistas, músicos, etc.).

Associações de classe (sindicatos profissionais) de professores de todas as categorias do ensino público e privado, de médicos, engenheiros, farmacêuticos, advogados, etc.

Com outras quaisquer instituições de protecção às Ciências ou Artes, estas entidades formariam as fontes de representação da terceira secção, que seria a de *Cultura Nacional.*

– As funções de ordem moral, abrangendo as religiosas, que constituem uma força respeitável e moralmente eficiente, exercem-se através das associações e organizações de propaganda e higiene moral, de defesa social da mulher e da rapariga, de protecção aos menores, e todas as que tendo fins de melhoramento espiritual não estejam abrangidas em nenhuma outra categoria. Além disto, as igrejas. Este grupo de instituições daria de si os delegados que constituiriam a 4.ª secção – de *Progresso Moral.*

– As funções jurídicas cabem na sociedade actual principalmente aos Tribunais, às Procuradorias da República, à Imprensa jurídica, como instituições, às classes judiciais (juízes, ministério público, escrivães, etc.), bem como às organizações ligadas à acção da justiça (penitenciárias e cadeias, institutos de reformação penal, de previdência anti-criminal, como tutorias, recolhimentos de menores em perigo moral, delinquentes, etc.). Destes organismos e destas classes sindicalizadas sairiam os representantes para a 5.ª secção ou seja a de *Direito e Legislação.*

– Paralelamente se realizaria uma reorganização adminis-

Slhi

trativa em bases que gizaremos mais tarde. Também as funções administrativas teriam a sua representação pela Direcção Geral do Ministério do Interior, pelos delegados das Colónias, e pelos representantes dos Conselhos Distritais e Municipais de que adiante falaremos.

Seria a 6.ª secção, – de *Administração Civil.*

Por último, vêm as funções de defesa que cabem ao Exército e à Marinha. Estes dariam os seus representantes à 7.ª secção (de *Defesa Nacional*) por intermédio dos mais altos corpos directivos do Exército, da Armada e dos Tribunais de Justiça Militar.

Os pormenores da constituição da Câmara Orgânica levar-nos-iam muito longe. As bases aí estão esboçadas; a elas voltaremos algum dia; agora não. Dormideiras de direito político devem ministrar-se em doses moderadas, sob pena de graves abalos no estômago e nas convicções. Respeitemo-las, que são bem precisas.

RODRIGUES MIGUÉIS

(N.º 70 - 16/I/26)

SIhi

Texto 11

VARRENDO A TESTADA...

AO DR. MARTINHO NOBRE DE MELO

Dizem-me companheiros meus do grupo *Seara Nova* que na recente sessão de propaganda da Cruzada de Nun'Álvares (1), realizada na Sociedade de Geografia, eu fui apontado por V. Ex.ª, em seu discurso, como tendo mostrado capacidade para realizar, no governo, obra útil pelo ministério da Agricultura, sem embargo do pouco que logrei fazer em consequência dos entraves levantados, pelas imposições da nossa política interna, ao seguimento do meu plano de trabalhos. Sobre a primeira parte do seu juízo... quis certamente V. Ex.ª *louvar-se na fé dos padrinhos,* que alguns tenho no corpo directivo da *Cruzada* a que pertence... e nada mais poderei dizer aqui! Mas sobre a segunda parte, – razões que inutilizaram os meus esforços, – julgo apropositadas determinadas reflexões, postas com simplicidade e clareza. Combateu V. Ex.ª no seu discurso a nossa instabilidade governativa como o efeito ruim de que o arranjo político de curta visão, com que nos debatemos, é a causa detestável. Não serei eu quem lhe negue um sincero aplauso em tal combate... para mais podendo caber-me, no dizer de V. Ex.ª, o papel de vítima perante tão desacertada orientação! De acordo, portanto, quanto ao mal que nos aflige. Mas, quanto aos remédios julgados os mais adequados às circunstâncias, e como tais merecendo as honras de uma propaganda intensa neste país?

---

(1) *Agrupamento político da extrema direita.*

Slhi

Quanto aos remédios... é que estamos em desacordo, creio eu. Passagens dos dois discursos pronunciados pelos oradores da Cruzada na sessão a que me reporto trazem impressas, em meu juízo, um iniludível propósito de defender a introdução nesta hora, em Portugal, dos processos políticos que a Itália, com Mussolini, e a Espanha, com Primo de Rivera – cada uma a seu modo – estão pondo em prática. Tal não era a intenção? Ninguém o dirá... e muito menos aquelas pessoas que, ao escutarem os oradores, com muito calor os aplaudiram – contaram-me – precisamente naqueles momentos em que mais clara lhes surgiu, pela evocação feita, a visão sublime do fascismo triunfante! Temos pois, se não estou em erro, que V. Ex.ª só encontraria maneira de conseguirmos o apetecido governo *capaz e duradouro,* aquele governo de que o país absolutamente carece, na adopção de processos excepcionais, *signés Mussolini lusitano!* Não foram a convulsão perigosa e o peso dos novos embaraços, vindo juntar-se aos muitos que já assinalam a crise portuguesa actual, e talvez que, como professor afeito, como V. Ex.ª, à prática do método experimental, eu me atrevesse a apetecer a experiência... para lograr convencer através dela os propagandistas desse credo de que mal servem, apregoando-o, a Nação... cujo progresso, aliás, tanto ambicionam como eu próprio. Falaríamos então com o jogo à vista e com o apoio dos factos inegáveis... falaríamos, *se nos deixassem;* que não é o regime cuja visão fez aquecer os cérebros e as mãos dos seus ouvintes entusiasmados da Sociedade de Geografia muito respeitador disto que se chama *a liberdade de opinião,* e que nos permite ainda agora neste país, apesar de quanto nos cerca, a V. Ex.ª e a mim, ir dizendo cada um aquilo que pensa e sente, como é condição essencial da própria dignidade humana! Não, decididamente; eu não creio nas virtudes do vosso resolutivo poderoso. Defendo por minha parte *remédio mais caseiro;* e assim, entendo que aquilo que se impõe, para já, é à reforma da nossa

Slhi

constituição, que hoje não oferece – como se tem visto – condições à estabilidade e à competência governativas, mas pode, modificada, conter em si mesma garantias sólidas para um tal *desideratum*. Eu compreenderia, por isso mesmo, que a Cruzada de Nun'Álvares a que V. Ex.ª pertence se lançasse com vigor, no preciso momento em que da revisão constitucional vai tratar-se, na propaganda de ideias reformadoras *constitucionais* para os actuais processos governativos. Mas já assim não compreendo propagandas feitas com aspecto revolucionário – designemos as coisas pelos seus nomes – caindo fora do âmbito da constituição política do país. Faz esta divergência de critérios – se é que ela existe – com que eu não possa lògicamente acompanhar V. Ex.ª neste campo... mau grado a apresentação lisongeira – traço de solidariedade útil – que ao seu público se dignou fazer de mim naquela sessão de propaganda... indesejável!

Colega muito atento e obrigado

AZEVEDO GOMES

(N.º 75 - 20/II/26)

Slhi

Texto 12

EXPLICAÇÃO SOBRE OS PARTIDOS AOS PARTIDÁRIOS DA «RECONQUISTA»

Passa-nos agora pelos olhos o 5.º fascículo da *Reconquista* (1).

Se bem nos lembramos, não tivemos o prazer de ver o 3.º, nem o 4.º: efeitos deploráveis da distracção.

Seja lá como for, o certo é que os nossos amigos da *Reconquista* nos convidam a palavrear agora sobre a existência dos partidos. Pois vamos lá:

Quanto a nós, a existência de partidos na vida política resulta da própria natureza das coisas, como na vida orgânica a alimentação, as excreções, a respiração, a reprodução, a morte, etc. Seria melhor que não morressemos? Poderemos fantasiá-lo. Seriam mais bonitas outras maneiras, que não as reais, de se exercerem os processos da vida orgânica? Poderemos também fantasiá-lo. Mas a gente comum (como nós outros) não cuida na destruição desses fenómenos, – que são fatais, – e limita-se a querer discipliná-los, moralizá-los, humanizá-los. A quantos males, por exemplo, não leva o instinto da procriação? No entanto, não pensamos em destrui-lo; combatemos os seus excessos, e disciplinamo-lo no casamento... Começa a *Reconquista* a perceber? Partidos, houve-os sempre. Na monarquia absoluta, – creiam os senhores, – houve partidos... O que tentamos, por isso, não é conseguir que eles não existam (coisa que supomos não ser possível), mas combater, – isso sim, – os excessos do partidarismo, e criar *fora* dos partidos forças enérgicas de opinião que consigam levar os mesmos partidos a

(1) *«Orgão da Cruzada Nun' Álvares e das Ligas Operária e Académica do Condestável»; director: Martinho Nobre de Mello; publicou-se de janeiro a maio de 1926.*

servirem melhor o bem comum. Quando sucede soprar o vento, no mar, daquele mesmo ponto a que se quer ir, não pensa ninguém em suprimir o vento; mas, se for aproveitado com inteligência, esse próprio vento nos leva ao porto.

Querem os senhores da *Reconquista* acabar com a existência de partidos políticos? Muitíssimo bem! A nossa sincera admiração! Tentar realizar o impossível é coisa própria de semi-deuses, amantes do Infinito, detentores do Absoluto; mas nós, como os senhores vêem, somos mortais, – simples mortais, – e dos mais conscientes da fraqueza própria: resignados ao que é finito, encarcerados no relativo, incompatíveis com o Transcendente. Não intentamos, por isso, a transformação radical da natureza humana.

Supomos possível melhorar as coisas, mas por sucessivas aproximações. Não nos queiram mal por esse facto os ilustres amigos da *Reconquista:* cada um é como Deus o fez e ainda pior muitas vezes, como já dizia o bom Sancho. Sejam V. Ex.as os destruidores do Partidarismo. À *Seara Nova* não farão transtorno, porque não pretendemos ser partido... Vamos a isto! leva avante, portugueses! Empunhem a espada do Condestável, que iremos também. Nós pegamos o boi à unha: mas não mais. V. Ex.as, com a espada, dão o *pinchazo.*

E lá pela *claque* não lhes dê cuidado, que a faremos nós. Mas cautela, valeu? Sempre amiguinhos! Porque (como sabem) dentro dos partidos dos que não querem partidos – acaba sempre por haver partidos!

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 86 - 6/V/26)

Slhi

Capítulo X

DOUTRINA POLÍTICA

Texto 1

ACERCA DO INTEGRALISMO LUSITANO

IV – LIBERDADE E IGUALDADE

Liberdade e igualdade, tais seriam, segundo a escola reaccionária, os dois conceitos mais funestos da democracia. Não só as realidades constituiriam a sua evidente negação, como toda a vida social seria profundamente lesada pelo facto de se propor aos homens a realização progressiva desses dois conceitos. A «Declaração dos direitos do homem», que os afirmou como as bases da sociedade política, seria assim o catecismo da quimera e da mentira, o *Organon* da anarquia e da dissolução social.

A liberdade é ilusória e anárquica, porque a condição necessária de todo o estado de sociedade é a limitação da liberdade individual, o estabelecimento de quadros sociais, duma autoridade que fixe a lei, a norma, a regra sem as quais é inteiramente impossível a vida em comum. A vontade de cada um encontra-se limitada e amputada pelo simples facto de ter de coexistir com a vontade de outros.

A igualdade é da mesma forma negada por toda a experiência e por toda a consideração de utilidade social. Não há duas folhas de árvore que sejam iguais, quanto mais os organismos tão complexos e diferenciados como os homens, sujeitos além disso a tão diversas influências da educação. Vindo-nos pregar a «igualdade», a democracia não faz, pois, outra coisa que violentar os factos até ao absurdo e à ignorância das leis mais imperiosas da razão.

Independentemente disso, toda a organização implica uma diferenciação e uma hierarquia. Organizar é diferenciar, criar desigualdades, fixar uma hierarquia de funções, estabe-

SIhi

lecer situações de comando e privilégio. Quem diz uma «ordem igualitária», uma «organização igualitária» não faz, pois, mais do que enunciar uma contradição nos termos. Ora toda a sociedade, desde o momento em que seja dotada de certa complexidade funcional, exige uma organização da vida colectiva. Não se concebe tal sociedade sem uma aristocracia de dirigentes, sem uma verdadeira escala de funções, ligadas umas às outras por nexos de dependência, de ordem e de disciplina. – Mais ainda: a lei do progresso (ou do «desenvolvimento da vida», como dizem de preferência os reaccionários, pois de certo vírus democrático lhes parece contaminado aquele termo), a lei do progresso é a selecção, que é inteiramente impossível sem desigualdade. Se todos fossem iguais, não haveria maneira em tempo algum de fazer sair dessa igualdade radical a mais pequena nota de desigualdade, e todo o aperfeiçoamento da vida seria impossível. A igualdade de todos no mesmo momento traria como consequência necessária a igualdade de todos os momentos. É a desigualdade natural que existe entre os diferentes indivíduos que permite o triunfo dos melhores, e por esse meio o desenvolvimento da espécie (*). Neste sentido se pode, pois, dizer com Maurras: «l'inégalité ou la décadence; l'inégalité ou l'anarchie; l'inégalité ou la mort».

(*) «Que dit encore la Science? Qu'une autre loi du développement de la Vie est la *sélection,* c'est-à-dire l'hérédité fixée. Quoi de plus contraire à ce principe dans l'ordre social que l'égalité?» (P. Bourget, in *Enquête sur la monarchie* p. 113): O argumento é aliás empregado por muitos escritores democratas para combater o igualitarismo bruto: «Dans les organismes, comment ont lieu les perfectionnements? Par sélection. Or, la sélection suppose precisement une rupture d'égalité, une supériorité quelconque de force... Si, à l'encontre de cette loi, l'individualisme égalitaire avec le socialisme égalitaire s'accorde pour niveler tout, il supprime par cela même la possibilité de sélection et de progrès.» (A. Fouillée, *La démocratie politique et sociale en France,* p. 17). «La science a dégagé de l'inégalité naturelle existant entre tous les individus, la loi du progrès des êtres, en montrant

Slhi

Mais ainda: segundo alguns críticos (Faguet, por exemplo) esses dois conceitos fundamentais da democracia, que constituem, por assim dizer, a sua própria alma, opor-se-iam e negar-se-iam recìprocamente. A dar-lhes crédito, a liberdade só se poderia definir na medida em que excluisse a ideia de igualdade; e a igualdade só se poderia definir na maneira em que excluisse a de liberdade. A igualdade seria essencialmente anti-liberal; a liberdade essencialmente anti-igualitária. Efectivamente o que é ser livre senão acusar desigualdades, afirmar o direito de ser *diferente?* Se sou livre, é porque posso exercer as minhas aptidões naturais em meu proveito, e colocar-me assim em relação aos meus semelhantes em condições de superioridade. Por outro lado o que representaria a igualdade social senão a supressão das liberdades individuais? Só por meio de prescrições minuciosas, duma regulamentação excessiva de todas as actividades, duma disciplina mais severa que as até hoje conhecidas, duma limitação maior de todas as liberdades, a igualdade poderia fazer algum dia lei entre os homens. A democracia teria assim na oposição dos dois conceitos fundamentais em que se estriba o germe intestino da sua própria destruição. Sob o tecto comum, Begouvard e Pigouchet estrangular-se-iam em duelo de morte.

A crítica pode parecer duma solidez inatacável. E todavia nada mais fácil que mostrar que ela se baseia num equívoco, e que a liberdade e a igualdade só são negadas e a contradição entre elas admitida, porque se definem como absolutos, independentemente da única significação inteligível que

---

que les mieux doués à l'origine sont ceux qui triomphent et que, transmettant à leurs descendants des qualités qu'ils ont développées en luttant pour leur existence, ils permettent à leur espèce d'élever encore plus haut sa supériorite, ce qui veut dire que s'il n'y avait pas une inégalité naturelle, le monde vivant serait figé dans une immobilité compléte...» (Lysis, *Demain,* p. 112).

Slhi

podem tomar na linguagem social. No fundo, os reaccionários não negam a igualdade e a liberdade sociais senão porque pretendem tê-lo conseguido com a negação duma igualdade impensável e duma liberdade inconcebível. Tratam-nas como ideias puras, como conceitos metafísicos, e movimentam a sua crítica num terreno de ideologias abstractas. Chamemo-los às realidades de que se dizem tão amantes e façamo-los descer ao terreno concreto das aplicações sociais. Esforcemo-nos por que vejam na liberdade e na igualdade mais alguma coisa do que conceitos puramente metafísicos, como ideias que só se definem na medida em que caracterizam uma oposição concreta a um determinado estado de facto. Postas assim as coisas, todos compreenderão que, se os dois credos democráticos são alvejados com frechas certeiras, é pelo simples facto de no alvo da discussão os terem feito substituir subreptìciamente por puros absurdos e por conceitos impensáveis. Contra princípios que voluntária ou involuntàriamente desfiguramos, é evidente que é sempre fácil termos razão.

A verdade, porém, é que a liberdade, longe de implicar a supressão de toda a regulamentação social, é ela mesmo um produto da regulamentação. O estado da natureza é o reino da opressão e da violência, e não o do direito. Quem diz liberdade social, diz liberdade não só para um ou para alguns, diz liberdade para todos. E não pode haver liberdade para todos senão no domínio da lei e da disciplina. A liberdade de que os verdadeiros democratas se constituiram paladinos não é, pois, o regime da licença ou do arbítrio, porque a licença e o arbítrio duns se tornariam lesivos da liberdade de outros. Ela deve ser definida como o faz o artigo 4.º da *Declaração dos direitos:* «La liberté consiste à pouvoir faire tout ce qui ne nuit pas à autrui.» E noutra parte: «L'exercice des droits naturels de chaque homme n'a de bornes que celles qui assurent aux autres membres de la société la jouissance de ces mêmes droits.» Não há portanto, no fundo, a

Slhi

menor diferença entre a fórmula revolucionária e esta que os integralistas lhe pretendem opor: «A liberdade dum indivíduo tem que ser sempre regulada pela liberdade dos outros indivíduos, e é da justa compreensão deste postulado que resulta a harmonia social.» (*) É a pura doutrina da *Declaração dos direitos,* o que não obsta a que os integralistas cubram essa profissão de fé dos apodos mais fustigantes. O que pedem para eles – liberdade de crenças, liberdade de imprensa, liberdade de reunião – é o que nós, democratas, pedimos para todos. É o próprio ideal democrático, de que sentem toda a potência e toda a legitimidade quando é a sua liberdade que está em jogo. A esses direitos fundamentais do indivíduo se reduz o «liberalismo democrático», e não a qualquer estado anárquico de vontades desregradas exercendo-se sem regras nem limitações no puro arbítrio da violência.

Quanto à «igualdade social» será preciso objectar que ela não implica por forma alguma a igualdade intelectual e moral dos homens? Afirmar essa igualdade seria afirmar o puro absurdo.

Ninguém o poderia tentar sem cessar ao mesmo tempo de fazer uso da razão. A mais morigerada simpatia crítica levaria, pois, os reaccionários a conceber que não é a suposição da igualdade psicológica que está no fundo dos princípios democráticos. Trata-se da igualdade de direitos, e não da igualdade de funções ou de faculdades. A democracia reconhece as diferenças de capacidade; mais ainda: é o único regime que as pretende reconhecer em toda a sua latitude, pois se limita a sustentar que todas as diferenças sociais que não sejam baseadas em diferenças de capacidade são atentórias da justiça e dos interesses colectivos. Pretende, pois, substituir a um regime de desigualdades exteriores e fictícias, baseadas nos

---

(**) Rolão Preto, *A Monarquia é a restauração da inteligência.*

SIhi

acasos da herança ou da fortuna, um regime de desigualdades naturais, em que a cada um seja dado o lugar que lhe compete pelo seu esforço e pelas suas aptidões. É eliminar, como ilegítimas e anti-naturais, todas as diferenças resultantes de considerações exteriores ao valor próprio dos indivíduos. A cada um segundo as suas capacidades, a cada capacidade segundo as suas obras, tal é o ideal de todo o socialismo realizável, que não constitui aliás senão a expressão consequente das verdadeiras aspirações democráticas. A democracia não tende, pois, à supressão dos escóis, das aristocracias, mas, pelo contrário, à substituição duma falsa aristocracia pré-estabelecida por uma verdadeira aristocracia natural. Pode parecer aos integralistas que não é esta a doutrina partilhada por muitos dos «avançados». E assim é com efeito. Mas não se devem discutir as ideias democráticas pela crítica das suas falsificações ou dos sofismas com que as confundem. É ainda a *Declaração dos direitos* que nos apresenta neste ponto o legítimo conceito democrático: «Tous les citoyens sont égaux..., sont également admissibles à toutes dignités, places et emplois publics, selon leur capacité, *et sans autre distinction que celle de leurs vertus et de leurs talents.*» Quando os integralistas se dão à tarefa de combater a igualdade democrática, não o devem portanto fazer pela crítica do que constituiria a sua própria negação, mas pela demonstração de que o interesse e a justiça sociais nos não obrigam a distribuir as funções e as recompensas conforme os méritos e as virtudes. É isto mesmo que está em causa, e não uma suposta igualdade absoluta de todos os homens ou uma ausência total de organização e de hierarquia.

Fácil é ainda mostar que a oposição que alguns críticos pretendem estabelecer entre a liberdade e a igualdade é inteiramente ilusória, porque ilusórios são os conceitos que formam os dois termos da antinomia (***). Definindo esses dois

(***) Leia-se, sobre este ponto, o belo livro de Parodi, *Traditionalisme et démocratie*, 1909, p. 255-274.

Slhi

termos como *absolutos*, não há dúvida de que eles se excluiriam recìprocamente: a liberdade absoluta opor-se-ia fundamentalmente à igualdade absoluta. Mas a oposição desvanecer-se-á se dermos a esses conceitos o seu significado concreto e inteligível; mais ainda: longe de se excluirem, afirmam-se e completam-se mùtuamente. Toda a igualdade é ilusória se desconhece as diferenças individuais e, sob o pretexto de se realizar, não dá a todos o igual direito de desenvolver a própria personalidade. Por outro lado toda a liberdade é ilusória quando dá a muitos dos homens, para empregar a forte expressão de Parodi, o direito sem o poder, o direito de ser livre sem o poder de o ser. É uma irrisão dizer-se aos deserdados da fortuna que são livres quando se lhes dá apenas a liberdade de morrer de fome; que têm absoluta liberdade de voto, quando de facto estão subordinados aos *beati possidentes*; que têm o direito da instrução, quando as vantagens do ensino só podem ser desfrutadas pelos ricos. Todos esses direitos de que a liberdade civil e política hoje se ufana só podem, pois, tornar-se efectivos, deixando de ser teóricos e abstractos, como até aqui, por uma realização progressiva das ideias igualitárias. *A condição necessária da igualdade dos direitos é a igualdade dos poderes:* tanto monta dizer que a liberdade é um ideal inteiramente vão na medida em que não marcha de par com a igualdade. Liberdade e igualdade, assim despidas dos sofismas e dos abusos de pensamento em que as enredam alguns dos seus pretendidos partidários e muitos dos seus inimigos, longe de se nos apresentarem como contraditórias, não são, pois, mais que as duas faces necessárias da mesma inspiração social, do mesmo desejo de criar na terra, para todos e por todos, uma vida inteiramente humana.

Eliminados, pois, todos os abusos, todas as falsificações e todos os sofismas, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, por maiores crimes que em nome delas tenham sido

Slhi

cometidos, são ainda as três estrelas máximas que alumiam o firmamento da Razão humana.

RAÚL PROENÇA

(N.º 9 - 1/III/22)

SEARA NOVA

SEMANÁRIO DE DOUTRINA E CRITICA

Mussolini, o Déspota italiano que governa pela violência, a supressão de tôdas as liberdades, a flagelação e o óleo de rícino. É um dos Tiranos mais desprezíveis de tôda a História. O seu Império envergonha o mundo moderno. O seu rosto é um dos maiores argumentos contra o Fascismo.—*R. P.*

Slhi

Fig. 4 – Capa do n.º 80 (27/III/1926).

Texto 2

O FASCISMO E AS SUAS REPERCUSSÕES EM PORTUGAL

Dou como admitida a hipótese de ter sido o fascismo provocado por uma ameaça de convulsão bolchevista – embora saiba que, ao ele tomar conta do poder, já o socialismo moderado levara de vencida as exaltações dos extremistas. Dou ainda como admitida a extraordinária capacidade administrativa de Mussolini, e a formidável obra por ele realizada nas finanças e na moralidade pública – embora saiba também que a tendência para o equilíbrio orçamental já se vinha acentuando no exercício dos governos anteriores, que a melhoria foi precisamente mais lenta desde o advento de Mussolini, que nunca foi tão grande, como é natural, a corrupção política e financeira, e que a maior coroa de glória do fascismo – a redução do *deficit* dos caminhos de ferro –, longe de ser devida à dispensa dos 40.000 ferroviários, logo substituidos por uma milícia fascista que absorveu todas as anteriores despesas de pessoal e as superou, deve-se simplesmente ao facto puramente acidental de ter baixado o preço do carvão inglês e de terem sido praticados vários erros de administração que se hão-de fazer sentir no futuro (*).

Não preciso, para criticar o fascismo como sistema, de discutir a obra administrativa que por acaso tenha realizado *um* governo fascista. Há maneira de se multiplicarem por toda a parte os governos dessa natureza. Mas há igual facilidade em se multiplicarem os Mussolinis?

(*) Ver sobre todos estes pontos, o artigo publicado na *Review of Reviews* de Janeiro de 1925, sob o título *Fascism on trial.*

Slhi

Tenho, pois, de ir direito ao coração do sistema. E quando falar em actos concretos da actual situação italiana, não me esquecerei de demonstrar que eles são exigidos, ou pela lógica da doutrina, ou pelas condições reais e psicológicas que determinaram o seu advento ou condicionam a sua existência.

As primeiras condições da vida social são a garantia duma certa prosperidade e a realização progressiva da dignidade humana. Toda a fórmula política que impedisse a realização desses dois *desiderata* constituiria o malogro duma experiência social, uma sociedade gorada e abortada. Se o Homem resolvesse de aqui em diante tudo abandonar para se entregar apenas à consecussão dos fins espirituais, renunciando completamente à resolução dos problemas que lhe põe a Matéria, cada vez mais diminuida como utilidade económica, num mundo sucessivamente mais povoado, destruiria as condições da sua própria existência. Mas se, absorvido nesta labuta de cabouqueiro e de pesquisador de novas formas de energia, esquecesse os valores do Espírito, sacrificaria os fins mais altos, e, se não se destruia como corpo, como conjunto do universo material, aniquilar-se-ia no que forma a sua essência, naquilo precisamente que o faz Homem. E ainda teríamos a discutir se estas duas finalidades não serão absolutamente solidárias – se o Espírito, pelo que diz respeito ao homem, poderia viver sem o domínio da Matéria, e a aquisição e adaptação da Matéria aos fins humanos sem o Espírito – e mais, se valeria a pena continuar a vida humana sem o exercício cada vez mais nobre, mais pleno e mais profundo, das suas forças espirituais.

Tendo, pois, estabelecido como condição essencial de toda a sociedade humana *aboutie* o respeito pela hegemonia do Espírito e pela sua dignidade, vejamos como o fascismo italiano realizou essa condição, até que ponto ele cumpriu ou se malogrou como experiência social.

Slhi

Tal como o vemos, o fascismo não é outra coisa senão uma das graves doenças morais e espirituais ocasionadas pela Guerra. Não se trata duma evolução normal da sociedade: trata-se, sim, dum desvio mórbido, que encontrou gérmens anteriores e uma atmosfera maravilhosamente preparada, pela decadência das personalidades políticas bem intencionadas e pela lentidão da Democracia em organizar-se segundo as necessidades novas do mundo.

A Guerra não produziu apenas males físicos; não fez só mutilados, estropiados, gaseados, inválidos. O sangue derramado em semelhante hecatombe impregnou a atmosfera que respiramos dum perfume acre de violência, de cupidez, de animalidade – e de aqui o luxo desenfreado, a procura imoderada do prazer, o instinto da rapina mais desenvolvido que nunca, o amor exclusivo do lucro, a ânsia da especulação em larga escala, – e, na política, a megalomania, a exasperação mórbida, como ali, da personalidade, o culto da violência, o predomínio das forças instintivas sobre a Razão, o sadismo moral, o amor da Guerra e do Domínio. Eu peço aos meus leitores que reparem na profunda unidade e solidariedade destes diferentes aspectos; e afirmo, com inteira segurança, que a mesma irrupção da Besta Humana, o mesmo instinto amoral de megalomania e de domínio que fez Mussolini na Itália fez Alves dos Reis (1) em Portugal. A criada de servir que vai empenhar as camisas para comprar jóias, a mulher de boa sociedade que mata filhos após filhos para poder gozar sem limitações nem responsabilidades, o político que açambarca os empregos, o especulador que inunda o mercado de milhões de notas falsas (tudo em grande, tudo *colossal*), o ditador que suprime a liberdade e ameaça o mundo – todos são afinal, na sua humildade ou na sua grandeza, vítimas

---

(1) *Ver 2.17 (1.º volume).*

Slhi

desgraçadas do mesmo mal de após-guerra, todos respiraram na hecatombe o mesmo perfume envenenado da mancenilha. Doença grave, eminentemente contagiosa, por isso que é pelo que há de inferior, de irracional, de instintivo no homem que ela se comunica.

Ao lermos as teorias «fascistas», julgamo-nos transportados a outra era da história, pois parecem-nos exigir uma transformação profunda e radical no próprio mecanismo da razão humana. Os nomes dos seus jornais e das suas revistas *(Ehiá,* a *Avalanche,* o *Martelo,* o *Archote,* o *Arauto,* o *Machado)* soam como gritos de guerra ou cortam o ar como instrumentos contundentes. Segundo um dos directores espirituais do novo regime, é preciso «adorar o dogma, a intolerância, o Syllabus, o Index, a Inquisição, o braço secular, S. Domingos, Filipe II, o duque de Alba, Loyola, Torquemada, o Sonderbund, a revogação do édito de Nantes e a noite de S. Bartolomeu. Para Mussolini, «as revoluções só podem produzir os seus efeitos quando são sangrentas», enquanto outro teórico substitui a famosa fórmula de Renan, «uma Nação deve ser um plebiscito de todos os dias» por esta outra: «a Nação deve estar num estado de guerra permanente».

Onde está aqui a afirmação dos direitos do Espírito? Longe de existir para a dignidade progressiva do Espírito italiano, o governo fascista vive apenas para a sua supressão absoluta. É do *Impero*, órgão directo de Mussolini, que transcrevemos esta passagem preciosa: «O Povo italiano não tem necessidade de educação: só precisa de que o guiem.» É a confissão duma sociedade abortada nos seus fins espirituais.

Tem-se comparado muitas vezes o Fascismo com o Bolchevismo, e com razão. É o próprio Mussolini que diz dos homens dos Sovietes: «Nós temos na Rússia excelentes professores. Não temos outra coisa a fazer senão imitar o que está sendo feito na Rússia. Eles são mestres admiráveis. Temos feito mal em não seguir inteiramente os seus exemplos.»

Slhi

(Palavras pronunciadas na Câmara e cobertas de aplausos veementes pela quase unanimidade dos deputados). Mas repare-se que um exame mais rigoroso dos dois sistemas políticos deverá concluir sempre, *sob o ponto de vista do Espírito*, em prejuizo do Fascismo. O Bolchevismo é violento, agressivo, criminal, anti-democrático nos métodos e na expressão, *uma coisa a proscrever da correcta atitude social do homem de hoje.* Mas ao menos esses levaram a educação do Povo a uma altura que nunca o cesarismo atingiu; quer dizer, a obra pedagógica que tem criado (e que é formidável) contém em si mesma os germes da sua própria destruição como regime – e com ele, necessàriamente, os germes da Sociedade Futura.

Que admira, pois, que à ideologia fascista corresponda o terrorismo mais violento e a supressão de todas as liberdades? As mais elementares garantias desapareceram. Não existe o direito de associação – senão para os fascistas. Não há o direito de imprensa – senão para a gente governamental. Os funcionários públicos têm de se declarar fascistas; os próprios empregados franceses dos *wagons-lits,* ao entrarem na Itália, são obrigados a fazer a saudação fascista. A simples posse de livros escritos por homens como Salvemini (2) é, como nos tempos da Sagrada Inquisição, um crime público. Todos devem pensar o mesmo; todos têm de reconhecer a obrigação de fazer da vida mental e cívica um simples exercício de ecolália. A vida política italiana não é, no dizer de um dos seus críticos, senão um longo «solilóquio» da parte do governo. O Fascismo é um feixe de espigas todas iguais – onde uma haste que ouse tremular mais alto, dominando as outras, diferindo ao menos das outras, é logo ceifada pela bandeira, quando não julgam preferível ceifá-la cerce, pela raíz.

---

(2) *Historiador que o fascismo compeliu ao exílio.*

Slhi

Não admira, pois, que os crimes, os espancamentos, os assassínios, os raptos, as cacetadas, o óleo de rícino, as vergastadas nas nádegas, a destruição dos edifícios, tudo isso a a que se chama, na linguagem criminal do fascismo, as «operações punitivas», se sucedam todos os dias.

Mas, dir-me-ão – e aqui está já a aplicação do critério que prèviamente estabeleci –, os crimes e as violências do fascismo nada têm a ver com o fascismo como sistema. Em Portugal, por exemplo, país de costumes mais doces, poderia trazer outros resultados. Não pode, sustento, porque não há forma de suprimir hoje a democracia, em qualquer país civilizado da Europa, senão pelo recurso permanente à repressão executória e criminal. Seria como querer impedir que o vapor saisse duma caldeira sem exercer pressão sobre a tampa. O vapor acabará por fazer rebentar a caldeira – mas até lá é preciso que sobre ele se exerça uma força opressiva e esmagadora. Estes regimes anti-democráticos só podem manter-se, pois, nas actuais circunstâncias do mundo, por *um permanente acesso de violência.* A loucura, a criminalidade têm de estar no próprio coração do sistema.

Estranha ironia! Paradoxo cruel! É a este sistema de governação, em que o Crime é instaurado em Sanção Penal, sem forma de processo, em que toda a tranquilidade desaparece, em que no Estado só tem direitos um Partido, que se chama o governo da Ordem! É isto que os turistas ocidentais nos vêm elogiar, no regresso das suas viagens hebdomadárias, impressionados pelo desfile teatral das grandes massas fascistas – e porque os combóios chegam sempre à tabela.

A *Ordem* – a Ordem, que não pode conceber-se senão como um equilíbrio de vontades e pensamentos divergentes – como a afirmação duma Unidade espiritual na diversidade do Múltiplo – que não pode ser imposta violentamente aos espíritos sem se renegar – que só assegura o seu triunfo quando o meu direito e o direito do meu adversário são

Slhi

reconhecidos – que deve existir para que exista em toda a sua força e plenitude de criação e de expressão o meu Espírito e o Espírito de todos – a Ordem, que é a condição de se afirmar na terra o reino do Ideal, sempre diferente do *existente* – é essa mentira impudente, esse terrorismo anti-humano, que arregimenta os operários contra vontade nas paradas do *Fascio,* se apodera dos bens dos emigrados, expulsa os padres das suas paróquias, entra violentamente em casa dos liberais para os maltratar, e escolhe justamente, não os meios mais violentos, mas os *mais próprios (o açoite nas nádegas e o purgante, por exemplo) para vexar e rebaixar nos outros, com sadismo moral inexcedível, a dignidade humana.* É esta a Ordem que jornalistas de quarta categoria, renegando as suas postiças convicções republicanas, postiças e trémulas, têm entre nós exalçado e apresentado como exemplo a seguir!

Esta Ordem, que absolveu criminosos políticos, como o general De Bono (3), contemplado ainda por cima com o governo da Tripolitana, enquanto o seu acusador, o dr. Donati (4), era intimado a abandonar o país; que absolveu os assassinos do padre Don Minzoni (5), como amanhã amnistiará os do socialista Matteotti (6); que sustentou em pleno tribunal, com verdade psicológica, infelizmente, mas revoltante má fé jurídica, que «nos grandes momentos históricos há crimes que não nasceram nos cérebros individuais, mas se respiram na própria atmosfera», e que «Don Minzoni morreu num ciclone, não pergunteis quem o matou»; esta Ordem tem na imprensa do fascismo os seus órgãos perfei-

---

(3) Organizador da milícia fascista; um dos quatro promotores da marcha sobre Roma em 1922; instigador do espancamento do dirigente liberal Amendola, que faleceu em consequência das agressões.

(4) Escritor político.

(5) Não identificado.

(6) Ver 11.08.

Slhi

tamente adequados. Sabe-se que todos os grandes crimes políticos do actual regime italiano (e é isto que caracteriza essencialmente este terrorismo) foram precedidos de incitamentos claros da parte dos chefes do partido, dos seus periódicos e do próprio presidente do governo, que fazem todos os dias, uns mais encapotadamente, outros mais às claras, a apologia das execuções. Assim, a *Saint-Barthélemy* de Florença (como lhe chama o dr. Salvemini), no Outubro passado, em que a matança e os maus tratos atingiram proporções extremas, foi precedida das seguintes palavras do órgão local, as *Battaglie Fasciste:* «Para destruir a maçonaria todos os meios são bons: desde o cacete ao revólver, desde o apedrejamento das janelas ao fogo purificador... *Devemos tornar insustentável a vida dos maçons.*» Sublinho, porque esta forma de expressão volta sempre: é preciso tornar realmente insustentável a vida dos adversários, porque *é essa a única forma de assegurar a vida das instituições.* Se assim não fosse, a violência, sobre desumana, seria supérflua. Seria praticar apenas o crime pelo crime. As violências fascistas só têm aparência de justificação na fraqueza fundamental do regime que sustentam – por não suportarem a voz humana e a luz do sol.

Mas as *Battaglie Fasciste* – dir-me-ão – são um pequeno órgão provincial. Sim? Pois seja. Vamos então directamente à cabeça, vamos a Mussolini. Não resta hoje sombra de dúvida que ele foi inspirador de assassínios e mandante de assassinos. O assassínio do deputado socialista Matteotti também foi precedido de incitações, mas desta vez elas partiram do próprio Ditador. «Matteotti – disse ele em pleno Parlamento – fez um discurso monstruosamente provocador, *que merecia em resposta alguma coisa de mais concreto* que as palavras que um deputado fascista lhe dirigiu.» Sabe-se mais: sabe-se por testemunhos vários (carta de Cesare Rossi a Mussolini, testamento de Filippelli, etc.) que as instigações

Slhi

directas ao assassínio partiram de Mussolini, que, para conquistar o silêncio dos réus, inventou a explicação curiosa de que o crime tinha «degenerado numa horrível tragédia, independentemente, ou melhor, contra a vontade dos seus autores.» «Durante os últimos 18 meses – escreve o professor Salvemini – o grito de *Viva Dumini* (o assassino) tem sido ouvido em todas as demonstrações fascistas, *mesmo naquelas a que o Rei tem assistido.*» Quanto ao espancamento do chefe liberal Amendola, esse foi pùblicamente glorificado pelo lugar-tenente de Mussolini e secretário-geral do partido, Farinacci.

Mas os incitamentos não acabaram, não acabarão nunca, porque, já o demonstrei, vai nisso a existência do regime. Assim, ainda há dias o *Giornale del Veneto* publicava estas categóricas palavras: «Toda a gente compreende que os fascistas possam considerar em certos casos a execução sumária como um acto de profunda justiça.» O órgão directo de Mussolini, o *Impero,* escreve sobre o sr. Salvemini: «Ninguém ficaria surpreendido se algum fascista, perdendo a paciência, o enviasse para um mundo mais calmo e pacífico do que este... É digno duma morte infamante... Esperamos que a mão abençoada dum louco sagrado venha a encontrar o meio de encerrar a mais vergonhosa oficina de traição.» E dum *autógrafo* de Mussolini, publicado no *Quotidien,* e que constitui o original dum telegrama enviado em Janeiro de 1924 ao governador de Turim: «Dizem-me que o bem conhecido Gobetti foi recentemente a Paris e que se acha actualmente na Sicília. Peço para me informar, e diligenciar por que novamente se torne a vida difícil a esse insulso opositor do governo e do fascismo.» Tudo isto é monstruoso, mas é perfeitamente lógico e necessário. Como disse, se o fascismo renunciasse a tornar *a vida difícil* aos seus adversários, não tardaria que visse os seus dias contados. Um governo assim só pode sustentar-se, numa sociedade moderna, numa sociedade que viveu já sob formas democráticas, embora imperfeitas e

Slhi

adulteradas, fazendo do crime um instrumento de governo e da violência a *ordem do dia* permanente. (O caso da Espanha, onde a Ditadura pode ser menos cruel, explica-se por várias circunstâncias, que não são nem as de Portugal, nem as da Itália).

Para que o fascismo se mantenha é, pois, necessário o emprego sistemático da violência em relação aos adversários. Mas, em relação aos partidários que o sustentam, é necessária ainda outra condição. Para contar com tropas fiéis, com assassinos fiéis, com uma admiração sempre viva e sempre renovada, é mister que toda a vida da Nação seja um permanente *coup de théatre,* uma série de cenas impressionantes que se imponham pela grandeza dramática, que o País se transforme num Palco onde esteja sempre representando um consumado Actor. Mal dele se o interesse da peça esfriasse, se as suas *poses* e os seus gestos diminuissem de imponência espectaculosa e de comunicação emotiva, se o Actor não desse constantes motivos para ser chamado ao Palco. Ai dele! os espectadores atirar-lhe-iam com as cadeiras, assobiá-lo-iam de troça, irrigar-lhe-iam as nádegas olímpicas com as agulhetas do serviço de incêndios, substituiriam a saudação fascista por um significativo cruzar de braços, açulariam contra ele as damas atacadas de furor uterino, reconhecendo com pasmo, com desapontamento, com indignação, com vexame incomportável, que o Feitiço tinha esgotado miseràvelmente o reportório. O prestígio de Mussolini só pode, pois, manter-se por uma ejaculação constante de actos sensacionais, por jactos sucessivos de decisões teatrais e fulminantes, por uma espécie de parto contínuo de maravilhas e de assombros. Hoje é Corfu (cuja ocupação custou mais à Itália que as compensações que obteve), logo a Alemanha, a Áustria, o Tirol (onde proibe os Germanos de falar alemão, mesmo pelo telefone), amanhã o Império Romano, com a França por aliada (!), e neste ano de graça de 1926, como já declarou o perigoso Louco, a «era napoleónica

Slhi

do fascismo». A megalomania é, para Mussolini, a condição essencial de existir. Se ele voltasse à humanidade de todos nós, perderia a auréola e os fiéis da sua fé. Quando um Político se transforma assim em Actor, indo contra as tendências profundas da sua época, que só aparentemente se abafam ou submergem, tem de levar o calvário até ao fim, tem de arrastar até à catástrofe a pesada cruz da sua Grandeza. A missão sobre-humana que imprudentemente se impôs torna-o a maior vítima de si mesmo – um ser irrequieto, nevrótico, contìnuamente agitado, ansioso, fazendo esforços inauditos para meter medo a toda a gente, mas no fundo tendo medo do ar que se agita, duma folha que bole, aterrado ao simples pensamento de que não terá para cada instante o gesto preciso, de não dar calor e movimento à peça – de se perder. Se não fosse o perigo que constitui para o mundo, este pobre grande homem alucinado e hidrófobo chegaria a causar dó.

Como acabará isto?

Muitas vezes perguntamos a nós mesmos porque é que um louco desprezível (não digo, como vêem, um louco sagrado) não pôs ainda termo a essa existência desgraçada e tumultuosa. Tendo sido sempre a Itália um viveiro das rubras vegetações do anarquismo, qual será a razão por que um anarquista exaltado não atentou ainda contra o Ditador? Julgo ver a razão em que o anarquismo pelo facto não é uma doutrina (a doutrina, para ele, é apenas um pretexto, uma racionalização ou motivação intelectual de tendências mais profundas), que ele é, essencialmente, uma afirmação da personalidade exasperada, anti-social, impulsiva e agressiva, e que esse anarquismo *fisiológico*, podemos assim chamá-lo, não tem necessidade, nas actuais circunstâncias da Itália, de procurar exercer-se contra o governo. O anarquismo pelo facto encontra nas próprias massas fascistas, na *Che-Kạ* ,que manobra sob as ordens directas do chefe do governo, e que é uma espécie da Legião Vermelha ao serviço da reacção política,

Slhi

o meio mais adequado para satisfazer os seus instintos de destruição.

Até que extremos levará a Itália e o mundo esta fúria pandemónica, *que levou já Farinacci e os seus homens a quererem exigir da Oposição parlamentar o juramento funambulesco de aceitar Mussolini como um Mito?!* Será uma nova guerra ofensiva, como está na lógica do imperialismo italiano, com o seu Waterloo, que porá termo ao reinado do *Anti-Cristo?* Ou será preciso, antes disso, incitar as personalidades fortes não contaminadas pelo vírus anti-social a organizar a resistência, para organizar depois, sobre novas bases, a Democracia, não para realizar o paraíso terreal, que é impossível, mas para carrilar o mundo social no *devir* das realizações que têm por limite ideal a comunhão de *todos* os homens nos bens eternos do Espírito?

*

Mas em nome de que necessidade absoluta de salvação pública se erigem princípios e se adoptam práticas tão contrárias à nossa razão, herdeira de tantos séculos de cultura, que respirou a Liberdade, e, decididamente, não quer viver noutra atmosfera? É em nome da *Prosperidade,* considerada como fim único de toda a existência social. Psicològicamente, já o dissemos, o fascismo e formas derivadas são uma explosão da personalidade criminal produzida pela guerra. Mussolini é um gaseado: simplesmente respirou o gás mais perigoso e deletério, formado da sublimação e da concentração de todos os outros gases espalhados na matança. Mas, formalmente, o fascismo considera a *felicidade* dos povos – vista a uma luz estritamente materialista – como o único fim que se deve propor o político. É o hedonismo levado às suas consequências mais extremas, e, digamos, mais sórdidas. Ter dinheiro, vestuário e alimento abundantes, caminhos de ferro, luz eléctrica a jorros – eis tudo. Lembremo-nos que o povo

Slhi

italiano não precisa que o eduquem, quer dizer, que o dignifiquem, que o elevem plenamente à dignidade de Homem; precisa só que o vistam, que o calcem, que o nutram, que o arregimentem em grandes paradas fascistas, que o guiem para as «operações punitivas» – como um animal.

Mas quem vos diz que os valores do Espírito são para desprezar? Mas quem vos assegura que a sociedade humana existiria como tal, se não admitisse a hegemonia desses valores? Mas quem vos garante ainda que as conquistas que temos de continuar a realizar sobre a Matéria, para assegurar a todos o pão, o vestuário e a luz, não sossobrariam em alguns séculos e não se suspenderiam, se desprezássemos a dignidade e a liberdade do Espírito? É com o Espírito – já o tenho escrito – que temos de resolver todos os problemas, mesmo os da Matéria.

Dizeis que quereis conservar e aumentar a riqueza do mundo. Mas ignorais o que essa riqueza deve à Liberdade? Nem atentais que os maiores progressos materiais foram os que sucederam à Revolução Francesa? Sem a Liberdade, de que tanto escarneceis, a física, a química, a geologia, a mineralogia, tudo sobre que se funda a vida industrial moderna, seriam impossíveis. E que liberdade de espírito, que vigor de inteligência, só compatível com essa liberdade, nos não serão necessários para as novas ciências de amanhã, para as novas incursões do Homem no mundo da Matéria?

Mas, segundo certos filósofos de décima terceira ordem, a Liberdade é uma palavra que passou, um fato que se despiu e se pôs à margem por estar fora da moda, uma velha *perruque* demagógica, *un vieux son de cloche.* É que os que assim dizem nunca sentiram verdadeiramente o prazer de criar, ou nunca o compreenderam por intimidade de consciência, – tendo passado toda a sua vida curvados sobre os textos, para imitar, copiar, traduzir, comentar, vulgarizar, sem que nada tivesse saido fremente das suas mãos, ainda a palpitar de vida, a

Slhi

escorrer de sangue, a respirar em largos haustos o tónico ar da Liberdade.

A Liberdade não é uma doutrina para os indigentes do espírito, como sustentam, na incompreensão mais estupenda das coisas, os doutores dos cartapácios filosóficos que nos querem impingir as galimácias do seu verbalismo pelo oiro puro do pensamento. A Liberdade é necessária sobretudo para as *elites;* e dentro das *elites,* para os maiores delas. Os governos que a sacrificam pouco mal fazem, no fundo, *directa e imediatamente,* aos que vivem ainda uma vida quase inteiramente material. Mas fazem um mal profundo, irremediável, aos que trabalham para a cultura e são os verdadeiros penhores da civilização. A *elite* do ensino, a *elite* da ciência, a *elite* da filosofia, a *elite* da política, a *elite* do jornalismo, a *elite* do operariado – essas é que são sobretudo ameaçadas, e com elas os destinos do mundo.

Não, deixai falar os que andam à tona de todas as ideias, os que são incapazes de descer até o seu âmago vivo, para lhes saborear o gosto profundo. A Liberdade é uma conquista definitiva do Homem. Pode-se conceber tão pouco uma sociedade moderna sem liberdade de espírito como sem electricidade – que é apenas um pouco mais recente. Se quereis renegar o «estúpido século XIX», porque não apagais também as lâmpadas eléctricas? A humanidade não pode ser condenada a arrastar eternamente, como pensais, o rochedo de Sisifo.

Também nós queremos a Autoridade, mas para que a Liberdade e a Democracia seja um facto. – Também nós desejamos suscitar as afirmações da Personalidade, mas duma Personalidade amante e generosa, que se esforce por erguer os outros até ela, pois não cremos que haja de tomar em todos os casos essa forma agressiva e psicològicamente imperialista a que os escolásticos chamavam *libido dominandi,* Nietzsche a *Vontade de Potência* e os Ingleses o *instinct of sovereignty.* – Mais: podemos admitir, em certos casos, a

Slhi

necessidade, muito transitória, da Ditadura; mas essa Ditadura tem de ser inspirada por um espírito inteiramente oposto ao do Fascismo – uma evolução para a Democracia, e não um retrocesso.

No fundo, o que queremos? Fazer evoluir os *fins* da Democracia, tornando-a mais justa, e organizar os seus *métodos*, tornando-a mais eficiente – enquanto o Fascismo não a fez evoluir nem a organizou, destruiu-a.

*

Baixemos das alturas. Desçamos à Sociedade de Geografia. Em Portugal, a *Cruzada Nun'Álvares* resolveu iniciar um movimento análogo ao fascismo italiano. Um oficial da armada que esteve refugiado na legação de Espanha e sofre dum ódio tremendo ao democratismo, com exacerbações nocturnas, coitado, e um senhor filósofo elegante, com luvas amarelas e livros que vieram agora mesmo de Paris, vão inaugurar em Portugal a *corrente moderna*. Foi há pouco a abertura da estação. É uma coisa aparatosa, *chic*, que mete chá-das-cinco, elegantes, estudantes pálidos, oficiais com calos e burgueses apopléticos. Alguns, que tinham bebido ao jantar alguns copos de rum a mais, chegaram a ameaçar colegas cá da *Seara* que foram assistir à primeira função. Hum! Dar-se-á o caso que o civismo heróico vá recrutar agora os seus soldados na legião do Reumatismo?

Não sei qual desses dois homens se sentirá com coragem para armar em Mussolini. Filomeno é inteligente, activo, ambicioso, apaixonado, mas não lembra o Ditador. A cara é mais estreita. As feições menos duras. A diferença na estatura, sobretudo, é considerável. Mas Nobre de Melo, esse dá, segundo me disse um italiano das minhas relações, ares de família: pelo menos parece-se imenso... com M.lle Mussolini.

Receamos, porém, bastante que os dois pobres senhores

Slhi

queiram fazer um fascismo sem massa fascista e sem Mussolini – quer dizer, pão sem farinha e sem levedura. É algo difícil. Uma ditadura vale sempre o que vale o ditador. E ela seria menos duradoira que os nossos governos constitucionais se não se apoiasse sobre uma massa activa e consciente de si mesma. Ora, pelas pessoas que lá viram, os nossos colegas vieram com a impressão que é gente incontestàvelmente capaz de sair para a rua... se lhes entrar o inimigo em casa.

Demais Filomeno da Câmara teve, tem e terá sempre a seu lado o seu correligionário Cunha Leal. Para um regime que pretende resgatar Portugal da corrupção é uma boa bandeira... e um bom apetite.

Deixemos de sorrir. Não, nós não faremos essa experiência cómica e perigosa. Na Itália há, ao menos um grande trágico. Em Portugal no tablado só haveria cómicos...

Urge que movimentos anti-fascistas, formidáveis, se organizem em toda a Europa. É preciso começar por atacar decisivamente essa *influenza* – já pelas demonstrações das grandes massas, já pelo esforço positivo da depuração e organização da Democracia. Esta, longe de estar morta, como dizem os pensadores-coveiros, apenas soltou ainda em toda a parte os seus primeiros vagidos.

Se deixassemos desenvolver os fascismos nacionais, germes de outros tantos imperialismos, o choque destes vários imperialismos, exasperados e megalomânicos, daria no futuro a guerra maior que o mundo ainda viu. Seria talvez a ruina, por muitos séculos, de toda a Civilização.

Há muitos de vós, pseudo-fascistas, que se equivocam. Metidos neste mundo de sombras, crêem que é da porta da Itália que lhes vai surgir a luz. Não: o Fascismo é apenas um retorno ofensivo do Passado. Saberemos jugulá-lo. A Luz está noutra parte...

Quereis obedecer à moda efémera, jovens do meu país, ou auscultar o sentido subterrâneo das transforma-

Slhi

ções profundas? Quereis ir na onda, ou quereis antecipar-vos?

Mussolini, impregnado de espírito nietzscheano, disse um dia: «*Eu não sou o que segue, mas o que precede.*» Filomeno, Nobre de Melo, os oficiais com calos, os estudantes pálidos e os burgueses apopléticos são aqueles que seguem. Pois bem, nisto ao menos, pensamos como Mussolini. *Nós queremos ser também aqueles que precedem!*

RAÚL PROENÇA

P. S. Escrito em um só dia, às sacadas nervosas, não tive tempo de tornar este artigo, nem mais curto nem melhor. O momento urge. É necessária a acção. E nós vamos para ela!

R. P.

(N.º 77 - 6/III/26)

SIhi

Texto 3

CARTAS À MOCIDADE

I – QUERES SER UM HOMEM?

És moço. O teu desejo inquieto sonha os destinos grandiosos. Chegaste à encruzilhada dos mil caminhos. E hesitas. É à tua incerteza que eu desejo falar. Com que direito? estou a ouvir que me perguntas. Venho de percorrer muitos dos caminhos do mundo. Mas, através de hesitações e quedas, sempre a luz me bateu de frente sobre o rosto. Já me sacrifiquei pelos homens todos, pela beleza da vida. Posso falar. E falo-te tanto pelo pesar dos erros, como pela alegria das boas obras realizadas.

Sim, tu hesitas. Mas eu conheço o teu desejo. És um moço: queres ser um homem. Pois eu venho dizer-te que sejas um homem, mas um homem na plenitude, na grandeza, no esplendor heróico dessa palavra gloriosa. Sim, venho dizer-te que sejas um homem digno dos presentes que o Tempo depõe nas tuas mãos, pela realização de todos os teus deveres. Nasceste na mais bela e trágica hora da vida da humanidade. Rodeiam-te catástrofes, incêndios, ruínas, incertezas. Todavia, um vago coro de esperança se ergue do coração dos homens. De ti depende que essa esperança se volva em realidade e que outro canto mais ansioso e alevantado se reerga sobre a terra.

Eu sei que à tua beira se abrem os caminhos fáceis e sedutores. Se és ambicioso, podes ganhar glória, dinheiro ou poderio, com pequeno custo. Escritor, basta-te lisonjear o mau gosto do público e as suas piores inclinações. Político, enfileiras nos partidos e dobras-te às imposições das clientelas. Jornalista, serves as oligarquias do dinheiro e as paixões

Slhi

populares. Profissional, abres balcão e fazes da tua profissão apenas um negócio. És, enfim, um habilidoso animado pela cupidez: oprimes os fracos, abusas da ignorância, aproveitas as condescendências da moral comum, exploras a miséria, a estupidez ou os vícios humanos, e depressa chegarás aos fastígios ilusórios que não alcançam os que trabalham com esforço rude e com desejo de justiça. Esses são, em verdade, os caminhos mais fáceis. À tua volta os teus falsos amigos, quantas vezes os teus próprios pais e parentes impelem-te docemente e juncam de rosas a lisa estrada para que ela te apeteça mais. Pois eu digo-te: se te meteres por aí, degradas-te à condição repugnante de certos animais inferiores, que mudam a cor conforme o meio e parasitam para poder viver. Desonrarás em ti o que há de mais belo na humanidade, – a aspiração crescente de beleza e perfeição. O que distingue as sociedades superiores é exactamente o grau de cooperação e solidariedade entre os indivíduos. Quanto mais servires o egoísmo que dissocia e aumentares a hostilidade entre ti e o teu semelhante, mais enfraqueces e rebaixas a sociedade a que pertences.

Ao contrário, o homem superior, o mais forte, o mais belo é aquele que mais desinteressadamente serve a comunidade. E uma sociedade será tanto mais sólida e perfeita quanto maior o número dos espíritos que a servem com puro desinteresse.

Esses são os grandes valores humanos. E senão medita. Que valem para a glória da França e da Humanidade os seus guerreiros, os seus monarcas e potentados, se os compararmos com os nomes de Pasteur, Lavoisier ou Descartes? No cortejo do coroamento de Jaime I de Inglaterra, Shakespeare figurava entre os mais pobres, com o seu manto oferecido, de seis shillings. Hoje poucas pessoas conhecerão o nome dum só dos faustosos dignitários que seguiam o rei, enquanto o génio de Shakespeare exalta cada vez mais o coração dos

Slhi

homens em todo o mundo. Os papas sucedem-se há séculos na tiara romana e nenhum deles teve sobre a humanidade a influência de S. Francisco de Assis, com o facto, na aparência tão simples, de falar ao sol, aos pobres, às aves e às feras, como a seres irmãos.

É que a evolução da humanidade faz-se no sentido duma crescente aproximação moral e espiritual. A obra daqueles generosos criadores possui um poder de influência e irradiação incalculável. E a história esquecerá pouco a pouco o nome dos conquistadores e dos ambiciosos para se tornar a glorificação dos construtores e dos apóstolos.

Mas nem todos, dirás tu, podem aspirar a essas culminâncias da ciência, da filosofia, da arte ou da bondade. É certo. Também a eles não os guiou a esperança de glórias no futuro, mas apenas o desejo de harmonia perfeita entre o acto e a consciência. Para realizar essa harmonia não precisas de ser tão grande como eles. Basta-te que elejas a missão, conforme às tuas forças e virtudes próprias, para servir a comunidade e depois, por mais humilde que ela seja, a realizes em pleno esforço, sinceridade e aceitação.

Eis o que constitui em toda a parte um imperativo de pura humanidade. Mas considera agora quanto maiores são os teus deveres na terra onde nasceste. Tudo aqui solicita os teus braços, o teu cérebro ou o teu coração. Em lugar algum do mundo encontrarias deveres mais imperiosos, instantes e sagrados do que em Portugal. A terra está inculta e as suas fontes de energia correm ou jazem na mesma esterilidade dos tempos pré-históricos. O povo mourejador das fábricas e dos campos, por mais que se ouse proclamar o contrário, continua ignorante, mal alimentado, mal assistido, vivendo quase todo em escravidão e barbárie, se o compararmos aos trabalhadores da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Faltam-nos em todas as actividades, mais que nenhuns outros, os capitais morais, isto é, o espírito de

Slhi

empreendimento e o desejo de progresso. Continuamos, salvo raras excepções, a vegetar em rotina e em ciência livresca. Os indivíduos, os grupos e as classes, divididos por baixas ambições, raro se erguem à compreensão activa das necessidades e interesses colectivos. E, de ódio em ódio, de miséria em miséria, aquele mesmo espírito de inquisição, que outrora, em nome da fé religiosa, exigia a limpeza da raça, acordou e ergue-se a cada passo *de todos os lados*, exigindo e procurando realizar a *limpeza*, em nome da fé política.

Eis o quadro sumário dos vícios e necessidades mais graves, que te solicitam com urgência. A tua responsabilidade cresce na proporção da inteligência, cultura ou poderio que tiveres. E, se verdadeiramente queres ser um homem, não abandones este posto, que as circunstâncias tornaram de tanta dor e perigo. Pois dos que fogem nas horas mais difíceis será lícito pensar-se que prezam mais que o bem comum os seus interesses próprios. Aqui, na terra onde nasceste, exactamente porque são maiores os teus deveres, mais podes afirmar a tua viril humanidade. Quando um povo está ameaçado, como o teu, das piores catástrofes morais, os que partem, os que se isolam, até os que não vêm são como os desertores em horas de batalha.

Esta, a estrada que te aponto, eu o sei, é a mais áspera e difícil. Encontrarás pela frente, a tomar-te o caminho, os balofos, os palradores, os agitados, os pessimistas, os estéreis de toda a espécie, para quem o trabalho alheio é a pior das impertinências, e ainda uma parte da opinião pública que aplaude apenas aqueles que por sua vez a lisonjeiam. Saberás também que os teus piores inimigos serão sempre aqueles que falharem na carreira em que tu triunfes. E conta que eles, os fracos e os anódinos, nalguma coisa conseguem mostrar talento e esforço: em destilar sobre ti o fel do seu despeito.

Sim, tomar o bom caminho e seguir por ele é duro, mas só assim merecerás a glória de ser homem. Que eu te digo

Slhi

à maneira de Séneca, o grande estóico hispânico: sejam quais forem as circunstâncias da tua vida, aceita-as, tanto melhor quanto mais terríveis elas forem, e conduz-te de maneira que sempre possa de ti dizer-se que és um homem. É à tua vontade, é à tua coragem, ao teu poder de sacrifício, ao teu novo desejo e ansiedade que eu me dirijo. Não venho impor-te um credo. Não. Crê em ti. Constrói a sós contigo a obra do teu destino. És uma fonte de vida. E deves ser a única fonte da tua vida. Distende a tua vontade como um arco. Vai disparado ao alvo como a violência dum dardo, vibrando todo ao caminhar. E principalmente excede-me. Realiza sempre a excedência do que foi. Não ponho limitações ao teu desejo e à tua força. Colhe de todos os sadios frutos da Terra para tornares a vida doce. Mas, mais e melhor vai pela vida fora, erguendo ao alto nas mãos válidas o facho da tua beleza íntima, embora os fracos fiquem de olhos encandeados e a ti te abrases na pura labareda.

JAIME CORTESÃO

(N.º 3 - 20/XI/21)

Slhi

Texto 4

CARTAS À MOCIDADE

III – QUERES SER UM HOMEM LIVRE?

«No princípio era a acção»
Goethe

Sei que algures existe a alma ou as almas, às quais eu me dirijo. E em verdade, uma que fosse apenas a escutar-me, e sentir-me-ia compensado. Um enternecimento profundo me toma, sentindo que me reparto por vós outros. Uma alegria me exalta pensando que as minhas palavras podem conter a faísca que vos incendeie. Eu vos adivinho e amo, almas simples e puras que me escutais.

Amigos, hoje vos hei-de falar da máxima expressão da vida forte – a liberdade. Os homens ou os povos são tanto mais poderosos quanto mais alto mantêm a sua independência moral ou política. E em rigor a perfeição duma sociedade pode avaliar-se apenas pelo seu conceito de liberdade. A mesma história do homem e da civilização é no fundo a história da liberdade. Tanto no indivíduo, como na humanidade, esse conceito evoluciona. O homem começou e começa por obedecer às forças hereditárias da animalidade, aos impulsos do meio, às excitações externas. Mas exercendo a sua actividade por movimentos reflexos já nessa reacção se afirma uma vaga consciência. O primeiro esforço de síntese e unidade mental faz-se sob o impulso do egoísmo e do instinto de defesa. Logo, num seguinte estádio da sua evolução a consciência reflecte e procura separar o que é próprio do que é alheio. O homem ensaia a liberdade tentando vencer os impulsos hereditários e exteriores. Aparece a individualidade. Finalmente

Slhi

o homem vitorioso de si e do exterior realiza a liberdade perfeita, atinge o estado de graça e, como um S. Francisco de Assis, funde-se na consciência universal.

Mas esse conceito varia não só com o tempo mas com o espaço. Assim, os ingleses, como em geral os homens do norte, aos quais a natureza e o clima impõem uma vida intensamente ensimesmada e cuja religião assenta sobre a consciência individual, criaram um ideal individualista da liberdade. Ser livre, para eles, é bastar-se e governar-se a si mesmo, independentemente da sociedade. O homem mais só é o mais livre, dirá Ibsen. Por essa mesma razão, o conceito do patriotismo inglês não está fundamentalmente ligado à ideia da terra natal.

Ao contrário, para o francês, e em geral para os latinos, aos quais a natureza favorece uma intensa vida exterior, quase todos educados numa religião de carácter solidarista, à ideia de liberdade junta-se sempre a de sociedade. Para nós outros ser livre é essencialmente ser solidário e fraternal. E um filósofo francês pôde dizer que o acto mais livre é aquele que mais nos prende a outrem. Mas no fundo destes conceitos, quer o homem livre realize a vida plena em si e para si ou para e pelos outros, a liberdade máxima implica sempre a máxima disciplina. É claro procuramos aqui definir tendências ideais, que não se excluem mùtuamente. A mesma liberdade inglesa implica em nome do indivíduo, e por esse mesmo motivo, uma forte disciplina de carácter social. É ainda e sempre o seu egoísmo individual que impõe à sociedade a sua conservadora estabilidade e coesão. Ao contrário, entre os latinos, onde o conceito de liberdade envolve a ideia de sociedade, o indivíduo julga-se com maiores direitos a reagir contra ela em nome das suas ideias sociais. Se o conceito latino é mais perfeito, pois a liberdade ideal seria a que permitisse à consciência erguer-se à unidade universal, em comparação sujeita mais fàcilmente a sociedade às anomalias individuais.

Slhi

Eis o primeiro perigo de ordem genérica contra o qual te quero prevenir.

Mas talvez em nenhures, como em Portugal, se torna necessário definir o que verdadeiramente seja liberdade. Num país, onde pululam os abúlicos, os impulsivos, os sentimentalistas e os agitados, mais fàcilmente se concebe a liberdade como um direito a desprender-se de toda a sujeição e disciplina. O suposto homem livre julga-se, mais que no direito, no dever, de ser em tudo e por tudo um revoltado.

Por certo a disciplina e a ordem que a sociedade impõe é muitas vezes injusta, absurda e revoltante. Mas só há o direito de atentar contra ela em nome duma ordem e disciplina mais perfeitas.

E quem são tantas vezes esses homens que em Portugal se julgam no direito de perturbar a sociedade? Haverão eles atingido e realizado o mais alto estádio da liberdade? Terá ao menos cada um deles uma larga obra, concepção do espírito, ou sequer uma vida em que a liberdade se afirme pelo domínio de si mesmo, a disciplina da vontade e a generosidade do esforço? Trazem eles consigo uma elevada ideia de sociedade, claramente definida e pronta a realizar-se?

Não. A maior parte das vezes aproximam-se do homem primitivo, fraco de vontade, impulsivo, incoerente, revelando em tudo um carácter sem equilíbrio e sem unidade. Neles a liberdade é ainda e apenas aquela primária reacção às influências exteriores, de que acima falamos. Deles se pode dizer o que Lubbock disse dos homens primitivos: que são crianças com as paixões dos homens.

Longe do esforço e da reflexão, que condicionam a verdadeira liberdade, julgam-na, todavia, tanto na esfera moral como na política, um dom graciosamente concedido, já pelas leis da Natureza, já pela constituição do Estado.

Nenhuma ilusão mais falsa e perigosa do que esta. Antes de mais nada, o homem, limitado em tudo pela

Slhi

necessidade, nunca pode atingir a liberdade absoluta. A liberdade de realização é apenas um ideal e se tu queres atingir o homem possível que há em ti, terás que lutar constantemente para o alcançar. E, sempre que atinjas alguma liberdade de carácter íntimo ou exterior, haverás, para mantê-la, que a defender constantemente. Se fores uma ou outra vez vencido, não desanimes. Só o tempo auxilia as conquistas e libertações supremas.

A liberdade é uma vitória contínua sobre ti mesmo e sobre as fatalidades e as forças da natureza. Os piores inimigos da tua liberdade não os procures à tua volta, porque habitam dentro de ti. Enquanto não conheceres e dominares esses inimigos, nunca serás um homem livre. Os tíbios, os impulsivos e desordenados, por mais que o não julguem ou confessem, serão sempre verdadeiros escravos. Só o trabalho, a perseverança, o método, o domínio de si mesmo dão a liberdade.

Nem creias que essa magnífica vitória a obtenhas depressa e fàcilmente. Ergue-te a cada queda. Persevera sempre. Medita nesta verdade de ordem científica, enunciada por Huxley: «Uma acção pode exigir toda a nossa atenção e força de vontade, quando a executamos pela primeira, a segunda ou a terceira vez; mas, se for muitas vezes repetida, acabará, por assim dizer, por fazer parte da nossa organização e realizar-se sem a intervenção da vontade, sem que mesmo tomemos disso consciência.» O hábito acaba por dar às realizações, que a princípio são dolorosas, a facilidade dos actos reflexos. A cada novo esforço serás melhor e mais forte.

O que se diz dos homens pode aplicar-se aos povos. E aí tens a razão íntima de tantas loucuras e tiranias, que em Portugal se têm praticado em nome da liberdade. Assim também a salvação portuguesa não está no auxílio do estrangeiro ou na exploração das colónias. O que ameaça perverte a liberdade em Portugal é o velho sestro para-

Slhi

sitário que degradou todas as virtudes da grei até às últimas aberrações.

Se te queres salvar a ti e auxiliar a salvação do teu país natal, sê livre e gera a liberdade, pelo esforço produtivo e organizado. Só o trabalho dá a disciplina aos homens e aos povos.

E se eu te não aconselho um ideal individualista de liberdade, à inglesa, porque reflecte sobre o conceito de sociedade os vícios do seu egoísmo originário, previno-te contra os excessos do ideal societário, que levam tantas vezes os que pregam a liberdade a cometer em nome da comunidade os actos do mais feroz e cego individualismo.

Quer isto dizer que te aconselhe a sujeição incondicional aos estatutos vulgares da sociedade em que vives? Não. Quando te prego este conceito de liberdade é para que possas ser, de verdade, um elemento de libertação e de progresso. A mais alta liberdade é uma aspiração e realização de carácter universal. Mas só atingem esse supremo grau da consciência livre os homens e os povos que se esforçam, perseveram e organizam.

Modelai-vos primeiro, se quereis modelar depois a sociedade. Sede livres, se quereis libertar os outros. Um acto implica o outro. A mais livre e perfeita individualidade será a que atinja a maior e mais generosa universalidade. Assim, ao findar da minha carta, na alegria deste pequeno esforço, tomo melhor posse de mim mesmo, sentindo que me reparto por vós outros.

JAIME CORTESÃO

(N.º 9 - 1/III/22)

SIhi

Texto 5

CARTA ABERTA A UM CONSERVADOR LUSITANO

Burguês Amigo:

Começo por te declarar novamente que te não venho pedir que não sejas conservador: pelo contrário; peço-te que sejas conservador, mas que o sejas com inteligência.

Dizia-te há tempos o teu jornal, o *Século,* que sofres sobretudo por teres medo; que te faças por isso uma alma enérgica; que ponhas a teu soldo gente de ferro; e que busques, para nos governarem, homens «que tenham que perder».

Permite-me uns comentários aos conselhos do teu jornal.

Em primeiro lugar, concordo que sofres, com efeito, de teres medo: mas principalmente de teres medo *de tudo:* dos males – *e dos remédios;* das explosões – *e das válvulas de segurança.* Que tenhas medo das explosões – bem está; que o tenhas, também, das válvulas de segurança – eis o que é pior. E isso faz a tua miséria.

Quer o *Século* que tu escolhas para nos governarem «homens que tenham que perder», e que tomes a soldo gente tesa, que te defenda com sua tesura dos que «*não* têm que perder». Não ocorreu ao *Século* a solução seguinte: fazeres quanto possas para tornar em «homens que *têm* que perder» o maior número possível de «homens que *não* têm que perder». Dar pancada nos inimigos é uma solução um pouco tétrica, sobretudo para quem, como tu, se agonia muito com as sarrafuscas; converter os inimigos em aliados é um processo mais melífluo, bastante de aconselhar a quem se enjoa na polémica. Mas tu, por via de regra, és tão

Slhi

egoísta que tens horror a tal solução, ainda mais que às facas de bico...

Quando todo ginja rico
para casa a proa inclina
por temer facas de bico,
e cuida que a cada esquina
lhe lança mão o Joanico...

O Joanico era, como sabes, um bandido célebre do século XVIII, a que alude aí o bom Tolentino. Para os ginjas ricos da actualidade o Joanico apareceu crismado, e chama-se agora Bolchevista. A todas as esquinas do pensamento e da reforma social, tu (e os ginjas ricos da tua laia) vêem o Joanico do Bolchevismo. Sossega, homem de Deus! Sê enérgico, como te diz o *Século:* mas lembra-te de que *a energia só é fecunda quando aparece aliada com o sentimento da justiça.*

Aí está o que se esqueceu de te lembrar o *Século.* Como te diz o Evangelho (lê o Evangelho quando fores à missa, e lê-o também se lá não fores) cumpre procurar antes de tudo o reino de Deus e a sua justiça, e todas as outras coisas nos serão acrescentadas. Busca tu o reino de Deus (isto é, trabalha pelo bem do próximo) e procura a sua justiça, que perderás medo às facas de bico. Rir-te-ás do medo das facas de bico. Não são as coisas que nos fazem mal, mas as tétricas imaginações que nós formamos sobre as coisas.

Não te digo que te despojes de quanto tens. Nada disso. Digo-te que trabalhes pelos que não têm, facilitando por todos os modos a acessão do pobre à propriedade, *e tornando a propriedade um instrumento de educação.* Pensa nisto: que serias tu se não tivesses nada? nada a que chamasses teu, senão o salário do dia de hoje, e a miséria absoluta, se viesse uma doença no de amanhã? Sê pois milionário, se o podes ser; mas como esses milionários americanos que

Slhi

não sabemos quanto têm, mas que sabemos quanto gastam em benefícios sociais.

Porque há ainda muito abuso, muito erro, muita injustiça que emendes, sem mexer nas linhas fundamentais da presente organização social. Pois não há?

Lord Salisbury afirmou: «a pequena propriedade constitui a barreira mais eficaz contra a revolução»; e Laveleye escreveu: «é a propriedade democratizada quem há-de salvar a democracia. Quando todos os chefes de família forem proprietários de um campo, de uma acção, de uma obrigação ou de um título de renda, não haverá revoluções sociais a temer... Dai ao povo uma instrução forte, completa, moral; inculcai-lhe a economia; substituí por instituições protectoras as corporações da Idade Média; favorecei a divisão da riqueza; representai por cupões mínimos os capitais produtivos para que possam chegar a todos; estendei a mão aos que querem subir, dai lugar a quem chega!»

Aí está, meu ginja rico, o que o *Século* te deveria dizer, em minha modesta opinião: começar por uma declaração dos *deveres sociais* do ginja rico... Como vês, são ideias conservadoras; são, ao que julgo, as ideias que te convém ter.

Creio em resumo que o articulista do *Século* não teria perdido coisa nenhuma (nem os seus leitores) se se houvesse limitado a comentar Jesus, naquele mesmo passo que te já citei: «Procura antes de tudo o reino de Deus e a sua justiça, e todas as outras coisas te serão acrescentadas».

Afinal, repeti-te comezinhamente coisas velhas e triviais, citando autores que é de esperar que considerarás como respeitáveis, – e dignos, portanto, da tua própria respeitabilidade.

Teu servo atento e venerador

ANTÓNIO SÉRGIO

Slhi

P.S. – Estava já na tipografia este papel quando rebentou a revolução militar (1). Tu exultaste, burguês amigo! Nada mais cómodo: o sr. Filomeno da Câmara e o sr. Raúl Esteves trabalhariam por ti e para ti: e tu continuarias no não-te-rales, a preferir o teu partido ao teu sindicato, a pensar sòmente na tua pessoa, na tua facção, na tua burra e no teu clube, alheio aos problemas do interesse geral, da solidariedade humana, da educação do povo (e da tua própria, que é bem necessária!)... Não pode ser: ou te resignas a sair de ti, a cortar abusos, a governar isto *para o Bem Comum*, a amar as válvulas de segurança, ou estoiras para aí sem deixares saudades – do teu egoísmo, da tua cegueira, da frivolidade do teu pensar.

No dia em que escrevemos este *Post Scriptum* lemos a notícia de que se havia deitado ao mar uma grande quantidade de pescado. Isto significa, – ou um infamíssimo abuso, ou uma enormíssima incapacidade para organizar a vida económica nacional. E é pela confissão dessa sua incapacidade (económica e política) que devem começar em Portugal as Forças Vivas (falo na generalidade, e ressalvando, pois, as raríssimas excepções).

Não se desculpem com o Político: porque têm os políticos que merecem, e que eles próprios sabem fazer à sua imagem e semelhança. Nem aleguem os conservadores portugueses o *direitismo* inglês, alemão, etc. Os conservadores da Inglaterra e da Alemanha seriam em Portugal protestatários, como nós somos: porque existem por cá muitos abusos, muitos atrasos, muitas imoralidades, muitos erros, que nos países deles se não encontram; e, por outro lado, nem sonhamos com muitas reformas que por lá se implantaram há muito tempo. Aqui, pois, eles seriam «revolucionários». Revolucionários contra quê?

---

(1) *18 de Abril*

Slhi

Contra a estupidez dos dirigentes («políticos» e não «políticos»). Porque factos como esse do peixe demonstram sobretudo a estupidez de um povo, ou, antes, das classes dirigentes dum país.

O grande conservador britânico Disraeli disse que o dever do homem de Estado era fazer por meios pacíficos (normais, legais) o que faria pelos violentos uma revolução.

Verdadeiro pensamento de inteligente conservador, que deviam meditar todos os dias os «conservadores» de Portugal.

A. S.

(N.º 45 e 46 - V/25)

Slhi

Texto 6

A PROPÓSITO DA CONFERÊNCIA DO PROFESSOR MAGALHÃES COLAÇO

A «UM LEITOR»

Costumamos receber, os da *Seara*, cartas assinadas *Um Leitor, Um Assinante, Um Amigo, Um Admirador* da *Seara Nova*. Não há sempre espaço para lhes responder, e nem sempre o assunto demanda resposta. A sua, *Leitor* de agora, exige decerto uma explicação.

Pergunta-me, em resumo, que penso da conferência de Magalhães Colaço (1) lida na Associação dos Advogados sob o título *No topo dos grandes caminhos, Conservadores e radicais,* e que agora se chama, publicada em livro, *Da Vida pública portuguesa.*

Dir-lhe-ei, em primeiro lugar, o que penso eu do autor da obra. Considero-o um homem de inteligência, na rigorosa acepção desta palavra: portanto, como *avis rara* no nosso país, onde só se encontram com facilidade os talentosos e os *beaux parleurs*. Inteligente, graças a Deus: e que, como tal, vê as duas faces de todas as coisas, apreende os termos das antíteses de que se compõe a realidade. Está ali um homem de espírito crítico, e alguém a acrescentar à falange rara – muitíssimo escassa – daqueles que *compreendem* em Portugal. Felicitemo-vos, *per Bacco!* E louvados sejam os Imortais!

Em segundo lugar, em terra onde abundam os republicanos sem nobre espírito revolucionário, Magalhães Colaço

---

(1) *Professor de Direito da Universidade de Coimbra.*

Slhi

revela ao público a verdadeira doutrina da Revolução. Revolucionário, sim; mas com o hábito, o gosto, o capricho, de se rotular de conservador.

E para assim se rotular de conservador, usa artifícios muito singelos, que com duas palavras lhe explicarei.

Suponhamos que eu sustentava: «o gato é um galináceo; tem duas patas e pena»; e que a tal ideia *Leitor* me opunha que todos os gatos que deparou, até hoje, avesam quatro patas, e pelo. E eu? Ficava-me o recurso de lhe responder: «são os seus gatos que estão errados; se fossem gatos verdadeiros, teriam duas patas e pena; não seriam *habitués* do fogão da sala, mas cidadãos da capoeira». Ou que sustentava, inversamente, que são os capoeirais que estão errados, e que, se fossem galináceos verdadeiros, teriam quatro patas e pelo...

Ou erro muito (o que – ai de mim! – é sempre o provável na minha pessoa) ou foi isto mesmo, essencialmente, o que fez o professor Magalhães Colaço.

Define o conservador de uma certa forma. E qual forma? Aquela que corresponde ao seu próprio espírito – dele, Magalhães Colaço, que tem uma inteligência de revolucionário; e verificando, depois, que a sua arbitrária definição não pode convir aos conservadores (aos reais, aos que existem) conclui, não que ele, Magalhães Colaço, não é afinal um conservador, mas que eles, conservadores, o não são. Simplesmente, a definição que se deve dar do conservador é aquela que convém aos conservadores (aos que nós vemos, àqueles que existem) e não àquilo que Magalhães Colaço desejaria que fossem as excelentes pessoas, suas amigas, que se dizem (e que são) conservadoras. A boa definição do galináceo não deve ser dada por *a priori*, mas tirada objectivamente da observação dos galináceos; e se as duas coisas se não ajustam (a definição e o definido), não é o galináceo que está errado, mas sim errada a definição.

A sua conferência, pois, na Associação dos Advogados,

Slhi

deu-me a ideia de um angorá que se tivesse esgueirado para a capoeira, e que ali miasse: «eu, bichano, sou o galináceo verdadeiro; e vocês todas, as «penosas», estão do avesso». Eu assisti a este escândalo, ronronando; vi todas as aves de cabeça torta, para ouvirem melhor; e falei no final com algumas delas, que não concordavam com o angorá. Satisfeitinho só eu, – porque sou gatucho também.

Aqui tem *Leitor* a definição:

«Ter um critério conservador... reclama apenas que em política, pensando ou actuando, cada um se determine, não só pelos princípios e sistemas, abstractamente ideados, na sua invulnerável precisão de conceitos, *mas, simultâneamente, pelo estudo da natureza e dos homens,* completado pelo uso e exercício da razão humana. *O critério radical, tão frequente nos neófitos* da extrema direita *e da extrema esquerda, que neste particular se igualam sem dar por isso, consiste em tudo determinar e em tudo agir, resolvido só pela sugestão dos sistemas, autoritários ou libertários, ou só pela contemplação empírica dos factos. E daí vem, como facto banal, haver conservadores que em tudo revelam e põem um critério radical. Eu não sou do número».*

Ora repare o *Leitor* amável. Aquilo é a definição, pode dizer-se, não do espírito conservador, mas sim do espírito revolucionário. É naqueles termos que os revolucionários têm definido o seu próprio espírito; é naqueles termos que os conservadores têm definido os revolucionários: guiar-se, sim, pelo estudo da natureza, pelo do homem, – mas também por princípios e sistemas, *abstractamente ideados, na sua invulnerável precisão de conceitos;* e completar a realidade social pelo uso e exercício da razão humana... Santo Deus! Quanta heresia não vai ali, para os homens *rangés* e conselheirais! Quanto «idealismo», para o conservador! Pois ali que está? Está racionalismo, revolucionarismo, intelectualismo,

Slhi

abstractismo, – o puro espírito de Satanás. A isto, porém, quis chamar Magalhães Colaço o verdadeiro espírito conservador, ao qual opõe ao mesmo tempo o revolucionário radical e o conservador radical – os extremistas. Temos, portanto, na sua conferência, a definição destes três possíveis:

conservador extremista, ou radical;
conservador bem entendido;
revolucionário extremista, ou radical,

e mais nada. Falta evidentemente, o quarto termo: o revolucionário bem entendido, correspondente, na sua espécie, ao bem entendido conservador. Não o definiu Magalhães Colaço. Sabemos porquê: porque a definição do revolucionário... pô-la ele no conservador.

Mais adiante, explanando o seu próprio conservantismo, diz ele assim:

«*Certamente, uma política só em factos inspirada não passará em política além do que na ciência do Direito podem representar as fórmulas e os casos. São excelente material. Mas sem a graça viva, sem o lume ardente da razão clara, que os discipline e coordene, e sobre tais factos, a uns elimine, a outros afaste, muitos confronte, alguns escolha e sobre a massa toda estabeleça alguns princípios e leis, – tudo terá* la froide majesté de la femme stérile».

Ora, eliminar umas realidades sociais; afastar outras; disciplinar, coordenar, estabelecer princípios e leis novas sobre toda a massa dos fenómenos, sob o critério que nos inculca «o lume ardente da razão clara» – é ter bem fracas disposições para querer *conservar* aquilo que existe, e ser... Revolucionário? Pois não seja: – mas, pelo menos, indiscernível do revolucionário.

Ora, tendo dado do conservador a definição do revolucio-

Slhi

nário, não nos admira que ele ache depois... que os conservadores se encontram errados. Estes rejeitam-lhe com lógica pura o milho fingido que lhes foi dar; não depenicam nas suas ideias; gritam que são eles, os galináceos, as aves autênticas de bico e pena. E têm razão. Sim, sua ex.ª é gato, como nós outros. Aquilo, senhor, não é comida para galináceo: é carapau do mais autêntico, – cá para os bichanos da *Seara Nova!*

Percebem-se agora, perfeitíssimamente, estas notas críticas do seu discurso:

«*Entraria imediatamente no estudo que me prende se não tomasse a peito combater, desde já, duas ideias enganadoras e muito frequentes entre conservadores. A primeira, faz-lhes crer que, em política, um critério conservador em pouco valor terá a opinião pública, todo o merecimento cabendo aos pastores que receberam a revelação; a segunda, tem-lhes criado a ilusão de que o conservantismo consiste, fundamentalmente,* em nada abalar do que existe, *sendo preferível a estagnação no lodo e o doce deslizar para o vazio a uma agitação momentânea, mas porventura salvadora*».

Só nos não diz Magalhães Colaço porque é que eles, se quisessem governar com a opinião pública, «abalar» aquilo que agora existe, e mudar a sociedade segundo a Razão, – se haviam de chamar conservadores»...

Magalhães Colaço, revolucionário, não é dos que adoram a Antiga Lei. É ele que se empenha em lembrar que «a Vida, se é hábito e tradição, é também variedade e renovo»; que se não pode «cingir nos quadros invariáveis da organização estabelecida a vida variável dos indivíduos e dos organismos»; e que cumpre não esquecer «que os homens tudo querem preparar para os vindouros e se fazem um prazer em inovar, ou, pelo menos, em alguma coisa renovar no mundo». Mas

Slhi

não é só Magalhães Colaço, revolucionário: são os próprios que adoram o Antigo Regime os que usam as ideias revolucionárias, – como, por exemplo, a da liberdade de opinião. Aproveitamo-nos de tais princípios, e somos «pés-frescos» sem dar por isso; as ideias do livre exame já nos moldaram a mentalidade, e fazem parte do nosso ser...

Contaram-me isto, uma tarde, à beira-mar. Eu contemplava distraìdamente a chaminé de um paquete que ia traçando – pena enorme – uns rabiscos de fumo sobre o céu; o paquete, elegante, parecia-me belo como uma nau; e então

– Sabe você (cortou-me um amigo) aquela saída do Rocha Martins? Foi com um reaccionário lusitano que lhe declamava o seu Maurras, esborrachando com pata dialéctica os «imortais princípios» de 89, como um elefante espicaçado numa batalha de cartagineses; e o Rocha Martins:

– «É isso mesmo, ilustre amigo. Um transtorno de mil demónios! Hoje, se não fosse o raio da Revolução, você seria – não é verdade? – lacaio da casa de Cadaval»...

Mas voltemos ao caso. O que Magalhães Colaço definiu ali como sendo o espírito conservador, é, quanto a mim, o próprio espírito revolucionário. Não o espírito repulsivo do demagogo e do jacobino: mas o do revolucionário inteligente, inclinado à atitude do cientista e ao método experimental. Ser revolucionário com inteligência é querer modificar aquilo que existe, segundo os ditames da Razão; é tomar os ideais da razão humana e julgar por eles a realidade, o presente e o passado, os costumes e as tradições: mas, ouvida a Razão com directriz para ditar os *fins* que nos proporemos, – recorrer ao real e à experiência com todas as cautelas indispensáveis na escolha dos *meios* mais seguros para melhoria da sociedade. A Razão, a audaciosa, dita os fins; a experiência, a cautelosa, escolhe os meios. Ser conservador, por outro lado, é não protestar contra aquilo que

Slhi

está, como se acaso não fosse possível (nem desejável) tentar igualar no estádio da vida as *condições de partida* dos corredores, – ou, pelo menos, acabar com as grandes inferioridades nas condições dessa partida. O demagogo, ou jacobino, é apressado e tumultuário; emprega meios de brutalidade que resultam sempre contraproducentes; tem mente simplista, nublosa, incapaz de experimentalismo; e quase sempre, afinal, o que pretende é captar as paixões das plebes, meter essa água na sua azenha, para seu próprio proveito e elevação. Falando na liberdade para ser tirano, e no livre pensamento para não pensar, o jacobino, em política, é o flagelo da Democracia, e o ser mais vil.

Bem fez o conferente em sublinhar o facto (que causará nos ingénuos admiração) de haver protestado contra a representação *por classes*, reclamando que fossem, nas eleições, considerados os *indivíduos* indistintamente, aquando da revolução de 1820... quem? – a própria Casa dos Vinte e Quatro, representando todos os grémios, pela voz grave do juiz do povo!

É que era tão necessária essa reacção individualista, – tão justa era em 1820 – que se impunha ao espírito dos próprios grémios.

Com efeito, se o excessivo individualismo (o que destrói, por exagero, toda intervenção corporativa no governo da nação), é grande mal, o aniquilamento de cada pessoa, a absorção dela pelo seu grémio, vem a ser mal ainda maior: e era esse mal, muito maior, que convinha atacar *naquela época.*

Eles fizeram, portanto, o que deviam ter feito em 1820.

Mas, porque não implantaram o individualismo na dose ideal e rigorosíssima, a que mais conviria aos homens de hoje, aos portugueses do século XX?

Porque o não permite a natureza humana; porque a vida é vida, mobilidade, transformação; porque a dose ideal para

Slhi

1920 não seria a ideal para 1960; porque não é possível por isso mesmo decidir as coisas para todo o sempre, mas sim por graus e por tentativas, por movimentos pendulares, por sucessivas aproximações. Cada geração tem de resolver os problemas próprios e do seu tempo, atacar os males de que se vê sofrendo, sem ter capacidade para passar além. Os inconvenientes que poderão provir – dentro de um século, ou dois, ou três, – daquele remédio necessário hoje, não os pode adivinhar a inteligência humana neste mundo relativo que é o real. Ideia, tentativa, aproximação com erro; reconhecimento do erro e nova ideia, tentativa, erro – tal é, por necessidade, a marcha do espírito e da própria vida. A ideia do *devir* é a primeira ideia: e quem quer que entrou na ideia do *ser* – ficou algemado numa prisão. O equilíbrio perfeito? – Uma quimera. E porquê? Porque ele seria a imobilidade, – e portanto a morte; – e portanto o nada, coisa impossível de se conceber. Os que se queixam, pois, de que a Revolução francesa não resolveu tudo e nos deixou problemas para elaborar, queixam-se de que a vida não seja a morte, e vêem na morte uma perfeição. Não atingiram, portanto, a maioridade intelectual.

Fazem-me sorrir, esses que acusam a Revolução francesa de ter sido um acidente de lamentar, causado pela loucura do genial Rousseau. Foi tão necessário às nações da Europa o transitarem por 89, – pelas suas ideias e pelos seus efeitos – como é necessário para os que são viris o haverem passado na adolescência outrora. E que foi afinal esse 89, senão o indispensável episódio duma mais vasta Revolução, que já vem de longe, – de muito longe, – e desde Sócratas, e desde Jesus? Que fez em Portugal 1820, senão reproduzir com uma nova ambiência o que com o Mestre de Avis se fizera já? Que é a vida, enfim, e a evolução humana, senão o evolver de variadas antíteses, que dão novas sínteses, novas antíteses, e novas sínteses, sem nunca acabar? Enquanto houver vida

Slhi

e organização humana, – há-de procurar-se contìnuamente aquele equilíbrio sempre instável da Liberdade e da Autoridade; e os que condenam os nossos avós, porque, revolucionários, exageraram os anseios da sua época, – são os que imitam aqueles que condenam, exagerando os anseios de Autoridade destes tempos novos em que nós vivemos. Dos que são hoje reaccionários, quantos pecaram por jacobinismo, quando era moda ser jacobino?... Passaram aí, como no mais. Por mim, procuro manter-me num juízo calmo, sem ser escravo de figurino algum. Não fui com a moda do jacobinismo; não vou com a moda da reacção.

Pueril se me antolha, por isso mesmo, condenar o espírito de uma geração de maneira absoluta e fundamental. Houve exageros nos liberais; mas era necessário naquela época destruir o sistema do Absolutismo e pôr a Liberdade no seu altar. Necessário parece nos nossos dias corrigir os erros do Parlamentarismo, dar garantias ao executivo, prestigiar a autoridade? Sem dúvida alguma. Mas não exageremos por nossa vez, querendo destruir o que se ganhou, e negar os direitos do individualismo e das ideias democráticas e liberais. Escravizam-se às modas com exagero sòmente os espíritos que são medíocres; o próprio dos homens de inteligência é *se tenir ferme dans les courants.* Magalhães Colaço pertence ao número. No país da retórica – e das almôndegas, – não é destino para se invejar.

Brito Camacho, um dia, ofereceu beneditino a um espanhol, que se fez rogado. Por fim, dada a insistência, lá aceitou. Bebeu o homem. Bebeu um cálice, e segundo, e terceiro, e quarto, e ainda mais. Brito Camacho, carinhosamente:

– Você, afinal, sempre gostou?

E o outro:

– *Si, si... por lo que tiene de eclesiástico...*

Slhi

Da conferência *conservadora* de Magalhães Colaço, – tão equilibrado e insinuante espírito – que direi eu?

– *Me gusta mucho, mucho, – por lo que tiene de revolucionário...*

Não direi bem?

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 81 - 1/IV/26)

Slhj

Texto 7

AOS JOVENS «SEAREIROS» DE COIMBRA, SOBRE A MANEIRA DE LIDAR COM OS INIMIGOS DA LUZ E DA RAZÃO

Meus queridos amigos:

A carta de um de vós, chegada há pouco, mostra-me o perigo que agora correis de vos enojardes excessivamente de certas misérias espirituais, com prejuizo irreparável do objecto principal da vossa obra.

A ofensiva rábida dos adversários não vos deve causar irritação, mas alacridade. Que prova ela, afinal? Que o vosso esforço está sendo eficaz; e chegou o momento de poderdes mostrar com aquela nitidez que nos é necessária – a natureza das ideias que vós servis. Se abandonardes, porém, o debate nobre dos pensamentos pela discussão pessoal com a gente fanática, – confundir-vos-eis com os que vos atacam, e obscurecer-se-á aos olhos do público o carácter basilar que nos distingue: o constituirmos, não uma seita de acção política (com todas as mentiras e as paixões a que obriga sempre o sectarismo), – mas sim um grupo de acção moral.

Isto – que os vossos adversários nunca poderão entender –, é mister que o público que vos vê e escuta o sinta e entenda cada vez melhor. Não somos um partido de intriga política: somos um apostolado de renovação do espírito, de regeneração mental da nossa Grei. Temos de pensar, por isso mesmo, *sub specie aeternitatis,* e não nos efeitos imediatos das nossas palavras e dos nossos actos, mas nos longínquos, nos permanentes, nos radicais.

Em política, que deseja a *Seara?* A democracia. Mas

Slhj

a base da democracia é a *virtude,* como já afirmava Montesquieu; isto é: a moralidade cívica de todos nós. Antes de ser um regime político, é a democracia uma atitude moral; e a maneira de fazer a democracia não é directamente pela política, mas indirectamente pelos costumes. A causa da imoralidade dos homens públicos é a imoralidade cívica dos cidadãos, e povo algum entre os mal governados se pode queixar dos seus governantes, pois são os povos, afinal de contas, quem os selecciona e quem os faz. Fundar a democracia, é levar a substituir progressivamente a autoridade externa de certos homens (ou dum certo homem) sobre os outros – pela autoridade *interna* em cada um de nós, isto é, pelo império do racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões. Por outras palavras: a democracia corresponde nos sistemas políticos à ideia moral do autodomínio. O primeiro princípio do democrata é transportar a ideia de governo e império – do corpo social, onde todos a vêem, para dentro do espírito do cidadão. O democrata verdadeiro não é o que começa por dizer ao povo: «tu és soberano»; mas sim o que toma como ideia básica: «que cada um eleve no seu próprio espírito um duro soberano do seu mesmo *eu,* que submeta os impulsos e as ambições, os desejos e os sentimentos, ao ponto de vista racional, que é o ponto de vista social». Democracia é disciplina *interna,* política do Espírito; e querer constituí-la mecânicamente, fora do Espírito, é não atingir a menor noção dos seus princípios fundamentais. Democracia, autodomínio, são aspectos complementares duma mesma ideia. *Por isso, a autêntica pregação da democracia é dar o exemplo do «self-control»; é procurar a virtude em todos os actos; é ter sempre por objecto o bem da Grei.*

Há homens honestos reaccionários, e alguns sei eu que são honestíssimos; a virtude, porém, não é neles a base da ideia política, e pode-se, sem contradição, ser-se anti-

Slhi

democrata e ser-se um vil. Maurras é vil, como se diz e prova com relevo nítido na obra recente de George Valois, *Contre le mensonge et la calomnie;* essa vileza, porém, está dentro da lógica da sua política, e não sofre nela contestação.

Declara por isso o nosso Proudhon: «democracia é demopedia»; democracia é educação do povo. Pregar democracia, por isso, é trabalho de exemplo e de paciência – dessa longuíssima paciência pela qual Buffon definia o génio. Temos de a pregar com o nosso exemplo: com o nosso exemplo, sobretudo, ao tratar com os homens que a não entendem (ou não têm cabeça para a entender), reavivando no espírito a todas as horas o preceito excelente de Marco Aurélio: «De madrugada, dizer a si próprio: toparei hoje com um curioso, um ingrato, um insolente, um invejoso, um insociável. Todos estes vícios os têm eles porque ignoram o que é o mal e o que é o bem; mas eu... eu não posso deixar-me perturbar por esses homens, porque nenhum deles me poderá induzir a proceder mal». «Proceder mal» significa, no nosso caso, proceder antidemocràticamente.

Espero que me entendereis. Podereis atacar com toda a lógica os homens que prejudicarem o bem comum, e na medida em que o prejudicarem: atacar os que exercem funções de governo, ou um cargo político, quando abusarem do seu papel. Esses prejudicam a toda a Grei. Não deveis atacar, porém, os que seguem ideias contrárias às vossas pelo simples facto de as sustentarem, ou ainda porque assaltam as vossas pessoas, não com ideias mas com perfídias. As nossas pessoas não importam nada: importa sòmente o bem comum. Combatei as *ideias* contrárias às vossas – mas sem sentimentos de hostilidade para com os *homens* que as preconizam; e se eles recorrerem à impostura, porque são fracos, ou à calúnia, porque são vis – não vos apaixoneis perante o mal. Eles podem entregar-se às más paixões (repito) sem faltarem à lógica da sua política; mas vós,

Slhi

se vos dizeis partidários do racionalismo e pregadores da democracia – haveis de conservar-vos sempre no alto (e sempre conscientes de responsabilidades maiores) para não desmentir o vosso ideal e os escopos sublimes que dizeis servir.

Por isso mesmo, àquela máxima de Marco Aurélio ligareis o preceito do «Epicteto amigo»: «Quando souberes de alguém que diz mal de ti, lembra-te que cuidava que fazia bem dizendo-o, e que assim mesmo lhe pareceu a ele; e que não pode seguir o teu juizo, senão o seu próprio. E se ele julga mal de ti, sua será a perda, porque vive enganado: pois, se um homem julga a verdade por mentira, não é por isso prejudicada a verdade, mas sim a pessoa que a não reconhece. Com esta consideração sofrerás com bom ânimo aqueles que disserem mal de ti, e a tudo responderás: assim lhes parece a eles!» Devendo só observar-se, para mais rigor, que muitas vezes lhes não parece tal, e sabem que mentem: mas cuidam que mentindo fazem bem, ou servem a Deus.

Sim, meus Amigos: chegou a ocasião de mostrardes a todos que os vossos princípios são coisas práticas, e não retórica; e bendirei as baixezas dos adversários se vos obrigarem a cavar no vosso espírito – na íntima substância do ser moral – e muito fundo, lá bem no fundo, até encontrardes a rocha sólida dos verdadeiros princípios racionais. E quando chegardes a essa rocha eterna, sabereis então o que é bem sorrir – o sorrir perene, o sorrir olímpico, com a alegria dos santos e dos heróis, com o sol na alma e o coração em luz. Não sereis democratas verdadeiros se vos não despirdes inteiramente da menor sombra de personalismo, se não olhardes com calmo ânimo para as pequenezas dos que vos atacam, sem sombra de desprezo nem asco algum, mas com caridade e a sorrir. Cristãos se dizem os que vos querem mal: mas é a vós que compete o ostentar as virtudes a que se tomou o hábito de chamar

Slhi

cristãs; são eles os paladinos da aristocracia: sede vós os nobres no vosso espírito – nos pensamentos e nas acções.

Voltai a Epicteto: «Como o professor de ginástica me exercita o corpo» – diz ele – «maçando-me o pescoço, as espáduas, os braços, e ordenando-me exercícios dificultosos: *levanta esse fardo com as duas mãos; levanta-o o mais alto que te for possível;* e quanto mais pesado me parece o fardo, mais os meus músculos adquirem vigor: assim acontece com aqueles que me atacam: exercem-me na paciência e na clemência, virtude mais útil que a força física». E se tentarem atacar-vos fisicamente (aqui falo eu) dai-lhes de murro bem puxado: mas sempre com alegria, e sem rancor.

O que eu vos peço, porém, não é sòmente que sejais estóicos; não é sòmente o aperfeiçoamento próprio: mas que metais o dorso a uma maior empresa – muito maior – que é a regeneração de Portugal. Ora, nunca se empreendeu uma obra grande, de reforma, sem a apaixonada oposição dos que não podem compreendê-la; nunca se acendeu um farol no mundo sem que um vento em fúria lhe soprasse em cima; sempre contra uma Hipácia se levantou um bruto, contra um Herculano um padre Recreio, contra um Galileu uma Inquisição: e nem as grandes obras seriam grandes sem essa condição do seu valor. Agradeçamos, portanto, aos que tomaram para si o papel ingrato de serem os apedrejadores da vossa luz. Sim: esses ataques dos irmãos fanáticos (imitemos as palavras de S. Francisco de Assis) são parte necessária da vossa obra, e servem de a encastoar e a relevar. Discuti ideias quando houver ideias; às insídias, porém, não responder nem discutir. Oponde-lhe sòmente a nobreza vossa, e a gargalhada límpida de Parsifal, sem ressentimento ou indignação. Quanto mais se enviperarem os rancorosos, mais alegremente devereis sorrir. Se são lucífugos dai-lhes sol; que lá diz o livro de Marco Aurélio, imperador de Roma e de todos nós: «Sê como o promontório, onde vêm quebrar-se

Slhi

os furores das vagas: ei-lo imóvel ao de cima delas, enquanto em roda turbilhona e freme a sua cólera impotente».

Por mim, em caso desses, nunca precisei de combater cá dentro a tentação diabólica de me irritar, porque nunca a tive. Não: nunca senti uma sombra de ira contra quem quer que fosse que me atacasse: preciso sim de recalcar na alma o pendor a divertir-me excessivamente com o espectáculo da fúria dos adversários, e a tomar alacridade demasiado viva neste desporto magnífico de candear a vista dos que odeiam a luz e a razão. Custa-me, sim, em certos lances, substituir o divertimento pela Caridade, e a gargalhada estrídula do desportista pelo sorriso calmo de S. Francisco de Assis. Mas também isso se consegue, graças a Apolo, nesta bela estrada em que vamos indo – toda canora pela voz dos pássaros, toda lavada pela luz do Sol!

ANTÓNIO SÉRGIO

(N.º 87 – 13/V/26)

Slhi

Texto 8

UNIÃO DA MOCIDADE REPUBLICANA

«Modelai-vos primeiro, se quereis modelar depois a sociedade».
JAIME CORTESÃO

. . . . . .

Vão longe, não sei se felizmente, os tempos em que a missão do orador político era arrancar aos auditórios as centelhas formidáveis que iriam atear a fogueira redentora das revoltas e motins, espalhar a pólvora que viria a ser explosão, um dia. Hoje, porém, realizada a revolução política, conseguida a fórmula a que todos aspiravam, idealmente, é preciso que saibamos erguer a voz nestas assembleias, com a clareza que é o apanágio da cultura, e a serenidade que é a glória da força.

O nosso papel, o desta geração republicana que estais ouvindo, é outro, bem diferente daquele que desempenharam como souberam e puderam os homens da revolução.

Responsabilidades bem graves, bem duras, pesam sobre os novos de hoje. As gerações passadas agitaram à luz do ideal ardente a bandeira vermelha da revolta; abriram para os ventos desordenados que então sopravam sobre as fórmulas políticas em decadência e ruina, as suas palavras como fogo e lava. Mas passadas as horas da luta, horas de perigo incerto, horas de febre, – eles, que não haviam cultivado mais do que o sentimento republicano, sem cuidarem talvez que, acima desse, é mister que vibre a inteligência construtora das democracias, viram-se a braços com as maiores dificuldades, e não puderam, ainda que o desejassem, conjurar os perigos, e destruir os erros. Não é uma censura, o que eu

Slhi

dirijo a esses paladinos generosos mas verbalistas! eu, republicano e moço, apenas sei admirá-los na sua sinceridade arrebatadora, e ao mesmo tempo lamentá-los na sua ingenuidade imprevidente.

Nunca foi talvez, em Portugal, mais difícil, mais espinhosa esta missão de propaganda democrática; nunca, sobre um homem que pretenda erguer uma voz consciente, foram tamanhas as responsabilidades resultantes duma profissão de fé republicana.

É que são tantos os erros praticados, tantas as desilusões, tantos os intransigentes adversários da doutrina democrática – que bem sereno e bem forte tem de ser aquele que traga até às multidões uma palavra de apostolado, uma expressão de confiança nas instituições republicanas.

Festeja hoje um pouco tardiamente, a mocidade, a data do 31 de Janeiro. Trata-se de uma comemoração, com as suas palavras de saudade e de fé. Trata-se de afirmar, à volta da recordação dessas horas de combate – as primeiras horas de combate republicano – um conjunto de ideias e convicções políticas. Por mim, não vejo nas comemorações desta natureza vantagem, que não seja a de reacender um pouco a chama leve dos ideais. Que mo perdoem os que morreram e os que ainda vivem, e aqueles que deram o seu sangue pela obra de pureza que sonhavam: Hoje, vão tão depressa os dias, que, a cada instante que passa, o homem pergunta a si mesmo que obra realizou na vida, que obra lhe falta realizar ainda. Não podemos – não devemos – ficar-nos pelo caminho olhando o que passou. A vida é implacável! Quem quiser realizar o milagre, que não olhe para trás. Olhos postos no horizonte, é preciso marchar, marchar incansàvelmente. Os que tombaram, lutando, cumpriram o seu dever. A nós, que ainda estamos de pé – cumpre-nos avançar *enquanto é tempo!*

Na verdade, a melhor forma de honrar a memória dos heróis, é trabalhar para a realização dos seus ideais. Lançadas,

Slhi

em Portugal, as bases do regime republicano, produto duma longa e ardente propaganda favorecida aliás pela falência miserável do monarquismo constitucional – falta-nos, como escreve um grande espírito da nossa terra, criar «uma *elite* política e científica com força bastante para enquadrar a massa e torná-la digna, finalmente, da gloriosa história dos seus avós». Eis, nessas palavras, realmente desenhada a face política da questão portuguesa. É perante este problema fundamental – criação das *elites* políticas e pensantes – que a mocidade portuguesa tem de agir e reagir.

Posta esta afirmação, que contém todo um programa, tomarei a liberdade de acentuar que as palavras que digo são a tradução fiel dum pensamento livre; não representam um programa, ou um modo de sentir colectivo da U.M.R., mas simplesmente opiniões individuais que defendo e mantenho. Para nós, o problema grave, o problema basilar da política, na hora presente, não é o problema das repúblicas ou das monarquias; não é o problema da coroa ou do barrete frígio. Na verdade, ninguém hoje duvida um instante de que as tendências, as necessidades, as aspirações dos povos, a fisiologia social, em suma, *exigem* o estabelecimento sólido das instituições democráticas, geralmente sob a forma republicana.

É já, agora, um lugar comum apontar que pouco a pouco vão desaparecendo da velha Europa tradicionalista as cabeças coroadas e que as repúblicas surgem por toda a parte a dar satisfação às tendências renovadoras desta hora.

Mais seguros ainda do que este indício (porque nem sempre, infelizmente, as formas republicanas sabem moldar as mais perfeitas instituições democráticas), outros surgem: é, por um lado a pacífica revolução que se opera nas tradições políticas da Inglaterra onde o trabalhismo – estruturalmente socialista – está ocupando o poder, é por outro a Rússia enigmática onde, de salto, se passa das mais arcaicas instituições, para a mais radical das organizações sociais.

Slhi

E ainda, facto de transcendente importância que quero lembrar aos republicanos que me ouvem – são os próprios conservadores, os que exigem o regresso às formas políticas tradicionais, que, obrigados a ceder à pressão da hora que estamos vivendo, procuram basear o seu monarquismo em organizações sociais inspiradas nos sistemas avançados...

Eis, em breves termos, demonstrada esta verdade: o problema do momento não é o problema dos regimes: é o da organização da democracia; sindicalismo, socialismo, bolchevismo – tudo são fórmulas que procuram, na desorientação deste século, traduzir cada vez melhor e mais exactamente os justos ideais da democracia. Não bastou proclamar que os homens eram livres e, perante a lei, todos iguais. O mal não estava só nas monarquias – está muito na própria natureza humana. E assim, o individualismo que nos arrastou à tirania dos capitais, dos interesses, da esperteza dos que sabem acumular riquezas, tinha de ser moderado, regulado, em prol dos interesses gerais da Humanidade.

Desta maneira, surge ao presente para nós a necessidade de garantir seguramente as ideias da democracia – na política, na economia, na administração, criando essas elites pensantes e dirigentes a que fiz referência há pouco.

Perante ela, e no firme desejo de resolvê-la, é que a mocidade a que me honro de pertencer tomou a responsabilidade de fazer as suas afirmações políticas.

Sentindo sobre nós o peso de erros colossais que não vêm de ontem, mas de muito longe na vida histórica de Portugal – é bom que saibamos conhecer o que vamos respirar, o solo que vamos pisar no futuro.

***

Não é este porém o momento oportuno para desenvolver um programa de acção ante os olhos do público. Basta que,

Slhi

afirmando a nossa fé na possibilidade de melhorar a vida desta Pátria, dentro do regime republicano, estabeleçamos as peças fundamentais da nossa orientação.

A República, em Portugal, não tomou ainda o caminho que deva levar-nos definitivamente para o mais alto lugar a que a nação aspira.

Erro dos políticos? erro do povo? – Erro de todos um pouco.

Não se prepararam, não se tem cuidado de preparar, até ao presente, as condições essenciais para que apareça esse escol de pensadores que lancem o País no caminho do ressurgimento. Sem um plano inteiramente esboçado, desunidos, degladiando-se, aniquilando-se – e deixando-se por fim cair a maior parte deles, nos braços que lhes estendiam certos interesses económicos, os políticos merecem a severidade do nosso julgamento. Às suas desvairadas atitudes, ao seu esquecimento dos interesses fundamentais do povo – Educação e Economia –, se deve seguramente o desinteresse com que o país olha hoje o regime, e a fuga de elementos valiosos para as fileiras conservadoras. Das disputas e querelas se aproveitaram sàbiamente certos dissolventes bacilos sociais, a quem a guerra, perigosa cultura, deu uma virulência formidável.

É preciso que o digamos com a maior sinceridade: se há na obra da República alguns factos que a enobrecem e levantam, há infelizmente muitos que mancham os seus políticos. A obra destes tem sido geralmente *desmoralizadora* – e portanto contrária ao princípio fundamental das democracias: a *educação*. E tem sido, em matéria económica e financeira, menos clara e honesta do que poderíamos desejar...

No ramo educativo, sabemos o que aí vai: se exceptuarmos algumas tentativas nobres que não atingiram ainda resultados eficazes, veremos que a política que se tem feito não deu ao povo dos campos, nem mesmo ao das cidades, a

Slhi

preparação intelectual e profissional que exige uma organização democrática. Não há escolas – nem há dinheiro para as erguer. E, quanto à tendência do ensino, sabemos todos que ela é, tal como em tempos afastados, esta: criar bacharéis. O que sai geralmente das escolas? aspirantes à política, funcionários públicos, parasitas da inteligência. Eis no que deu a Liberdade!... E nós, que somos democratas, temos de lutar para que as novas orientações penetrem no organismo do ensino português. Exigem as nossas condições de vida que surja finalmente essa geração construtiva que saiba aproveitar inteiramente as riquezas inesgotáveis do solo português.

Na ordem financeira, deve o Estado rodear-se de gente honesta, perseguir os viciosos e expulsar os inúteis. É preciso dominar a vergonhosa especulação que se tem feito com a nossa pobreza. Enquanto alguns banqueiros fecham os seus balanços com milhares e milhares de contos de lucros, todas as classes vêem dia a dia agravar-se as dificuldades da vida, e o Estado vacila sob o peso do *deficit*. É preciso aniquilar os monopólios, coibir os importadores de materiais inúteis, fomentar o labor agrícola, estimular a indústria portuguesa.

Da estabilidade económica há-de provir, cedo ou tarde, a felicidade da nação. Para isso, todavia, é preciso que a política mude inteiramente de caminho. Enquanto houver funcionários que governam o Estado e se governam a si próprios como parlamentares; parlamentares que são a um tempo servidores da finança; e enquanto, sobretudo, uma pequena minoria *demagógica mas não revolucionária*, note-se bem, perseguir os homens que querem pôr a sua inteligência desinteressada ao serviço da Democracia – a obra não poderá realizar-se.

Recordo, neste momento em que pronuncio a palavra inteligência, as figuras de tantos que a política republicana não soube utilizar: *Sampaio Bruno*, grande espírito; *Bazílio Teles* a quem se faziam convites que a sua superioridade

Slhi

mental não podia senão recusar. E por último, esta figura tão discutível, mas tão exemplar, de *Teófilo Braga*, morto quase no esquecimento, louvado por tantos que nunca o leram nem entenderam. Neste país onde tudo se comemora com *feriados,* teremos de assistir a essa coisa irrisória – que é comemorar com dias de descanso e palavras inúteis, uma vida inteira de trabalho incessante.

Tal é a educação que os políticos sabem dar ao povo: Teófilo trabalhou a vida inteira: pois bem – repousemos um dia, para glória da sua obra!

Tudo isto, que dá – não vontade de morrer, como dizia Herculano – mas vontade de lutar, me força a afirmar que a República tem de intelectualizar-se, apurar a inteligência, e glorificá-la pelo exemplo. O valor do *Exemplo* é o maior esteio das doutrinas democráticas. Quando o Estado souber dar à nação o exemplo de trabalho e de sacrifício que esta hora exige, creio bem que teremos entrado no caminho da salvação nacional.

A minha geração defenderá portanto denodadamente a obra educativa que começa a esboçar-se actualmente. Quer que o Estado se depure de inúteis e ociosos; que dê o exemplo das virtudes cívicas que nos faltam; que comprima as despesas *inúteis* e aumente as *produtivas.*

Quer ainda que, na ordem económica, se restrinja a actividade puramente especulativa, – isto é, em termos rigorosos, que se melhore a circulação e estimule a produção;

Que se organizem os interesses sociais de maneira a evitar excessos e carências; que se fomente a organização das classes, abandonando o errado princípio de que os homens são, econòmicamente, todos iguais;

Na ordem política que se dê ao parlamentarismo uma nova feição, satisfazendo as reclamações da Inteligência, pela eliminação do Senado, câmara inútil, e pela criação duma Câmara de representação técnica, social;

SIhi

Que se alargue e areje o sistema eleitoral, de forma a fazer votar o maior número possível de cidadãos, a partir dos 18 anos, e a desfazer a burla miserável das eleições da província, que são ainda hoje como nos tempos da Rainha D. Maria II;

Que se modifique a eleição do Chefe do Estado confiando-a directamente ao povo, ou às classes organizadas, para que ele deixe de ser eleito pelas facções políticas esquecidas dos interesses da nação.

Eis esboçados nestas breves palavras alguns aspectos do pensamento da mocidade republicana. Creio bem que, ao comemorar o movimento republicano que há 33 anos abalou o País, não nos cabia outra missão que não fosse a de afirmar para o futuro as nossas tendências e os nossos votos.

Conscientes de que a obra republicana está ainda quase inteiramente por realizar, dispomo-nos a dar sequência aos velhos ideais da democracia, integrando-a em fórmulas modernas. Eis a nossa missão.

Quase todos os erros do Passado vieram da má inteligência das coisas: que os bens do futuro possam vir através dum culto cada vez mais afervorado da Inteligência e das Ideias.

Resta-me pedir que me sejam perdoadas tantas palavras. Que elas sirvam ao menos para traduzir todo o ardor, toda a confiança com que os nossos espíritos de moços encaram as ideias da democracia. E, se julgais que está em nós um pouco daquela Razão que é «Irmã do Amor e da Justiça»-confiai em que o regime republicano saberá conduzir para os mais altos destinos esta Pátria, tão formosa e tão querida, mesmo quando os seus filhos a maltratam!

RODRIGUES MIGUEIS

(Discurso pronunciado pelo actual presidente da direcção da U.M.R., na sessão solene com que esta colectividade comemorou, no Teatro Nacional, o aniversário do 31 de Janeiro).

(N.º 32 - 1/III/24)

Slhi

Texto 9

OS TRABALHADORES E A PAZ

No último incidente de pesca na barra do Guadiana, deu-se um facto que passou quase despercebido e que aparece, no entanto, a meus olhos, não direi como o germe, mas de seguro como a manifestação do espírito que há-de presidir à futura solução dos conflitos das nações. Foi o caso (damo-lo nos traços mais gerais) que, em sinal de protesto contra as violências (íamos dizer – arbitrárias, como se toda a violência não fosse desmando e arbitrariedade!) das autoridades espanholas exercidas sobre os barcos portugueses, as associações profissionais de trabalhadores marítimos, espanhóis e portugueses, resolveram suspender o trabalho. Quer dizer que, para poder estabelecer-se entre os homens, as classes e os partidos, uma eficaz solidariedade mundial, nem carecemos das ententes diplomáticas, nem é preciso que se apaguem dos mapas as fronteiras, produtos necessários duma certa fase da vida histórica dos povos.

O facto é pois uma lição para atender. Todos os homens crêem nos altos ideais da Liga das Nações, mas poucos depositam confiança na eficácia dos seus trabalhos pela Paz. É que, sendo muito embora o produto duma soma generosa e secular de esforços profundamente humanitários, ela é hoje, se ainda não um instrumento nas mãos dos políticos das várias potências, pelo menos um organismo desprovido de eficiência diplomática; longe, infelizmente, do espírito das massas, apesar dos esforços tenacíssimos de alguns seus propugnadores, a S.N. será por muito tempo olhada pelos políticos como uma suave maneira inofensiva de exprimir ideais de justiça que hão-de sempre conquistar a simpatia da ingenuidade popular.

Slhi

São de ver, por exemplo, os rodeios subtis dos juristas-diplomatas, procurando desvirtuar, em benefício dos interesses materiais dos seus países, o sentido de certas disposições nebulosas do Pacto. Super-estado, exército da paz, arbitragem obrigatória... belos sonhos no ar! A política internacional (até à final subversão das coisas) será sempre a política dos carvões da Renânia, dos petróleos da Arménia, dos altos-fornos da Silésia – evidentemente, enquanto ela for conduzida pelos Estados, isto é, pelos governos das nações. Quando, porém, as organizações de trabalhadores conseguirem dar-se as mãos por cima dos governos e das fronteiras, estabelecendo a sólida cadeia dos interesses capitais da Humanidade, – nesse momento a aproximação, a união das nações, a paz dos povos, hão-de ser um facto. Será possível outra guerra europeia, quando os trabalhadores de França e de Alemanha cruzarem os braços, fazendo uma greve formidável contra as ordens que arrastem os povos para a luta? – Teria sido possível o conflito europeu se as classes populares de além-Reno tivessem compreendido a tempo o que havia de criminoso no imperialismo dos centrais?

Não creio, infelizmente, que a paz absoluta possa alguma vez fazer-se na realidade, tantos são os conflitos que a cada instante surgem pela face do mundo! Mas creio que das manifestações de vontade das grandes massas do trabalho, da sua solidariedade, da sua força, da sua inteligência, sobretudo, – mais que da Liga das Nações ou de juristas capciosos, depende a realização gradual do grande e nobre sonho pacifista que anima os homens de consciência justa.

R. M.

(N.º 56 - 17/X/25)

Slhi

Fig. 5 – Mário de Castro (Desenho de *José Tagarro* no n.º 58 de 31/X/1925)

SIhi

Texto 10

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DUMA DEMOCRACIA ORGANIZADA

(Excerto duma Conferência)

Segundo as hipóteses mais verosímeis e as interpretações históricas mais sensatas, parece que sempre o homem, para viver e progredir, isto é, para bem satisfazer as necessidades ainda as mais restritamente individuais, teve que coordenar as suas actividades com as dos outros homens, constituindo assim o que se chama a sociedade.

Para viver e progredir o homem precisa de uma coordenação de actividades individuais que permita o exercício de cada uma, que é a sociedade.

Desta forma o homem, além das suas necessidades pura e imediatamente individuais, criou outras que condicionam o exercício daquelas, e que sem deixarem de ser individuais, podem, todavia, assinalar-se por um conteúdo social, visto que se referem à conservação do agregado. Para satisfazer estas necessidades de conteúdo social que se referem à conservação da sociedade, se criou de longa data uma instituição a isso especialmente destinada e que se chama – o Governo.

Durante muito tempo se supôs que a missão de governar era uma missão divina, por Deus outorgada a um homem ou a uma família, directamente ou através do Papa, segundo as várias modalidades da doutrina do direito divino. Mas a intervenção divina nos negócios da Terra era pelo menos um mistério, como todos os mistérios indemonstrável, que permitia ao suposto predestinado o que afinal é próprio de todos os mortais: os melhores actos, como os piores desvarios.

Slhi

Neste último caso os povos, mal compreendendo a contradição duma incumbência divina de governo, que se resolvia afinal em desgoverno, libertaram-se da crença e não raro impunham ao monarca a linha de conduta mais consentânea com o interesse da comunidade. Surpreendendo o facto, logo uma teoria se elaborou, que era ainda a teoria do direito divino num último e desesperado arranco de vida: a influência divina fazia sentir-se, não directamente sobre um homem ou uma família, não através do Papa tão pouco, mas irreveladamente no jogo dos acontecimentos; e por fim, já no estrebuchar, era o próprio povo quem das mãos de Deus recebia o encargo de transmitir a função de governar aos governantes. Abstraia-se da misteriosa intervenção divina e temos o triunfo solene da ideia democrática, estalando triunfalmente na revolução inglesa, e logo repercutida no movimento doutrinário do século XVIII que leva à revolução francesa, aluindo decisivamente os fundamentos divinos da função governativa, desvinculando o exercício da autoridade, assinalando-lhe a sua verdadeira origem, a única fonte legítima: a comunidade. E o triunfo de duas revoluções, e o triunfo de um largo movimento doutrinário, eram apenas a forma exterior ou floração em que vinha evolutivamente terminar o próprio triunfo da verdade, da justiça e do bom-senso!

Com efeito, desde que se reconheceu não ser de direito o governo absoluto dos príncipes; desde que se reconheceu que não existia uma autoridade extra-terrestre a legitimar a autoridade terrestre: logo, enfim, que o governo não era uma missão outorgada por direito divino, donde provinha a autoridade dos governantes, e quem a legitimava? Não podiam deixar de ser os governados. E tão forte era a evidência do princípio, tão formidável a lógica da conclusão, que os mais implacáveis adversários da Democracia se vêem obrigados a aceitá-la: e os neo-realistas, por exemplo, a despeito de atribuirem ao rei uma autoridade absoluta,

SIhi

todavia, consignam o princípio do seu cerceamento pelas cortes gerais, inclusivamente a sua deposição – pelas cortes gerais, isto é, pelos governados.

Postergada a hipótese do direito divino e muito levemente embora admitida a ingerência do povo, por si ou pelos seus representantes, no governo da Nação, o mesmo era que reconhecer a sua autoridade originária – o mesmo era que reconhecer a ideia democrática. E se não se admitir como verdade incontestável ou como realização necessária de justiça social, não o reconhecer ao menos como facto, um facto iniludível, o facto último da vida social presente, é puro quixotismo.

Não resisto à tentação de transcrever estas palavras de Melchior de Vogué: «Dizia-se já há sessenta anos que a democracia transbordava do leito; hoje o rio tornou-se mar, um mar que alarga o seu nível sobre toda a superfície da Europa. Aqui e ali, algumas ilhas parecem preservadas, rochas mais sólidas onde se vêem ainda tronos, retalhos de constituições feudais, restos de castas privilegiadas; mas os mais clarividentes sabem bem que o mar avança, que o mar sobe a estas costas e a estes tronos». «Sobre todos os pontos do mundo – acrescenta ainda um notável publicista – as velhas autocracias, minadas na base pela onda democrática, esboroam-se: na China, na Turquia, na própria Alemanha, as monarquias se apagam diante da República. Uma atracção profunda, misteriosa, irresistível, esmagadora e fatal como uma força da Natureza, arrasta os povos para a Democracia; decidem-se a governar-se por si; inútil dizer-lhes que vão cometer erros, imprudências, loucuras: entendem que são responsáveis e não querem limitações que não provenham de si próprios; pode livremente criticar-se o movimento democrático: mas há que reconhecer que é uma obra tão vã como criticar os cursos das estações ou as leis da atracção dos astros. A Democracia pode dizer: *sum quia sum* – sou porque sou!

Slhi

«A adesão à democracia é coisa de sentimento. Não se impõe. Mas que se deseje ou não, há uma única maneira razoável de a considerar: é reconhecer que é um facto, um facto necessário, inelutável, como a alternativa das estações ou as revoluções dos astros: todos os indivíduos maiores que compõem uma sociedade pretendem exercer uma influência sobre a direcção desta sociedade: é uma tendência irreversível, física, por assim dizer, como a tendência dos corpos a cair para o centro da terra.

Pode-se deplorar, como se deplora a volta do Inverno e com a mesma inutilidade. É absolutamente vão entregarmo-nos por sua causa a uma filosofia de gemidos. O melhor é abandonarmo-nos a ela, adaptarmo-nos a ela e adaptar-lhe o melhor possível as instituições, de maneira a extrair-lhe o maior bem ou, ao menos, o menor mal possível. «É um pouco com o estado de espírito de um naturalista estudando a evolução dos seres, que convém abordar o estudo científico da democracia».

Para estas nobilíssimas palavras chamo particularmente a atenção de alguns moços e, em especial, de moços das escolas, dos quais tantos, por infelicidade, gastam ainda tão inglòriamente em cerrados ataques e porfiadas resistências à democracia o melhor das suas energias viris e generosas quando elas poderiam ser bem mais úteis ao ideal de perfeição que todos acalentam, empregadas, não em utopias de destruí-la, mas no esforço construtivo de organizá-la.

Por minha parte, mais do que reconhecê-la como facto, quero-lhe como realização de justiça. Nada que mais repugne a uma consciência livre, do que um privilégio de direito que não seja a expressão duma superioridade intelectual ou moral. Ora o princípio da verdadeira democracia, como muito bem diz Bergson «é a comunidade de obediência, *livremente consentida,* a uma superioridade de inteligência e de virtude».

Slhi

O princípio da verdadeira democracia é substituir o estado de arbítrio dos regimes autocráticos, em que a lei deixa de fora aquele que a deve aplicar, por um estado de direito, em que a lei alcance a todos e a cada um; e a melhor garantia deste princípio *jurídico,* é o princípio *político* de fazer votar a lei pelas consciências de aqueles que lhe hão-de obedecer.

Não é possível conceber nenhum princípio mais fortemente lógico do que o princípio democrático da integração de todos no governo de todos, do governo da comunidade por si mesma, visto que o governo é para os governados, e não há positivamente o direito de governar interesses de homens e homens, consciências livres, como quem governa irracionais ou dirige bonecos de guinhol; os «governados não são material humano posto à disposição de experimentadores responsáveis simplesmente diante de Deus e da sua consciência, e prosseguindo fins inacessíveis ao comum entendimento dos homens. Gera-se uma nação para os homens que a compõem» e por isso a eles pertence originàriamente toda a autoridade. «Os membros de uma sociedade civilizada não podem ser tratados como coisas». E é Spencer, e é Taine, e são tantos outros arremessando sobre a democracia as frechadas violentas da sua crítica mordaz: mas debalde, porque essa crítica, que nos não apresenta a contrapartida dum sistema que a substitua, é «tão indiferente à evolução da democracia como o seria à evolução da Natureza». «É por uma espécie de força da gravidade social que todos os indivíduos adultos duma sociedade pretendem participar no seu governo».

Todavia, a complexidade das questões que são o objecto do governo e dos processos a seguir para os resolver têm uma amplitude e exigem uma especialização que na prática impossibilitam o governo de todos por todos. Sobre isso, a realidade não nos apresenta a comunidade como um todo uno, dotado de vontade própria, que fosse a integração

Slhi

da vontade de todos: a realidade mostra-nos indivíduos por solidariedade material necessária reunidos em sociedade, mas divergindo na própria forma de resolver os problemas do governo de todos: a realidade mostra-nos maiorias e minorias. E em tal caso, é à maioria que legìtimamente pertence a decisão? Chegou o momento de abordar o problema da *competência,* embora duma maneira leve, apenas suficiente para o nosso objectivo particular, e de responder assim àqueles que vêem na democracia um obstáculo à selecção aristocrática dos valores. Advirta-se, porém, desde já, que estando ainda insolúvel o problema de saber a quem legìtimamente pertence o poder de decidir, suscitado pela diferenciação irredutível que a realidade nos mostra de maiorias e minorias, a solução que atribui esse poder às maiorias é uma solução necessária de facto, senão absolutamente legítima, pelo menos mais do que se se atribuira às minorias, por isso mesmo que o governo se faz para todos, e na impossibilidade de todos participarem nele, se não é legítimo, pelo menos aparece ao nosso espírito como mais lógico que seja o maior número. Mas quando se diz que a democracia é a integração de todos no governo de todos, acaso isto significa por força que todos os indivíduos que compõem uma Nação exercem efectivamente a função pública do governo?

Quando a democracia afirma que a fonte originária de toda a autoridade pública é a Nação considerada como unidade, acaso isto significa que em democracia todos os indivíduos que compõem uma Nação tenham o direito de exercer efectivamente as funções que andam adstritas ao governo?

Há que distinguir, em democracia, dois aspectos nítidos: a democracia jurídica e a democracia política.

A democracia jurídica consiste na *possibilidade* geral, na *possibilidade* que têm todos os membros de uma Nação de, independentemente de quaisquer princípios, exercer as

Slhi

funções do governo; e quando digo «independentemente de quaisquer princípios», refiro-me inclusivamente aos próprios princípios da riqueza, pois essa possibilidade que a democracia jurídica garante a todos de aspirar ao exercício das funções de governo não seria, evidentemente, real e efectiva, antes mero platonismo de doutrinas se o Estado não facultasse aos que nada possuem os meios indispensáveis para que possam desenvolver a sua vocação individual. Exige, por consequência, do Estado uma acção activa e positiva, de assistência aos desprotegidos da fortuna, de forma que os valores possam ser seleccionados aonde estiverem e não sòmente entre os privilegiados de riqueza, facultando-lhes a entrada nos centros de cultura, com as regalias e condições materiais suficientes a um bom rendimento do trabalho. E por isso a democracia é o melhor método para a selecção aristocrática, quando a esta expressão se dá um significado racional, e não histórico, de selecção de valores.

Quando esta possibilidade se converte na efectiva participação nas funções de governo, entramos em pleno domínio do que se chama: a democracia política. Consequência necessária uma da outra, são, todavia, nìtidamente distintas.

E sempre que aquela *possibilidade,* que a democracia jurídica garante, se confunde com o objecto, isto é, com o exercício efectivo da função pública; sempre que os dois aspectos da democracia se confundem e a simples *possibilidade* de direito se toma como um chamamento para o exercício efectivo da função, dá-se o que D. Fernando de los Rios y Urruti chama: penetrações abusivas da democracia por incompetência.

E isto porquê? Porque a própria democracia reconhece a existência de duas funções diferenciadas no governo dos povos: uma função técnica e uma função política, confundindo-se aquela em grande parte com a função administrativa e sendo esta em grande parte uma direcção superior,

Slhi

aquela, uma função construtiva, esta, uma função normativa, a função técnica *um processo* de concretizar *os fins* genèricamente delineados pela superior função política; sem esquecer, porém, que não há entre as duas uma diferença nítida, perfeitamente acabada, claramente delimitada na doutrina, sendo antes uma questão essencialmente prática – insolúvel, por isso mesmo, duma maneira uniforme para todos os tempos e para todos os países.

Ora, numa sociedade civilizada, tanto uma como outra exigem uma especialização, uma preparação especial para o seu exercício, uma capacidade própria enfim, e por isso se diz que, quando a simples *possibilidade* é considerada como um chamamento à função, há uma penetração abusiva da democracia por incompetência.

A democracia não pode evidentemente pretender que toda a gente tenha essa capacidade: mas o que ela legìtimamente pretende é que sejam facultados meios de a adquirir a todos que para isso tenham vocação.

Mas isso só? Mais alguma coisa ainda. Qual é a condição limitativa do exercício das funções públicas? Uma vez que o governo de todos se faz para todos, sem uma fonte de autoridade sobrenatural, não é uma razão de direito que impede o exercício das funções governativas por todos, mas uma razão de competência, como vimos atrás. Logo, o povo só está totalmente impossibilitado de intervir nos negócios públicos quando não tem qualquer espécie de competência para isso. Ora a verdade é que o povo não é totalmente desprovido dessa competência, que mais não fosse a competência de fiscalizar a acção dos governantes, como a gerência duma empresa fiscaliza a acção dos seus engenheiros, dos seus arquitectos e dos seus operários. Bem assim a incompetência do povo não pode ser invocada para os actos que caem nos domínios da mera opinião, mas sòmente para aqueles que são privativos da ciência.

SIhi

É incompetente o povo para decidir em questões que exigem uma especialização técnica, mas não para aquelas em que se exige apenas bom senso, que, no dizer de Descartes «é a coisa do mundo melhor repartida», mas não para aquelas em que há apenas *querer,* visto que o governo se faz para os governados que, sendo consciências livres, é seu fundamental atributo o querer... o que querem; mas já não são *competentes* para corporizar, para exercer a sua vontade: esse campo, o de *como* fazer as leis que devam ser a expressão da sua vontade, esse campo é para os técnicos. Não são eles, por exemplo, que têm competência para elaborar uma lei da Regulamentação dos Serviços do Estado, para organizar um Instituto de Seguros Sociais, para redigir um tratado de aliança, para organizar um exército para a guerra, mas ninguém ousará negar que a eles legìtimamente pertence decidir se querem ou não a Separação, se querem ou não adoptar a política liberal que o Inst. de Seg. Sociais supõe, se querem a aliança, se querem a guerra. Ao povo os actos que têm um carácter predominantemente político, e não administrativo, de governo e não gestão de serviços.

E ainda aqui não há, como dizem com tanta truculência os adversários da democracia, sòmente paixão e cegueira e quando a houvesse, o mal não estava na paixão e cegueira em si mas no seu objecto. Quem nos dera a nós todos, que os portugueses apaixonada e cegamente se devotassem ao Bem...

E por isso a solução não está em suprimir os impulsos do povo, obra inteiramente vã aliás: mas em esclarecer, em orientar, em canalizar para o bem e para a verdade a opinião do povo. Chegamos assim a uma função essencial de democracia: a função educativa das elites. Com efeito, a opinião do povo não tem uma consistência própria, antes se pode caracterizar como um espírito susceptível de ser criado e produzido; o público não tem, por si, uma opinião determinada

SIhi

sobre os problemas políticos, mas simplesmente, – como muito bem diz Barthélemy, *uma tendência para as opiniões.* Compete às elites uma acção educativa de esclarecimento, de doutrinação, que, levando ao espírito do homem a clareza indispensável à percepção nítida dos problemas, os habilite a decidir conscienciosamente. E está aqui precisamente a nota que profundamente distingue a democracia dos outros regimes políticos: é que enquanto eles concedem às elites – sem considerar já a forma privilegiada e empírica como elas se constituem fora da democracia – um poder de decidir com desprezo dos governados, embora para interesse deles, a democracia pelo contrário, em nome da dignidade humana e da liberdade da consciência, impõe às elites que *convençam* os governados. Desta forma a democracia não pretende que o governo dos governados se faça por eles próprios sem consideração de competência, como vimos: pretende apenas que se não governe com desprezo deles e que se não corte a todos a possibilidade de elevar-se a essas elites, que lhes é garantida pela igualdade *do ponto de partida,* como dizem os ingleses. É neste sentido que o Sr. António Sérgio, com a agudeza e a precisão do seu admirável espírito de filósofo, define a democracia como sendo *o governo pela persuasão das elites.*

Mas porque as elites dentro ou fora do governo não actuam afinal senão para o número, para os governados, nada mais legítimo e nada mais lógico do que deixar a estes a fiscalização do seu procedimento, facultando-lhes meios de periòdicamente ou extraordinàriamente julgarem a sua acção: e a melhor forma de isso se cumprir é confiar aos governados a escolha das elites governativas, ainda e sempre em obediência à lógica do princípio democrático, que impõe às elites que *convençam* aqueles mesmos para quem elas governam e que são a fonte originária de toda a sua autoridade. Eis-me assim chegado, meus senhores, ao Governo representativo. Governo

Slhi

lógico por excelência seria o governo directo: mas, dada a sua impossibilidade pelas razões expostas, não é menos lógico o governo que estabelece o princípio sobre o qual constrói, de que, não podendo o governo exercer-se por aqueles mesmos para quem se exerce, seja por representantes seus, isto é, por indivíduos que em razão da capacidade sejam julgados aptos para exercer determinadas funções, indivíduos cuja autoridade se exerce em nome e por transmissão da comunidade.

Desta forma o representante, recebendo da comunidade a força indispensável de que carece para exercer as suas funções, recebendo da comunidade a autoridade, não recebe todavia a competência e por isso tem no exercício dessas funções uma liberdade que só é limitada por outra competência: a de impulsão política geral que pertence ao povo.

E assim o fenómeno político da representação é afinal o de toda a representação: uma incumbência de que é investido em razão da sua capacidade certo indivíduo, incumbência que deve exercer-se dentro de certos limites que lhe são marcados por aqueles mesmos a favor de quem essa incumbência se realiza. Na sua personalidade de representante há duas coisas que não podem confundir-se, a capacidade e a autoridade: só esta é que lhe é transmitida e por isso só esta lhe pode ser retirada. O povo, por consequência, tendo poderes para retirar ou conceder a autoridade de que é investido certo indivíduo para aplicar a sua capacidade ao exercício de determinada função, não pode todavia imiscuir-se nela, senão no limite da sua própria competência, isto é, para fiscalizá-la.

O acto pelo qual se sub-estabelece a autoridade no representante é o que se chama – o voto. E como o representante é indispensável à constituição e funcionamento do governo, indispensável é igualmente o acto pelo qual ele se estabelece, ou seja o voto.

O voto é por consequência uma forma de participação

Slhi

no governo, e uma forma de que não pode prescindir a sociedade, como não pode prescindir de nenhum outro que respeite à sua conservação e desenvolvimento. E, como por um lado a sociedade não pode prescindir dela e doutro nenhum indivíduo pode alhear-se do governo, conservação e desenvolvimento duma sociedade da qual recebe os benefícios, o voto aparece-nos como uma função e uma função obrigatória.

MÁRIO DE CASTRO

(N.º 45 e 46 - V/25)

Slhi

Texto 11

EM FRENTE DAS DOUTRINAS REACCIONÁRIAS (1)

(...)

A divergência fundamental, fonte de todas as outras divergências, aquela que em última análise estabelece uma oposição irredutível entre a doutrina democrática e a doutrina reaccionária, consiste, segundo os reaccionários, nos métodos diversos de filosofia política de que cada uma se serve, correspondentes a atitudes de espírito absolutamente opostas. É a oposição que segundo a terminologia reaccionária se expressa nestes termos: política das ideias, política do facto.

Enquanto a democracia é a política das ideias, quer dizer, uma política que, desconhecendo as realidades, se constrói em obediência a normas abstractas da razão; uma política que em nome dessas normas abstractas força os dados mais elementares da vida real dos indivíduos e dos povos; uma política perturbadora por isso mesmo que, impotente para transformar ao sabor das suas quimeras a realidade, vive em permanente conflito com ela, lançando a vida interna dos povos numa desordem contínua; uma política de sonhadores, que, preocupados sòmente com as mais abstrusas utopias do que deve ser, ignoram as mais comesinhas manifestações do que é; enquanto a política dos democratas é esta obcessão das ideias, esta ânsia quase patológica de subordinar a abstracções niveladoras a diversidade natural dos homens e das nações, condenada a um eterno fracasso, a política dos

---

(1) *Excertos de uma conferência proferida em Coimbra em 24 de Abril de 1926 e integralmente publicada na* Seara.

Slhi

reaccionários é pelo contrário a política do facto, quer dizer, a política que se constrói sobre os dados naturais da vida humana; a política que, em vez de desconhecer, obedece aos imperativos categóricos que aos homens, como aos povos, os factos do instinto e do interesse impõem. Os homens não vivem de ideais, não vivem de abstracções, mas de necessidades e de sentimentos. As sociedades não podem por isso organizar-se sobre a areia movediça das ideologias, mas alicerçar-se sobre os factos concretos que a natureza humana oferece como irredutíveis: os factos do interesse e do instinto.

A *verdade nacional* corre no nosso sangue como um facto que de geração a geração a hereditariedade eternamente propaga: não a descobre a inteligência, revela-a o instinto: não abafemos a voz do instinto pelas quiméricas abstracções racionais, ouçámo-la: não há senão obedecer-lhe.

E porque a tradição nacional e a história são o facto por excelência, o facto supremo, é na tradição e na história que nós devemos procurar o sentido do futuro, os modelos da organização nacional, os costumes, as instituições, as crenças, que constituem como que o substractum psicológico da nação, ao qual é necessário obedecer para que possa persistir e continuar-se a vida.

Cerremos o olhar aos fogos fátuos da ideia e obedeçamos sem tergiversações à voz forte do instinto que em nós comanda. «É o facto que nos inspira, ùnicamente o facto. Conduz-nos não a suposta excelência dos princípios. É o inventário das realidades ambientes o motivo que ìntimamente nos delibera», diz o padre-mestre da reacção portuguesa no «Valor da Raça», pg. 152. De forma que, meus senhores, quase se poderia dizer, com Parodi, que a atitude reaccionária se funda essencialmente numa negação – a negação do valor e eficácia da Ideia. Em presença de um facto não há que julgar «se é justo ou não, se é ou não humano»: há simplesmente que reconhecê-lo, obedecer-lhe porque é um facto.

Slhi

E, para que possamos apreciar de forma nítida a diferença que existe entre os dois critérios, vejamo-los na sua aplicação prática. E para isso nenhum exemplo tão claro como o que nos é dado pelo conceito democrático da igualdade. Igualdade? Mas é absurdo, é uma mentira perversa, é uma utopia da mais infantil ingenuidade. Pois não é verdade, senhores, não é evidente que tudo na natureza é diverso, que tanto em inteligência como em força não há dois homens iguais e que por isso mesmo a Natureza é aristocrática e não democrática? Não é evidente que, portanto, a igualdade é uma pura abstracção que não pode levar de vencida a própria estrutura do mundo? E se os homens são desiguais, se a Natureza, está demonstrado, é assim aristocrática e não democrática, por consequência as hierarquias, as distinções, as classes, tudo o que as alimenta – riqueza, heranças, etc., tudo é legítimo, porque é natural, tudo é bom porque é o «jogo espontâneo de leis naturais intangíveis», tudo é inelutável porque é um facto!

Inelutável da mesma forma o facto da guerra! A desigualdade da Natureza tem por consequência a luta, tem por consequência a guerra – é um facto histórico, um facto natural, um facto legítimo portanto, e um facto que só a pueril ingenuidade dos ideólogos da democracia pode ter a vaníssima pretensão de remover.

«A guerra foi criada para nos purificarmos no sangue e no fogo». (R. Preto, *A Mon. é a Rest. da Int.*, pg. 8).

«Ela é a grande escola da virtude e do sacrifício, devendo ter o primeiro lugar na consciência do cidadão». (A. Braga, *Monarquia*, 75).

Eis, meus senhores, à plena luz de um exemplo claro, o fundamento doutrinal dos reaccionários: o seu método, a sua política do facto. E também, senhores, os seus processos de luta. Porque se, deste exemplo claro por eles próprios escolhido, a sua atitude de espírito sai perfeitamente definida, a atitude

Slhi

dos democratas sai de contrário inteiramente falseada. Reconheçamos, porém, meus senhores, que os reaccionários estão na lógica da sua doutrina; sob o impulso *instintivo* da luta e a paixão da mesma forma instintiva de vencer, eles põem de parte o prurido intelectual de ser verdadeiros: pouco importa a verdade, puro conceito, artifício lógico, acima de tudo o facto – vencer!

Veremos dentro em breve que as tão decantadas mentiras democráticas não passam afinal de descaroáveis mentiras reaccionárias.

* * *

Em frente de uma doutrina destas, meus senhores, eu tenho na verdade que dominar-me para não vituperá-la, tenho que chamar à minha presença os afectos fraternos que me prendem a tanto reaccionário, para não a taxar de perversa. E se não estivera habituado às contradições que a vida oferece, se não soubera como tantas vezes as mais generosas dedicações servem doutrinas sem generosidade, eu diria, senhores, que a alma generosa da mocidade portuguesa, e especialmente da mocidade coimbrã, que através da história nacional tão enternecedoras provas de idealismo deu ao mundo, perdeu o seu timbre antigo e gafada pelo vil interesse, já a não impressionam as mais puras aspirações de fraternidade humana e harmonia universal.

É que uma doutrina destas parece feita para velhos e se teve algum dia o condão de atrair a mocidade do nosso tempo, que assim quebrou a secular tradição académica, de duas uma: ou a mocidade já o não é, porque perdeu a vitalidade transbordante e a excedência anímica que caracteriza todos os organismos sãos em tal grau de desenvolvimento; ou os propugnadores da doutrina souberam, com um magnífico *élan* literário, surtir de luzentes roupagens as suas enormes

Slhi

imperfeições. Eu creio que teria sido isto, meus senhores. Eu creio que grande parte dos rapazes da minha geração, em tempos de tão «apagada e vil tristeza» impelidos pelos seus mais nobres sentimentos patrióticos ofendidos, teriam concluido precipitadamente das ignomínias da governação a inanidade do regime.

Não se lembraram, porém, senhores, que a democracia não foi desmentida porque não foi realizada mas ao contrário miseràvelmente falsificada, e que é realizá-la, hoje, como ontem, o que nós outros pretendemos. Não se lembraram, senhores, de observar a realidade social no seu conjunto; de ver que as ignomínias não são apenas dos governos, mas de todas as classes, especialmente daquelas que têm mais responsabilidades sociais por terem nas mãos os factores da produção, aquelas precisamente onde os reaccionários recrutam a grande massa dos seus adeptos; isto tudo, senhores, porque a causa da dissolução é mais profunda e indiferente aos regimes, é uma causa que está na raíz da própria nação, porque reside nos seus mais simples elementos, reside em nós próprios – é uma doença de raça, é uma falta de saúde física, mental e moral, que comprometeria sempre a existência nacional, fosse qual fosse o regime da sua orgânica social e política. Olhemos para dentro de nós próprios: reformemo-nos, porque da nossa própria reforma sairá reformada a grei.

Mas não nos esqueçamos, senhores, que a própria reforma individual, que vos preconizo como solução prévia, supõe um regime de liberdade que não sufoque mas alente e vigorize o esforço humano; não nos esqueçamos, senhores, de que não é já hoje lícito duvidar, tão evidentes são os sintomas e *os factos,* de que o mundo caminha progressivamente para uma fase superior de fraternidade e justiça. Adoptar um regime que se lhe contraponha ou antes dele a atitude de alma que é a sua força eficiente, é um esforço tão inútil como o de alguém, por gigante que fosse, que pretendesse barrar as

Slhi

ondas do Oceano e com a sua voz forte exceder o bramir dos trovões. Tal é o esforço dos reaccionários. E tal é o esforço dos reaccionários, porque de facto, meus senhores, o regime que nos propõem os reaccionários é incompatível com esse estádio superior da civilização espiritual a que aspiramos e já se desenha nítida e pròximamente nos horizontes, como V. Exas. vão ver desde já, quando sob o olhar implacável do raciocínio analítico, a doutrina reaccionária passar, com todo o seu cortejo de anacronismos e contradições.

* * *

A doutrina reaccionária, meus senhores, começa por contradizer-se, negando-se a si própria, logo no seu princípio fundamental, naquilo que é por assim dizer o *primum movens* da sua construção.

Com efeito, sendo uma doutrina que se ergue contra a razão, uma doutrina que, como diz o eminente pensador e professor francês Rauh, «glorifica o sentimento como tal» e «opõe a sua sentimentalidade às ideias», é ao mesmo tempo uma doutrina que se constitui em sistema racional, por isso mesmo que procura demonstrar-se, e a demonstração não é mais do que o julgamento da razão. Se o que, segundo os próprios reaccionários, caracteriza a sua filosofia política, é essencialmente uma questão de método, o método positivo, a política do facto – «é o facto que nos inspira, ùnicamente o facto», afirma Sardinha in *Valor da Raça,* pág. 152; se o que fundamenta a sua política é uma concepção filosófica que dá predomínio ao sentimento sobre as ideias; se o que proclamam é a soberania do instinto sobre a razão, isso implica já uma preferência, quer dizer, um critério: e um critério, meus senhores, sendo um juízo, que é, senão uma aplicação racional? Mas há mais: se é o facto, isto é, a tradição que ùnicamente os determina, parece que deviam respeitar

Slhi

todas as tradições; se desprezam as ideias e obedecem ao sentimento, parece que deviam legitimar todos os sentimentos; se vituperam a razão e glorificam o instinto, por isso que sendo hereditário é tradicional e sendo tradicional é um facto, parece que deviam equiparar todos os instintos. Porque, de duas uma: ou o facto, a tradição, o sentimento e o instinto, trazem em si próprios, na sua natureza intrínseca, um princípio que os legitima como tal, e nesse caso tão legítima é a tradição conservadora como a tradição revolucionária, o sentimento nacionalista como o sentimento internacionalista, o instinto do coração como o instinto do estômago; ou isso não sucede, e então os reaccionários negam-se a si próprios. E negam-se a si próprios porque, a partir do momento em que o facto não seja respeitado como tal; a partir do momento em que os factos se impõem, não como tais mas pelo julgamento que sobre eles se exerceu; desde que sobre os factos incidiu um juízo de valor que os selecciona, que na massa total a uns prefere outros: os factos não valem por si, mas pelo juízo que os julgou, pela ideia que deles se forma, isto é, perdem a índole que lhes é própria, transformam-se em ideia, nessa ideia tantas vezes fulminada com os mais implacáveis anátemas.

Com efeito, meus senhores, a intervenção de um juízo que julgue os factos implica a adopção de um critério, quer dizer, importa tàcitamente a confissão de que não bastou a tradição, o instinto – o facto – foi necessário o recurso a uma disciplina superior, foi necessário o exercício da Razão. Porque a razão, senhores, a razão que invocamos – ouçamos o falecido professor Rauh – a razão que invocamos «não é essa ideia falsa que com propósitos de descrédito nos transmitiram os teólogos, a ideia que tem a razão por uma faculdade com um conteúdo determinado. Imaginava-se a verdade como global, espécie de sol eterno, transcendente objecto da razão. É evidente que a razão não tem um objecto

Slhi

especial. Há uma razão móvel que se fixa em momentos que nós não podemos prever», cada um dos quais, direi eu parafraseando, é um novo estádio do conhecimento que só a essa razão se deve, a razão que lapidarmente Rauh definiu: «a faculdade de localizar as coisas, sem que saibamos prèviamente quais são as coisas nem a sua situação». A faculdade, enfim, de que os reaccionários se servem para preferir uns factos a outros, para ajuizar de tradições preferíveis, a mais característica faculdade humana, cuja legitimidade negam mas à qual decididamente obedecem, por isso que, como ficou demonstrado, não é o facto como tal que os determina, mas o critério racional que valoriza o facto. São afinal eles próprios quem, recorrendo a juízos, a critérios racionais, por isso mesmo proclamam a insuficiência da tradição, afirmando, como consequência, o que negam, e negando o que afirmam.

Não é por isso de estranhar, meus senhores, que os reaccionários manifestando um tão grande horror pelo despotismo das ideias, como eles dizem, por vezes se esqueçam de realidades fundamentais, de factos elementaríssimos, para erguer ao alto, como forças supremamente determinantes, as *suas* ideias. É assim que nós os surpreendemos a afirmar: «somos um pequeno grupo que luta com os sacrifícios da adversidade, cremos menos nos homens que nas *ideias...*» (H. Raposo, *Monarquia*, n.º 13); «não é na capacidade sempre discutível das pessoas que podem fundar-se as melhores esperanças de redenção...» (artigo de apresentação da *Monarquia)*. «Não, não é aos defeitos da nossa economia individual que nós devemos atribuir os males de que enferma a sociedade, mas sim aos regimes que não sabem aproveitar os recursos, limitar os vícios e exaltar as virtudes da nossa humana natureza. *O mal não está nos homens, está no regime*» (João do Amaral, *Monarquia,* n.º 4). «O primeiro preconceito que o integralismo lusitano encontrou pela frente foi aquele que

SIhi

subordina à capacidade intelectual e moral dos homens a superioridade política dos regimes. Aqueles que vivem neste ocioso vício intelectual de atribuirem à virtude dos homens uma força eficiente anterior à virtude dos regimes políticos e das regras espirituais, são contìnuamente jogados pelas circunstâncias entre o messianismo e o desalento» (João do Amaral, *Monarquia,* n.º 49).

Quer dizer, meus senhores, que estes apologistas do facto desconhecem afinal o facto mais elementar, o facto primogénito, o homem: «numa sociedade de *homens*, não é o homem que é considerado como a mais positiva realidade, mas a ideia!» Acusam os democratas de sonhadores, porque acreditam na bondade natural dos homens, desmarcada utopia que eles estigmatizam violentamente: e no final de contas proclamam a infalibilidade dos regimes políticos, atribuindo-lhes uma força eficiente anterior às realidades: quer dizer, senhores, os reaccionários que se insurgem contra as ideias em nome do facto, são os mesmos que esquecem o facto, acreditando numa ideia que *vale por si*, independente, em absoluto, superior a contingências humanas; ideia capaz de uma vida tão forte e autónoma que se subtrai a todos os condicionalismos do ambiente. Como é que se pode então dizer, como dizia Sardinha, «é o inventário das realidades ambientes o que intimamente nos delibera»?

E como é que, meus senhores, dentro de uma coerência pouco inflexível que seja, os reaccionários podem negar o valor das ideias, a sua força eficiente e transformadora, se são eles próprios que acreditam tanto ou tão pouco nela que atribuem todo o movimento mundial de democratização às ideias de Rousseau, que eles para mais classificam de doido? Então, se as ideias nos não transformam, se as ideias não exercem sobre a humanidade nenhuma influência depuradora ou se os imperativos do instinto e da tradição têm uma legitimidade superior aos mandamentos da razão, porque

Slhi

abraçar nesse caso com fervor a moral cristã, se ela nos legou precisamente um corpo de regras que são a condensação prática de uma ideologia que, sob a inspiração magnífica do que *deve ser*, rompe ousadamente os quadros da realidade?

Afinal de contas, os reaccionários não desdenham pròpriamente *das ideias*, mas das ideias dos outros, o que é diferente. E tão diferente, meus senhores, que essa diferença importa a ruína da sua pretensa originalidade de método. O método é afinal o mesmo: o método da apreciação racional. E onde temos que nos bater, é aí, no terreno das ideias: é entre as ideias reaccionárias e as ideias democráticas que temos de decidir. Uma tão íntima contradição não podia deixar de produzir uma infinidade delas – todas aliás provenientes de uma outra ainda mais profunda que é a *causa mater* da numerosa proliferação (...)

* * *

Pretendendo ser uma filosofia positiva, uma construção doutrinal que filha raízes no facto e nada mais é do que a sua teoria, a doutrina reaccionária esquece e despreza o facto mais elementar, o facto último, o facto primogénito, o facto por excelência: o facto da natureza racional do homem. É este o facto que mais o caracteriza – é simples, é evidente, é da aula de instrução primária: aí se aprende a bipartir o reino animal, com fundamento precisamente neste facto: a um lado os irracionais, a outro lado o homem! Enquanto os irracionais simplesmente apropriam, se adaptam e vivem pelo movimento que lhes imprime a Natureza; enquanto a própria Natureza se continua pelo impulso adquirido, sem uma finalidade, ao menos cognoscível, o homem, pelo contrário, não se adapta, adapta, transforma, remove, edifica em vista de um fim que a si próprio pôs. Na Natureza tudo vive porque vive; o homem, porém, o homem

Slhi

verdadeiramente digno deste nome, o homem que não vegeta mas vive a vida humana em toda a sua plenitude, esse homem que é aquele que faz uso de todas as suas faculdades congénitas, esse não vive porque vive, esse vive para algum fim!

Viver, não é como o tradicionalismo significa, deixar-se viver, como um calhau rolado na corrente; viver não é essa renúncia às capacidades mais características e distintivas da espécie, abandonando-se ao simples instinto de conservação; viver é mais alguma coisa do que isso, é pensar que esta carne e que estes nervos não vivem para que *existam* mas para que existam para alguma coisa. Nos homens, viver não é deixar-se viver, viver é querer viver.

Só o homem, diz Natorp, o eminente pensador alemão, tem a faculdade de se pôr *fins*, quer dizer, ideias.

Significa isto, senhores, que se desconheça o facto? Pode acaso fazer-se a condenação da Ideia porque há um cavalheiro que tem a ideia de atravessar o Oceano com sapatos de cortiça?

Não, não se desconhece o facto: simplesmente o facto não basta, porque o facto é o que existe (claro que tomo aqui o facto no significado que lhe atribuem os reaccionários) e a vida é um *devir* constante. O facto é, no homem, o aspecto estático da sua natureza, ao passo que a ideia é o seu aspecto dinâmico. Não se desconhece o facto mas é preciso ir além dele; a nossa política assenta, portanto, nestes dados reais: o facto como base, a ideia como fim.

E é este o *sentido* da verdadeira tradição, da tradição entendida sem um conteúdo determinado, mas como um espírito, o espírito de continuidade volitiva que caracteriza a história. É esta a tradição que nos legou a dinastia de Avis, a dinastia que na história portuguesa insofismàvelmente representa o espírito revolucionário em toda a sua pujança.

Na «História da Sociedade Portuguesa no século XV», pág. 125, diz-se textualmente: «D. João I, exaltado ao trono

Slhi

por uma revolução popular, foi um espírito inovador e pouco deferente às tradições recebidas». (...)

MÁRIO DE CASTRO

(N.º 86 - 6/V/26, n.º 88 - 20/V/26 e n.º 89 - 27/V/26)

SIhi

Texto 12

SE A BURGUESIA QUISESSE...(1)

À medida que os anos passam, cava-se mais fundo o fosso que separa a burguesia do proletariado. Os indivíduos e agrupamentos, que pertencem a uma ou outra classe, formam, cada vez mais, um bloco, desvanecendo-se, pouco a pouco, as divergências entre eles, em face do perigo comum, que a todos ameaça. A questão social, por esse lado, simplifica-se, porque se produz o que se chama o extremar dos campos, aparecendo duas forças apenas, em face uma da outra, como dois exércitos prontos para a batalha.

E que batalha! Uma luta de morte da qual há-de resultar ou um recuo formidável de toda a vida social, imposta por uma pobreza extrema na produção e na circulação dos produtos e da qual só em muitas dezenas de anos se começará a sair, ou uma transformação no sentido socialista, embora através de muitas convulsões e sofrimentos, de oscilações dolorosas entre a vitória e a derrota. Mas o que certamente do embate destas duas forças não pode resultar, é a conservação do que está. Para isso, por mais forte que se julgue ou pareça, já a burguesia não tem força.

Quando os conservadores consideram a agitação que por toda a parte se produz, entre as classes trabalhadoras, para uma transformação social, caem geralmente num dos dois extremos.

«Tão depressa encaram essa revolução como uma temerosa vaga destruidora, desfazendo instituições, desconjun-

---

(1) *Primeiro de uma série de três artigos.*

Slhi

tando os mais sólidos organismos, arruinando indústrias, paralizando negócios, ceifando vidas loucamente e sem piedade, como essa mesma revolução é olhada com o sorriso dos cépticos, não se vendo, em tudo o que se passa, mais que vãs e até pitorescas ameaças, que poderão ir, quando muito, a desordens mais ou menos graves, com perturbações violentas, mas momentâneas, voltando tudo à normalidade com umas concessõeszinhas, depois de uma conveniente repressão pela espada, coisa a que, afinal de contas, se está muito habituado por cá.

Se os nossos conservadores: industriais, agricultores, comerciantes, banqueiros, proprietários, etc., fossem verdadeiros representantes da burguesia liberal, compreendendo o seu papel e o seu tempo, não andariam agora apavorados ou de sorriso nos lábios e fariam a única coisa que devem fazer: a revolução salvadora, que, evitando a rajada cegamente destruidora, conseguisse colocar o país em condições de evolucionar para as formas de vida social, que eles têm ou tinham obrigação de saber inevitáveis.

Se eles fossem suficientemente inteligentes e sabedores, partiam do princípio, verdadeiro, da fatalidade da transformação no sentido de uma constante socialização e procederiam lògicamente, trabalhando por evitar a solução catastrófica e por facilitar a solução evolutiva, natural, com o menor número possível de abalos. *Todos* tinham a ganhar com isso.

* * *

«Essa revolução, porque seria uma verdadeira revolução, visto o enorme atraso do país, que a burguesia deveria fazer para bem de todos, consistiria numa série de reformas, que ninguém impugnaria e que, pelo contrário, todos auxiliaram, na medida do possível. Essas reformas, incidindo sobre as principais manifestações da vida portuguesa, deveriam dispor

Slhi

as coisas de forma que, ninguém perdendo com isso – a não ser privilégios e regalias indefensáveis – se pusessem os organismos económicos e políticos em condições de uma maior produção de riqueza, de uma mais justa distribuição dela e de um maior desenvolvimento da capacidade técnica geral. E não seria preciso reformar tudo, entrar em detalhes, em minudências de regulamentos. Estas coisas não sairiam da cabeça do reformador, mas de quem aplicasse as reformas, o que, diga-se o que se disser, é secundário. · *O que é necessário é que a parte fundamental de cada reforma contenha os elementos de adaptação às necessidades de futuras transformações e que da sua aplicação resulte a intensificação de vida, característica de todo o progresso social.*»

Um certo número de indivíduos que, por qualquer motivo, pertencem à burguesia, sabe que a transformação é inevitável e procura evitar o desastre. Mas esses constituem uma pequena minoria e não pertencem, em regra, ao que se chama o mundo dos negócios. A grande maioria, representada principalmente por esses indivíduos a que agora se deu em chamar *forças vivas*, (as outras serão forças mortas?) é a parte da burguesia cega e surda, que para nada repara e a nada atende, teimando, por isso mesmo, em manter os métodos de produção e consumo em que tem vivido. Até agora tem tido a força suficiente para impedir que se entre pelo caminho útil para todos e portanto para ela; e tudo leva a crer que a sua resistência à transformação se manterá obstinadamente.

E todavia parece-me que ainda se estava a tempo de evitar, não a luta, mas grande parte das tragédias a que ela pode dar lugar e sobretudo evitar-se a derrocada, o grande recuo, a miséria geral.

É o que fatalmente acontecerá, se aqueles representantes da burguesia, mais esclarecidos, não conseguirem convencer a maioria da fatalidade da transformação. Depois, quando uns e outros quiserem dar satisfação à imperiosa necessidade

Slhi

que tem o organismo social de se renovar, tudo que fizerem ficará sem efeito, como tudo que se faz demasiado tarde. Ainda é possível, mas é preciso, para isso, não perder tempo nenhum e, como diz Emile Vandervelde, falando da fatalidade da revolução, que ninguém pode já impedir, fazer-se a revolução à inglesa. Doutra forma, não se tenha ilusões! havemos de ter a revolução à russa.

A revolução social, o *mundo novo*, o Socialismo que se pregava antes da grande guerra, a ninguém assustava porque: ou a sua realização se julgava impossível ou tão longínqua que se considerava utópica. Mas repentinamente, pode-se dizer, com a guerra e muito mais ainda com aquilo em que vivemos e a que se tem chamado a paz, a famosa utopia de transformação social apareceu como uma realização ou tentativa séria de efectivação próxima.

A elaboração do mundo novo faz-se em cada país segundo as condições da sua vida social, nos seus variadíssimos aspectos. Mas há um ponto comum a todos os países, que é a questão fundamental, em torno da qual tudo gira e sem a solução da qual nada fica resolvido: *o direito de propriedade.*

Tudo depende da orientação seguida pela burguesia. Dominará, como até agora, a ideia do direito de propriedade íntegro, inviolável, e procederá ela de modo a defender essa ideia a todo o custo, vendo apenas, nos partidários da transformação, perturbadores utópicos ou agitadores ambiciosos? Teremos a revolução à russa. E podem os conservadores rir-se destas e de outras palavras semelhantes, que isso em nada impedirá a tragédia. Nunca *os grandes* acreditam na audácia dos humildes contra eles dirigida. Cada um julga-se sempre uma excepção, um caso à parte, e *sabe bem* que os outros nunca se atreverão. Uma semana antes da revolução, a czarina, desprezando sustos e avisos, respondia que conhecia bem o seu povo, a sua dedicação ao czar!

Podiam-se citar tantos exemplos quantos os tiranos e

Slhj

tiranetes, para quem aquela ilusão tem criado horas amargas e quedas desastrosas.

Mas, em vez dessa atitude de intransigência, de teimosa cegueira e resistência, reconhecendo a fatalidade da transformação, a burguesia vai ao encontro do problema e inteligentemente abandona, dos seus direitos, privilégios e regalias, o que o estado social do país permite para benefício geral? Teremos, nesse caso, a revolução à inglesa.

É à burguesia que compete decidir-se por uma das maneiras, porque ela é que tem mais a perder. Por muito que o proletariado perca – e muito tem a perder, ninguém o nega – muito mais perderá a burguesia com a revolução feita à russa. O que ela pode fazer, enveredando pelo bom caminho, é mais benigno e menos difícil do que à primeira vista se poderá julgar, desde que proceda com lealdade, a lealdade que provém da compreensão das necessidades da massa popular e da gravidade da situação e não usando de paliativos com ares de reformas, no intuito, que tantos governantes têm perdido, de iludir a revolução entretendo o povo com derivativos de política partidária e outros.

E que ninguém se iluda, desde os homens das forças vivas até aos mais esclarecidos, mais bem intencionados da extrema esquerda da democracia, sobre a importância que, para a solução ou bom andamento da questão social, tem o direito de propriedade.

Ninguém, entre os socialistas, a qualquer escola que pertença, nega a importância dos outros problemas e todos sabemos o que é e o que vale a interdependência dos fenómenos sociais. Ver-se-á isso, pelo que me diz respeito, nos artigos subsequentes, pois nem sequer enfileiro ao lado dos partidários do *materialismo histórico,* dos que tudo subordinam necessàriamente à produção ou influência do fenómeno económico, não negando, longe disso, a primazia ao factor económico.

Slhj

Mas o momento histórico que todos estamos vivendo é que se caracteriza iniludìvelmente por uma ânsia de transformação de ordem económica por parte das massas trabalhadoras, que já nada pode amortecer nem mesmo disfarçar, porque a favorecê-la, a dar-lhe força, está a desorganização da engrenagem da produção e do consumo, levada a um tal grau por efeito da guerra, que está toda dependente da boa vontade dos trabalhadores. Ora estes, está verificado à saciedade com a paz destes três anos, *não querem* normalizar a produção e o consumo sem que novas condições na *estrutura económica* se estabeleçam, atingindo o direito de propriedade.

Mas a revolução é necessária? perguntar-se-á. É mais do que necessária; é fatal. Nada a pode evitar, se afastarmos a hipótese duma subversão geral, e pouco a podem retardar as medidas de repressão que os governos tomam ou possam tomar, sempre na ignorância da forma de evolução das sociedades e por isso mesmo convencidos de que as agitações que se produzem são brigas de turbulentos que se resolvem com mais ou menos polícia. Estes governantes têm a concepção de que uma nação é uma espécie de grande feira, onde uns fazem negócio e outros se divertem e onde é preciso manter a ordem, mandando para a cadeia quem a altera com distúrbios.

Nada pode evitar a revolução, porque ela é a consequência da evolução que se realiza fora da acção dos governantes. «Mas nesse caso, dir-se-á, o que há a fazer é deixar correr as coisas, esperar que chegue o inevitável». Não; é preciso que a acção dos homens intervenha na preparação revolucionária, dando ao termo *preparação* a maior latitude, para que a revolução produza os bons efeitos que se desejam. E assim como os governantes não a podem retardar muito, assim a acção mal orientada dos revolucionários em nada a apressa. Estes também julgam que a nação é a tal feira onde é preciso inutilizar a força da autoridade, para depois se disporem as

Slhi

coisas a nosso gosto, sem sabermos se os feirantes estão de acordo com a mudança ou têm sequer ideia do que se pretende deles.

A revolução é necessária porque a sociedade actual já não tem a coesão suficiente para assegurar o progresso, tendo, por um lado, perdido a idealidade indispensável a toda a obra verdadeiramente progressiva; e por outro lado aconteceu que, da sua própria evolução, resultou um conjunto de necessidades e aspirações individuais e colectivas, cuja satisfação requer uma estrutura social vazada em moldes diferentes dos actuais.

As necessidades e aspirações às quais a actual organização social já não corresponde, são de toda a ordem, interessando portanto indivíduos de todas as classes e camadas: económicas, políticas, morais, etc.

Os indivíduos de pensamento autónomo, constituindo a minoria, evolucionaram, como sempre, mais ràpidamente que as instituições, produzindo-se um desequilíbrio sempre agravado, até que o descalabro originado pela guerra nos veio mostrar, repentinamente, que esse desequilíbrio era muito maior do que supúnhamos; e veio patenteá-lo de modo tal aos olhos de toda a gente, que por todos é sentida e por muitos já percebida a desagregação das forças, cuja combinação mantinha a estabilidade social com uma aparência de solidez e uma fachada que encobriam a podridão interior. Mas a fachada esburacou-se, os alicerces apodreceram, o edifício oscila. E o que apenas alguns viam dantes, vêem-no agora muitos, quase todos: é que as instituições em que assenta a vida da sociedade, são organizadas pela injustiça e pelo egoísmo e mantidas pela fraqueza ou pela hipocrisia dos que as defendem, não acreditando na legitimidade do seu prestígio nem na eficácia moralizadora da sua acção. E são esses, naturalmente, que à custa delas se mantêm em situações de privilegiado bem-estar, que procuram conservar de

Slhi

pé o edifício, tapando buracos, pondo escoras, substituindo uma ou outra trave secundária, ao mesmo tempo que procuram afastar os que do edifício se aproximam em atitude hostil.

Mas tudo é inútil. Tapa-se um buraco, aparecem dois; põe-se uma escora e ouve-se a queda dum bocado de parede; substitui-se uma trave por outra e verifica-se, a breve trecho, que a nova trave estava quase tão podre como a antiga.

A podridão é grande e os conservadores do edifício sabem-no melhor que ninguém; mas tudo hão-de fazer para evitar que ele desabe. E os fazedores da opinião, ao seu serviço: no jornal, na tribuna, no livro, na cátedra, etc., empregam a sua melhor retórica para nos convencerem de que, sendo a revolução social uma utopia desastrosa, cuja efectivação seria a ruína da obra civilizadora de séculos, concluem que outra coisa não há a fazer, não se querendo ser louco, criminoso ou indiferente, senão opormo-nos, com todas as nossas forças, às tentativas destruidoras que apareçam, conservando a actual ordem de coisas, embora introduzindo-lhe todas as modificações necessárias.

Porque é preciso que se note que estes conservadores são, ao mesmo, muito liberais, amigos do progresso como ninguém, *mas do progresso realizado em termos.* Concordam até, os mais espertos, em que grandes mudanças se impõem, vistas as circunstâncias especiais da época que se atravessa. Mas mudanças razoáveis, dentro da legalidade, executadas pelas entidades competentes e *atendendo a todos os interesses legítimos;* isto é, mudanças que não vão afectar as instituições fundamentais, em que assenta o bem-estar de que se disfruta. Como quem diz: mudanças que não mudem nada.

Só assim é que eles consentem que se bula no edifício. Doutra forma preferem que tudo se desmorone; preferem a subversão total, a que se tente realizar uma transformação que lhes faça perder a situação privilegiada que têm. «Ou o

Slhi

que está ou coisa nenhuma», poderia ser e é talvez a sua divisa.

Estabelecer em bases diferentes a vida económica, é o que os enche de pavor, embora de mais nada se precise, porque sabem ou pressentem que é essa a transformação fundamental, de que todas as outras são uma consequência. Se fosse possível transformar tudo o mais sem tocar nos privilégios económicos, não se oporiam à revolução porque, não os animando idealismo algum, nenhum amor têm ao que não represente um interesse de ordem material. Não se exagera dizendo isto.

* * *

Tudo que os fazedores da opinião apregoam como sagrado, nobre, intangível; o que dizem ser as características da nossa civilização, garantindo a estabilidade social ou promovendo o progresso material e moral, tudo isso é apresentado de forma a constituir a poeira que se atira aos olhos dos outros para que se não veja a realidade das coisas.

Quando a revolução social é pregada como uma transformação principalmente económica, os conservadores tornam-se idealistas e acusam os revolucionários de só pensarem no estômago, de não se elevarem acima da preocupação mais inferior. E entoam hinos à espiritualidade da vida!

Se a revolução é pregada como uma transformação não só económica, mas política e moral, visando à modificação das instituições respectivas, os conservadores levantam os braços ao ar e manifestam, por todas as formas, o seu horror pela tremenda catástrofe. Então é poeira às mãos cheias, atirada aos olhos dos ingénuos, dos simples, para lhes infundir a sagrada aversão de tais heresias e dos heréticos pregadores; e pede-se repressão em nome da defesa das instituições civilizadoras.

Slhi

Como os ingénuos e os ignorantes são legião, não é difícil conseguir-se o que se pretende, tanto mais que vão ao encontro de hábitos, de ideias inveteradas e de preconceitos aos quais repugnam sempre as inovações. A sua tarefa é, sem dúvida, mais fácil do que a nossa; mas não fora a força legal de que dispõem e que baptisam com o nome de legítima, usando dela para se impedir a propaganda a que chamam, com toda a razão, dissolvente, porque tende a dissolver os privilégios de que gozam, não fora essa força e bem depressa, apesar de muitas dificuldades, se conseguiria desfazer preconceitos e que todos vissem claro.

* * *

Porque nos basta a revolução económica? Porque realizada ela, o resto viria fàcilmente por uma natural evolução, de tal forma tuda anda, na sociedade capitalista em que vivemos, ligado à condição económica de cada indivíduo e tão grande, sobretudo, é a mentira das instituições políticas e sociais. Há muito tempo que essa mentira é sentida por todos e compreendida por muitos. Desde que a Religião perdeu o prestígio, batida pela Ciência e pela Crítica, a ilusão foi-se desfazendo; e a Moral e o Civismo só existem para justificar aos olhos dos simples, o poderio dos ricos.

Desapareçam as dependências económicas, desapareçam as possibilidades de se conseguir o que agora se consegue, só pelo facto de se ter dinheiro, perca o dinheiro o prestígio que lhe vem do poder de garantir a vida e o bem-estar, saiba cada um que tem a existência assegurada desde que trabalhe, e ver-se-á como ràpidamente essas instituições e costumes, considerados como fundamentais, sagrados e intangíveis, se modificam, sem que a civilização se perca, antes com benefício real para ela.

Queremos a transformação económica, porque além de

Slhi

nos trazer um aumento geral de bem-estar material, contribui poderosamente para que a vida política, isto é, o civismo não seja uma mentira e a moral social uma repugnante comédia.

O civismo e a moral social que deviam ser o que os nossos conservadores apregoam: as mais altas expressões da vida colectiva, não são mais que um jogo de hipocrisias ao serviço da desigualdade económica, para que esta se mantenha em proveito dos seus privilegiados.

Não é assim? Exagero, leitor ingénuo?

Não tenhas então receio de olhar para o interior do edifício, cuja fachada ainda te infunde respeito, embora já te não deslumbre. Examina, põe de parte certos preconceitos, pensa e reconhecerás que o facto, que é a norma, desse civismo e dessa moral se apregoarem e não se praticarem, anda ligado, numa relação de dependência, com o regime económico. Então se fores honesto e corajoso virás para o nosso lado e dirás como nós dizemos:

Se queremos a revolução económica, não é só, o que já seria bastante para a justificar, para que não abarrotem os ociosos e não tenham fome os que trabalham. Não é só para isso; é também para que haja civismo e moral social, mas de forma que sejam realmente as mais nobres expressões da vida. Se queremos a revolução é para que o voto do cidadão, como a afirmação política do agrupamento a que pertencer, não seja o aluguer dum cínico ou dum boçal, e se acabe com a comédia da igualdade no sufrágio a mascarar a tragédia da desigualdade no celeiro.

Se queremos a revolução, é para que a moral social seja uma verdade: para que não haja mais um rapaz a ganhar dez tostões e a irmã dele a ganhar dez libras com o mesmo patrão; para que a justiça não seja o campo onde o dinheiro é soberano para condenar pequenos gatunos e absolver grandes ladrões, ou sugar órfãos ricos e não fazer caso de órfãos pobres; é para que o amor da família, – a sagrada instituição! – se

Slhi

não manifeste nas disputas, nas brigas, nas calúnias de parentes, quando há heranças a dividir; para não haver baixezas de herdeiros esperançados, nem cóleras, invejas e crimes de herdeiros desapontados; é para que a pureza dos costumes se não reflicta no olhar de superior desdém que lançam as noivas que se venderam na administração ou na igreja, porque calculam, para aquelas que se entregam porque amam, e para que não se afaste a amante honesta, do lugar onde se aceita, com demonstração de hipócrita estima, a esposa adúltera.

Se queremos a revolução é para que não continuem os asnos diplomados a preterirem os competentes sem diplomas; é para que acabe a prostituição do escritor, do professor, do artista, metidos no dilema terrível da rebeldia perigosa ou da transigência deprimente iludida com sofismas; é para que a competência, a consideração e a honra deixem de estar dependentes, como estão agora tanta vez, de meia folha de papel selado; é enfim, para que acabe tudo onde há humilhação, resignação dolorosa, revolta abafada em lágrimas, espírito de independência sufocado, acordo forçado, dissimulação, toda essa série de actos tristes que reflectem o rebaixamento da personalidade, e que se executam para não se ficar sem o ganha-pão, para não fazer sofrer os que se estimam, para não se ser banido como um empestado e quanto mais não seja, por instinto de conservação.

Medita bem, leitor ingénuo; examina cada caso passado com os que te rodeiam, com os amigos e conhecidos, contigo próprio e perguntarás porque acontece tudo aquilo, se não é porque a dependência económica subordina uns homens a outros? Observa, indaga e hás-de ver que todo esse caudal de misérias morais, tem, como factor de grande importância, senão como causa directa ou indirecta, próxima ou remota, aparente ou oculta, a dependência económica. Pensa bem e reconhecerás que abolida ela, assegurada a existência a todos que trabalhem, esta vida de mentiras se transformaria para

Slhi

melhor, relativamente em pouco tempo, e começaríamos então a praticar essa moral e esse civismo por cujo desaparecimento tanto tartufo se mostra agoniado, quando ouve falar em revolução social.

. . . . . .

Mas se não fosse possível a transformação, se a vida tivesse de continuar sendo o que é, com a mesma economia, a mesma política e a mesma moral, nesse caso pouco importaria que se produzisse a grande derrocada, desabando e afundando-se tudo, porque, em verdade vos digo, conservadores, não se perderia grande coisa.

EMÍLIO COSTA

(N.º 2 - 5/XI/21)

Texto 13

QUE DEVEMOS FAZER?

Emílio Costa vai reatar na Seara Nova *uma colaboração magnífica há muito interrompida. Damos com prazer esta notícia a todos que se habituaram a apreciá-lo pela sua inteligência proba e a sua independência inquebrantável. Escusado será marcar as nossas divergências doutrinárias com o ilustre escritor. De resto, concordamos muito mais do que divergimos; e o que ele escreve tem por baixo, sempre, a firme responsabilidade do seu nome.*

Tudo o que disse, vai para quatro anos, em três artigos, na *Seara Nova*, está de pé, excepto no título geral: *Se a Burguesia quisesse...* A pequena ilusão que aquele *se* podia traduzir, no tocante a uma atitude inteligente por parte das classes burguesas, desvaneceu-se por completo. Se a burguesia quisesse... mas ela não quer! Agora menos que nunca, desde que se convenceu que se robustecia, que eternizava o seu prestígio e domínio, impondo uma ditadura à maneira de Rivera senão de Mussolini. Os nossos conservadores e reaccionários já de mais nada, realmente, querem saber. Tudo que reclamam e pregam é para entreter o público, sabendo muito bem que só o seu golpe de Estado lhes poderá dar o que ambicionam. Assim continua sendo, apesar das tentativas, até agora feitas, terem falhado. Eles já nada esperam das situações chamadas normais, em que se mantém para engodo dos simplórios, o pano de fundo das normas constitucionais e da acalmação entre todos os portugueses. Tomam parte em todas as comédias da normalidade, mas vão preparando o golpe de Estado salvador.

Seria por consequência rematada loucura, asneira nefasta,

Slhi

imperdoável, ter a mais pequena esperança na inteligência política ou no simples instinto de conservação das classes conservadoras, que as levasse a realizar a tal revolução à inglesa, de que eu falava no meu primeiro artigo da *Seara Nova.*

Mas, manda a verdade que se diga, os nossos conservadores têm razão. De importante, de profundo, de verdadeiramente remodelador, é impossível fazer-se, seja o que for, com as chamadas condições normais da vida política portuguesa. E muito me custa ver alguns amigos e outras pessoas que eu sei bem intencionadas, inteligentes e competentes, ligados ainda, por uma lamentável ilusão, a esta engrenagem em que eles se sentem presos, enleados, abafados, com arrelias e irritações constantes pela imbecilidade duns e velhacaria de outros e sentindo, ao mesmo tempo, que são exactamente esses imbecis e esses velhacos que têm o poder enorme de anular tentativas, inutilizar projectos e levar de vencida boas-vontades e competências.

Não tenhamos mais ilusões! Os que conscientemente e honestamente desejam o progresso da sociedade portuguesa e que não entendem esse progresso à maneira das *Forças Vivas*, só têm, politicamente, que fazer uma coisa: largar a engrenagem das normas constitucionais e trabalhar para a confecção duma nova vida política, a qual, não podendo ser efectivada em condições normais, sem grande abalo, tem de efectivar-se em sentido oposto, isto é, revolucionàriamente.

Como a burguesia não quer, não percamos tempo a demonstrar-lhe que ela só tinha a ganhar, ganhando todos, se fizesse a revolução reformadora, de que eu tive ainda a ingenuidade de falar no meu já citado artigo. Ela não quer? Sua alma, sua palma; queremos nós.

Ela ri-se destas coisas, convencida da força invencível das espadas; de que todas essas espadas estão do seu lado; de que todos os competentes, os sérios, os bons, não

Slhi

desejam outra coisa; e finalmente que o país inteiro (as dúzias de desordeiros e utópicos varrem-se fàcilmente) aceitará, cheio de satisfação, a acção enérgica, moralizadora e ao mesmo tempo reorganizadora e sensatamente progressiva, do conservantismo nacional.

Convencida disto tudo, a burguesia ri-se do que dizemos; pois deixemo-la rir, que há-de ter muito tempo para chorar e tratemos nós do que é mais importante.

Ora o mais importante é saber o que se deve fazer, para que o país saia do lamentável estado político-social em que se encontra e possa iniciar uma nova vida, que seja uma vida melhor.

Parece que era o Cícero que dizia que todo o cidadão devia trazer escrito na fronte o que pensava das coisas públicas. Usando portanto um direito e, segundo Cícero, cumprindo um dever de cidadão, direi em alguns subsequentes artigos, o que entendo dever fazer-se. Mas nesses artigos dirijo-me apenas àqueles que estão convencidos das seguintes condições, que eu considero como fundamentais e verdadeiras.

A nova vida político-social tem de ser orientada, contràriamente à das *forças vivas*, num sentido socialista; muitas das reformas a executar têm de constituir uma fase transitória de preparação para o socialismo, pelas condições de atraso da sociedade portuguesa e da vida internacional; estas reformas só podem efectivar-se por meio duma ditadura revolucionária.

Quem não estiver convencido destas verdades, não poderá estar de acordo com o que eu disser, pois irei muito além, segundo uns, ficarei muito aquém, segundo outros. Mas não é para esses que eu escrevo.

EMÍLIO COSTA

(N.º 52 - 1/IX/25)

Slhi

Capítulo XI

ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS

SIhi

Texto 1

CRÓNICA INTERNACIONAL

Os Estados Unidos da América do Norte, não tendo sancionado a obra de Wilson (1) em Versalhes, convocaram uma conferência para Washington, onde se discutam os problemas dos armamentos e dos interesses mundiais no Pacífico.

Tendo o tratado de Versalhes incluido, entre as suas cláusulas, a criação da Liga das Nações, tanto o convite da América do Norte como a sua aceitação por parte das grandes potências constituem mais um desprestígio para esse parlamento internacional do pacifismo, em que a boa vontade de Bourgeois (2) e mais algumas figuras valiosas não consegue dominar a quase completa esterilidade de acção, avultando principalmente, ao espírito de todos, as enormes despesas dessa vistosa Liga.

Toda a política europeia, depois da grande guerra, continuou a ressentir-se dos vícios antigos da velha diplomacia. Não tiveram o culto da verdade, os diplomatas das grandes potências. Espalharam, aos quatro ventos da falsidade e do dolo, fingidas promessas de Justiça e de Direito; verberando o chanceler alemão por considerar os tratados como «farrapos de papel» e afirmando que sustentavam a guerra com fins desinteressados de liberdade e independência, mentiam, desrespeitando a memória de tantos heróis e mártires. Não queriam um palmo de território conquistado e inventaram

---

(1) Presidente dos Estados Unidos.

(2) Primeiro presidente da Sociedade das Nações; preconizava a instituição de um tribunal internacional dotado de poderes soberanos e executórios.

SIhi

os mandatos hipócritas nas colónias. Prometiam a emancipação dos proletários, e a plutocracia ainda mais se acentuou. Lloyd George (3), Briand (4), por exemplo, têm na vida internacional aquela atitude flutuante, acomodatícia, pouco nobre, que embacia a limpidez dos caracteres e dá ao oportunismo a sua feição mais desprezível, numa sociedade em que passageiramente se obliteraram a simplicidade e a beleza espiritual da vida.

Disse Anatole France que toda a época é banal para os que vivem nela, e exemplificou a asserção em «Les Dieux ont soif.» Mas a nossa época é dum interesse incomparável. Podem os delicados retrair-se e assustar-se com o embate furioso, onde se quebram os valores antigos e se entrevêem os valores nascentes. Mas o artista, o filósofo, o poeta, o educador, o economista, alheados das abstracções livrescas, sentem hoje, como nunca, o vigor flagrante da vida. O penoso equilíbrio de muitos séculos, baseado no hábito, na inconsciência, na indiferença – subverteu-se. Baralharam-se os bons e os ruins sentimentos e tende a dominar no homem, o «gorila feroz e lúbrico», de que fala Taine.

Mas há sintomas animadores. Abatem-se espiritualmente as fronteiras. Já não é apenas a aproximação, imperfeita e material, pelos meios de comunicação e de transporte; é a comunidade fraterna dos espíritos, que alia mais harmònicamente dois homens da mesma classe e das mesmas predilecções, vivendo em países muito afastados, do que criaturas de mentalidade e interesses diferentes, forçados ao convívio constante na mesma pátria, na mesma terra, às vezes debaixo do mesmo tecto. Assim, as Pátrias tendem a juntar-se, embora íntegras, numa grande união universal, que não se

---

(3) *Primeiro ministro britânico; chefe do Partido Liberal.*

(4) *Presidente do conselho francês; dirigente do Grupo Republicano-Socialista; antigo socialista.*

Slhi

diferenciará nìtidamente nas rivalidades do Latino, do Anglo-Saxão, do Eslavo, do Negro, do Amarelo, do Pele Vermelha – mas se simbolizará, altiva e simplesmente, no Homem.

O lampejar das armas iludiu os conservadores e os tradicionalistas. Não quiseram ver que essas armas eram apenas instrumentos pacíficos de trabalho, transformados momentâneamente em instrumentos de morte. Não viram que o sacrificado exército da vanguarda nada valeria sem o exército imenso da rectaguarda, nas fábricas das matérias primas e do material de guerra. Os escravos das trincheiras e dos trabalhos forçados da miséria quiseram marcar o seu lugar no banquete da vida. Nem o camponês de La Bruyère, nem o artífice humilde das cidades, se resignaram a cobiçar só com os olhos a opulência provocante dos novos ricos.

O mundo oferece-nos, hoje, na política, um espectáculo tumultuoso de interesses e ódios. Mas a *Alemanha* vencida começa a despertar a simpatia idealista de todos. Também lá se espraiou a turbulência dos apetites; mas ali o rumor formidável da colmeia proclama o exemplo contagioso do trabalho. O militarismo, que levou a nação à ruína, ainda tenta dominar, explorando um baixo chauvinismo, entregando aos governos radicais o papel antipático de obedecer ao vencedor arrogante e reanimar a vida sobre montões de destroços. Merecem, esses governos de doloroso sacrifício, todas as simpatias dos que vêem para além dos vexames impostos à Alemanha, nas notas draconianas dos aliados. A grande nação sobe um Calvário formidável e o mundo começa a esquecer os seus crimes redimidos.

A solução, dada pelo Conselho da Liga das Nações, à questão da Alta Silésia (5), ia provocando a queda de

(5) *Problema da fronteira germano-polaca. Em 1921 um plebiscito sobre o destino de parte da região, reivindicada pela Alemanha e pela Polónia, deu maioria à Alemanha, após a entrada em massa de alemães que nunca lá tinham residido. Gerou-se um conflito militar. Após evacuação dos exércitos, a questão foi entregue à Sociedade das Nações, atribuindo-se-lhe competência para fixar a fronteira.*

Slhi

Wirth (6) e fez a imprensa alemã proclamar que se criou uma nova Alsácia-Lorena. Na impossibilidade de encontrar uma linha demarcadora que conciliasse os interesses económicos e étnicos e ainda as exigências da França e da Polónia, como vencedoras, o Conselho preconizou uma decisão política condicionada embaraçosamente por novas medidas de carácter económico. Daí mais um pomo de discórdia, para acentuar o desequilíbrio da política europeia.

A *França* é, e mais do que nunca, o país do pé de meia. Saiu da guerra sangrando por todas as feridas, temperada pelo heroísmo e pelo sacrifício cruciante. Continua a pronunciar as palavras inscritas nos frontões dos seus templos e dos edifícios do Povo: Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça, Direito; mas o idealismo tradicional amorteceu. Já não é aquele braseiro onde se caldeavam, clarificadas, as ideias do mundo. A guerra apoucou-a. Há dias, em Saint-Nazaire, Briand pronunciou estas palavras, que são a mais completa expressão dum burguesismo nauseante: «Notre route est belle, elle est pure, elle est propre. La France est un beau pays honnête et chic». E, sentindo a estupenda banalidade e insignificância destas palavras, Briand acrescentou logo: «Evidemment l'expression peut paraître vulgaire dans la bouche d'un président du Conseil, mais elle exprime nettement ce que je pense». O que pensa Briand e o que pensa a França. Limpinha e «chic», eis o ideal dum homem de Estado, depois da grande guerra, perante os problemas formidáveis de hoje e de amanhã, ao indicar as responsabilidades morais da sua nação, que marcou sempre na Europa, de há mil anos para cá, uma linha de audácia espiritual, inconfundível!

A população francesa decresce e o terror do Germano

---

(6) *Chanceler do Império, membro do Partido do Centro Católico.*

Slhi

não diminuiu com a vitória. A preocupação da dívida externa arrastou a França a uma atitude deplorável perante o actual regime político da Rússia. Auxiliando aventureiros; falseando e deformando, na sua imprensa, factos que já de si eram, por vezes, deploráveis; amuando, a cada passo, com a política externa da Inglaterra; atirando às ortigas o «Père la Victoire», sem com isso caminhar um passo para a esquerda – a grande pátria de 89, que em certos aspectos lembra a Grécia culta e abastardada da decadência, nos tempos de Alexandre Magno, hesita em desfazer os seus quadros da guerra, com a recordação dos horrores da invasão e aterrada pela despopulação, que lhe estanca irremediàvelmente a fonte insubstituível da vida. Ai dela! Repetir-se-iam hoje os milagres do Marne e de e de Château-Thierry (7), e a união alarmada dos belgas, dos ingleses, dos italianos e dos americanos?

Da *Rússia* misteriosa chegaram gritos de milhões de famintos. Os socorros americanos, duma organização perfeita, atingiram ràpidamente as terras flageladas. Telegramas contraditórios mantêm, no entanto, a habitual confusão sobre os acontecimentos da Rússia. Uns afirmam que as solicitações de mantimentos por Gorki, são instantes; outros, que o governo dos «soviets» só pede serviços sanitários. Apesar dos depoimentos de Sadoul, de Wells, Russell (8), e de socialistas franceses, italianos, ingleses e espanhóis, ainda estamos longe de conhecer imparcialmente a primeira República que realizou uma organização socialista, em meio das mais tremendas dificuldades, cercada de inimigos internos e externos, lutando contra as epidemias, a fome e o bloqueio da «Entente». Conseguiram, segundo parece, uma obra interessante, sobretudo na instrução e na assistência social, mas talvez muito inconsistente, pelas violências duma ditadura brutal, pela

(7) *Batalhas da primeira guerra mundial.*
(8) *Autores de obras global ou parcialmente favoráveis à revolução soviética.*

Slhi

indisciplina e a falta de cultura de improvisados dirigentes, pelo desprezo só muito tarde evitado das realidades políticas, embora o novo poder conte um grupo de homens de primeira ordem, no dizer insuspeito de Cambó (9), a um redactor do «Excelsior», ao voltar da fronteira russa, que não lhe tinham permitido atravessar, e quando regressava a Espanha para aceitar de Maura (10), a pasta das finanças.

O princípio das *nacionalidades* por toda a parte se exacerba e triunfa. Os kemalistas (11) acossam os gregos; a India revolta-se; a Irlanda fala à Inglaterra quase como nação independente; os marroquinos levantam dezenas de milhares de homens contra a antipática colonização da Espanha. No viveiro das aspirações humanas esboçam-se formas mais belas de fraternidade. O Congresso Pan-Africano, em que o nosso eminente colaborador Dr. José de Magalhães (12) teve uma acção de destaque, marca o despertar, para a vida política e social, do Continente Negro.

A *Inglaterra* já abandonou há muito a sua irritante filáucia para com as «nações moribundas». À política de Salisbury e de Chamberlain (13) sucedeu o astucioso Grey (14) e agora a política omnímoda de Lloyd George. A Inglaterra parece ter chegado à hora em que os povos se renovam ou morrem. O separatismo da Irlanda e dos domínios, a crise social e económica, o poder crescente dos trabalhistas, estão pondo à prova essa poderosíssima nação, que, perante o misto de

---

(9) Democrata catalão. Regressaria pouco depois à oposição pronunciando um discurso famoso: «Monarquia? República? Catalunha!»

(10) Político conservador espanhol, várias vezes presidente do conselho. Chefe de um governo de coligação em 1918.

(11) Partidários de Mustafa Kemal, chefe do movimento nacionalista turco; futuro presidente da República (em 1923).

(12) Ver prefácio, vol. I, p. 57.

(13) Salisbury foi primeiro ministro entre 1895 e 1902, ocupando Joseph Chamberlain a pasta das colónias.

(14) Ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos de 1905 a 1916; Liberal.

Slhi

idealismo e força «yankees», já vai dando a impressão dum real declínio.

Para onde se deslocará o poderio material e espiritual da Terra? A Alemanha democrática realizará o milagre de se reconstituir e oferecer ao mundo um modelo de nova organização social? A América do Norte e o império nipónico esfacelar-se-ão em breve ou lançarão sobre o Pacífico um arco de aliança, em que se substitua o princípio da concorrência económica pelo da cooperação inteligente? Que nos prepara a Ásia, imensamente povoada, templo da mais antiga e nobre sabedoria?

O Império Romano, moribundo, legou, aos povos civilizados, instituições jurídicas e militares que imortalizaram a sua acção no mundo antigo. Talvez que, destinado a morrer também, o Império Britânico, tão maleável no período de engrandecimento e de esplendor, consiga ser a primeira nação, depois do hesitante e imperfeito ensaio da Rússia, a criar um novo tipo de organização económica. A política dos trabalhistas permitir-lhes-á amanhã, na desagregação provável do imenso e disperso império, apoderar-se do governo da Grã-Bretanha. As suas reivindicações económicas, por vezes violentas, a sua força material e moral entre o proletariado, a defesa eficaz que assumiram para com os ideais da revolução russa, e a intervenção a favor da Irlanda martirizada, que produziu a figura estupenda de Mac-Swiney, hoje quase esquecida no perpassar fulgurante dos acontecimentos – todas essas condições externas e internas, do grande partido operário, podem permitir-lhe, dum momento para o outro, transformar o império britânico numa esplêndida realização socialista, em que a cooperação das classes, a harmonia dos interesses opostos, a consulta livre da opinião pública e a organização dos trabalhadores, esboçassem finalmente na Terra, ainda que por uma maneira

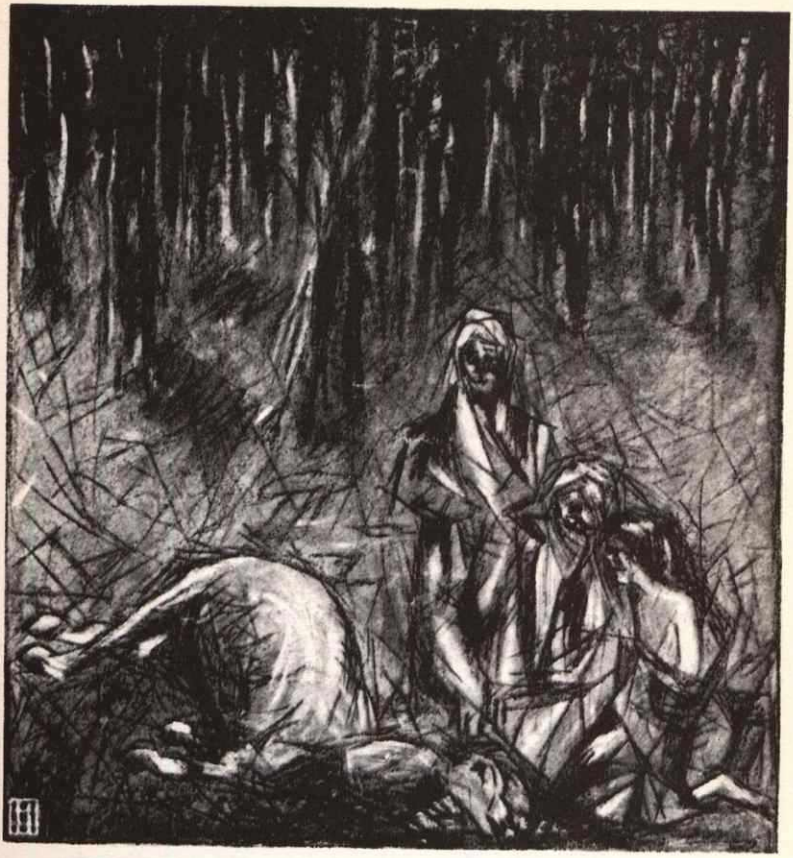
Slhj

muito imperfeita, aquela sociedade sonhada há muito pelos utopistas e pelos profetas.

CÂMARA REYS

(N.º 3 - 20/XI/21)

Slhi



... e os Russos morrem à fome nas florestas

SEARA NOVA

MCM
XXII

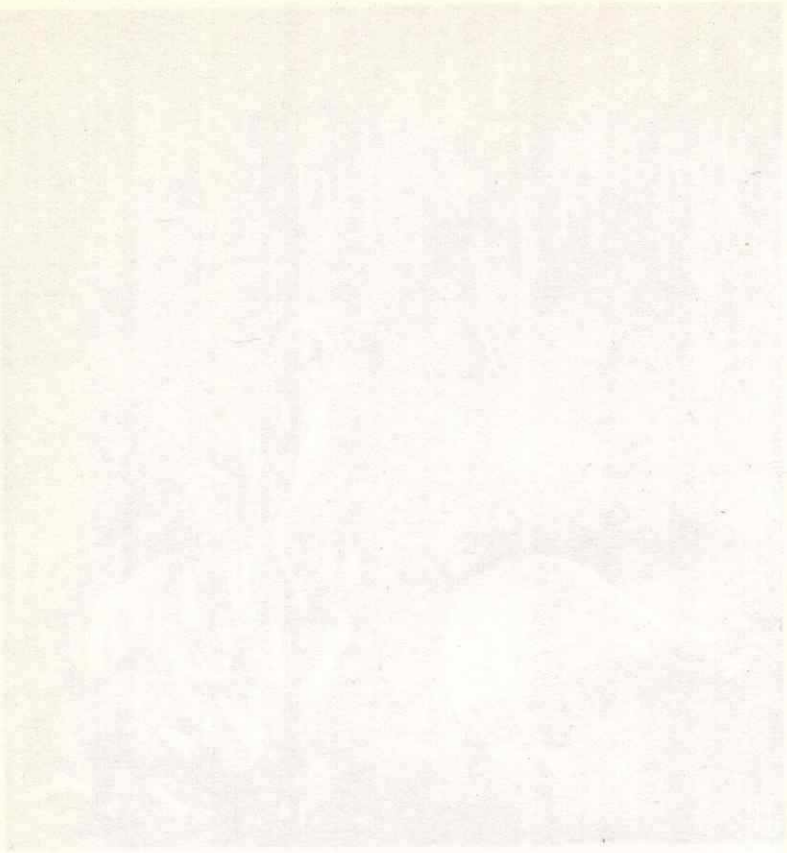


Fig. 6 – Capa do n.º 11 (1/IV/1922)

Texto 2

SOCORRAM OS FAMINTOS RUSSOS!

O papel da Rússia era sobre-humano: criar um homem novo para um mundo novo. Quando há milhares de anos, através do desespero, cada ser tateia como um cego, passo a passo, arrancando na obscuridade um farrapo ao sonho imenso que entrevê, para atenuar a dor, para extinguir a miséria, para diminuir a injustiça – a Rússia atirou-se de repelão para o mar incógnito, donde saiu a debater-se com a fome. E seus olhos metem medo – porque nos acusam... Não é aqui o lugar, nem esta a ocasião, de discutir o problema russo. Mas pode e deve desde já dizer-se que os homens que tentaram a mais extraordinária aventura do globo são homens de fé obstinada. Wells diz: É um dos governos mais honestos da Europa. É o único governo possível na Rússia. Wells afirma que o esforço imenso é a realização do sonho gerado pela desgraça dos mujiks. Seja porém o que for – a Rússia morre à fome, e o momento não é para discutir, é para gritar – a Rússia morre de fome, acudam-lhe! – Há nesta ocasião na Europa uma coisa muito mais séria para o homem que a elaboração do programa de Génova, e que a assinatura do pacto franco-britânico: é assegurar as novas sementeiras da Rússia, é salvar os desgraçados, homens, mulheres e crianças, que morrem à fome. Ainda há pouco tempo Nansen pedia 250 milhões, metade do que custa um couraçado, para valer a um povo. A Europa não o quis ouvir. Hesitou. «Os sovietes têm o que merecem.» Foi preciso o horror para que o mundo se comovesse. Os Estados-Unidos vieram primeiro, seguiu-se a Inglaterra e por último a França. Mas agora é tarde. Vinte

Slhi

milhões de seres – mais do que custou a guerra – estão irremediàvelmente condenados.

Na região de Sebastopol a situação é desastrosa. Nas regiões do litoral do sul, as crianças erram pelas florestas à procura de raízes. Em certas aldeias da região de Itchky 100 por 130 dos habitantes são esfaimados; em outras a proporção é de 300 por 350. O aspecto das aldeias é espantoso: as mulheres e as crianças adoeceram; os homens emudeceram. Não se trabalha, quase não se semeia. As últimas informações do dr. Farraz são trágicas. Vêm publicadas no *Russian Famine Relief Fund.*

«Um dos piores aspectos da fome é o número de órfãos e crianças abandonadas que se encontram nas ruas, pálidas como espectros. Vi ontem em Marstadt um abrigo que continha camas para 100 crianças; 42 tinham morrido nas últimas 24 horas. Nas aldeias vizinhas de Samara vi criaturas que, tendo esgotado todas as suas provisões, esperavam a morte escondidas nas casas. Em Buzuluk, 35 mil habitantes, morrem 100 pessoas por dia. Dentro dum ano a cidade ficará quase despovoada. Na rua principal deparei com corpos roídos pelos cães. Contam-se baixinho histórias de canibalismo... Não é possível exagerar a extensão, a intensidade e o horror da fome, de que não vimos senão uma ínfima parte. Há vastas regiões cobertas de neve que não receberam até agora nenhum socorro – e donde não sai rumor...»

Eu já escrevi algures que há dias em que me sinto responsável por todo o mal que se pratica no universo. É certo, todo o homem tem uma parte de responsabilidade nos crimes, nas misérias, nas injustiças que se fazem no mundo. Ou porque se calou, ou porque não falou a tempo. Ou porque teve medo, ou porque não agiu. Ou porque o contiveram as fórmulas – apesar da voz que se pôs a falar dentro dele baixinho, na calada da noite, e que não quis ouvir – ou porque matou o seu verdadeiro ser,

Slhi

para deixar de pé uma aparência feita de inutilidade e de mentira.

Crentes ou ateus, conservadores ou extremistas, deixemos falar a única voz que é digna de se ouvir neste mundo e no outro – a voz do homem. Há momentos em que uma palavra salva, e este é o momento em que a palavra tem o extraordinário poder de dar vida. Digamo-la uns aos outros, aos que encontramos no nosso caminho e aos que estão dentro da nossa casa:

– Dêem tudo o que puderem à Rússia, porque a Rússia morre de fome!

RAÚL BRANDÃO

(N.º 10 - 15/III/22)

Slhi

Texto 3

PROGRAMA SOCIALISTA

Alguns jornais estrangeiros anunciaram um entendimento, entre as Internacionais até hoje antagónicas, para se formular um plano imediato de realizações, em todo o mundo. A confirmar-se, tal facto pode ter uma influência decisiva, não só nos conflitos imediatos do capital e do trabalho, mas nos próprios destinos do mundo.

C. R.

(N.º 10 - 15/III/22)

Slhi

Texto 4

SOCORRAM OS FAMINTOS RUSSOS!

Até agora a fome da Rússia tem sido para nós um mero instrumento de retaliações políticas. Da própria miséria sem nome dum povo infeliz, miséria que tem a sua causa principal num bloqueio inumano e injusto, queremos tirar um «rendimento» egoísta. É necessário que essa miséria, que essa fome, de que fomos os principais causadores, fortifiquem de algum modo o estado social presente. É necessário que essa fome, que essa miséria nos «rendam» como rendem os capitais que temos depositados nos bancos estrangeiros. A catástrofe sem par, o mais afeançador espectáculo da dor humana, capaz de comover as próprias feras, não nos tem servido senão para atacar o regime comunista. Parasitas do trabalho alheio, queremos ser também os parasitas da enorme dor alheia! A crueldade e o cinismo humanos tomam por vezes formas inéditas e imprevistas. Dir-se-ia que após a guerra o coração lançou raízes de ódio e de suprema indiferença pelos males do universo.

Em nome da consciência, em nome do coração, em nome da bondade ofendida, protestamos enèrgicamente contra a vil exploração, e repetimos o nosso brado de angústia, nós, que não somos comunistas, mas que somos homens, homens vibrando simpàticamente ante a dor e a aflição de outros homens. A desgraça russa não é o resultado do crime dos russos, é o resultado do crime de toda a Europa coligada para o extermínio de milhões de criaturas inocentes. Lavemos as mãos desse crime; expiemos a nossa infame culpa! Todas as almas bem formadas, todas as consciências generosas, todas as bolsas abertas à imensa desventura humana – por amor

Slhi

dos homens ou de Deus, que elas acudam aos nossos irmãos que morrem na Rússia, aos filhinhos dos nossos irmãos que morrem na Rússia e que nós matamos! Arrependimento e misericórdia para os que morrem e se devoram de fome!

R. P.

(N.º 11 - 1/IV/22)

Slhi

Texto 5

LENINE

Qualquer que seja a opinião que se forme das suas ideias e dos seus actos, ele ficará como uma das maiores figuras da história. Deu ao mundo a primeira realização socialista, imperfeita e poderosa como um esboço de titã. Deixaram já de correr, sobre a sua existência, lendas deprimentes e ineptas. Era adorado e indiscutido nessa grande Rússia de onde o velho e ponderado Carlos Gide (1) trouxe, há semanas, uma impressão optimista quanto à educação das crianças e dos adolescentes. Saberão os companheiros de Lenine aguentar a herança do Atlante que, durante sete anos, trouxe sobre os ombros o peso duma tarefa esmagadora? À morte do ditador, já a Rússia tem exportado muito trigo e cunhou moedas de ouro; no entanto, os nossos últimos governos impediram o contacto dos portugueses com os marinheiros russos, de passagem no Tejo, não fosse esse trigo e esse oiro gafar a Moagem e o papel do Banco de Portugal. Santos Portugueses!

---

(1) *Teórico do socialismo cooperativista.*

Slhi

Texto 6

O TRABALHISMO

Riveristas (1) e mussolinistas franzem o nariz e farejam os ventos de Além-Mancha. A Inglaterra é o país do realismo político – e ali está talvez a encontrar-se o figurino socialista que, como outrora o constitucionalista, venha a ser arremedado por meio mundo. Muita gente perde tempo a discutir se soou a hora das esquerdas ou das direitas. Talhemos ao meio e digamos: chegou a hora de – um passo em frente!

C. R.

(N.º 30 – 31/I/24)

(1) *A ditadura militar de Primo de Rivera instalara-se em Espanha no ano anterior.*

SIhi

Texto 7

A CARICATURA NO ESTRANGEIRO

A CAMINHO!!!

Mac-Donald (1) errando, vacilante, entre as fábricas, onde os operários sofrem, e os palácios dos ricos

(Extraído dos *IZVESTIA*, de Moscovo)

(N.º 36 – VI/24)

(1) Chefe do primeiro governo trabalhista britânico (1924).

Slhi

Texto 8

MATTEOTI E CASALINI ([1])

Os milhões de larvas, nascidas do cadáver de Matteoti, ([2]) pululam e multiplicam-se. Larvas de inssurreição, de desprezo, de ódio, de vingança. Como o corpo prisioneiro de Dreyfus, como os cadáveres de Ferrer e de *miss* Cawell, o corpo sangrento desse homem lançou uma sombra que entenebrece o mundo.

A fauna dirigente dos fascistas ficou por completo desmascarada. Estão minados os pés da grande estátua de barro. Mussolini tem que escolher ou o apoio de partidários que o desonrem ou a vontade do Parlamento à mercê de quem ficará. As sociedades saídas da grande guerra assinalam-se, em grande parte, por uma imoralidade desoladora; a vida alheia vale menos que uma pequena ambição ou, às vezes, um capricho passageiro. Mas os grandes factores morais nunca deixarão de prevalecer, que mais não seja por um mero instinto colectivo de conservação.

Os assassinatos políticos estão nas boas tradições italianas. Ainda há meses, um livro de Curzi Suckert, italiano filho de pai saxão e de mãe milanesa, teorizante do fascismo, inseria esta bela página literária, idealizadora dos mais baixos instintos de violação e de pilhagem: «... Acabo de pronunciar o nome de Mussolini com o orgulho do partidário

---

([1]) *Alessandro Casalini (n. 1839), engenheiro, foi assassinado pelos fascistas em Roma em 17/3/1921.*

([2]) *Em 30 de maio de 1924, Matteoti, secretário geral do Partido Socialista Italiano, pronunciou na Câmara dos Deputados um violento discurso contra o governo fascista. Raptado poucos dias depois pelos fascistas, o seu cadáver só foi encontrado ao fim de várias semanas. O assassinato de Matteoti constituiu um dos acontecimentos de maior ressonância da instalação do fascismo em Itália.*

Slhi

florentino, que pronuncia o nome dum homem da sua grei, com a cólera dum faccioso de Colimala (*), que reconhece e ama os tiranos por instinto e não suporta que a multidão os beije. Temos a tradição das tiranias no sangue, nós outros de Vachereccia, de Borgo Ognissanti, de Porta al Prato, de Porta Rossa, de Por Santa Maria, nós outros de Florença, e não toleramos que queiram confundir os heróis com os tribunos contumazes tresandando a multidão, a maioria e a opinião pública. Temos ciúmes dos nossos tiranos e não permitimos que a arraia miúda e o populacho os tratem familiarmente. Somos os primeiros a mostrar como, homens livres e disciplinados, se passa em frente dos tiranos que estimamos mais que a nós próprios. Assemelhamo-nos aos de Campi: Campi passa e não beija o anel. Mas não suportamos que tentem misturar à multidão, como um vulgar tribuno da plebe, quem tem sangue real, embora seja oriundo do povo. Defendemos os tiranos e puxamos das navalhas, não é assim? gentana de Marzocco, Pulleschi e Piagnoni, quando alguém os trata tu cá tu lá...»

Sacaram das navalhas – e o resultado viu-se, dum lado e outro...

(N.º 38 – IX-X/24)

(*) Este nome e os seguintes designam ruas e bairros de Florença.

Slhi

Texto 9

RIFF (1)

Há nesta palavra curta e onomatopaica o sibilar violento e cortante duma bala. Não acabará tão cedo a sangueira em que são chacinados os pobres espanhóis, franceses e mouros. A propósito da intervenção dos melhores recursos da França, um articulista do *Quotidien,* sócio da Liga dos Direitos do Homem, afadiga-se a justificar a atitude do governo francês. Cita a letra da lei, invoca as razões de ordem moral.

A França não violou os tratados, não invadiu o território rifenho; acudiu apenas ao chamamento duma tribo independente da autoridade de Abd-el-Krim. Nestas condições, não se justifica a brutal agressão do grande chefe mouro.

Belas razões, decerto. Mas não é por acaso que os fogachos da independência se estão erguendo pelo mundo inteiro, no Riff, no Egipto, na Síria, na Índia, na China. Julgaram que as palavras Direito e Justiça se podiam pronunciar, durante anos, sem acordar um eco, de pólo a pólo.

E é com uma mentalidade velha que querem julgar, sentenciar e reprimir os que lhes escutaram as promessas hipócritas.

C. R.

(N.º 51 - 15/VIII/25)

---

(1) A República do Riff, em Marrocos, foi proclamada em 1921 pelo chefe nacionalista Abd-el-Krim, após uma estrondosa vitória sobre os espanhóis. Diversas tribos aderiram posteriormente ao movimento de independência marroquina, sofrendo os espanhóis nova derrota em 1924. Em 1925, encontrando-se ameaçada a dominação espanhola sobre Fez, registou-se uma intervenção francesa, que conduziu ao esmagamento da República do Riff e à prisão de Abd-el-Krim (1926).

Slhi

Texto 10

JAURÈS

Nos momentos solenes de congressos e de crises políticas, os socialistas franceses evocam a grande figura de Jaurès.

Recordamo-nos muitas vezes da sua passagem por Lisboa, a caminho da América, em 1911. Conhecêmo-lo a bordo, surpreendendo-o de palito nos dentes, depois do almoço, embaraçado com o funcionamento das escotilhas, preocupado com a *toilette* dos jantares, tecendo, como Hugo, o elogio das botas e dos chapéus velhos. Pacato, trivial, burguesíssimo, reflectia-se, no entanto, no seu rosto, o encanto duma bondade infinita. Explicou-nos como, não sendo advogado, fora à barra dum tribunal. Pediu a João Chagas, que nos apresentara, que não deixasse de lhe enviar os seus livros. Estava estudando português nos *Lusíadas*. Surpreendeu-o, indignou-o mesmo, a opinião de um humorista de Lisboa, que o fora visitar, na véspera, e lhe dissera ser o poema de Camões uma maçada que ninguém lia... Ele sentia-se, pelo contrário, deslumbrado pela concepção e pela realização genial da grande epopeia.

Afectuoso e familiar, como esse Jaurès nos recordava pouco o parlamentar de punhos crispados, olhos fulgentes, trovejante como um Jehovah, coveiro de ministérios, transbordante de imagens e imprecações, e cuja oratória se mediu por vezes, em torneios formidáveis, com a eloquência acerada, maliciosa e fina de Clémenceau!...

C. R.

(N.º 63 - 5/XII/25)

Slhi

Texto 11

GREVE INGLESA (1)

Sob o pretexto, embora grave, da questão dos salários, a actual luta do proletariado e do patronato ingleses é um dos episódios mais formidáveis do choque entre o mundo antigo e a sociedade nova. A Inglaterra vai talvez encontrar, como outrora para o constitucionalismo, a fórmula política que, no campo intermédio da ditadura russa e do fascismo, sirva de figurino aos outros povos. Tudo leva a crer que os conservadores ingleses não aceitam a batalha; se a aceitarem, perdem-na, provàvelmente. E ceder constitui igualmente uma derrota. Depois será tarde, por certo, para organizar as milícias burguesas.

As gerações que presenciaram a grande guerra vão assistir, porventura, à alvorada dum mundo novo, colorida estranhamente com laivos de esperança e de sangue.

C. R.

(N.º 87 - 13/V/26)

---

(1) *Provocado por conflito salarial no sector mineiro, eclodiu nos primeiros dias de maio de 1926 um vastíssimo movimento de greve, que teve a adesão de seis milhões de trabalhadores.*

Slhi

Texto 12

OS ESTADOS UNIDOS EUROPEUS (1)

Toda a ideia que não for de união mundial é uma ideia de guerra... A existência de blocos é um perigo para a paz do mundo. Defender assim a Pan-Europa política, é esquecer que a primeira condição para um mundo pacífico, homogéneo, é o lento e progressivo desaparecimento das grandes manchas do planisfério político. Nada de sistemas rígidos! A América do Sul não vê toda ela com simpatia a ideia dum bloco americano em que os E. U. pesariam mais que os outros todos juntos...

Na Europa correríamos um perigo semelhante em relação a certos povos centrais, à própria Itália. Demais, é de crer que esses blocos virão a decompor-se; o próprio Império Britânico não é já mais do que uma perfeita convenção, uma pura *realização de direito;* aguenta-se à custa de uma perda enorme de unidade estrutural, interna. É uma ideia, uma força espiritual que continua a colorir de carmezim no mapa-mundo, as Ilhas Britânicas e os Domínios. Mas a Rússia... A Rússia é hoje uma federação de estados. Se as condições de território e raça os prendem entre si, poderia prendê-los igualmente um interesse de acção comum sobre a Europa? Pense-se ainda que o longo trabalho de restauração económica e moral da Rússia (obra, aquela, dos ocidentais e dos centrais), que ocupará todo o seu esforço durante um largo tempo, tanto quanto vier a durar a crise actual da Europa, dará em resultado

---

(1) *Conclusão de um artigo em que se discute a tese que preconizava uma «Pan-Europa» como condição do combate à ameaça de guerra, ao perigo soviético e à crise económica.*

Slhi

o ver-se a Rússia contente de si mesma. O seu imenso território, as portas sobre a Ásia, onde uma vasta obra a espera, entre inimigos a vencer, as riquezas naturais, farão da Rússia restaurada um poderoso estado, é certo, mas bem diferente da França agressiva, imperialista, que sucedeu à França da Revolução.

No Manifesto Europeu, a oposição à entrada da Rússia dos Sovietes na aliança europeia mascara uma ideia mais funda e grave de hostilidade contra os eslavos, num escrúpulo pueril de aparência política... Não é a forma política que separa as nações: lembre-se a França republicana aliada da Rússia imperial até 1917...

A directriz da sua política nacional, o interesse, a tradição, os costumes, a inércia, a ignorância, o orgulho, a língua, – eis tudo o que as separa... Um proletário russo não agride um proletário italiano por uma simples questão de política interna, mas por causas mais fundas, – um alargamento das causas de interesse e tradição que levam os rurais de Alcoentre a bater-se com os rurais do Cercal.

Por outro lado, fazer da queda das fronteiras a panaceia para os males da Europa, é pura fantasia. As fronteiras, mera abstracção só visível nos mapas, são uma consequência, e não um princípio. Mortas as causas, as fronteiras acabarão por desaparecer. As fronteiras decorrem de factos que, esses sim, é preciso eliminar pouco a pouco: ninguém começaria a estancar um curso de água pela foz...

Mas corre a Europa esse perigo eminente? Aceitando que os povos, perante os perigos manifestos, reagem sempre defensivamente, em sentidos ignorados, imprevistos, a Europa corre o perigo de vir a ser esmagada? – Em primeiro lugar, o Império Britânico sustenta-se, disse-o já, à custa de um afrouxamento das suas articulações. A Grã-Bretanha diminui como unidade europeia, enfraquecida pela própria grandeza dos seus membros esparsos que lhe fazem uma concorrência

Slhi

vital. A sua força política provém quase só da impressão moral que provocam a língua, a vitalidade, a inquebrantável tenacidade dessa raça metódica e serena. O domínio da libra continua por inércia do mundo, ante o problema da unificação monetária, ou da criação de uma moeda internacional padrão...

E a Rússia? Essa tem na Ásia o antídoto preciso, – a concorrência europeia dos ingleses. Será preciso abrasar todo o Oriente para expulsar de lá os anglo-saxões com a sua Bíblia, o seu whisky, e o seu capacete de cortiça! A Índia preferiria a influência dos eslavos ao domínio dos ingleses? Os povos do sudoeste deixariam passar o cita onde o bretão passou? E, quanto à China, confusa Babilónia, seria fácil ocupar lá dentro os postos que os europeus deixassem? O Japão consentiria que a Rússia orientasse a sua política para o Grande Oceano? Porto-Artur não está longe – e a cada acção histórica corresponde sempre uma reacção de conteúdo e extensão difíceis de prever...

Os Estados Unidos, com a sua economia formidável, não podem fàcilmente voltar as costas ao Pacífico, onde um velho rival, de farda europeia mas de olhos oblíquos, espreita, numeroso, activo, armado até aos dentes...

É que o Japão dista menos das Américas do que da Ásia ocidental.

A ideia justa é, pois, a da mais larga e profunda união dos povos, das camadas sociais interessadas na paz do mundo, no progresso, na política de igualdade e segurança mútua, – a ideia mãe da Liga das Nações. Por isso mesmo, é indispensável a maior liberdade aos povos, essa liberdade que a formação dos grandes blocos prejudica. A guerra europeia deu a muitas nações a ansiada liberdade, – para que se unam e aliem como entendam melhor. Para que o mapa-mundo se aproxime da unidade de cor, é preciso que os continentes não se vejam repartidos nas quatro ou cinco manchas das grandes potências, mas que se dividam em mil cores dife-

Slhi

rentes: o fraccionamento dos estados, que parece uma fraqueza, trará para os povos a fecunda solidariedade que é a verdadeira força.

Pelo contrário, os grandes blocos (quando não sejam simples aparências, como o Império Britânico de agora) são focos de centralização e de opressão, origens de política de ódio, imperialista, cesarista, como a dos Habsburgos e Hoenzollerns, a que o conflito europeu pôs fim sangrentamente.

A Europa dos checos e dos lusitanos nunca poderá unir-se numa federação voluntária, jurídica, à imagem da união dos suíços; estes conseguiram o milagre porque o território reduzido e a comunidade de idênticos interesses estabeleceram desde cedo entre eles uma solidariedade natural. Mas do Tejo ao Vístula medeiam as distâncias, as raças, os climas, as diversidades geográficas... E não se passa em vão por cima disto tudo.

Quando a hora bater, a Europa, como um viajante descuidado, fará as suas malas apressadamente. Há-de sem dúvida escapar ao perigo estranho. Mas antes que os diplomatas europeus, os financeiros, os homens dos capitais e dos interesses se ponham de acordo sobre uma tal federação; antes que tenham podido amontoar as renúncias sobre as renúncias, os esquecimentos sobre os esquecimentos, e o desinteresse sobre o desinteresse, hão-de correr cataratas de tinta, hão-de despenhar-se montanhas de oratória, o tempo há-de passar, e queira o Destino todo-poderoso que a Europa não se alague novamente de sangue, em holocausto aos ideais de algum político, sonhador de unidade à fina força...

Entretanto, a discussão é boa porque ela ajuda a separar a luz das trevas e a terra do firmamento.

R. M.

(N.º 96 - 12/VIII/26)

Slhi

Capítulo XII

FILOSOFIA

Texto 1

UM LIVRO DE CLARIDADES E DE SOMBRAS

Vou-lhes falar dum livro que já tem quase um ano. O silêncio que sobre ele fez a imprensa e o seu valor inexcedível como índice duma nova mentalidade – como revelador sem par do espírito com que se pretende renovar e salvar a nacionalidade, e do que falta a esse espírito para que tal milagre se torne possível – obrigaram-nos a folhear mais uma vez os *Ensaios* de António Sérgio e a dar aqui a sua análise, como se eles tivessem saido agora mesmo dos prelos da impressão.

Antes de mais nada lhes declaro com muito gosto que sou amigo íntimo de António Sérgio. Mais do que seu amigo: seu irmão. Irmanam-nos desde há muito a mesma atitude de espírito e as mesmas preocupações humanas. Ambos pedimos há muito tempo à gente da nossa terra para que ponha clareza nas ideias, probidade no estilo, organização nos pensamentos. Liga-nos o mesmo horror pelas construções aéreas do verbalismo, pelas desgarradas da literatura entre as nuvens e as estrelas, pelos idealismos que desconhecem a força da gravidade. Ambos exigimos à emoção que se sujeite à medida e à regra; que se canalize nos leitos da racionalidade; que não vibre no vácuo, e se prenda à terra pelas raizes das realidades profundas. Liga-nos o mesmo amor das ideias com o mesmo horror pelas fraseologias mortas, e a mesma predileção pela linguagem pitoresca e musculosa, que vive e palpita, como a musculatura firme do atleta debaixo do *maillot*. Para ambos nós a filosofia é coisa humana, relativa aos mais altos interesses humanos; para ambos nós ela desceu do céu à terra e exprime necessidades

Slhi

profundas da vida. Como ele me separei do saudosismo e outras misticices de igual jaez que por volta de 1910 bretoejaram a inteligência portuguesa. Neste deserto em que só se elevam as palmeiras do cabotinismo, andamos há anos pregando esta coisa simples: que acima de tudo ponhamos probidade no pensamento; que o verdadeiro idealismo é aquele que não falsifica as realidades, e pelo contrário as representa na sua expressão total e profunda. Se o nosso acordo não é absoluto (e já vão ver que não é), tenho de reconhecer que as nossas almas batem quase sempre em uníssono e que somos (e seremos talvez amanhã mais ainda do que hoje) irmãos espirituais.

Embora assim seja, eu devo declarar que me sinto tanto à vontade discutindo um livro de António Sérgio, meu amigo, meu irmão e padrinho duma de minhas filhas, como se se tratasse duma obra de Paracelso, que eu confesso nunca ter visto mais gordo. Evidentemente que o vou discutir com as minhas ideias, e que essas ideias são a maior parte das vezes análogas às suas. Todavia as objecções e as restrições que tiver a fazer apresentá-las-ei tão lealmente como se António Sérgio me fosse totalmente desconhecido. É a consideração que tenho pelos leitores, pela minha missão, por mim e até por ele próprio que assim mo exigem. Duma vez para sempre a crítica tem de desconhecer entre nós os ódios e as amizades.

Tem-se dirigido a actividade plumitiva de António Sérgio, já bastante considerável, ao que ele chama, e ao que eu já chamava em 1907, a *renovação da mentalidade portuguesa*. Segundo ele, a mentalidade nacional encontra-se em estado de absoluta incapacidade criadora. Estamos ainda na fase do romantismo delirante. Esse romantismo, tornando-nos incapazes de modificar o presente e preparar o futuro, impede-nos igualmente de apreciar inteligentemente o passado. Entre os nossos olhos e todas as realidades agita-se constantemente

Slhi

o véu das nossas ilusões. Vemos nas empresas dos nossos avós, em D. Henrique, em Nuno Álvares, nos infantes de Ceuta simples aventuras do sensibilismo triunfante, do misticismo desgarrado, de intuições bergsonianas, vozes da Raça, profundezas esfíngicas, poços artesianos da sensibilidade criadora. Pelo contrário, todas essas empresas foram obras de organização meditada e metódica, dum elevado espírito prático, realizadas com todos os escrúpulos, todas as minúcias e todas as circunspecções da inteligência realista.

Que admira, pois, quando erramos nas próprias afirmações históricas, que nos falte o sentido das realidades presentes? Temos vivido uma vida de imitação exterior, sem perfeita sinceridade e profunda conversão dos espíritos. O positivismo que alardeámos, o nacionalismo que importámos da França foram apenas arremedos e gestos estranhos, cópias de figurinos alheios, sem a real assimilação do seu verdadeiro espírito. Todas as correntes do pensamento europeu passaram, pois, sobre nós como a enxurrada sobre as pedras: lavaram-nos, arrastaram-nos, mas não nos transformaram.

Uns e outros, retrógrados e avançados, jacobinos e integralistas, manifestamos a mesma incapacidade mental: somos todos, na intimidade dos espíritos, correligionários. Separam-nos as palavras e as conclusões; mas os pontos de partida são idênticos, idênticas as atitudes, idênticas as ilusões, os temperamentos e os vícios mentais. Em todos a mesma esterilidade absoluta.

Insurge-se António Sérgio contra as ilusões do nacionalismo, que faz das pátrias irredutíveis inimigas, em vez de colaboradoras do mesmo ideal humano; do tradicionalismo, que quer preparar o futuro como se as necessidades presentes fossem idênticas às do passado; e do tradicionalismo desses nacionalistas, que é um tradicionalismo contraditório, pois que a mais insofismável tradição da nossa história é precisamente o cosmopolitismo. «Produto das aspirações do viver

Slhi

europeu – escreve admiràvelmente António Sérgio – a missão histórica da nacionalidade foi inaugurar o cosmopolitismo; queremos de novo desertar do mundo, depois de havermos descoberto o mundo, e estrangular hoje pela segunda vez a nobre tendência para a humanidade?»

Insurge-se ainda António Sérgio contra a pedagogia dominante. Consideramos em geral o analfabetismo como o inimigo; o conhecimento como um fim; e por isso fazemos do *a b c* uma alavanca social e da educação uma simples armazenagem de conhecimentos. É o que António Sérgio chama a «pedagogia da quantidade». Escapam-nos inteiramente as verdadeiras necessidades da pedagogia; não reconhecemos que o espírito tem de se elevar e de se tornar apto, e não de se encher; que a escola tem de preparar para a vida social; que tem de ser, ela mesma, um ambiente social. É esta a ideia dominante da sua pedagogia. «A primeira condição de uma escola educativa é ser um ambiente social escolhido, simplificado, purificado, com a quase exclusiva preocupação de a si próprio se aperfeiçoar – de se organizar pela Justiça, *mas sob o mesmo condicionamento da sociedade real adulta*... Isto se consegue, naturalmente, introduzindo os estudos por actividades sociais (agricultura, construção, etc.), considerando a escola uma sociedade, e mesmo organizando-a em sociedades: sindicatos, municípios, escritórios, oficinas... Como ao trabalho andam ligados os nossos deveres essenciais, podemos exprimir-nos por esta forma: organizar a escola futura por comunidades de trabalho, e segundo a idéia de uma economia justa.»

Insurge-se ainda António Sérgio contra a maneira como se encontra realizada a democracia, e contra as críticas da democracia. Julga que nada há que possa fazer-nos refluir para um passado histórico que só seria realizado se a reversibilidade se fizesse em todas as esferas da actividade humana, e a grande indústria, a viação acelerada, as grandes cidades, o telégrafo, o jornal, a instrução popular se abismassem dum jacto; crê que o que há a

Slhi

fazer é conciliar a competência com a eleição popular, a técnica dos especialistas com o regime da opinião. Ora «o regime da democracia pode conciliar-se com a competência com vantagem para os serviços quando se coloque junto do especialista, do técnico permanente, um representante da opinião pública».

E como seja mister, para perfeita elucidação do nosso mal, chamar à barra do tribunal um representante supremo da nossa mentalidade desvairada, a ele chama António Sérgio nem mais nem menos que aquele a quem a retórica nacional costuma denominar a «mais alta cerebração da raça latina», o poeta ilustre da *Morte de D. João* e dos *Simples* – Guerra Junqueiro. Creio que nunca em tempo algum se fez da obra de qualquer escritor uma análise mais percuciente e impiedosa. Nunca o flagelo da ironia foi empunhado com tanto brio e com tanta ânsia de justiça como pelo escritor ilustre dos *Ensaios.* A sua pena foi um montante, uma clava admirável. Julgo que a estas horas o honrado escritor, que é fundamentalmente um bom, e ia dizer um fraco, se encontra arrependido do seu acto. Espero que ele venha ainda a arrepender-se do seu arrependimento.

Era preciso, *absolutamente preciso* mostrar no homem mais representativo da intelectualidade portuguesa os nossos pavorosos vícios mentais. Não o fazer era uma cobardia sem nome. Confesso isto com o coração em chaga: porque ao sr. Junqueiro só devo atenções e deferências que não mereço. Assim eu não devesse também ao país a verdade!

Reconhece António Sérgio no maravilhoso feiticeiro da *Morte de D. João,* o maior poeta da volúpia que eu conheço em língua portuguesa; no satirista implacável da *Velhice do Padre Eterno;* no fantasista alacre, funambulesco, gracioso e juvenil da *Musa em Férias;* no apóstolo furibundo da *Pátria;* e no cura untuoso e católico dos *Simples* e das *Orações* – essa falta de equiponderação, de reflexão, de

Slhi

sobriedade, de disciplina mental, de domínio da inteligência crítica sobre as irrupções delirantes da fantasia a que Sérgio (com razão ou sem ela), dá o nome de *espírito clássico*. Um histérico romântico, de actividade literária «poligonal», para empregar a expressão de Grasset, tal lhe parece ser o sr. Guerra Junqueiro. E vai ser impiedosa a maneira como provará à evidência a sua tese, e mostrará como a cada momento o poder verbal do poeta o lança para fora do leito da disciplina crítica, acabando por dar a sua adesão às teses mesmas que se propunha combater. Não se poderia conceber maior perícia em mostrar as contradições fundamentais em que a arte prodigiosa do Poeta, não sendo servida por equivalentes faculdades intelectivas, o enleia inextricàvelmente. Por exemplo. A *Morte de D. João* quer tirar à figura do herói todo o prestígio lendário, mostrando nele um malandro ignóbil; pois o poema institui-se, pelo contrário, na defesa do acusado, que é apresentado como uma vítima da sociedade. O livro do sr. Junqueiro poderia, em boa justiça, intitular-se, diz Sérgio, a *Tentação e Martírio de S. João Tenório*. Quer ainda mostrar o poema os vícios da sociedade actual, e conclui que ela é afinal a justiça realizada, que o simples jogo das actividades económicas (D. João morre de fome) castiga os histriões. Se em vez da *Morte*, pegamos na *Velhice do Padre Eterno*, encontramos as mesmas contradições fundamentais. Pretende esse livro constituir um ataque ao catolicismo e expurgar a crença cristã das impurezas e fantasmagorias que a corromperam. Pois é com o que há de mais figurativo e de menos puro no catolicismo (a fé dos simples) que ele se propõe congraçar-nos. O Poeta quer matar Jeová. Mas vinte vezes nos declara que ele já morreu, e que com a sua morte o mundo ficou «sem fé, sem dogma, sem moral». Matar um morto, e para este resultado, hão-de reconhecer que não merecia a pena. – Pois é um Poeta de tão fraco arcaboiço

Slhi

intelectivo, tão absolutamente incapaz de organizar os seus pensamentos, e de nos dar, mesmo em poesia, uma obra com princípio, meio e fim, não digo já com voos filosóficos, mas de acordo com a razão e o senso comum, é um homem destes que se nos pretende apresentar como um filósofo, e como um filósofo que vem corrigir e completar Leibniz, desfazendo todas as suas contradições!!! E o que é pior, porque é o que revela o mal sistemático da mentalidade nacional, confunde a maior parte dos nossos críticos os delírios verbais do Poeta, e sua fantasia de arranco e voo aéreo, as suas divagações gratuitas, o trivialíssimo panpsiquismo das suas concepções infantis (inadmissíveis no mais modesto estudante de filosofia) com a obra do filósofo, que é essencialmente uma obra de concentração do pensamento e de perfeita honestidade mental. E assim acaba, com a análise da «filosofia» do sr. Junqueiro, esse esplêndido livro dos *Ensaios* – obra de destruição, não há dúvida, mas de destruição necessária, e ao mesmo tempo de luminosa elucidação das consciências.

Já o dissemos. Em muitos pontos é absoluto o meu acordo com o nobre autor dos *Ensaios.* Acordo que não vem de agora, que data do tempo em que ainda sequer nos conhecíamos. Podia ser tentado a transcrever para aqui alguns trechos meus que mostrariam a espontânea harmonia do nosso espírito... Julgo mais útil chamar a atenção para o que ainda nos divide e separa. Antes de o fazer, vou tentar opor alguns ligeiros reparos às considerações de António Sérgio.

Em primeiro lugar, eu lastimo que António Sérgio, para caracterizar o estado caótico, desregrado, fantasista das inteligências portuguesas, lhe dê o nome de *romantismo.* Tenho uma verdadeira aversão pelos termos mal definidos, e sobretudo por aqueles cujo emprego pode parecer a muitos como envolvendo a condenação de tendências legítimas e necessárias

Slhi

da alma humana. Não sendo o sentimento heróico que nós devemos combater, mas as concepções alucinadas e destituídas de espírito de realidade, eu preferiria que ele fizesse uso da terminologia que costumo adoptar – nubilismo, sensibilismo, fantasmagorismo, termos estes que não dão lugar a equívocos, e exprimem imediatamente o próprio mal que queremos combater. Condenar os vícios mentais dos portugueses sob designações que envolvem uma teoria literária, a apreciação de todo um movimento literário, sujeita a dúvidas e controvérsias e a interpretações divergentes, sendo mesmo possível que se dê o caso de esse movimento se encontrar ainda em evolução e de não ter atingido o seu verdadeiro *terminus,* e, o que ainda é pior, quando à designação de romantismo andam vulgarmente associados certos desejos e aspirações muito legítimas da alma humana, eis o que me parece pelo menos inútil, se não prejudicial. Seria também para desejar que António Sérgio, indo além das ideias gerais da sua pedagogia, descesse às minúcias do ensino tal como ele seria orientado por essa pedagogia, que ele nos mostrasse a escola organizada segundo essas ideias. Julgo também que não insistiu suficientemente na maneira como realmente se pode conciliar a competência com a Democracia, pois que, falando-nos nos vários serviços do Estado, se esqueceu de considerar o fundamental, a própria organização geral do Estado, a reforma constitucional que seria exigida por essa conciliação. Não é necessário apenas que junto de cada grande ramo de serviços ou mesmo de cada serviço haja um ou mais representantes da opinião pública; é necessário também que a própria actividade legislativa resulte da colaboração de técnicos e de representantes da vontade nacional, como mostraremos em um artigo futuro, ao tratarmos da *Organização da Democracia.* Também julgamos que a crítica da tradição não foi levada até ao ponto em que devia ir. O que é que devemos chamar realmente

SIhi

tradição? É hábito social, e portanto força viva, perseveração do passado no futuro, ou simples ideia morta do passado histórico? Em que medida a tradição, entendida em qualquer dos sentidos, é para ser seguida e respeitada? Quando é que a tradição é benéfica, e quando é ela prejudicial? Pontos estes que deveriam ser tratados completamente, sem o que não daremos à tradição todo o seu peso e importância – mesmo para a negarmos ou limitarmos. Na própria questão de Junqueiro desejaríamos que António Sérgio fosse, por um lado, mais impiedoso, e por outro lado mais justo. Mais impiedoso para a atitude do homem perante a vida, para o seu cabotinismo, que o tornou desgraçadamente num grande comediante da frases ensaiadas e repetidas à saciedade; para o seu tolstoísmo de empréstimo; para a falta de sinceridade da sua última moda literária. Seria facílimo mostrar, por exemplo, que ninguém está mais afastado de S. Francisco de Assis do que o sr. Guerra Junqueiro; como seria facílimo mostrar muitas coisas mais. Por outro lado estimaríamos que António Sérgio fosse mais justo para com o poeta, sobretudo para com o poeta satânico e voluptuoso, que em algumas das suas poesias nos revela um sentimento vivo da natureza, um estranho poder de sugestão e até uma força de imaginação que não são para desdenhar. Vai Sérgio até ao ponto de preferir aos alexandrinos tantas vezes tersos e vibrantes de Junqueiro os moles e linfáticos alexandrinos do mole e linfático poeta que se chamou António de Castilho – versos que parecem por vezes feitos com lâminas de espadas postos abaixo de versos que se julgaria preparados com queijo manteiga. É uma injustiça que chegaria a ser revoltante, se não fosse involuntária.

Mas é na própria *atitude perante a vida* que entre nós se cava ainda a divergência fundamental. «Libra a incapacidade de realização – escreve António Sérgio – em erros profundos do nosso espírito». E por isso conclui o seu livro com um

Slhi

caloroso hino à virgem partenogenética da Inteligência, e à divina e radiante claridade que põe a ordem e a medida nas consciências.

Sim, Sérgio amigo. Também eu pedia em 1913 um Sócrates que nos desse «o prazer e o hábito das ideias claras» (*Águia,* IV, p. 30). Mas suponha o meu amigo que nos instituíamos ambos em uma espécie de Sócrates, eu pequeno, você grande, que daríamos à gente de Portugal esse prazer e esse hábito. Só com isso teríamos dado à *elite* portuguesa a capacidade de realização que você deseja, e que confia pura e simplesmente da destruição dos «erros profundos do nosso espírito»? Tenho a firme certeza que não. Todo um lado da realidade escapa à sua análise percuciente e à sua viva intuição. A sua inteligência erra quando não vê mais nada para além da inteligência. E por isso o seu livro, embora termine com um hino à claridade radiosa do Espírito, é feito realmente de claridades e de sombras...

Suponho que a *atitude correcta* do salvador exige que nos compenetremos de que, assim como nos cumpre ensinar a pensar os nossos concidadãos, nos assiste o dever de lhes ensinar igualmente o pertinaz heroísmo que você desconhece e a *fime vontade de realizar* que o meu amigo abandonou. O Sérgio prega do *Brasil* a *salvação da Pátria.* E neste simples facto há uma contradição. Para que salvemos a Pátria necessário é que a não abandonemos nos piores momentos, que firmemos, como já disse, bem rijamente os *pés na lama.* Não há nada, nada, que explique a renúncia e o abandono do homem de *elite,* que deve ser a realização suprema do verdadeiro HOMEM. Sobre ser uma inteligência, ele tem de ser necessàriamente um herói. Ficar, quando tudo foge; resistir, quandos todos caem; afirmar, quando todos negam. Não crer talvez, e todavia lutar para que a sua consciência se não perca e para que ele ao menos tenha cumprido o seu dever. Que importa que o livro do homem de *elite* nos pregue

Slhi

o bom caminho? Mais alto que o livro do homem de *elite* pregam os actos do homem de *elite;* e o pedagogo que abandona Portugal dá ao seu país a pior lição de pedagogia. Quando você julga «que no fim de tanto batalhar de ideias, Antero de Quental e Herculano se levantam do pó como dois fortes», eu tenho a audácia de sustentar que isso não é inteiramente exacto. É triste ter de reconhecer, mas é necessário fazê-lo, que ainda não apareceu entre nós um grande mestre de acção moral. Um suicidou-se; o outro fez-se azeiteiro. Não curo agora das condições; curo dos factos. O herói, esse, é herói até ao fim. Quando aparecerão os homens que, juntando à clareza luminosa da inteligência o heroísmo da vontade, o amor das ideias gerais à consideração extrema das minúcias, o gosto pelo ideal ao gosto pela acção, o poder de sedução intelectual às radiantes fulgurações da consciência – quando aparecerão os homens que *saberão* e *quererão* salvar Portugal, e que por isso *necessàriamente* o salvarão?

Sérgio amigo, é aqui o seu lugar. Volte novamente para nós. Esperá-lo-ão outra vez porventura a calúnia, o desprezo, a tristeza de viver num meio hostil. Por isso mesmo venha. Se tudo fossem rosas, o seu lugar poderia ser no Brasil. Como quase tudo são espinhos, o seu lugar é aqui. Portugal está enfermo; não lhe abandonem os seus melhores filhos a cabeceira. Simplesmente o meu amigo voltará em condições diferentes das quando partiu. Encontrará um grupo de homens firmemente dispostos a pregar as verdades necessárias, a sofrer por essas verdades, e a fazê-las triunfar. Venha! Precisamos de si como de ninguém. Precisamos da «alta luz da inteligência» e da «perfeição moral» que o meu amigo exalta e realiza. Lembra-se que é marinheiro? Não conservou das suas viagens pelo mar o gosto das aventuras? Faça aproar a nau da sua vontade ao infeliz Portugal das descobertas. É Portugal agora que é preciso descobrir e conquistar. Venha! Entrando no navio que o há-de trazer novamente

Slhi

ao nosso seio, o meu querido amigo terá realizado a sua maior e mais nobre aventura – e dado ao seu país a mais alta lição de pedagogia.

RAÚL PROENÇA

(N.º 3 - 20/XI/21)

Slhi

Texto 2

O PROBLEMA RELIGIOSO

Afirmada a supremacia dos fins ideais e universais sobre os materiais e contingentes, do mundo espiritual sobre o mundo da matéria, e formulado este problema: determinar a crença metafísica que, reconhecendo aquela supremacia, mais exija do homem, o erga ao maior heroísmo moral, lhe faça, por assim dizer, retesar a alma no mais violento e áspero esforço de grandeza e de beleza, a solução não podia ser outra, creio, senão a atitude ateísta. Esta contém na verdade (reconhecido sempre, repetimos, o primado dos fins espirituais) todas as condições para fazer do homem o ser eminentemente moral. Ela é a mais alta maroma erguida no espaço para exigir do homem os mais belos milagres de equilíbrio. Acima dela, sob ela, em volta dela, apenas a mudez e a surdez profundas. Nenhum eco responde à nossa voz, nenhuma voz ao nosso apelo. Bem e mal palavras que só têm um sentido na linha da corda estendida sobre o abismo. Quando, chegado o fim, tivermos de fazer o salto mortal sobre o oceano do vácuo, pensar que entraremos novamente na mudez absoluta donde viemos. Não crer que há em qualquer parte do universo uma consciência que registe os nossos actos, os pese, premeie ou castigue. Crer na morte definitiva, e todavia fazer da vida a nossa eternidade. Exigir para a nossa acção as condições menos favoráveis e o mais alto risco – o não haver para ela nenhuma satisfação eterna. Desejar, para melhor se erguer no espaço a voz da consciência, que esse espaço seja mudo. Tomar sobre os ombros, de alma serena e resignada, todo o peso da indiferença do universo. E sentir e aceitar a tragédia da

Slhi

vida, e as dores sem recompensa, e o sacrifício sem paga, e o dom de si mesmo sem condições, e o divino sem Deus, e o bem amado em si e por si. O universo um deserto eterno; as religiões, as Cidades e Palácios encantados das miragens do deserto; a consciência humana o oásis desse deserto. A crença na inexistência de Deus e da vida eterna, com todas as sanções futuras que andam ligadas a essas duas ideias, seria por assim dizer a condição *sine qua non* da moralidade pura. O bem seria aceite e aprovado, sem que necessário fosse que o fizesse ouvir em qualquer parte qualquer voz sobre-humana. Ele ressoaria, como as harpas eólias, ao simples sopro da consciência. E o Sinai estaria no nosso espírito – e apenas das sarças ardentes do nosso espírito sairiam as tábuas da Lei...

Tal é a doutrina que mais exige do homem, melhor o experimenta, e mais o ergue em humanidade profunda. A um filho, se o tivesse, não pregaria outra fé – e digo bem, porque a ausência de fé é o que exige ainda a maior fé no valor incomensurável da espiritualidade. E não lhe pregaria outra fé, porque quereria fazer dele precisamente isto – um homem, e não um boneco raciocinador ou um adormecedor dos problemas angustiosos da consciência. Dir-lhe-ia: «Meu filho, vieste ao mundo para compreender o terrível destino dos humanos – ter na alma a sede do infinito e ao mesmo tempo a certeza do limitado e do precário. Sentir que a consciência é um átomo no seio do universo, esse vazio imenso. E todavia eu peço-te que te não inebries com o ópio das religiões. Deixas aos outros o seu sonho de *haschich* – aos outros que não têm a viril coragem de olhar a verdade de frente, e de se sujeitar à prova. Peço-te que triunfes e exultes; que agradeças ao destino o conceder-te a prova de tanta virilidade de ânimo; que aches alegria profunda no limitado e no precário; que te armes cavaleiro na tragédia da vida. Vê: todo o bem te será *inútil* talvez;

Slhi

e todavia aceita a inutilidade desse bem, afirma que não há valores que o excedam, e cria, se és capaz, um bem maior ainda. Ergue sobre o universo o teu canto solitário de virtude: da tua dor fizeste um poema, e toda a sabedoria da vida consiste nisso.» E os nossos olhos arrasar-se-iam de lágrimas – ao compreender como só ao homem é dado sentir a ânsia do desejo, a tortura da verdade e a alegria do triunfo...

Quando vemos, pois, associada a crença «ateísta» às tendências plebeias e anti-aristocráticas não podemos deixar de sorrir. Trata-se dum aristocratismo de *snobs*, e a atitude do *snob* é a do antípoda do verdadeiro aristocrata. Na verdade só a plebe precisa de Deus e dos deuses. O aristocrata, o «senhor», tem no ateísmo um dos seus mais belos timbres de nobreza: só ele pode fazer a arte pela arte. E entendido que chamo aqui «aristocratas» e «senhores» àqueles que vieram ao mundo para fazer o dom do seu sacrifício – encaminhar as almas, distribuir os bens, organizar o trabalho, comandar os homens.

Mas exactamente por isso não nos devemos abandonar a um ateísmo *naïf*, que desconhece as suas próprias dificuldades, os seus inconvenientes práticos incontestáveis e o sentido trágico da indiferença da natureza. E por isso mesmo ainda nos não devemos abandonar sobretudo a um proselitismo que acharia deleite no despedaçamento de todas as molas religiosas. Por nós, não queremos apagar nos espíritos as lâmpadas votivas. A chama que neles arde, se pretendêssemos que se não erguesse em oração, talvez os incendiasse em labareda. Fazer-lhes muda a natureza seria porventura calar-lhes a própria alma. Não aumentemos a mudez do deserto. Que creiam, pois, em Deus os que sem ele sentiriam, não como diz o Poeta, o universo decapitado (isso que importa?) mas o seu próprio ser decapitado...

Esta, pois, a nossa atitude no problema religioso: nem

Slhi

crentes por *elegância*, quando vemos no ateísmo a pedra de toque das almas aristocráticas; nem ateus à Mr. Homais, que desconhecem as dificuldades e inconvenientes dessa concepção «dramática» da existência. Daqui a condenação formal de todos os proselitismos e facciosismos. Deísmo e ateísmo são duas atitudes, dois métodos, duas maneiras igualmente legítimas (porque a verdade absoluta nos é inacessível) de reagir perante os problemas do universo e da vida. Pascal viu só uma aposta, quando há na verdade duas apostas a fazer. Uns precisam de sentir o arrimo de potências exteriores, um código de normas transcendentes, ouvir bater no seio da natureza, em qualquer parte, um grande coração oculto. Outros precisam, pelo contrário, de se librar no voo mais livre, de partir as amarras, de aspirar a pura essência da moralidade. Uns necessitam de crer em Deus, outros de não crer nele, para que o Bem tenha um sentido. E se no fim de tudo Deus existe – tanto melhor para os segundos, que não precisaram de acreditar na sua existência para trilhar o seu caminho!

Que cada um continue pois, a fazer livremente no tabuleiro da metafísica a sua aposta. Porque eu jogo no par, hei-de exigir aos outros que não joguem no ímpar? Que cada um jogue segundo o seu temperamento e os seus palpites...

RAÚL PROENÇA

(N.º 19 - 3/XI/22)

Slhi

Texto 3

TRÉPLICA A CARLOS MALHEIRO DIAS SOBRE A QUESTÃO DO DESEJADO (1)

(Conclusão)

23.º ponto. Racionalismo, Espiritualismo, Materialismo, Idealismo, Pragmatismo, Liberdade, Religião, etc.

Engolfou-se o meu Amigo, com a sua *Exortação à Mocidade,* por mares pelo seu espírito nunca de antes navegados. Por isso no seu *Prefácio*, se a primeira parte e a segunda são já um Caos, a terceira *(Racionalismo e Espiritualismo)* é o Caos do Caos. Haver um homem do seu valor que imprima aquilo – demonstra os abismos de desconcerto mental a que se chegou neste País.

Supõe que o racionalismo leva ao materialismo e ao pragmatismo, e que é antagónico de idealismo, de espiritualismo, de religião católica; chama idealismo à doutrina de Maurras (p. xcx); declara-me seguidor do materialismo histórico de Carlos Marx; diz que o racionalismo é «funda-

---

(1) *O longo texto de que se transcreve a conclusão insere-se num contexto polémico constituído à data pelas seguintes peças, no essencial:*

– Bosquejo da História de Portugal *de António Sérgio (1923)*

– Exortação à Mocidade *de Carlos Malheiro Dias (1924), com alusão ao anterior;*

– O Desejado – depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África precedidos de uma carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias *(1924);*

– Exortação à Mocidade – nova edição precedida de uma resposta à carta-prefácio do Snr. António Sérgio n'«O Desejado» *de Carlos Malheiro Dias (1925).*

Slhi

mentalmente adverso às transcendências do idealismo» (p. c: desconhece o que seja racionalismo, idealismo e transcendência); que uma política inspirada no racionalismo conduz necessàriamente ao materialismo (p. c); que a «concepção racionalista» é «propulsionada por ideias mesquinhas» (civ); chama à Democracia, ao mesmo tempo, racionalista e pragmatista (cv); insiste na ideia do seu discurso, de pôr a Liberdade *sobre* a Razão, com o argumento inefável de que a Razão pode errar mas «a lei escrita é geral e fixa» (lxxxiv); que o racionalismo é insuficiente porque cumpre «animá-lo com ideais» (lxxxviii); que quero que o meu Amigo «resolva, dentro do campo de acção do racionalismo, problemas que transcendem desses estreitos limites e se desenvolvem nos domínios do idealismo» (xc); que o racionalismo pretende «tudo explicar pelo racional, sem a intervenção do ideal» (xc); que segundo o racionalismo a sociedade teve uma origem convencional (xci: alude à doutrina do contrato, que não entendeu); que o meu Amigo deseja «um estado superior de harmonia entre a Razão e a Fé, que, ampliando e iluminando a Razão, não permita que se desvaire a Fé» (xci); e, atacando-me como racionalista, esgrime ao mesmo tempo contra «um sistema empenhado em tudo reduzir ao real» (xciv) resumindo o nosso debate nesta pergunta: «deve o homem deixar aberta a porta do coração, ou fechá-la?»

O que aí vai!...

As portas do cérebro, ilustre Amigo, é que estão cerradas em Portugal por obra e graça do Seiscentismo, apesar do protesto angustioso de algumas elites bem pequenas! Verney, querendo reagir contra este horror, no momento sublime e auroral do *Verdadeiro Método de Estudar* (pobres auroras do meu País, logo toldadas no amanhecer!), resume a cultura da nossa gente, qual a deixou o Seicentismo, numa exclamação que está perfeita: «Isto são tudo rapaziadas!»

Slhi

Tudo rapaziadas!

Sim. Foi uma rapaziada a «lição eterna», «o mais admirável herói da História», da sua *Exortação à Mocidade;* rapaziada, depois, o *D. Sebastião* do seu amigo (2), rapaziadas, os elogios que lhe cantaram pelos papéis; rapaziada, o sebastianismo... Tudo rapaziadas! Quando haverá aqui cultura a sério? Quando deixará de tripudiar, contra o bom senso e o Espírito Crítico – essa mentalidade pré-crítica, que domina em Portugal?

Há homens cultos no nosso país, sem dúvida alguma: o que se chama *cultos...* Mas... – porque se escondem? Porque não surgem, nem gritam, nem protestam, nem esclarecem? Porque deixam cafrear esta Nação, e fazer-se sebastianista um Malheiro Dias? Porque é que os bons não vêm à luta, ou se deixam gafar pela estupidez?

Mas fujamos ao perigo de engendrar retórica, e voltemos ao nosso caso. Tenho de armar em pedantesco. O meu Amigo perdoará.

Chama-se *racionalismo,* entre pessoas cultas, a doutrina que sustenta a irredutibilidade da razão à percepção sensível, isto é, a impossibilidade de, só com a percepção sensível arquitectar a vida mental; ou ainda: a que afirma a existência no nosso espírito de uma actividade ordenadora, superior à percepção sensível. Opõe-se a *sensualismo* e a *empirismo,* e é muito afim de *idealismo,* metafísico ou epistemológico (doutrina *idealista:* a que busca a razão de ser do processo cósmico na realização *do racional,* da consciência, do espírito; no sentido epistemológico, a afirmação de que a realidade do mundo externo é a sua percep-

(2) D. Sebastião *de Antero de Figueiredo (1925).*

Slhi

tibilidade). O *espiritualismo,* por seu lado, é essencialmente a afirmação de uma *substância* espiritual.

Releia depois disto o terceiro capítulo do seu *Prefácio*: sentirá vertigens. Perceberá nomeadamente que são heresias ou arbitrariedades:

1.º opor ao racionalismo o idealismo e o espiritualismo, como se houvesse entre eles antagonismo essencial (poder-se-ia dizer, pelo contrário, que o idealismo e o espiritualismo são duas modalidades do racionalismo);

2.º chamar «idealista» à «escola de Maurras», que a si própria se intitula «um empirismo organizador»;

3.º supor que um católico deve ter asco, necessàriamente, a toda a espécie de racionalistas.

(Como se os católicos *sabedores* não estivessem todos do meu partido nesta defesa do racional, repelindo o herético intuicionismo de que o meu Amigo é porta-voz!)

Não vale a pena o explicar também (são pontos secundários no nosso caso) porque é que a Democracia não pode ser, ao mesmo tempo, racionalista e pragmatista, e porque não há nada, nos meus escritos, do materialismo histórico de Carlos Marx. Fico em lembrar que a Igreja católica condenou há anos o modernismo com a mesma atitude fundamental com que eu condenei o paroxismismo, o crispacionismo, o passionalismo, a indisciplina instintivística – que o meu Amigo lançou aos jovens naquela romântica *Exortação.*

Há católicos na nossa terra (coitados deles!) que cuidam que sebastianismo e intuicionismo são pontos de fé da Igreja católica, e que neste debate o hereje sou eu, porque a D. Sebastião opus Nuno Álvares – o herói que a Igreja canonizou...

Oh miolos de coelho
mal assado,

como diria Gil Vicente!

Slhi

«No princípio era o *Logos*», proclama o Evangelho de S. João; e pouco depois: «Deus é Espírito, e é necessário que aqueles que o adoram o adorem em Espírito e em Verdade» (IV, 24): dois enunciados de muito interesse, que lhe rogo o obséquio de aprofundar; e se é leitor, como parece, da *Action Française,* lá viu os artigos sobre o padre Janvier, o qual citou em Paris, como conforme ao catolicismo, a tese de que a Razão é a coisa maior – da terra... *e do Céu!*

Conheço um livro de piedade católica, muitíssimo celebrado entre os franceses, e que aconselho, se mo permitem, a todos os católicos de Portugal. Chama-se *La Vie intérieure simplifiée et ramenée à son fondement.* Foi publicado pelo padre Tissot, superior dos missionários de S. Francisco de Sales. São dele as seguintes frases imensamente «racionalistas», que o vão espantar e horripilar:

«Aussi la piété est-elle bien représentée par cette même image. Il y a *une racine, qui est la raison;* une tige, qui est la foi; et une fleur, qui est la spiritualité. *Sans racine, pas de tige;* sans tige, pas de fleur... C'est pourquoi ici on s'adresse *d'abord à la raison,* et il s'y trouve fort peu de chose pour le sentiment... *Voulant aller au fondement et à la racine, il faut aller à la raison...* Pour être un saint dans toute la rigueur de la chose, il suffirait, la grâce aidant, je ne dis pas d'avoir la raison, mais de se conduire selon la raison... Les revendications énoncées ici en faveur de la raison ne sont point au détriment de la foi et de la grâce, mais uniquement au détriment du *sentimentalisme* (j'allais dire de *l'animalité,* ces deux choses sont si proches parentes!)... L'intelligence est la faculté maîtresse de l'homme, c'est elle qui doit diriger... *Quand l'intelligence a été supplantée dans ses fonctions directrices,* non seulement la nature, mais *la foi en souffre* et la spiritualité est viciée: *tout s'animalise* et se matérialise; tout, jusqu'aux plus hauts sommets, descend et

Slhi

s'affaisse; tout s'extériorise et se vide; tout branle et tombe; tout végète et s'étiole...» (p. 16-18).

Isto, pois, lê-se num livro de piedade católica, do qual as autoridades eclesiásticas, na sua oficial aprovação, dizem assim:

«... d'auteur à coup sûr *très compétent...* Nous conseillons et recommandons la lecture attentive et répétée de ce livre aux prêtes et aux fidèles... Ce livre laisse bien loin derrière lui tant d'autres petits volumes sans théologie, sans profondeur et sans onction».

Mas reato o fio do meu discurso:

Assentando o seu capítulo, *Racionalismo e Espiritualismo,* sobre um engano absoluto no significado das duas noções – estou dispensado de lhe responder. Nada daquilo faz sentido. Nada. É o caos do caos. Basta definir esses dois termos – Racionalismo, Espiritualismo –, e cai por terra tudo o que diz.

Lembrar-lhe-ei, no entanto, que não precisa o racionalismo de ser animado por ideais, como supõe (LXXXVIII): porque ele próprio, no aspecto ético, é um ideal, e o mais alto ideal. Quando exclamou:

Razão, irmã do Amor e da Justiça,

o poeta-filósofo soube bem o que fez; e o herói pensador eleito por Emerson, Platão, ao dizer que o Amor baixara ao mundo *oust to pan auto autou jundedesthai,* «a fim que tudo no Universo vivesse em conexidade», definiu o Amor pelos próprios termos com que se define o racional; ao passo que a doutrina do meu Amigo é um pouco difícil de se entender, quando quer que a Fé ilumine a Razão, mas que a Razão (a iluminada) não permita que se desvaire

Slhi

a Fé, que a ilumina (p. XCI); ou quando tem frases como as seguintes, que são charadísticas:

«recomeça o esforço patético para integrar o absoluto na relatividade» (p. XCIII);

«a corrida empreendida entre o Espírito e a Matéria perseguindo-se ofegantes sem jamais se alcançarem» (p. XCIV);

«a aspiração que soergue o pensamento moderno da apatia em que o deixara mergulhado o automatismo pedagógico» (p. XCIII);

«os seus esforços» (do racionalismo) «concentram-se em adaptar a actividade espiritual à concepção niveladora da Democracia» (p. XCIII);

«declarando-se saudoso do tempo em que a escolástica operava a conversão do Múltiplo no Unitário por uma evolução racional de conceitos e o livre transporte das consciências» (p. XCV),

e várias outras do mesmo género; ou algumas ainda que a muita gente parecerão claras e escorreitas, mas que o não são, como a seguinte:

«agindo» (os heróis) «ora sob os ditames da Razão (de modo nenhum incompatível com o heroísmo, por isso mesmo que a Razão e o Sentimento são apanágios do homem) ora sob a impulsão explosiva da sua *vis* heróica» (p. CI),

visto que, se elas não são incompatíveis, não é necessário que os heróis procedam – *ora* sob os ditames da Razão, *ora* pela *vis* heróica, pois podem, nesse caso, colaborar as duas no *mesmo* acto – se é que não coincidem na sua essência e não são as duas uma coisa só.

Não insista no absurdo da Liberdade *sobre* a Razão, e muito menos pelo motivo que alega: «a Razão pode variar

Slhi

e errar, a lei escrita é geral e fixa» (p. LXXXIV). Se pode errar a razão do homem, podem errar, outrossim, todas as leis que o homem faz. Quem escreveu a lei? e esse que a escreveu, em que se inspirou para a escrever? Se a lei regula (como regula) o uso que faço da liberdade, a lei inspira-se em alguma coisa que está *acima* da liberdade, por isso mesmo que lhe dá a lei. Revolta-se o meu Amigo contra o homem do *cabaret*. Mas, se a lei lhe permite o *cabaret*, e se a *libertas* está acima da *ratio*, – como é que pretende coarctar ao homem a liberdade de ter *cabaret*? Mudando a lei? Mas se (como pretende) a lei é *fixa*?

Não. A lei não é fixa. Podemos nós modificá-la. Como, modificá-la? Em nome de quê? – *Da Razão*. Portanto, a Razão acima de tudo. *Ratio vinculum societatis*. No princípio era o *Logos*, – origem de toda luz inteligível aos mortais.

Claro que um homem pode enganar-se, supondo seguir a recta razão; é, porém, por meio de um esforço mais vigoroso no sentido dela própria – que se pode desiludir e emendar; a razão é uma tendência, um desejo, um amor, um ideal...

> Reason, best reason, is to imperfect man
> An effort only, and a noble aim;
> A crown, an attribute of sovereign power,
> Still to be courted – never to be won.
>
> (Wordsworth)

Devo notar entretanto que para ser em tudo contraditório, o meu Amigo, depois de insistir romànticamente, na *Exortação* e no *Prefácio*, sobre as insuficiências da Razão (e *a fortiori* da inteligência) ante «o coração» e «o sentimento», «mais penetrante do que a luz», acaba agora por escrever o seguinte:

Slhi

«Reconheço que é pela inteligência que compreendemos, aprovamos, rejeitamos as conclusões, *quaisquer que sejam:* as do espírito *e as do coração*. Sem dúvida, «le cœur a ses raisons», *que a Razão conhece,* «puisqu'elles ne sont raisons qu'autant que la raison les a faites siennes» *(Prefácio*, p. XCIX).

Bravo! mas que saltos! Pois não seria mais sensato – e mais próprio de um Malheiro Dias – o confessar franquìssimamente que disse barbaridades na *Exortação*, e que as renega?

24.º ponto. Assim diz, percuciente Amigo: «Não basta condenar a paixão. *É preciso dominá-la* e conduzi-la para o bem» (p. LXXXIX).

Ora magnífico! *Isso afirma o racionalista*; mas é *o contrário*, exactamente, do que disse o meu Amigo na *Exortação à Mocidade*, onde exaltou, como se viu, o «dom do sentimento» *em prejuizo da razão*, «tão certo é que o calor penetra mais fundo do que a luz»; onde aconselhou à Mocidade que pusesse «a alma em paroxismo, os nervos em crispação» (ainda agora, no *Prefácio*, exalça «o ímpeto indomável e o arrebatamento incoercível», p. CI); onde lhe deu como «lição eterna» um doido explosivo de quem diz agora, numa só página (p. LXXXI) que foi «desvairado», «ferrabrás», «temerário», «ambicioso», e «arrebatado delirante», – um doido, portanto, que não dominou paixão alguma, mas muito *ao contrário* delirou. O que pregou à Mocidade foi o *não* domínio da paixão; foi a negação de toda ordem; foi a negação de toda lei. E por isso mesmo lhe respondi, protestando. Por outro lado, dominam-se as paixões pela vontade... inspirada *na Razão.*

25.º ponto. O caso do americano que «termina na catedral de Chartres e no mosteiro do Monte Saint-Michel» a odisseia do seu espírito (p. XCIV).

Slhi

Mas que se conclui daí contra a minha pessoa? que se conclui daí contra o racional?

Incitei alguém, alguma vez, a não ir ao Monte Saint-Michel? Mostrei eu o menor empenho em que alguém se afastasse da religião? Não tenho dito, pelo contrário, que não há lei una e absoluta para as diferentes espécies de mentalidade? que quem nasceu para religioso – religioso seja?, que a solução para as almas místicas deve ser mística, e de outra espécie para as não-místicas? O místico e o não-místico são ambos produtos da natureza, ou (se assim prefere) são ambos eles criaturas de Deus; e pode-se ser justo, inteligente, nobre, com religião ou sem religião. Aprovo, portanto, o proceder do americano, se a alma dele lhe pedia aquilo. Mas se a minha me não pede mística; se não sinto fé, nem busco *Além* (nem ainda, se fosse místico, acharia talvez nas *suas* ideias a fórmula religiosa mais adequada à minha espécie de misticismo) – que hei-de eu fazer? – Esperar, pelo menos, que se meta a frade o meu Amigo: sim, o meu Amigo, que me manda a mim para um convento, mas que ainda não foi, – e que é mais velho, e que é mais místico. *To thine ownself be true*, como diz Polónio. Pois não é?

Ignoro, religioso Amigo, se tão singelas opiniões (que tenho repetido em todos os tons) podem justificar o seu ditame: «a luz de que fala o sr. António Sérgio é a luz do seu candeeiro; quero também a luz do céu» (XCVIII); mas sei que esta frase junqueiriana ficaria perfeita na sua espécie (lá isso ficava!) se a houvesse cantado em alexandrinos:

> Acaso tu supões – ó sofista altaneiro! –
> Suprir a luz do céu com a luz dum candeeiro?

E o pobre de mim, prosaicamente: «Não, frei Tomás; não suponho»...

SIhi

26.º ponto. O meu Amigo diz: «Quando, há três anos, dois temerários se arrojaram pelos ares, em uma manhã tristonha de neblina e preságio, a caminho do Brasil, nem um só racionalista acreditou que, de aéreo salto em aéreo salto, eles fossem cair nos braços do povo brasileiro» (p. α).

Houve três «racionalistas», pelo menos, que acreditaram. Um foi eu. Os outros dois... foram Gago Coutinho e Sacadura Cabral. E houve um quarto: esse magnífico homem do mar, o comandante Cisneiros e Faria, o amigo íntimo de Sacadura, que o descreve assim:

«A sua extraordinária actividade (do dito Sacadura Cabral) foi sempre maravilhosamente servida pela sua *clara inteligência...* Se acrescentarmos agora os seus dons de carácter exemplar, de amor à sua carreira, de paixão pelos serviços a seu cargo, de zelo no cumprimento dos seus deveres, de *ponderação, de sentimento das proporções (virtude que muito em especial apreciava e de que falava assìduamente),* de iniciativa, de decisão, de *sangue frio* e de uma provadíssima coragem, teremos analizado esse conjunto, a que em terras meridionais se chama um homem com sorte, mas que nos climas frios, onde se vê friamente, se considera um homem superior. Teve sorte na sua vida? Não. O que fez sempre foi, segundo as suas próprias palavras, *estudar os casos muito bem e tentar pôr do seu lado o maior número de probabilidades pró*» (Discurso no Centro da Aviação Marítima, reproduzido em *O Século* de 16-12-1924, 4.ª página, 1.ª e 2.ª colunas).

Preconizava especialmente o sentimento das proporções, – *sinónimo da Razão*; era homem de sangue frio; e consistia o seu método, como se viu, em *estudar os casos muito bem*, e pôr do seu lado o maior número de probabilidades pró:

Slhi

à vista das quais chorou o sapateiro Simão Gomes, um dos maiores profetas que tem havido». Houve o insulto na calçada do Chiado e calçada que vai para o Carmo, na igreja do Sacramento: «Deixa atirar, deixa matar: isso tudo é das profecias! Haverá muita pancada, os da Obra com os da Calçada: *os da Obra*, são os da obra de misericórdia de enterrar os mortos; *os da calçada*, são os franceses que iam para S. Francisco. Não tem dúvida, estão cumpridas as profecias». – «O Velho não tarda, estes são os sinais da sua vinda», dizia o doutor teólogo acima mencionado. Cometem os maiores de todos os insultos na triste cidade de Évora: «agora sim», dizem eles, «isto é das profecias; já lá se vão chegando para o campo de S. Brás; de entre Montemuro e monte de S. Bartolomeu há-de ressuscitar o Velho; e apenas Bonaparte chegar, dará cabo dele, porque ali está o aqueduto de Sertório, que é expresso nas profecias». Finalmente, não houve crueldade, atrocidade, roubo, violência, saque, insulto, sacrilégio, violação, que os franceses não cometessem e que os Sebastianistas não aplaudissem, como complemento das suas profecias... Quando as fatais circunstâncias em que existimos exigem imperiosamente em todos os ânimos união, valor, energia, determinação e patriotismo verdadeiro... então os Sebastianistas não cessam de clamar que o Povo se não deve cansar, porque é das profecias que ele (Napoleão) venha segunda vez a Espanha, que a vença, e que querendo então invadir de novo Portugal, lhe saia a campo el-Rei D. Sebastião e o derrote, e que continue a reinar até o ano de 1821, em que o mundo será todo um, conforme a profecia de Benta de Aguiar. Isto não é outra coisa mais que ser mau cidadão, persuadindo à apatia no tempo em que deve atear-se a maior actividade» (p. 79-85).

Ora aí está o que diz a História, e é fàcilmente adivinhável pelo mais comezinho senso comum. O Sebastianismo

SIhi

está definido o «racionalista». A lição de Sacadura é o pólo oposto, portanto, da «lição eterna» do «ferrabrás».

Sim: eu sempre esperei que eles lá chegassem. Mas nunca acreditaria na vitória se os tripulantes da aeronave, em vez de Sacadura e de Coutinho, fossem o Desejado e o seu piloto, o sr. Antero de Figueiredo, – ferocíssimos inimigos do *sentimento das proporções.*

27.º ponto. Clama assim: «Sebastianismo é a esperança latente da nação, mesmo na hora das suas vicissitudes; esperança *não apática*», etc. (p. LXX).

Não é isso o que a História vê. Há aí, se mo permite, muito «heroísmo de afirmar». A História confirma o testemunho de José Agostinho de Macedo, no seu folheto *Os Sebastianistas:*

«Com o volver dos anos não têm mudado de carácter os Sebastianistas; e com a mania dos vaticínios continuam a ser maus cidadãos. Confesso que nos fatais nove meses do nosso cativeiro não me impacientava tanto o calvo Nero Lagarde mandar pôr o meu nome no rol dos presos e destinar-me vítima da ferocidade regeneradora como ouvir os malvados Sebastianistas, e vê-los tranquilos e serenos à vista das nossas tão reais e lastimosas desgraças. Entraram os ladrões franceses tão pérfida e covardemente, sem haver um só pau que os desancasse (à excepção do campo de Azambuja e ponte do Carregado); e os Sebastianistas, até com ar de riso, dizendo ao povo: «Isto é das profecias; assim o diz o Preto do Japão; sairá a de Bragança, entrará a de França; e o Mouro de Granada também o diz». Levantaram a bandeira tricolor, que é a senha da ladroeira; e os Sebastianistas, risonhos e contentes, a clamarem: «Bravo! Cumprem-se as profecias: eis aqui as águias do Castelo,

Slhi

foi um narcótico, um factor de abstenção; e se há por aí quem sustente o contrário, é porque não existindo no nosso país uma cultura do espírito que seja *cultura* (não conto, porque não devo contar, com raríssimos casos excepcionais) usa-se do talento na nossa terra com total desprezo do Senso Crítico, e afirma-se tudo sem se dar razões – sem um átomo de verdadeira prova, sem um grânulo de justificação; e até a homens como Malheiro Dias os vemos deslizar pelo pendor geral, e tudo confiar do fulgor do verbo e do mero «heroísmo de afirmar» – «que, batendo na terra com pé forte, ou pàlidamente elevando os olhos ao céu, – cria, através a universal ilusão»... *Prefácios* e *Exortações.*

E é fiel ao espírito do Sebastianismo – pela lógica íntima do Sebastianismo, – que me prega inércia e abstenção. Fui ministro, sim; e talvez o grupo da «Seara Nova», concorrendo então para que se não protelasse uma crise ministerial que fora longa, nos poupasse a experiência de momentos lúgubres.... «Que o teu proceder» (recomenda Kant) «seja convertível num preceito geral». Batalhei pois na coisa pública quando fui para isso solicitado, – o que se pode volver num princípio geral: a intervenção dos homens honestos no governo do País. E que me aconselha? – A não intervir. Pode converter-se esse conselho em regra geral de cidadania? Não pode. Muitíssimo certo pensava nisto o grande Mousinho da Silveira: «o homem de bem não cogita tanto da pessoa que governa como do bem público, governe quem governar». Quem tem errado, por consequência, são os honestos que se ficam quedos, – e que, por não acompanharem os honestos que avançam, têm a responsabilidade das derrotas destes, do inútil portanto do seu sacrifício. E quem é que se arroja a falar de cima? – Estamos vendo: é o comodismo da abstenção. É ele o que acusa! É ele o juiz!

Slhi

E como o tempo virada
para as costas traz a grimpa,
– anda a coisa assim mudada!

(ANTÓNIO PRESTES)

28.º ponto. Escreveu: «E procurando (eu, António Sérgio) uma equivalência para o diagnóstico de Ferrero, diz: «*padece o mundo, que aí jaz enfermo, de ser guiado por duas ideias: o Mecanicismo e o Romantismo*», – conclusão que me animo a substituir por esta outra: *o Racionalismo e o Espiritualismo*» (p. xcv).

Não percebi. Eu afirmei que a crise do mundo provém essencialmente destes dois erros, destas tendências que o estão transviando: o *Mecanicismo* e o *Romantismo*. São estas as causas da enfermidade, – disse eu. Ora, realizando a substituição que ali propõe, ficaria o seguinte:

«As causas da enfermidade do mundo – são o Racionalismo e o Espiritualismo».

Mas com isto o meu Amigo não pode decerto concordar. Fazendo, como faz, a apologia do Espiritualismo, não afirma naturalmente que seja ele, Espiritualismo, uma das causas do nosso mal. Repito: não entendi.

Cita, depois, a crítica do Carlyle ao Mecanicismo, atirando-a contra mim... Boa vai ela! Mas isso, Amigo, é o cúmulo da incompreensão! O que Carlyle diz é o que eu disse. Condenei também o Mecanicismo, quer dizer: o facto de que «tomamos a ciência, o apuro mecânico, as comodidades, as instituições, não como *meio* ou instrumento, senão como *objecto* do progresso humano»; o facto de que «procuramos todos elevar o homem pela melhoria do seu trém de vida, pela comodidade das condições *externas*, – como quem julga que à humanidade, boa em si, só do

Slhi

exterior lhe vem o mal» (Carta-prefácio do *Desejado*, p. XXIX). Condenei pois o Mecanicismo. E em nome de quê? Da *Razão*. É esta um ideal de harmonia *interna*, que busca a paz, a justiça e o progresso (essencialmente) pelo trabalho do espírito *sobre si próprio*, pela faina de *concentração*, pela *íntima* disciplina da consciência individual; que reconhece a influência dos factores externos, mas como meios dos factores internos; que afirma a necessidade fundamental do domínio das paixões: e por isso condena simultâneamente, já os homens que tudo esperam dos progressos *exteriores* (os mecanicistas), já aqueles que tudo esperam da expansão sentimental, – da «alma em paroxismo», dos «nervos em crispação» (os românticos). Fiz-me entender?

A verdade é que esses dois erros – o Mecanicismo e o Romantismo, – são afinal o mesmo erro; o Mecanicismo em última análise é uma das formas da imaginação romântica: um modo de resolver fantàsticamente, centrìfugamente, expansivamente, os problemas máximos do ser humano: pela *expansão* romântica indefinida das capacidades mecânicas do homem. Mecanicismo e Romantismo caminham ambos no sentido oposto, portanto, da solução exacta e positiva, – que é o choque interno, a *concentração* do espírito, o movimento *centrípeto*, a moderação dos apetites, o refreamento dos desejos, a disciplina das paixões: calmar nas almas o «paroxismo», tirar dos nervos a «crispação». Mecanicismo e Romantismo são duas formas da embriaguez, e a solução verdadeira é o contrário da embriaguez: é o império do racional. A autêntica soberania é a soberania da Razão. Enquanto Racionalismo significa Ordem (isto é, os elementos fluindo dentro de um leito, as almas inclusas e coordenadas numa Unidade que é o seu fim), o Romantismo significa o dilúvio, a dispersão anárquica das águas turvas, o extravasamento sentimental, – a *animalidade*, como o católico diz!

Não pretenda falar-me, portanto, como paladino da

Slhi

religião católica. A vida religiosa consciente é isto mesmo que estou pregando: a pacificação da nossa alma pela disciplina que descrevi. Que nós o façamos sem pensar em Deus; que o católico o faça porque crê em Deus, e indo à missa: isso não muda, a meu ver, a natureza da solução. Neste debate, o católico *inteligente* há-de estar de cá: sou de nós dois o que defende *a sério* (em pensamento, e não em gesto) – a essência moral da sua fé.

E a isto se prende o problema da elite.

Lembrar-se o meu Amigo de defender a elite – o governo da elite – *contra mim...* fez-me sorrir. Há quantos anos, por quantas formas, desenvolvo a concepção do governo da elite! Simplesmente, o ser da elite, para mim, é possuir a *mentalidade* da elite. Ora, mentalidade de homem de elite não é talento literário: é Espírito Crítico, com talento ou sem ele; é ter disciplina de pensamento e *se tenir ferme dans les courants* – não passando de extremo a extremo ao sabor das modas espirituais. Pelo que toca à minha pessoa, poderão acusar-me de não ter estilo, mas não de instabilidade de orientação mental. Sempre estive onde agora estou: para além das direitas e das esquerdas (do jacobino e do conservador) na questão política; racionalista de método, humanista crítico, em moral e filosofia; e *a*-religioso, sim, mas não *anti*-religioso (respeitador, mas agnóstico) no problema da religião.

O seu discurso, a meu juízo, não foi de elite; o entusiasmo do homem de elite nunca combate com o Senso Crítico; o sentimento do homem de elite nunca se liberta da Razão. O homem de elite verdadeiro é aquele que diz como santo Antero, o Poeta: «o entusiasmo é bom, porque eleva o espírito; *mas a crítica é melhor ainda,* porque o esclarece.»

Mas agora vejo que falei demais. Cumpre pôr pausa na discussão. Ficou ainda sem resposta a seguinte per-

Slhi

gunta do seu *Prefácio*: que trago eu para lhes dar, à Mocidade e à nossa Grei?

Não trago um Deus, verdade seja: trago uma simples doutrina humana, como a doutrina de Confúcio (de que vive a China há tantos séculos) e como também a doutrina búdica, – disciplina moral que se traduz, para a gente do vulgo, numa religião ateia; doutrina larga e tolerantíssima que não ataca, nem ofende, nenhuma espécie de religião. É ela boa? Creio eu que sim. Reduz-se também a uma DISCIPLINA que a todos os homens pode servir, qualquer que seja a sua fé...

Mas dessem-me o Verbo do meu Amigo, – o «génio literário» e o alto estilo – e eu glosaria a seguinte réplica:

Trago o exemplo (que não é vulgar) de três lustros de vida que consagrei – sem personalismos, sem facciosismos, sem paixões, – à preocupação do Bem Comum...

Mas no bronco estilo da minha pena essa inchada resposta sairia clownesca, e de mim me estou rindo ao pensar em tal... Pois por este riso quero eu acabar! Portanto, cerro por aqui o meu discurso, reconhecido aos golpes do seu *Prefácio* (empurrões soberbos com que me atirou, magnânimamente, para dentro da História das Letras Pátrias, no capítulo consagrado à sua pessoa) dizendo-lhe que atribuí a depressão nervosa, – e à necessidade de sugestionar o público na árdua defesa de uma causa péssima, – os nomes feios com que me zurziu; que não trouxe para isto preocupações pessoais; que me não aflorou ante os seus ataques a mínima dose de irritação, mas sempre simpatia e bom humor; e que é portanto com a alma risonha, franquìssimamente, clarìssimamente, – e na certeza magnífica de que voltaremos a vê-lo, passada esta crise, o Malheiro Dias que sempre foi – que lhe estende a mão o camarada sincero, seu muito inconcusso admirador

ANTÓNIO SÉRGIO

Slhi

P. S. – Na terceira edição do meu *Bosquejo,* em vez das palavras que me censurou: «fanfarrão» e «mentecapto» – porei as suas: «ferrabrás» e «delirante». E acabou-se a questão.

Insisti na controvérsia, porque no âmago de tudo isto (além do problema moral de agora, a que me referi na Carta-prefácio) há o problema maior da Grei: a luta para a ressurreição do Espírito Crítico, – ausente desta pobre terra desde a era do Seiscentismo, que converteu o nosso país... no reino que foi cantado em *O Reino da Estupidez.* Sim, a REFORMA DA MENTALIDADE: para nós outros, portugueses, é esse o problema fundamental:

Avant donc que d'écrire apprenons à penser!

(BOILEAU)

(N.º 45 e 46 – 5/25)

Slhi

Texto 4

EXPLICAÇÕES AO EX.MO SR. PROFESSOR MARTINHO NOBRE DE MELO SOBRE AS DOUTRINAS MORAIS DOS MEUS «ENSAIOS»

I

Exmo. Senhor:

Não há delícia, para um espírito crítico, como a fofa delícia de ser combatido: calcule pois V. Exa. o prazer que me proporcionou, e a gratidão que lhe fiquei devendo, pela vivacidade com que acutila as doutrinas morais dos meus *Ensaios,* no seu livro recém-nascido, *Para além da revolução.* O sr. José Agostinho, ali na *Época,* diz que V. Exa. me «pulverizou». Pague-lhe Deus!

Permita-me que, apresentando-lhe efusivamente os meus mais férvidos agradecimentos, eu recorte estas frases suas:

«Não se veja em qualquer expressão minha, o seu tanto mais vivaz, qualquer intenção de hostilidade ou desrespeito para com o autor dos *Ensaios,* cujas faculdades de inteligência e de trabalho tanto aprecio que o estou comentando. Apontar obscuridades ou falhas é incitar o autor a esclarecer-se ou a elucidar o crítico, é convidá-lo a completar o seu pensamento ou o do crítico».

Pois claro está. Diz V. Exa. muitíssimo bem! Só não desejam, – só não exultam de ser criticados, – os tolos e os charlatães. Há hostilidade na sua crítica, há: mas tanto melhor, se por isso mesmo é mais «vivaz»! Sou modorrento, maras-

Slhi

mático, tardo do cérebro, sensaborão: mas muito aprecio um vivaz espírito, e, para mim, a gana e a chispa da cutilada é mais um encanto da sua prosa. Muito obrigado! Tudo me arrasta, portanto, a corresponder com entusiasmo ao seu amabilíssimo convite, adoptando o segundo termo (oh, o satânico vício da vaidade humana!) da alternativa que me propõe, para vir, solícito, – elucidar o crítico.

Decido-me pois a esclarecer, com o prumo na mão, umas certas paragens do meu ensaio, as quais, uma vez entendidas por V. Exa., o ajudem a navegar por todo ele sem dar em recife ou varar porto. A sua sagacidade fará o resto. Vou pôr balizas e farolins, portanto, nos pontos principais em que já encalhou.

1.º *encalhe: a coisa.* Declara V. Exa. que as coisas são, para Sérgio, extraídas por abstracção do conjunto da experiência, e símbolos mentais de uma congérie de sensações que resultam de selecções operadas pelo nosso *interesse.* E logo aqui, escalavrada a quilha, me pergunta (p. 153-4):

1.º que designo eu pela palavra *coisa*?

2.º porquê, *interesse*?

Não compreendendo o que seja a *coisa,* V. Exa. formula a hipótese de que por esse termo eu designo (o quê, justos deuses?)... «as ideias gerais de Platão, ou os conceitos de Kant»! (p. 154). Forçoso seria que, partindo de uma hipótese tão fantástica, achasse o meu texto confusíssimo.

Suponha V. Exa. que eu encontro, num livro seu, a palavra *homem,* e que me dá para supor que esse termo indica, não o homem, mas o gato, ou a árvore, ou o mar Oceano: logo acharia o seu discurso (como V. Exa. achou o meu) coisa «descosida e confusa».

Ora eu explico:

O universo é contínuo, uma cadeia ininterrupta de acções e de reacções. Nesse contínuo, e para seu uso, o nosso

Slhi

espírito opera cortes, – o nosso intelecto faz rasgões. Cada rasgão é uma *coisa.*

Suponha V. Exa., por exemplo, que foi visitar a exposição das plantas, ali no teatro Nacional. Cada planta, com o vaso, é uma das *coisas* que o expositor expõe. Acerca-se deste um visitante, e pergunta-lhe:

– Por quanto me venderia o senhor aquela roseira, sem o vaso?

– Não vendo sem vaso.

Aqui o tem. Quando diz «planta», ele entende uma *coisa,* que é a roseira com o vaso. Mas a planta com o vaso, que no espírito do expositor é *uma* coisa, no do visitante é *duas* coisas. O visitante rasgou-a em duas. Mas eis que surge uma senhora, e diz que a haste dessa roseira tem *uma rosa* que achou lindíssima (mas o expositor, que vende plantas, não vende flores); e vem um botânico, e diz que o *gineceu* da dita flor é de tal forma, e que certas *células* do gineceu têm propriedades características; e assim sucessivamente. A *coisa* primitiva, pois, vai sendo rasgada em miúdinhos... Muitas coisas, o que era uma só.

Ora, porque é que o vendedor, em sua mente, sempre na coisa planta inclui o vaso? – Porque não *interessa* vender sem vaso. E porque é que a senhora, ao ver a flor, nunca separa, como *coisas,* os vários órgãos que nela há? – Porque se não *interessa* por botânica...

E se os vasos fossem artísticos? Não passariam a constituir, na mente de um entendido em questão de vasos (de um homem *interessado* por cerâmica) as verdadeiras *coisas* da exposição?

– Por quanto vende o sr. os vasos?

– Não vendo vasos...

As *coisas,* portanto, não são os *conceitos* de mestre Kant, nem as *ideias* de mestre Platão. As coisas são... as coisas, quer dizer, muito concretas representações, que nós salien-

Slhi

tamos arbitràriamente do contínuo em que elas se encontram, segundo o interesse que nos guiar. Não, por ex., o «fundo-de-vaso» em geral (o conceito, a forma, a ideia) e sim o fundo *daquele* vaso que ali se vê, com seu feitio e sua cor. Mas António Sérgio quis lembrar (para que o entendessem mais para diante) que essas *coisas* (um fundo de vaso, uma bochecha de homem, um gineceu de flor) são recortes, descontinuidades ideais, operadas pelo nosso espírito numa realidade que é contínua. Onde deixa a praia de ser praia, a bochecha, de ser bochecha, o mar, de ser Atlântico, para ser Pacífico ou mar das Índias? Na realidade contínua da extensão marinha, nós recortamos um Oceano Atlântico, nós separamos um Oceano Índico...

Explicada, pois, esta noção elementar de psicologia elementar, podemos passar a uma segunda.

2.º *O interesse.* «Porquê, o interesse?» pergunta V. Exa.; e não percebendo, formula outra hipótese: a de que «talvez Sérgio queira referir-se ao utilitarismo da origem da ciência, que ele perfilha» (p. 154). Nada disso. A palavra «interesse», ali, tem o seu sentido muito corrente, quotidiano, trivialíssimo: o que lhe atribui sem hesitar qualquer estudante de psicologia; aquele que lhe compete quando digo, por exemplo, que o professor sr. Martinho Nobre de Melo se interessa muito por Política, ou que certo fulano se interessou muito na leitura dos «Lusíadas». Ora, todos sabem que na realidade contínua salienta cada um de nós *coisas* diferentes (foca partes muito diversas) segundo os *interesses* espirituais. É o interesse que opera os cortes. Onde, para a senhora, houve uma *coisa:* a flor, houve para o botânico o gineceu, o androceu, a corola, e outras *coisas* que não têm fim. Para a raposa, possìvelmente, a coisa parreira não existe; mas existe decerto a coisa uva. Nesta página, V. Exa. não vê as letras, porque são pretas (o preto, como sabe, é uma ausência de visão). Vê os intervalos entre elas, que são brancos. As letras são a parte da

Slhi

página que V. Exa. não vê. E no entanto, só as letras são coisas para V. Exa., e não os intervalos: porque os intervalos o não *interessam.* Num desenho, os intervalos, para nós, não existem, posto que tão reais como as figuras. Mas os artistas às vezes interessam-se pelos intervalos, e vêem os intervalos. Num ladrilhado, ora vemos uns desenhos, ora outros...

A impressão do confuso na minha prosa provém toda, como vê, de que V. Exa. formula hipóteses sobre as palavras que eu emprego; e formula-as, porque se esqueceu das noções elementares da psicologia elementar, e do vocabulário respectivo. A minha originalidade, em Portugal, é que me lembro das noções elementares daqueles assuntos sobre que escrevo: o que compensa em larga escala – a superioridade de talento dos meus ilustres antagonistas, mais ou menos pulverizadores.

É claro que, quando considero como uma coisa aquela flor que está na planta, abstraio do resto dessa planta; e, neste sentido, a flor é uma abstracção operada no contínuo, sem deixar de ser a *coisa,* isto é, do domínio da representação. Uma coisa é coisa pensada, e não sentida: é, rigorosamente, um sistema de relações indivisíveis. Aqui está, pois, a explicação que me pediu a p. 155 do seu volume.

3.º *Actividade, moral e razão.*

Diz V. Exa.: «Sérgio afirma em verdade mais longe que *o saber* e *a moral* são produtos da actividade humana. O que é que isto quer dizer? Que são produtos posteriores da acção? Mas, sendo assim, declarando-se pragmatista, ou melhor nietzschista, a esse ponto, como concilia Sérgio o papel orientador da moral, *da razão,* com esta situação de consequência, de posterius? O produto, o posterius, não orientam. Orientar é preceder» (p. 154; os itálicos são meus).

Operou V. Exa. aqui, se mo permite, como quem introduz um lenço fino na algibeira duma pessoa, para depois a acusar de o ter roubado. Eu disse que *a moral* e *o saber* são produtos

SIhi

da acção. V. Exa. introduz depois, *por sua conta*, a palavra *razão* ao pé da *moral*, e pergunta-me a seguir como é que *a razão* (que V. Exa. introduziu) é, ao mesmo tempo, a orientadora da acção e o produto dela...

Eu tinha posto a bola *razão* na caixa das orientadoras, *e só nela*. V. Exa., supondo-me distraido (os leitores em Portugal são distraidos, mas eu não sou) tirou a *razão* da caixa onde estava, e pô-la na caixa onde eu tinha os *produtos*; e, feito isto, levanta algazarra, alarma a feira, e acusa-me do crime de ter a razão, ao mesmo tempo, nas duas caixas. Engraçado e habilidoso homem! Tira-me as bolas das minhas caixas, confunde-me tudo, – e acusa-me depois de ser confuso!

Com sua licença, reponho as bolas onde elas estavam, e digo assim: a razão orienta a acção; a moral é um produto dela.

E já agora, para evitar outros passes e confusões, lembro o seguinte: o tipo da actividade, da acção, para mim, é a actividade *espiritual*.

4.º *Razão especulativa e razão total.*

Pergunta V. Exa.: «o que é *total*, a que vem este adjectivo? Vem só para significar a totalidade dos factos de consciência? *Vem para confundir* estes com os materiais, com o biológico e inconsciente?» (p. 155).

Ó incansável fazedor de hipóteses! Está claro que aquela é a verdadeira. «Total» vem ali para exprimir... a totalidade! Não vem para confundir; para confundir, sim, vêm as escamoteações nas minhas caixas, as hipóteses sobre as minhas palavras. A propósito de cada palavra, em vez de a tomar no sentido próprio, usual, – arranca uma hipótese, para ter a ilusão que me combate a mim! Fique, pois, entendido: coisa é coisa; interesse é interesse; total é total. E *vorwärts!*

Não saio do espírito, não saio do psicológico, e digo assim: razão especulativa, – é a actividade ordenadora dos dados *da representação*; razão total, é a ordenadora da totalidade dos

Slhi

factos de consciência (e não só, pois, do seu aspecto representativo). A noção da matéria, do inconsciente, não entra no meu pensar quando faço a teoria da moral, que é puramente psicológica, não saindo da consciência, *facto primário e irredutível.*

5.º *Inteligência e Razão valorizadora (razão prática).*

Diz V. Exa. que percebeu a Kant, Schopenhauer, Hegel, Bergson, mas não a mim, quando afirmei:

1.º Que os valores só serão valores se houver um Valor incondicional, base de todos os outros, que não preste contas no tribunal do facto, que seja ele mesmo o juiz supremo;

2.º Que a Razão valorizadora (a razão moral) se coloca acima do determinismo (p. 156-7).

Engana-se: V. Exa. compreendeu. Mas convence-se de que não percebe porque está na atitude de hostilidade (na atitude pulverizadora, como diz o outro): convém à sua paixão que não entenda. Se não tivesse percebido aquilo, seria incapaz de assimilar uma palavra de qualquer filósofo. Ora vamos ver.

Como poderia V. Exa., por exemplo, fazer valorizações dos seus discípulos (aprovando estes, reprovando aqueles, distinguindo outros; atribuindo a um 15 valores, e a outro 10) se tais valorizações de V. Exa. dependessem por sua vez – da avaliação que delas fizessem as opiniões dos seus discípulos? Há pois um valor incondicional que, nos exames da sua Escola, se não discute: o critério, a competência de V. Exa. para avaliar os seus alunos. Daí resulta a validez das suas diversas valorizações. Da mesma maneira, se a Razão prática valoriza os factos (como V. Exa. os seus alunos) temos de a colocar acima dos factos, como um juiz. Não é aos factos, pois, que nós poderemos ir buscar qualquer critério do valor; temos de pedi-lo forçosamente à própria consciência que valorizou. Não será assim? É capaz de jurar que não percebeu?

Da mesma forma, a Razão que valoriza (a que busca qual, entre dois actos, eu devo escolher) coloca-se acima do

Slhi

determinismo, roteiro da inteligência: porque, se se não julgasse acima dele, veria como ilusória a sua escolha, e deixaria portanto de escolher...

Não tenho que distinguir entre a vida intelectual e a corpórea, como me pede (p. 159): porque, repito, não saio do espírito, da *actividade espiritual* (é o que notará logo de início quem quer que leia o meu ensaio com olhos de ver e de saber). Vejo tudo – *tudo* – na consciência do agente. Isso a que V. Exa. chama «corpo» é, no plano de pensamento em que se desenvolve o meu ensaio, – uma operação da inteligência, um juízo objectivado. O corpo, para o filósofo, pressupõe sempre a consciência, que contém sempre o intelecto. E não tenho de maneira alguma que explicar a consciência, como também pede na mesma página: porque explicar é reduzir, rebater uma noção sobre outra, converter (parcialmente) uma coisa em outra: e a consciência, ali, é o facto primário e irredutível. (Não é o «penso, logo *eu* existo», de Descartes, mas sim um «penso, logo existe a *cogitatio*). Da consciência parto eu, e da consciência não saio nunca. *Tudo* concebido em termos de consciência; *tudo* considerado na actividade espiritual.

Por não conseguir V. Exa. (devido, decerto, à falta de hábito da meditação abstracta) manter-se bem no meu ponto de vista, – nesta fidelidade ao espiritual, – pretende corrigir-me com Schopenhauer. A negação da individuação opera-se em Schopenhauer num campo metafísico, fora da consciência do agente; mas eu, para construir a minha doutrina, não tenho nunca que sair para aí. Tudo consciência, *tudo psicologia*, tudo espiritual. A ética, e todas as noções que lhe dizem respeito, existem para mim dentro do espírito, e só nele.

6.º *A ideia do eu e a do outro, a razão e a moral.*

Diz V. Exa.: «ora, tenho a notar desde logo que se não vê de modo algum provado por Fouillée, nem por António

Slhi

Sérgio, que em nada o adianta, que a ideia do outro eu, do outro, seja altruísta» (p. 164).

V. Exa. achou em alguns críticos esse argumento contra Fouillée, e quis repeti-lo contra mim. Cómodo, mas inútil. Não sigo nas águas de Fouillée, como talvez a esta hora comece V. Exa. a entreluzir. Não provei, com efeito, que a ideia do «outro» seja altruísta. Concedo plenìssimamente. Mas não se espante V. Exa.: é que não tinha que o provar. O que é altruísta, para mim, não é a ideia do outro eu. É... Ora pense: que será? Dou-lhe uma; dou-lhe duas... *É a Razão*, a qual, incluindo em si as duas ideias (a do *eu* e a do *outro eu*) tende a juntá-las numa Unidade, como é próprio da sua função. Ora aí tem!

«Quem é que selecciona os procedimentos que devem ser imitados?» – pergunta ainda V. Exa. (p. 165). Pois quem há-de ser? Respondo sempre que é a Razão. Selecciona, entre dois procedimentos, o que permite realizar uma mais vasta unidade (aliás é também este, quanto a mim, o critério da razão teórica).

E como reconhecer nos juízos morais a presença da Razão? «Pela atitude objectiva do espírito», diz V. Exa. que eu respondi. E assim foi. Mas pergunta: como pode a consciência aquilatar da objectividade dos seus juízos? Respondo: pela consciência da objectividade da atitude em que se colocou.

Vou explicar:

Suponha que eu, ante a fraqueza da sua crítica, caía na injustiça de a atribuir a pouca argúcia de V. Exa.; mas que depois, recordando-me do *charme* da sua palavra e da larga fama do seu talento; tomando em conta que é mestre ilustre numa nossa ilustre Universidade; considerando enfim a gravura em zinco que pôs à entrada da sua obra, fiel reprodução do atestado de mérito que António Cândido lhe passou, – recorria a hipóteses mais plausíveis, còmo seriam: a tal hostilidade à minha pessoa, que, (aos olhos da *Epoca*,) lhe

Slhi

dá aparências de pulverizador; a falta de estudo aprofundado das questões elementares da filosofia; o hábito de tratar de assuntos concretos (os da política, os do foro, os da finança) e limitado treino na abstracção – ou outras razões do mesmo género... Eu teria consciência de que assumira no primeiro caso uma atitude *subjectiva;* ao passo que no segundo, pelo contrário, procurara tomar na devida conta as circunstâncias *objectivas* da situação.

Mas (diz V. Exa.) donde vem para a consciência a imposição da ideia moral? (p. 167). – Da própria natureza da consciência, onde sinto a formulação de um *dever ser.* Ao examinar a consciência, encontro nela irredutìvelmente a formulação de um *dever ser* (não só no campo da razão prática, mas também no da razão teórica, como disse no meu ensaio;) encontro a afirmação de certos valores, ligados à busca da Unidade, à propensão para o Universal. Sinto-me em suma um ser de Razão. Se V. Exa. se não sente assim, não tenho mais do que lamentar:

> Senhor pai, senhora mãe,
> grande dó do coração:
> os olhos de Dom Martinho
> fecham-se à luz da Razão!

Mas se alguém (dirá ainda) não quiser conformar o seu proceder com a lei suprema da consciência? – Há que aturá-lo. Temos de sofrer que existam doidos, doentes, depravados, etc.; não é para esses, porém, que se faz uma teoria da moral. Precisam de remédios, e não de razões. No entanto, o caso é o mesmo exactamente para a casta de moral que nos propõe: a da lei de Deus. Se há por esse mundo quem não conceba (nem reconheça) a soberania da Razão, há quem se afaste da lei de Deus, ou quem não reconheça como de Deus as várias leis que se dizem de Deus (dos vários Deuses)

Slhi

e quem rejeite o próprio Deus. Vá de viagem para lá da Arábia, e não achará entre muitos homens o Deus pessoal que V. Exa. adora, nem a lei suprema de um Jeová, ditada um dia sobre um Sinai. A lei racional, porém, encontro-a em mim (e outros pobres diabos da minha laia) e ainda num Kant, num Spinoza, num Aristóteles, num Buda, num Confúcio, num Zenão. Por cima da diversidade das religiões, estende-se de Lisboa até Pequim. Com ela estou, e sinto-me bem.

7.º *Razão e individualismo anárquico.*

Não seria possível, talvez, imaginar objecção mais absurda do que a seguinte de V. Exa.: «A procura da unidade, que António Sérgio considera o norte constante da marcha do nosso espírito, – é afinal a razão individual que a fornece, *a vontade anárquica do indivíduo* soberanamente racional que a determina» (p. 171).

Santo Deus! Quem autorizou V. Exa. a identificar a Razão com o que vem a ser *o seu oposto:* «a vontade *anárquica* do indivíduo»? Pois não percebe que a Razão, sendo a busca do Universal (da Unidade em tudo) constitui a manifestação do universal no indivíduo, – a manifestação daquilo que no indivíduo não é individual? Não percebe que a Unidade, fim da Razão, é o equivalente da suprema Ordem, e o *contrário,* por isso mesmo, da vontade *anárquica* individual?

Eu sei (toda gente sabe) o que transviou V. Exa. Foi aquilo a que se refere no seu trabalho: a teoria do grande Taine, pela qual os erros do jacobinismo seriam um produto da razão clássica. Onde isso vai! Ainda V. Exa. repete isso! Como tudo isso tem bolor! O grande Taine nesse ponto *errou da maneira mais completa,* como está demonstrado, por exemplo, nos vários livros de Ernesto Seillière, sobretudo no *Le péril mystique dans l'inspiration des démocraties contemporaines.* Demonstração perfeita, claríssima, definitiva, cabal.

Slhi

O que, enlouqueceu os jacobinos, transviou a Revolução francesa e infeccionou as democracias «latinas», – foi *o contrário* da razão clássica: foi o «misticismo», o romantismo, o *anti*-racionalismo dos Rousseaus, dos seus inspiradores e dos seus sequazes. O que há menos racionalista, menos clássico, é a atitude mental de um jacobino. Os homens, pois, que estragaram as democracias, não foram racionalistas, como eu sou: foram «místicos», sentimentais, «inspirados», – jacobinos, em suma, como V. Exa. é!

Apresso-me a dizer, entretanto, que as pessoas como V. Exa. (místicas e jacobinas) são para mim interessantíssimas, e me dão, por isso, um requintadíssimo prazer quando me fazem o favor de me criticar, – e sobretudo quando me criticam com muita vontade de me deixar em pó.

Mas a *Seara Nova* tem limites. Há que interromper até novo número o nobre prazer de lidarmos juntos (considero uma graça dos deuses benéficos o discutir com um espírito como o de V. Exa., tão pulverizador e vivaz) – de lidarmos juntos, digo, este boi para curiosos que é em Portugal a Filosofia.

8.º *O Passado, o Ancestral, a Tradição.*

Opondo-se ao meu ensaio, preconiza V. Exa. com muito ardor (está na moda) a submissão ao Passado, a imitação do Passado, o governo segundo o Passado. Nada de inovações! É necessário não destruir em nós as maneiras de agir e de reagir que nos comandam disposições fisiológicas ancestrais; é na tradição, nas fontes da história e da experiência, nas raízes profundas do costume e da religião, que se deve ir colher os elementos vitais do grupo, – afirma V. Exa. a p. 173-4 do seu volume.

Isso proclamam, com efeito, uns escritores franceses que estão em moda, – na sua maioria, aliás, completamente destituídos de capacidade para a filosofia. Mas uma coisa é ir na moda, e outra coisa é acertar. Que puros literatos e

Slhi

jornalistas vão com a moda daqueles senhores, e na esteira deles, percebe-se; mas um homem como V. Exa., com pretensões à filosofia – não.

Se V. Exa. fosse romano, gaulês, saxão, ostrogodo, visigodo, ibero («gentio», enfim) dos primeiros séculos da nossa era, ter-se-ia oposto certamente à propagação do Cristianismo, em nome das tradições desses ditos povos, das «maneiras de agir e de reagir que lhes comandavam disposições fisiológicas ancestrais»; no tempo de Afonso Henriques, levantar-se-ia contra a ideia da criação do novo reino, preconizando a reconstituição do império visigótico, da unidade ibérica ancestral; português do Renascimento, combateria a introdução das formas literárias italianas, em que foram escritos os «Lusíadas» e os sonetos de Camões: - e assim sucessivamente...

Hoje, porém, V. Exa. adora o Cristianismo, quer a independência de Portugal, e compõe às vezes o seu sonetito: adopta, em suma, as ideias revolucionárias do século I, do século XII, do século XVI...

Destes exemplos (que se podem multiplicar indefinidamente) permitirá V. Exa. que conclua o seguinte:

A ideia conservadora de hoje é a ideia renovadora de ontem; a ideia renovadora de agora poderá ser tradicional amanhã; a luta não é, cá nos povos ocidentais, entre conservadores e revolucionários: é entre revolucionários de hoje e revolucionários de ontem. Nas gentes cultas da culta Europa, a estabilidade tradicional é puro mito, criado e adorado por V.as Exas.: *nunca existiu.* Cantem-lhe hinos; fantasiem-na no século X, no século XII, no século XV, ou quando quiserem: mas nunca existiu. A vida para nós, europeus, tem sido assim: sempre cheia de «novidades»; todas as épocas da nossa Europa têm tido o carácter de transitórias: todas. Nos monumentos literários de todos os tempos encontramos louvadas ou lamentadas as respectivas *inovações.* A catedral gótica é inovadora, com respeito à igreja românica; S. Pedro de

Slhi

Roma é revolucionária, com respeito à catedral gótica; e certo historiador da Escolástica elogia a Escolástica *verdadeira (a da Idade Média)...* porquê? – porque preparou a Revolução! Sim: foi pelo carácter *revolucionário* (para a época *dela,* claro está) que a louvou*! Se ressuscitasse hoje, Tomás de Aquino seria tudo – menos tomista!

Claro, todas estas agitações têm um fim: uma racionalização mais completa; uma organização mais consciente; uma maior ordem espiritual numa maior riqueza de composição. É esta uma básica exigência da nossa europeia mentalidade; e se poucos na Europa são *europeus,* todos caminhamos apesar disso, – impelidos constantemente pelos verdadeiros espíritos *europeus.* E tudo isto, afinal, é a essência do Cristianismo; tudo isto em suma é *a Revolução Cristã.* «Quem pega no arado e olha para trás – não é digno do reino dos Céus». Mas sucede que os maiores inimigos da doutrina do Cristo se encontram frequentes vezes entre os que dizem ser católicos.

Portanto, são necessárias as inovações. Cumpre intentá-las, porém, não na atitude sentimental dos jacobinos e de Rousseau, mas na atitude da Razão. Não esqueça isto: Rousseau foi, de todos os génios, o mais *contrário* ao racionalismo: o mais romântico, doente, emotivista e declamatório; e os males que se viram na Revolução não foram efeitos do racionalismo, mas filhos legítimos do seu *oposto,* o expansivismo sentimental (Razão é sentimento, mas desenvolvido, refinado, sistematizado; nos sentimentais o sentimento ficou em bruto e rudimentar). O jacobino é um

---

* «La scolastique, c'est le travail des intelligences qui, longtemps asservies à l'empire absolu d'un dogme révélé, s'efforcent de mériter et de conquérir leur *émancipation* au prix de cette douce sécurité que procurent l'esclavage et la foi; la scolastique, *c'est la Révolution qui se prépare, qui annonce sa venue*». Haureau, *Histoire de le philosophie scolastique,* Paris, 1850, t. I, p. 98-9.

Slhi

romântico, como V. Exa.: é a antítese da razão clássica. O mal, portanto, das democracias «latinas», é que *não* foram racionalistas, como lògicamente deviam ser. Compenetre-se destas verdades, e tudo em seu espírito se aclarará.

9.º *Ainda e sempre... o Sebastianismo!*

«Tout finit par des chansons», diz o Brid'oison do *Figaro;* tudo, em Portugal, acaba em Sebastianismo. V. Exa., soprando o pó em que me converteu,

dinanzi polverozo va superbo,

levanta contente por esses ares o bulcão de poeira do Desejado. Nunca a poeira se revolve mais que quando prestes a chuva que a aplacará; mas a sebastianistas não se vê fim, e parece que se muda em palavreado heróico toda a dose de saliva que na boca têm: o que dizem é espuma, e espuma só...

V. Exa., pois, no seu ataque, supõe provado aquilo que eu nego: que a crença sebástica seja eficaz. Ora a minha tese é que os sebastianismos não passam de recursos de impotentes (ou para impotentes) os quais só agravam a sua impotência. Os portugueses que *realizaram,* os *capazes,* nunca foram sebastianistas, se bem que alguns deles e em certa época propinassem aos outros sebastianismo, como um médico são que receita excitantes na esperança falaz de animar apáticos – que não anima. Os sãos não precisam de sebastianismo; e os doentes, coitados, ficam com o sebastianismo ainda pior. Os vários exemplos de sebastianismo que se podem encontrar por esse mundo são todos vitórias imaginárias em que se comprazem os sonhadores, incapazes de *self-government.* Os galeses, derrotados pelos seus inimigos *e inaptos para se desforrarem,* sonharam poèticamente o sebastianismo do rei Artur, *que de nada lhes serviu;* os saxões seus inimigos (capazes,

Slhi

esses, de vencerem por si e na luta real, sem necessidade de esperar Messias) não tendem a assumir por isso mesmo a aérea atitude devaneadora que aos olhos de V. Exa. parece tão bem. Fiz-me entender?

V. Exa., todavia, sustenta o contrário; e clama assim: «Galga as fronteiras o invasor gaulês? reacende-se o messianismo, *e é uma arma contra Bonaparte*» (p. 179).

Ora aí está uma afirmação que eu muito quisera que V. Exa., no seu livro, se não limitasse a pronunciar, – mas que *provasse.* Os sebastianistas foram então (como eu mostrei nesta mesma revista, em tréplica a Carlos Malheiro Dias) os que *não* se armaram contra Bonaparte, os que achavam inútil qualquer resistência, que pregavam a apatia por essas casas, porque (diziam eles) não valia a pena recorrer à força, pois D. Sebastião não tardava um átomo e ele se encarregaria de vencer o Corso. Assim é que foi! Os que resistiram a Bonaparte foram *os inimigos dos sebastianistas,* – os que combatiam, troçavam e escorraçavam os sebastianistas. A história de Portugal, como os senhores sebásticos a estão pregando, é pura obra de fantasia (e de fancaria): um simples conto para adormecer bebés. A mentalidade que domina na nossa elite portuguesa, desde os dias do Seiscentismo, – eis aí está: pré-crítica, pré-científica, sentimental e infantil. «Tudo rapaziadas», dizia Verney: e dizia bem.

Mas V. Exa. adora os mitos, e pergunta-me ingènuamente: «*não sabe então* que o genial criador da teoria dos mitos, Georges Sorel, recusa enèrgicamente submetê-los à análise incompetente da razão? *Não sabe* que o proletariado está agindo hoje, para a destruição do capitalismo, movido justamente pelos grandes mitos da greve geral, da guerra de classes, da cidade futura, que o próprio Sorel equipara à concepção do reino de Deus»? (p. 180-1).

Sorel? Georges Sorel? Pois há com efeito algum Sorel? Não sei nada! Não vi nada! Sou tido e sabido como um

Slhi

beócio! Mas peço a um aluno de V. Exa. que me empreste a sebenta da sua aula – e verei tudo... e serei «urso»!... No entanto, o que diz sobre o mito o tal Sorel... será realmente uma coisa de Fé? Veremos destruído o capitalismo pelo mito famoso da greve geral? O pior do caso é que os ditos mitos, tidos que sejam como mitos, deixam logo de ser mitos, para serem «mitos»... E o Sorel, se concluiu que aqueles mitos não passam de «mitos», foi que os submeteu à sua razão... Perdoe V. Exa. esta confusa mitologia: mas, se divirjo da opinião de V. Exa., é porque a luta, ou concorrência, de comunhões diferentes, dá força de convicção a cada uma delas, segundo afirmou esse seu Sorel, ao escrever: «la conviction se fonde sur la concurrence de communions, dont chacune se considère comme étant l'armée de vérité, ayant à combattre les armées du mal» (a minha cozinheira, que sabe o Sorel, é que me forneceu esta citação, tirada – sustenta ela – das *Réflexions sur la Violence,* cap. VI, § IV, p. 320 da 3.ª edição).

Mas voltemos ao D. Sebastião, do qual diz: «tanto como Sérgio, tanto como eu, era afinal um produto da sua raça e do seu tempo» (p. 182).

Todos afirmaram até agora (desde Herculano a Malheiro Dias) que D. Sebastião foi *anacrónico,* produto de um tempo que *não* era o dele. Para V. Exa., era um produto do seu tempo dele. Em que ficamos? Era crónico, ou anacrónico? Se era crónico, temos uma descoberta que V. Exa fez. Por outro lado, afirmando-se V. Exa. (para sua grande felicidade) tão diversíssimo do meu modo de ser, – como seremos, ambos de dois, produtos do nosso tempo? Se V. Exa. o é, não serei eu. Da raça não quero falar: poderá sustentar que não somos da mesma, – o que não tenho modo de contradizer, porque não vi ainda de que raça sou. Pelo meu amor das ideias claras, inferiu um dia um homem de chiste que devo descender de um colono grego, que aqui abordasse com o tredo Ulisses.

Slhi

«Talvez de Corinto, como as passas», acrescentei eu. V. Exa., por seu turno, descende talvez de um colono fenício, – gente admirável no Engenho e na Acção. Será sidonista (de Sidónia, cidade fenícia), caso que explica por doutrina rácica (bem a seu gosto) as ideias políticas que adoptou.

Cumpre, segundo diz, destruir as causas do sebastianismo (p. 184), «resgatando» o nosso povo dos «bárbaros do interior» (p. 185). Finalmente, estamos de acordo. Sucede porém que em meu entender o culpado mais culpado do sebastianismo do nosso povo *é o sebastianismo da sua elite, dos doutores românticos como V. Exa.*; e, quanto a «bárbaros do interior», os mais bárbaros da gente bárbara – são os que têm *mentalidade* de bárbaro... E entramos na essência da nossa questão!

A minha tese é a seguinte: salvas raríssimas excepções (cinquenta ou sessenta, digamos nós) os portugueses que sabem ler (e tanto vermelhos como azuis; com muito talento ou sem talento; com o grau de doutor ou sem ser doutor) revelam todos *mentalidade de bárbaro*. O pensar do bárbaro é desconexo, caprichoso, emotivo, sem jerarquias; não tem exigências de arquitectura lógica, de perfeita ordem intelectual; não sofre a sede de clareza máxima; não define, não limita, não encadeia e não constrói; busca argumentos de autoridade (como esse da carta de António Cândido, gravada em zinco, para provar o talento de V. Exa.); aceita logo e passivamente os génios da «raça» e as modas do «tempo»; irrita-se com a ordem do raciocínio e mostra-se impaciente com o espírito crítico, ao qual acusa de ser «gelado», como V. Exa. me acusou a mim. (p. 186 e outras mais). Ser bárbaro, é ser incapaz de objectividade, de análise segura e de sistema de ideias; é meter-se a escrever de qualquer assunto sem lhe saber ao menos as coisas básicas. «Bárbaros do interior», por outro lado, são os do interior de cada um de nós (as emoções) quando usurpam constantemente a autoridade da intelecção... Pode-se ser muitíssimo «esteta», muitíssimo janota, e ser

Slhi

bárbaro; muito delicado, e ser bárbaro; muito poético, muito ledor, muito generoso, – e ser bárbaro. Bárbaro é todo aquele que não clarifica as suas ideias, que não põe coerência no seu espírito, que não busca a Ordem dentro de si... Bárbaros autênticos são esses tais, para todos os homens europeus *que têm espírito de europeu*... Contra tais bárbaros (agora sim!) se deveriam armar V. Exa. e todos os professores de Portugal!

Os que, como V. Exa., repelem a Ordem na inteligência (com o bárbaro pretexto de que ela é «fria») são os réus mais bárbaros e mais temíveis de todas as desordens sociais...

Há uma maneira *ininteligente* (como há uma maneira *inteligente*) de ser monárquico, republicano, socialista, etc.: e o que eu peço todos os dias aos meus mais jovens compatriotas, não é que abandonem as suas «ideias» (os seus credos, partidos, fés): é, sim, que busquem ser *inteligentemente* (civilizadamente, europeiamente) aquilo mesmo que dizem ser.

Sei (ou julgo sabê-lo) como se barbarizou esta Nação, e que haveria a fazer para a tirar de bárbara; e repito que a reforma mais importante – condição preliminar de todas as outras – é sempre A REFORMA DA MENTALIDADE; e que a disciplina mais necessária para termos a ordem a que todos visamos, não é a disciplina que provém da espada, da ditadura, da realeza ou da polícia, – mas a ordem, a honestidade e a disciplina *intelectuais*.

Valeu a pena, por isso, responder à crítica de V. Exa.: foi mais um ensejo de mostrar aos jovens, – para quem escrevo – o indispensável e urgente de uma reforma da mentalidade, de tratar a sério da cultura nossa, e de esclarecer ideias que talvez alguns (como V. Exa.) não tivessem percebido nos meus *Ensaios*.

Reiterando-lhe, enfim, os meus cumprimentos e agrade-

Slhi

cimentos pela freima vivaz com que me atacou, subscrevo-me atenciosamente

De V. Exa.
modesto servo e admirador

ANTÓNIO SÉRGIO

P. S. Antes de sair o seu trabalho, já constava que V. Exa. se metera semanas em sua casa a «espiolhar» as obras deste seu criado «para nelas achar contradições». Diziam-no amigos e admiradores seus, como quem anuncia uma tragédia próxima. Enfiei, claro está,

(que nos perigos grandes o temor
é maior, muitas vezes, que o perigo)

mas vi nesse afã uma ideia bárbara – e pitoresca – da vida mental. Ao «espiolhar», portanto, não buscaria o seu belo espírito, – nem a elucidação das ideias, nem um acto de justiça, mas meter ferro no pobre de mim, perante a assistência de um Coliseu. Aliás, já muitas vezes me anunciaram a morte às mãos de gladiadores sebastianistas, todos igualmente geniais (são todos invencíveis e geniais, os gladiadores sebastianistas). *Ave, Cesar! morituru*s... Não logro entender porque é que no Circo há tanta gente que me quer mal, preparando ansiosa o *pollice verso*... Mas ninguém me mata, nem me matará. A quem me apontar e demonstrar um erro chamar-lhe-ei meu benfeitor: e agradecendo a esmola de me esclarecer, sairei da pugna mais robusto, porque menos ignorante do que agora sou. Continue pois a «espiolhar»: far-me-á bem. Depois, estou na persuasão que os seus amigos exageraram o negrume do seu vivo ataque: e aos que vêem crueza no seu tom «vivaz» (e o desejo de beber o hidromel

Slhi

pelo crânio vazio deste pobre hereje) – continuo a responder o que respondi: que os seus amigos o caluniaram; que não acredito que V. Exa. decidisse atacar uma certa obra (como nos diziam) já antes de a ler e a compreender, e a lesse portanto com o mero intuito de causar desgostos ao seu autor. Não seria próprio de um professor ilustre, de um homem piedoso, de um bom cristão, como V. Exa. Assim respondi. E respondi bem, – pois não respondi?

(N.os 49 e 50 – 15/VII/25 e 1/VIII/25)

Slhi

Capítulo XIII

HISTÓRIA

Texto 1

A EXPEDIÇÃO DE PEDRO ÁLVARES CABRAL E A FAMÍLIA DOS MARCHIONI

O estudo seguinte foi lido em comunicação à Academia de Ciências no dia 9 deste mês. Como, todavia, ele se liga ao pensamento que ditou a II das Cartas à Mocidade *aqui insertas e justifica a nosso ver algumas das ideias basilares que presidem à acção da* Seara Nova *convencemo-nos de que também cabia nestas páginas.*

A expedição de Pedro Álvares Cabral foi até hoje quase que exclusivamente encarada nas suas relações com o descobrimento do Brasil. Esse facto tem, a nosso ver, diminuído o seu significado e importância real na história dos descobrimentos. Ainda, sob aquele restrito aspecto, apenas nestes últimos anos definitivamente se fixou que ela fora dois anos antes precedida duma outra expedição às terras do Brasil e que o seu rumo naquela direcção fazia parte do plano da viagem.

O alcance da viagem de Pedro Álvares provém de que ele revelou à Europa, em toda a sua grandeza magnífica, o plano nacional dos descobrimentos tão longa e ocultamente conduzido e realizado. Ele inicia com a primeira expedição à Índia de carácter comercial, o império económico português, que aproveitando a base naval do Brasil e o oiro da Mina e de Sofala, vai dominar todo o comércio do Oriente.

Mas, tanto como um plano da nação, realiza assim uma aspiração multissecular da Europa. O mais alto sonho comer-

Slhj

cial da burguesia medieva encarna alfim no nosso navegante. Também sobre nenhuma outra das nossas expedições descobridoras porventura existem tantas fontes de origem estrangeira. Pode avaliar-se do interesse dos italianos por esta expedição, se lembrarmos que não só conseguiram o traslado da carta em que D. Manuel informava os Reis Católicos do resultado da expedição, e uma relação minuciosa da viagem escrita por um dos pilotos portugueses, que seguiam na armada, – a chamada *Relação do piloto anónimo,* como ainda pela carta do cremonez Afaittadi, dirigida de Lisboa para Espanha e daí para Veneza, pouco depois da chegada do primeiro navio de Cabral, da carta de Pisani, escrita pouco depois da chegada do próprio Cabral e da carta de Américo Vespúcio, datada de Cabo Verde, ao encontrar-se com os navios da mesma expedição no regresso da Índia.

É sob o aspecto de realização de carácter cosmopolita que a vamos estudar.

Tanto os nossos cronistas de Quinhentos, como os historiógrafos modernos têm omitido ou ignorado um facto que reveste uma alta importância para se compreender inteiramente o significado histórico desta expedição. Referimo-nos à colaboração de estrangeiros na formação da armada. Na primeira destas cartas, a de Juan Francesco de la Faïtada, escrita de Lisboa a 26 de Junho de 1501 e dirigida a Doménico Pisani (*), o autor, ao referir-se à composição da armada, a qual contava «12 nave e navillj» informa que um deles era «del signor don Álvaro, in compagnia de Bartolo fiorentino et Hieronimo et un genovese, l'altro del conte Porta Alegra e de certi altri merchadanti assai.» Este Dom Álvaro era, como se sabe, 4.º filho do duque de Bragança, irmão daquele que

(*) *Diarii* di Marino Sanuti, tomo IV, coll. 66-69. Este documento foi-me comunicado pelo Sr. Carlos Malheiro Dias, pois aquela importante colecção não existe em Lisboa.

Slhi

fora executado, em tempo do Príncipe Perfeito e por então uma das mais proeminentes figuras do reino. Quem seria, pois, este Bortolo fiorenfino, que em companhia de outros estrangeiros se associava a tão alta personagem? Segundo esta carta ainda, o seu navio foi o primeiro da armada de Cabral, que chegou a Lisboa. Todavia, referindo-se a essa mesma primeira embarcação chegada, a carta de Pisani (*) diverge:

«Questa nave intrata in porto é la nave et el cargo de Bartolo Fiorentino.» A crermos, pois, Pisani, pelo menos a parte principal na associação cabia a este. Como se compreende que D. Manuel consentisse numa expedição que tinha um aspecto de solene embaixada para fins de posse e de comércio, a intrusão dum estrangeiro? Que espécie de homem seria este *Bartolo Fiorentino* a quem se concedia tamanha honra?

Lendo as crónicas dos Quinhentistas depara-se-nos um Bartolomeu Florentim, por esta forma nomeado e em circunstâncias tais que não podemos deixar de o identificar com aquele. Surge-nos pela primeira vez o seu nome na *Verdadeira informaçam das Terras do Preste Joam das Indías* do Padre Francisco Álvares, cuja primeira edição é de 1540, e a seguir em Castanheda. Como as notícias deste por vezes confirmam e esclarecem as da *Verdadeira informaçam,* começaremos por transcrever Castanheda.

Quando em 1487 D. João II resolve, logo após a partida de Bartolomeu Dias, enviar por terra Pero da Covilhã e Afonso de Paiva à Índia e à Etiópia «para sua despeza lhes deu el Rey quatrocentos cruzados da arca das despezas da orta Dalmeirim; e tomando deles o que podessem gastar foy posto o resto *no banco de Bertolameu florentim,* e assi lhes deu el Rey

(*) *Diarii* di Marino Sanuti, tomo IV. E. do Canto fez uma pequena edição desta carta. Vem igualmente na *Raccolta columbiana.*

Slhi

uma carta de crença para serem socorridos em perigo ou necessidade em quaisquer reynos que se acharem...» (*) O Padre Álvares acrescenta que D. João II encomendou a Pero da Covilhã o feito de descobrir donde vinha a canela e as outras especiarias «em grande segredo» e que aos dois «lhes derã hũa carta de marear tirada de Mapamundo e que foram aho fazer desta carta ho licẽçiado Calçadilha q̃ he bispo de Vizeu, e o doutor mestre Rodrigo morador ahas pedras negras e ho doutor mestre moyses a este tempo judeo e que fora feita esta carta em casa de Pero d'Alcaçova.»(**) Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, continua Castanheda: «forão ambos despachados em Santarem, aos sete dias de Mayo de 1487, per ante el Rey Dom Manuel que então era duque de Beja...» Chegados os dois viajantes a Barcelona «lhes cambarão ho cambo pera Napoles a que chegarão dia de S. João e sendo-lhes dado seu caimbo pelos filhos de Cosmo de Medicis forão ter a Rodes...» Um deles, Pero da Covilhã consegue chegar à Índia e visitar Calecut, Goa, Ormuz e depois Sofala na África Oriental.

Mas para D. João II obter estes informes teve que lhes mandar novos emissários.

Estes factos só muito mais tarde, em 1515, foram conhecidos. D. João II escondia por tal forma os seus planos e acção, que nem Rui de Pina, nem Garcia de Resende que escreveram a sua crónica referem aqueles factos, deixando igualmente de consagrar qualquer capítulo à viagem de Bartolomeu Dias, não obstante essas duas tentativas serem a chave do empreendimento realizado pelo Gama. Todavia, D. Manuel conhecia esses factos, expressamente o declaram o Padre Álvares e Castanheda.

Assim, averiguado temos que um grande banqueiro

(*) Castanheda, *Conquista da Índia*, livro I, cap. I.
(**) Álvares, *Verdadeira informaçam*, folio 91.

Slhi

florentino, com vastas relações em quase todas as nações mediterrâneas auxilia D. João II mais duma vez no vastíssimo plano dos descobrimentos. Um outro florentino, o mais preeminente dos seus conterrâneos durante aquele século, auxiliava indirectamente o monarca português. Conforme trasladámos atrás, os Medicis *deram seu caimbo* a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. Áquele tempo o representante dos Medicis, neto de Cosme I, e não filho, – como diz Castanheda, era Lourenço, o *Magnífico*, o mais culto e brilhante de todos os chefes políticos da Renascença. Seu pai morrera e o irmão Juliano fora assassinado em 1478. Muito provàvelmente o banqueiro Bartolomeu serviria de intermediário entre o Rei e Lourenço de Medicis. Portugal e Florença, que desde D. João I colaboravam em negócios marítimos e comerciais (*), aparecem de novo auxiliando-se, com a aproximação dos dois mais eminentes vultos de toda a sua história política, – o *Príncipe Perfeito* e Lourenço, o *Magnífico*.

Começa a compreender-se que um estrangeiro que prestou tão proveitoso auxílio no descobrimento da Índia, por terra, apareça agora usufruindo os primeiros frutos dessa empresa. Mas não param por aqui as elucidativas referências dos cronistas. Quando João da Nova parte com uma armada para a Índia, ainda antes do regresso de Pedro Álvares, uma das naus vai capitaneada por Fernão Vinet, florentino, empregado de «Bartolomeu Marchioni, florentino» senhor do navio, «mercador muito rico, residente na cidade de Lisboa» informa Góis (**) e «o mais principal em substancia de fasenda que ella naquelle tempo tinha feito», acrescenta Barros (***), isto é o mercador mais rico e que, em Lisboa, mais tinha

(*) Giuseppe Canestrini, *Memoria intorno alle relazioni commerciali dei Fiorentini col Portoghesi*, tomo XXIII do *Archivio storico italiano*.

(**) Obra citada, parte I, cap. LXIII.

(***) Década I, livro V, cap. X.

Slhi

prosperado. Barros vai mais longe nas informações, e diz-nos que João da Nova deixou em Cananor dois feitores e um deles «era hum feitor de *Bartholomeu Florentim*, que o capitão Fernão Vinet do seu navio pelo mesmo modo deixava ali feitorisando...» (*) O banqueiro e mercador Bartolomeu cresce de importância: envia uma nau comandada por empregado seu e deixa feitor próprio na feitoria, em Cananor. Por outro lado Barros chama-lhe, como Castanheda, Bartolomeu florentino. Cremos inútil dispender razões para identificar o banqueiro que auxiliava D. João II e o mercador tão importante, que enviava nau e feitor próprio na armada de João da Nova, com o *Bartolo Fiorentino* das cartas de Afaittaidi e de Pisani, senhor duma das naus e respectiva carga que viajava sob o comando-mór de Pedro Álvares.

Continuemos a dar ainda assim a palavra aos cronistas. Gaspar Correia, a propósito desta mesma armada de João da Nova fala também de Bartholomeu Florentym. Dado o necessário desconto ao devanear de Correia, não deixa de ser curioso transcrever o que refere: «Sobre o que logo El Rey moveo contractos com mercadores riquos, estantes de muito tempo em Lisboa que antre si fiserão armador a um Barthomeu Florentym, homem de grossa fazenda... que esperavam muyto mais proveito que da Flandres, nem outras muytas partes em que tractavam por todo ponente e levante...» (**) A crermos, pois, nesta passagem, Bartolomeu Florentim foi arvorado desde o começo em representante dos mercadores estrangeiros em Lisboa para o comércio directo com a Índia. Seja como for, na armada que a seguir partiu sob o comando do Gama lá ia a nau S. Tiago dos Marchioni, conforme se depreende duma carta de quitação de D. Manuel, publicada por Sousa Viterbo. (***)

(*) Idem, ibidem.
(**) *Lendas*, pag. 254.
(***) *O Economista*, 24 de outubro de 1884.

Slhi

Da armada de Afonso de Albuquerque que partiu em 1503, sabemos que fazia parte uma nau armada «por conta dos Marchiones de Lisbôa» conforme escreveu João de Empoli, florentino, que ia por feitor da dita nau. (*)

Acabaremos por agora as citações dos cronistas, acrescentando apenas que essas viagens se repetiram, voltando João de Empoli à Índia mais que uma vez como capitão de nau, e tendo um dos próprios Marchioni, Pedro Paulo, filho de Bartolomeu, embarcado em nau sua para a Índia, em 1520, na armada que Jorge de Brito capitaneava. (**)

Omitem, é certo, os cronistas qualquer referência à participação dos Marchioni nas expedições que seguem à de João da Nova, mas tanto como os documentos já citados, as duas cartas de quitação, existentes na Torre do Tombo e publicadas por Viterbo (***), dos anos de 1507 e 1514 provam que as relações deles com a coroa e a sua interferência nos negócios da Índia ganham de intensidade. Não só eles servem de banqueiros ao Rei e negoceiam com o Estado em navios e mercadorias, como se infere doutras fontes que os armazéns do florentino davam o principal fornecimento para os faustosos presentes aos potentados indianos (****). Documentos anteriores vêm mostrar-nos que já vinha de trás este favor da coroa. Quando, por carta de 21 de Agosto de 1498, D. Manuel dá a primazia, no carregamento e exportação do açúcar da Madeira, aos nacionais sobre os estrangeiros, ressalva: «... hos mercadores nossos naturais, no comto dos quais queremos e nos apraz que caybam

---

(*) *Viagens às Índias Orientais*, por João do Empoli, in *Collecção de notícias para a H. e G. das P. Ultramarinas*, tomo II.

(**) Barros, *Décadas* II e III, *passim*.

(***) Idem.

(****) J. P. Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, tomo 5.º, 325. S. Viterbo. Notas ao Catálogo da Exposição de Arte Ornamental.

Slhi

Bertolameu Frorentim e Jeronimo Sernige; e antam entraram os extrangeiros» (*). Mais significativa, porventura, do que esta é a concessão de explorar directamente o oiro da Mina (**), sabido como severíssimas disposições proibiam o acesso de estrangeiros à costa da Guiné.

Estes factos apenas se podem explicar por uma grande troca de serviços e comunhão de interesses entre a coroa e o Marchioni. Ao passo que se lêem as crónicas e os documentos, cresce a figura de Bartolomeu. A esfera da sua acção dilata-se. E só meditando no papel que esse homem desempenha nessa época da história nacional se poderá compreender inteiramente esta alusão de Albuquerque numa carta ao Rei: «...e não vos vejo feytor na India que vos saiba mandar um avyso destas cousas, porque vejo cadano nas cartas de vosaltesa falar-me neste feito como cousa nova que mandaes apalpar e de que nem temdes nenhua emformaçam nem avyso: e eu, senhor, nam mẽspanto diso, *porque não ha de emtender pedr'omem tanto na mercadaria como bertolameu.*» (***). Mais explícita a passagem duma outra carta sua a Duarte Galvão: «...lá tenho escrito a El Rei que creia mais no escritório de Bartolomeu com Lionardo soo, que em quantas feitorias e quantos feitores que tem na India» (****). Este Leonardo a quem o Albuquerque se refere é Leonardo Nardi, agente comercial de Marchioni na Índia (*****).

O banqueiro e mercador assume agora a importância não só dum tipo perfeito de homem de negócios, como dum inspirador e director técnico na parte comercial da empresa

---

(*) Frutuoso, *Saudades da terra*, 585.

(**) *Diari di Marino Sanuto*, vol. IV, col 621, cit. em Peragallo, *Cenni interno alla colonia italiana*.

(***) Afonso de Albuquerque, *Cartas*, tomo I, 274.

(****) *Cartas*, vol. I, 104.

(*****) Veja-se a interessante memória de Peragallo, *Cenni interno alla colonia italiana in Portugallo nei secoli* XIV, XV *e* XVI, 2.ª ed., 114.

Slhi

da Índia. E bem o podemos desde já considerar como uma das mais curiosas personagens da nossa história dos descobrimentos e digno de desempenhar perante o comércio cosmopolita de Lisboa a função que lhe atribui Gaspar Correia.

Identificado o Bartolo, vejamos quem seria o *Hieronimo* da casta do Afaittadi. Outro não pode ser que o Jerónimo Sernige, a que se refere a carta de D. Manuel sobre a exportação do açúcar, acima referida.

Além dessa concessão, mais sabemos que ele usufruiu igualmente da regalia excepcional de enviar navios à Guiné. (*) Este Sernige era gentilhomem florentino de há muito estabelecido em Lisboa. Quando o Gama regressa da Índia, Sernige, entusiasmado, dá logo a nova para Florença em carta, já várias vezes publicada. (**)

Da sua identificação com a obra nacional dos descobrimentos pode avaliar-se, sabendo-se que em 1511 D. Manuel lhe concedia o título e privilégios de cidadão de Lisboa, motivando a concessão por forma muito particular: «Havendo nós respecto *aos serviços que temos recebido e ao deante esperamos receber* de Geronymo Cerniche, Frolentim, morador estante nesta nossa... cidade de Lisbôa... temos por bem e o fazemos cidadão da dita cidade...» (***)

Aqui se deixa perceber que Serniche e por certo Marchioni prestavam especiais serviços a D. Manuel.

Não obstante, por muito valor que se atribua aos serviços prestados por Bartolomeu Marchioni a D. João II e a D. Manuel nos primeiros anos do seu reinado, não deixa de parecer estranho que um estrangeiro gozasse de tamanho favor da coroa, que lhe permita desde a primeira expedição de carácter comercial enviar por conta própria nau sobre nau a cada

---

(*) *Raccolta Colomb.* vol. II, parte III, 82.
(**) *Raccolta*, vol. II, parte III, 113, *Ranunio*, vol. I, fol. 119 e seg.
(***) Viterbo, *A livraria real no reinado de D. Manuel.* 72.

Slhi

armada. Esta continuidade na regalia faz-nos supor até que existisse qualquer contrato entre o rei e o rico florentino, apenas explicável por altos serviços continuados a prestar ao monarca pelos Marchioni.

Sabemos pela memória citada de Canestrini que os Marchioni, além das suas relações com as nações mediterrâneas, eram associados a outros ricos mercadores florentinos, os Frescobaldi e Gualterotti de Bruges e outros mais que mais tarde haviam de espalhar os produtos do Oriente na Flandres e nas restantes nações do norte da Europa. Isso explica até certo ponto o favor concedido pela coroa, que inteligentemente procurava à sua espantosa empresa comercial todos os meios de expansão. Ainda quando não existissem provas dessa política, era inteiramente lícito supô-la. Mas a mesma preciosa carta do veneziano Pisani refere que o rei o convidara a escrever à Senhoria de Veneza, aconselhando-a a mandar a Lisboa os seus navios, a carregar especiarias, pois lhes faria bons recebimentos e se poderiam julgar em casa sua (*).

Todavia, a continuada série de atenções e favores e a primazia, a Bartolomeu concedidos, não podem a nosso ver, explicar-se apenas pela função comercial de intermediário com os mercados europeus. Já nesse tempo existiam muitos mercadores estrangeiros em Lisboa, que haviam de exercer essa função e muitos outros acorriam aos lucros da especiaria.

Que outros serviços, pois, poderiam prestar os Marchioni? A *Relação* de Lionardo da Chá Masser auxilia a esclarecer este mistério. Ao dia seguinte da sua chegada a Lisboa, o agente veneziano que nos vinha espionar, é preso e levado à presença de D. Manuel. Este, depois de largamente o interrogar sobre

---

(*) «...et diseme dovesse scriver a vostra screnitá, lhe mandi da me avanti le galie a levar specie de qui, a de qual faria buona cicra, et poriano judicar esser in caxa sua...»

SIhi

os propósitos que o levavam a Portugal, manda-o encerrar numa prisão, onde fica incomunicável. Depois de por três ou quatro vezes ser novamente interrogado, como ele se mantivesse nas primeiras afirmações, manda D. Manuel restitui-lo à liberdade. Concluiu o veneziano que alguém lhe fazia oposição e informara o rei dos seus propósitos. Trata logo de averiguar.

«Et io liberato che fui volsi diligentemente inquerire et intendere quali fussino, stati quelli che mi fecero tale oposizione; et intesi da piu persone degne di fede, li quali me dissero che gia un mese inanzi el mio zonzer de li fu significato a Sua Altezza da Venezia da uno Benetto Tondo Fiorentino (nevodo de Bortolamio Fiorentino, el quale fa grandissime facende nella cittá de Lisbona), che el veniva uno ad instanzia della Signoria de Venezia, e del Gran Soldano, per veder et intender quel cose de quel viaggio d'India nel suo regno, e che la Signoria de Venezia mandava due nave carghe d'artellarie al Gran Soldano per devedere a Sua Altezza il navegar loro.» (*)

Temos assim que Bartolomeu florentino informava o Rei por intermédio dum sobrinho seu (**), que em Veneza vigiava, não só da partida dum agente secreto ao serviço da Senhoria e do Soldão, mas ainda dos auxílios que aquela prestava a este para impedir o domínio português nos mares da Índia. Informações de factos tão graves, que em Veneza se deviam ocultar o mais possível, dada a política de aparente amizade seguida com Portugal, não se podem atribuir a mero acaso, mas antes a um serviço adrede organizado. É sempre difícil de documentar um facto desta natureza, ainda que o tom geral da carta de Chá Masser neste passo não seja de

(*) *O centenário do descobrimento da América*, Relação, 87.

(**) Deve tratar-se de Benedello Morelli Marchioni, que viveu também em Lisboa e entrou no comércio da Índia. Veja-se Peragallo.

Slhi

molde a deixar dúvidas. Que o rei se sirva de florentinos em casos mais ou menos semelhantes, prova-o ainda um outro facto. Quando Américo Vespúcio volta da sua segunda viagem depois de ter aportado ao norte da América do Sul, D. Manuel a quem por certo interessava conhecer os resultados dessa e da anterior viagem, manda-o cometer a Sevilha para que se passe ao seu serviço. Como Américo recuse, D. Manuel envia para o convencer, Juliano, filho de Bartolomeu del Giocondo, que então estava em Lisboa e que enfim o consegue trazer consigo. É o próprio Vespúcio quem narra estas particularidades na terceira das suas cartas sobre as navegações na América. Se este Juliano del Giocondo, pertencente a uma nobre família florentina, estava em Lisboa de passagem, como se depreende dos dizeres de Vespúcio, não será aventuroso presumir que mais uma vez o riquíssimo banqueiro e armador Bartolomeu Marchioni prestasse um serviço à coroa portuguesa espiando por intermédio de associados e serventuários as muitas novidades de Sevilha e conseguindo-lhe o intermediário eloquente, que trouxesse Vespúcio a Portugal. Esta série de razões explicam inteiramente que D. Manuel associasse o estranho mercador à empresa mercantil da Índia. Basta para isso reflectirmos em que o auxílio dos mercadores estrangeiros havia de ser ùtilíssimo aos vastos serviços de espionagem que a coroa mantinha.

Elas convencem-nos até que Bartolomeu Marchioni tinha direito a ser associado. A tantos títulos, verdadeiro representante do comércio cosmopolita, ele auxiliava, nessa qualidade, com elevada compreensão a empresa portuguesa dos descobrimentos.

Antes de entrarmos na interpretação destes factos queremos abrir aqui um pequeno parêntesis. O sr. António Sérgio no seu último livro – *Ensaios*, o qual marca uma das mais nítidas culminâncias do pensamento da geração a que pertenço, publicou um notável estudo, intitulado –

Slhi

A conquista de Ceuta, em que apresenta uma interpretação inteiramente nova sobre aquele acontecimento. Fundando-se no exame crítico duma das respectivas fontes, a *Crónica da conquista de Ceuta*, de Azurara, aventa ele e defende com um raro poder de lógica a hipótese de que a iniciativa daquela empresa, longe de pertencer aos Infantes, partiu da *burguesia comercial, de carácter cosmopolita*, cujo representante, João Afonso, vedor da fazenda, empregou os Infantes como instrumentos seus junto do Rei. Motivo de tal empenho? «Conquistar Ceuta era o primeiro passo decisivo para a solução do problema em que se empenhava o alto comércio: o do tráfico do Oriente».

A hipótese do sr. António Sérgio está em perfeito acordo com a história social daquele tempo. Em quase toda a Europa a burguesia comercial predominava. Florença, o mais civilizado dos estados contemporâneos era uma república de mercadores. E no norte da Europa, para onde, logo após as cruzadas, se deslocara do Mediterrâneo o centro da actividade comercial, fundara-se a *Liga Hanseática*, estado único no género, de origem e propósitos meramente mercantis, mas que armava esquadras, construía fortalezas e movia guerras por conta própria. Desde o século XIV que as nações italianas, para não perder inteiramente o seu antigo predomínio, concorriam, fazendo escala por Lisboa, àqueles portos de comércio. Por outro lado os conquistadores maometanos do Egipto e da Ásia anterior cada vez ameaçavam mais o comércio europeu com o Oriente.

Mas nesse mesmo estudo António Sérgio propõe mais vasta hipótese – «a de que facultáramos à Europa os políticos e os homens técnicos, os organizadores e os cabos de guerra, os cientistas dos problemas práticos e os mestres marítimos de orientação científica – a elite, numa palavra, capazes de executarem as ambições do alto comércio cosmopolita, resolvendo o problema dos problemas do mundo culto

SIhi

daquela época e realizando a façanha mais grandiosa de toda a história da humanidade...»

O pensamento de que os descobrimentos portugueses obedeceram a desígnios económicos de carácter cosmopolita é, todavia, de há muito defendido por estrangeiros. O historiador alemão Carlos Weule (*) afirma até que desde os fins do século XIII que os italianos aspiravam a descobrir um caminho marítimo para o Oriente. Com esse fim, diz ele, em 1921, os irmãos Badino e Jiudo Vivaldi de Génova embarcaram em navios preparados por Todisio Doria, tentando contornar a Ásia pelo sul. Os dois genoveses, acrescenta, nunca mais regressaram, acontecendo o mesmo ao malhorquino Jacob Ferrer, que em 1346 repetiu a tentativa. Com efeito, vários trabalhos históricos italianos dão grandes visos de realidade à expedição dos Vivaldi (**).

Esse mesmo carácter cosmopolita das navegações portuguesas, necessitadas pelo comércio europeu foi largamente estudado pelo sr. Teófilo Braga (***).

O valor, pois, do trabalho de António Sérgio principalmente consiste em trazer um novo e fortíssimo argumento à tese, hoje em pleno triunfo, de que os descobrimentos portugueses foram realizados por uma elite de pensamento e acção, na consciência do seu interesse cosmopolita, servida não apenas pela criadora audácia, mas pelas indispensáveis qualidades de método e organização. Nós julgamos poder ir mais longe: Para a realização do plano dos descobrimentos, essa elite conseguiu aliar à independente direcção nacional do plano, vastíssimos auxílios de estrangeiros, com uma política de soberania tão ciosa, que só hoje começam a

---

(*) *L'Univers et l'Humanité*, tradução francesa, tomo IV, pag. 6.

(**) Vide Peragallo, obr. cit. 169.

(***) *O Centenário da Descoberta da América*, memória da comissão portuguesa.

Slhi

conhecer-se em toda a extensão. É assim que o trabalho recente do dinamarquês Larsen, *Portugal e Dinamarca no século XV* vem demonstrar que por volta de 1473 o rei Cristiano mandou uma expedição à América do Norte, cujas costas foram exploradas muito provàvelmente à procura de alguma passagem para a Índia, – a pedido do rei de Portugal.

Os factos apontados em volta da família Marchioni obrigaram-nos a ligar uma série de factos, que conduzem àquela mesma convicção.

A história dos descobrimentos portugueses mergulha raízes profundíssimas no tempo. Fácil é segui-la nos últimos séculos da Idade Média. São as cruzadas com o conhecimento mais directo do Oriente e a deslocação do predomínio mercantil para o Ocidente e norte da Europa que acentuam a feição marítima de Lisboa e a preparam para o seu destino grandioso. Começa então Lisboa a ser a cidade das *desvairadas gentes*, de que fala o cronista. Da comunhão com povos tão diferentes na estreita cidade da praia ocidental nasceu e avigorou-se o pensamento cosmopolita dos descobrimentos. E se mais tarde encontramos uma percentagem maior de florentinos participando e usufruindo da nossa empresa, temos de buscar as razões desse facto em época anterior. Datam do reinado de D. João I as relações estreitas entre Lisboa e Florença. Em 1429 Luca degli Albizzi, capitão das galeras florentinas do Ocidente vem a Lisboa pedir ao Rei para os mercadores e navios florentinos os mesmos privilégios aos venezianos concedidos. Pedro Gonçalves, o vedor da fazenda, visita o capitão da esquadra florentina e assenta com ele a concessão, o que a República agradece em carta nesse mesmo ano (*). Já antes desta data nós importávamos o trigo da Toscana, além dos seus estofos. Mas desde então crescem muito as mútuas relações.

(*) Canestrini, idem, 98 e 99.

SIhi

O Infante D. Pedro depositava dinheiros em Florença e existem documentos de créditos seus sobre o *Monte comune* e das longas negociações dos seus herdeiros para os reaver (*). Ao que parece a dinastia de Avis tinha nessa época ali por agente e banqueiro a Francisco di Nicoló Cambini, em casa do qual falecia em 1459 o cardeal D. Jaime, filho de D. Pedro.

No tempo de D. Afonso V mais do que nunca se estreitaram essas relações. Não só ele participava à República as suas sucessivas conquistas na África e esta sucessivamente o felicitava, como Lourenço, o *Magnífico*, emprestava somas importantes ao mesmo Rei. Numa carta ao rei D. Afonso V, em 1456, a República de Florença confessa a sua gratidão pela inigualável hospitalidade concedida aos seus mercadores «... mercatores nostros, quorum vox et sententia est et vulgata fama: nullis in mundi partibus, hospitalius, benignius, carius recipi et tractari quam in regno et quam a clemencia Vestrae Majestatis...» Do *Livro Vermelho* de D. Afonso V se depreende que eram os florentinos, dos estrangeiros, que mais negociavam e pululavam em Lisboa.

Em tempos de D. João e D. Manuel aumentam as famílias florentinas em Lisboa. Fazendo a destrinça de todas as famílias de origem italiana que habitavam então aqui, segundo o citado livro de Peragallo, concluimos que mais de metade eram florentinos. O mesmo escritor afirma: «Nella storia delle esplorazioni commerciali in India aperte alla attivitá europea dalle navigazioni portoghesi, nessun popolo spiegó tanta iniziativa avoedutezza ed energia, quanto i cittadini i piú illustri di Firenze...» (**)

Contam-se por dezenas as famílias de florentinos que naquela época vivem e trabalham em Portugal.

Assim melhor se compreende que o sábio florentino Toscanelli em cartas a um cónego de Lisboa propusesse

---

(*) Canestrini, idem, 98 e 99.
(**) Obr. cit. 149.

SIhi

novas rotas aos descobrimentos portugueses; que os Marchioni com tamanho zelo nos servissem e que os Vespúcio, Empoli, Vinet, Buonagrazia, Corsali, Strozzi e tantos outros florentinos viajassem a bordo das nossas naus. Mais que uma aliança de estados existiu entre as duas cidades uma aliança de tendências, aptidões e esforço civilizador. A Florença, a cidade mais culta dessa época e à qual a actividade bancária em toda a Europa dava uma compreensão mais vasta do comércio, estava naturalmente destinado auxiliar a empresa dos descobrimentos. De alguma forma se havia de aliar a cidade que melhor definiu o pensamento da Renascença àquela que mais encarnou esse espírito em acção. Não é por mero acaso que os nomes de Pedro Álvares Cabral e Bartolomeu Florentino aparecem juntos na história. A nossa expedição comercial à Índia representa o termo para que convergem tantos esforços e acontecimentos na aparência obscuros de Portugal e da Europa e o nome do florentino a parte mais alta do comércio europeu, atestando com a sua presença o carácter cosmopolita da empresa.

Não é igualmente em vão que a esfera armilar se tornou de sigla do *Venturoso* em emblema da nação. O período mais belo da história portuguesa marcou para sempre a nossa tradição dum carácter universalista. E a mesma obra condena, por vã e perigosa, toda a concepção dum nacionalismo português fechado. Uma das mais altas glórias da elite de Quatrocentos e Quinhentos consiste em ter erguido os feitos nacionais a realizações do mais alto humanismo. E enquanto formos um povo com interesses espirituais e económicos espalhados por todo o mundo, implìcitamente havemos de manter o culto dessa vasta tradição.

Julgo que a uma Academia de Ciências, muito mais nas grandes crises, cabe a par da investigação pura, a missão prática de esclarecer e auxiliar a formação das elites dirigentes.

Slhi

Nesse intuito apresento este pequeno estudo como apontamento à margem do problema nacional.

JAIME CORTESÃO

(N.º 8 – 15/II/22)

SIhi

Texto 2

O REGICÍDIO E OS REGICIDAS

I

De toda a história portuguesa dos últimos anos, o regicídio, em 1908, é ainda o facto misterioso sobre o qual presumem de certas versões várias e se enredam homens e responsabilidades. O meu depoimento deve trazer luz suficiente ao trágico sucesso. Fazendo-o, juro dizer a verdade como se a minha mão, sendo a dum verdadeiro católico, pousasse sobre os Evangelhos. Condenável por si, pelas leis da vida e as lições da história, condenado ainda pela acção, até agora nefasta, da República, do regicídio não teço um libelo com receio duns e, muito menos, uma apologia para agrado doutros. O regicídio foi lògicamente a eflorescência vermelha de ódios e revoltas, semeados às cegas por republicanos e monárquicos na sazão ardente de 907-908. Culpa de todos, como há dois dias, como há dois anos. Como obra de facto, tem de integrar-se na campanha de demolição, praticada e levada a cabo pelos republicanos contra a realeza. Os protagonistas nisto foram o menos; apoucá-los, ou engrandecê-los seria um cometimento tão parvoínho que *in limine* eu o afasto. Mas porque o regicídio, em sua nebulosidade, em sua paradoxal concepção e realização ficaria inexplicável sem o conhecimento psicológico dos seus autores, eu me tento a pintá-los.

. . . . . .

Era Manuel Buissa dos mais assíduos frequentadores do *Gelo,* esse café muito arrumado a meio do Rossio tumultuário,

Slhi

que, não obstante o berrante das fardas, conserva um ar todo plácido de botequim provincial. Às suas horas, nas meias manhãs preguiçosas de Lisboa, quando, tão lentas e doces, os senhores burocratas vão por aí abaixo mais brandos que em liteira, ou à noite, depois do jantar, Buissa era certo à mesa branca do *Gelo,* na parte que olha a R. do Príncipe, um cálice de cognac à frente, escrevendo cartas ou cavaqueando alto com amigos ou próximos. Buissa não era destes que se isolam na turbamulta e precisam da turbamulta para se isolar. O café era para ele o cenáculo, os amigos a que levava a sua amizade, a vozearia a que misturava a sua voz, tão despótico sendo nele o instinto da sociabilidade que da sua boca não sabia enxotar o indivíduo de má nota e o malandrim averiguado. Dentro de si, melancólico ou a cismar como outros moinas de café, nunca o encontrei, nem a atitude era compatível com o seu temperamento tão vincadamente buliçoso e dispersivo. A vida exterior empolgava-o, era tudo nele, sem lhe deixar um refolho, um canto oculto, em pensamentos e obras mais trespassável à vista que o próprio vidro.

Curioso este tipo de português, vindo do Norte, da parte mais resistentemente nacional, godo que aflorasse na linha longa das gerações, genuíno, inquieto e trabalhador como a flor estreme da raça. De corpo, era um homem de estatura meã, rosto fino, tez branca que mais realçava a barba preta com tons de fogo, na qual as suas mãos tinham o vício de passear-se, de embrenhar-se, quando a cólera o tomava ou ouvia alguém do seu agrado. A testa era longa, com as arcadas superciliares marcadas sem demais, as linhas fisionómicas duma delicadeza que, fora das mulheres, desagrada. A aparência, toda ela de franzino, mascarava-lhe inteiramente o génio assomadiço e a coragem que não era lenta nem jamais foi receosa a medir-se. Parecia um delicado, destes homens para produzir os quais a vida das cidades esculpiu sobre a carne de gerações e gerações, desengrossando, limando, amanei-

SIhi

rando, e era uma planta vivaz das serras. Só os olhos muito móveis e azuis, mas sem fereza, traíam nele o ânimo expeditivo e a índole que, além de resoluta, era exaltada. Os seus modos espalhafatosos seriam detestáveis se não houvesse a contrabalançá-los uma grande e sincera franqueza, da mesma forma que «aquele dar-se todo» torná-lo-ia suspeito se o seu carácter se não descobrisse até os planos mais remotos. Mais que a identidade de ideias haviam-no imposto ao grupo revolucionário do *Gelo,* que paradoxalmente via o mundo através de Nietzsche e dos pensadores russos, haviam-no imposto aquelas virtudes do homem instintivo, generosidade, espontaneidade, poder de estimar e admirar, ao contacto dos quais o homem de pensamento se desvanece.

Buissa era republicano, menos porém convicção profunda que ociosidade do espírito. Para seres e coisas que se movessem fora da sua esfera nem tinha paixão, nem exercia análise. A sua fisionomia peculiar era a dum céptico, jogando um desdém vulgar sobre tudo.

Comprazer era nele uma força cega, despótica até o absurdo. Uma fineza, que lhe fizessem, uma grilheta. A sua vontade, que não era frouxa, derretia perante amigos como a cera. Por vezes inflamava-se em ardor revolucionário e era por aquela sua necessidade psíquica, elementar, de se pôr em assonância com «o de fora».

Visto em seus predicados de sociedade, era Manuel Buissa o que se chama um homem moderno. Cavalo rebentio que aparecesse no picadeiro Gagliardi domava-o ele. Os seus pulsos finos aguentavam ainda firme a espada francesa quando no assalto já os outros fraquejavam. Nas praias, mòrmente ali naquela Algés, a dois pulos do *Gelo,* não havia braços de nadador que mais longe batessem o mar.

A sua cultura literária não era também comum. Professor no *Colégio Moderno,* dava-me a impressão de ter uma inteligência lesta, assimilando sem esforço, mas também sem

Slhi

perdurabilidade. Tinha, no entanto um sentimento bastante largo da vida que nas horas de excitação costumava traduzir pelos baixos epifonemas dum pessimismo exagerado.

Não era um espírito interessante, mas não tão simplista que enfadasse. Em regra, via as coisas linearmente, menos por incapacidade que por preguiça em discorrer. Era, como o carácter, um espírito todo «de á de cima».

Simpatias grangeava-lhas, em natural reversão, aquela sua plasticidade simpática para todos e a auréola de destemido ganha em bulhas e desafrontas. Buissa era deste barro dos António de Faria sempre pronto a dar e a levar. As suas proezas tomavam já o tom de ciclo, com os seus admiradores, os seus aedos de café. Em verdade Buissa era valente e fanfarrão. O fanfarrão esconde por via de regra o fraco e aqui anunciava o forte. Se dizia: «parto-lhe a cara», partia a cara ao tipo. No teatro da R. dos Condes bateu-se uma noite com a plateia toda; esmurrou, numa tarde de S. João, as ventas do administrador da Azambuja, que era homem alentado e pimpão, numa roda de pimpões; no caminho ermo de Linda-a-Pastora viram-no avançar contra a browning, que o revolucionário P. R. lhe apontava ao peito, com uma fúria tão selvagem que, a segurá-lo, lhe deslocaram o braço.

Era isto tudo, galante, franco, liberal, corajoso, blasonador, incoerente muitas vezes, parlapatão mais duma, sem equilíbrio na vida, sem disciplina moral, uma ou outra anomalia medrando a meio de sentimentos que, além de ser puros, pareciam dever ser inibitórios. Assim Buissa, que era um pai de família extremosíssimo, se não exacto, prezando a sua mulher e tendo pelos filhos uma adoração sem limites, a pontos de, tresnoitado ou embriagado, o que por vezes sucedia, se não poder deitar sem os beijar e se abraçar neles, mantinha correspondência de amor com uma menina de Lisboa.

Este *marivaudage* do coração, a meu ver mais repreensível que outra espécie de relações íntimas, porque envolvia a

Slhi

dissimulação do que há mais respeitável no homem casado, o sentimento perante a mulher a quem de direito pertencia, e tanto mais que ela era uma doce escrava no lar, dá a nota do ânimo leve de Buissa.

Em suma, muita nobreza espontânea, mas sem fundo, uma grande sensibilidade em que entrava por muito a imaginação, uma inteligência fácil e clara mas pouco tenaz. Além disso, uma consciência inclinada à prática do bem e à magnanimidade, mas indolente, abandonando-se ao curso das coisas, ou procedendo por arrebatamento. A par disto, uma ausência completa do sentimento de responsabilidade e miopia no prever as consequências dum acto. Buissa era argamassado, a um grau extremo, das virtudes e falhas da raça, num lineamento ora confuso ora recto, sendo as suas contradições a sua lógica, como o seu ar efeminado a sua maior mentira..

II

Homem que menos se parecesse com Buissa – Alfredo da Costa. Aquele era do norte; este do sul. Um godo; o outro árabe.

Foi no corrente de 1906 que R* P* apresentou no *Gelo* esse rapaz de vinte e oito anos, alto, desengonçado de corpo, duma fisionomia séria, quase triste, a que ninguém ligou importância. Grandes olhos castanhos, lentos a mover-se, com uma fixidez por vezes de desvario, um nada de barba loura no queixo, o nariz levemente amolgado sobre a esquerda. Provàvelmente uma tuberculose descurada, que traiçoeiramente seguisse caminho, achatara-lhe o tórax, aguçando-lhe os ombros e imprimindo-lhe já às costas uma quebratura perceptível.

Com este, ao contrário de Buissa, não terá o historiador grandes canseiras psicológicas a fixá-lo. A sua figura moral não demanda mais que traços largos, rectilíneos. Era um

Slhi

homem duma só peça, crente até o iluminismo interior, de instruido até o ponto em que a vida se decompõe numa tábua mais ou menos certa de problemas, mas todos eles solúveis e claros.

Donde saiu Alfredo da Costa?

Há homens que, mediante uma luta surda e titânica com o meio que os envencilha, com a sua condição de desvalidos e iletrados, sem mão alheia a guiá-los, sem luz externa que os alumie, bruscamente se «põem em marcha.» Qual é a força propulsora, a energética do milagre? Um clarão que passou, o dedo de Deus, o argalho do caminho levado no vento.

Alfredo da Costa foi este homem, lançado para a cidade da sua aldeia alentejana, e que, dobrando-se sobre si, batido dos baldões, «se viu a marchar.» Atrás, todo o atavismo da alma popular, opressões, tristeza, fatalismo, mansidão. Pela frente, o torvelinho do século, luz e sombras, ideias confusas, ideias desordenadas, ideias; a vida com as suas facetas todas; o homem em todos os seus planos.

Educou-se como pôde, que mais não foi que abrir os olhos ao que via e tratar de compreender. Tudo o que era imediato recebeu-o; tudo o que era bradado alto, ouviu-o. Nada mais receptivo que a simplicidade do camponês; nada, ao mesmo tempo, que mais precise de síntese. Para a improvisação intelectual de Costa, a revolução pregada em 1906-907 devia ser o fecho de abóbada, a ideia adequada.

Mas a paixão, o estado de consciência consentâneo dos últimos sacrifícios?

Por uma vereda longa, mas directa, veio Alfredo da Costa ao regicídio. Veja-se lá longe, voltando costas à planura alentejana, tão cheia de ascetismo que pede calvário, carregado dos vícios ou virtudes da plebe, fado de mouro, devoção cristã. Siga-se firmando o pé na mobilidade da cidade, deslumbrado o espírito, lisonjeada a sua condição de rústico, cão malhadiço, ao mesmo tempo, de patrões e ricaços.

Slhi

Observe-se escutando o evangelho revolucionário, comentando-o com este calor oral que insensìvelmente vai ganhando a alma, sentindo a nobreza superior das ideias e arvorando-se em paladino duma.

Estude-se naquela sua vontade – o que de mais vincado havia nele – submetida por assim dizer a ferros, toda concentrada ao serviço da causa – e compreender-se-á que, quando todos fogem, quando tudo falha, estava na lógica da sua pessoa moral cometer o acto abominado, para ele, de dignificação e de sacrifício.

Tinha de ser assim. O seu republicanismo acabara por tornar-se exclusivamente num estado de consciência, soberano e despótico. Não lhe faltava nada para carrasco ou herói; coragem, decisão, porque não duvidava, o fanatismo que existe sempre que acima do espírito de flora vaga paire um só pensamento.

Alfredo da Costa era, além disso, um puritano estreito a conduzir-se e a avaliar as criaturas e os seus actos. A sua atitude peculiar era a da ameaça. Uma perplexidade, uma quebra de palavra, uma ruptura do dogmatismo a que submetia tudo, sofriam a condenação da sua boca e o correctivo, às vezes, dos seus punhos. «Se os srs. representantes da Nação mais uma vez nos votarem ao olvido, resta-nos a certeza de que os *marmeleiros* ainda se não extinguiram» – escrevia ele em 1903. «Tentar esmagá-lo (o opressor) num justificado impulso de revolta é um dever de todos nós» – dizia ainda em 1906. Na Loja a que pertencia tornou-se proverbial esta balda.

Rígido com os outros, era-o ainda mais consigo. Assim, como salariado, passou dias inteiros sem comer, escondido, com vergonha de que o vissem soltar uma queixa, incapaz de estender a mão a quem quer que fosse. Rebelde por índole, professando o conceito que era humilhante para a sua qualidade de homem aceitar tutelas ou favores, mòrmente

Slhi

quando tinham a recomendá-los as leis do parentesco, quebrara as relações com um tio, abastado comerciante estabelecido em Lisboa, que, parece, o estimava e era benévolo a acolhê-lo. Era um empregado apreciável, mas repugnava-lhe sentir sobre o ombro a mão do patrão. Nisto ainda, palpita-se a sujeição exagerada da vontade a uma regra. Numa das suas crises de revolta e, consequentemente, de miséria, atirou-se um dia, na Rua Augusta, para baixo dum carro eléctrico que passava. O guarda-freio travou a tempo e, saltando abaixo, ao passo que o desancava, apostrofava-o:

– Seu malandro, quer-me desgraçar!?

Alfredo da Costa, que era pundonoroso, contava isto depois, simplesmente, sem ressaibos de amor próprio, reconhecendo-se merecedor do castigo.

Tudo o que cintilasse ao seu espírito como uma obra de justiça, a praticar ou praticada com ele, rendia-o de pés e mãos; para com os outros, apaixonava-o e da causa alheia fazia sua. Era um romântico, feito nos *Mistérios do Povo* para a vida, a ouvir a cantata da Convenção por toda uma plêiade de idealistas impenitentes, para a política. Não era um extremista; a sua ordem social tolerava as espigas altas.

Era um homem activo, mas da actividade precipitada dos impulsivos.

Acima de tudo um honesto e digno lutador.

Em Angra do Heroísmo fundou um jornal para defesa da classe dos empregados do comércio, e tão bem conduziu a campanha das suas reivindicações que, ao cabo de tempos, vigorava ali o repouso hebdomadário. Em 1903, em Estremoz, fez intensa propaganda republicana e daí começou a colaborar nos jornais de classe da capital, sempre o mesmo homem de fé e de dedicação sem limites. Foi caixeiro viajante, e presidiu à Associação dos Empregados de Comércio de Lisboa. Depois, mediante um pequeno capital, emprestado por mão amiga, fundou uma vaga empresa de livraria, *A Social*

Slhi

Editora, onde foram editados alguns folhetos contra o regime.

Encetou ainda a publicação em fascículos, distribuidos aos domicílios, dum romance de índole popular: *A Filha do Jardineiro.* Nele se pretendia aproveitar a voga duma quadra que ainda hoje corre pelas aldeias e em que se recorda um pecado ou suposto pecado da juventude de D. Carlos. Os seus autores F** e R**, um que já foi ministro da República e outro que assentou banca de publicista, propunham-se sob o pseudónimo de Miriel Mirra agitar as multidões e atraí-las ao credo republicano. Apenas vieram a lume três capítulos. Nesta empresa embrionária e mal sucedida consumiu Costa o seu pecúlio, que não era muito.

Nesta tentativa, o abnegado transparece ainda. Procurava-se dar uma machadada na carcomida árvore real de sete séculos, Costa trazia o que tinha: a sua inteligência modesta, o seu dinheiro – a sua vida por fim. A República, em boa verdade, não pode enjeitar este nome. Depende das vicissitudes duma obra o galardão que a posteridade reserva aos precursores. Assassino puro, ou Guilherme Tell, os destinos da República estão lavrando a Costa e a Buissa um destes epitáfios. Mal deles, se a frase do sr. José Barbosa proferida a 5 de outubro de 1910, na Câmara Municipal, nos braços do sr. Israel Anahori, fosse o lema permanente e irrevogável dos republicanos que dirigem esta terra:

– Eles já comeram muito; chegou agora a nossa vez.

«Eles» eram os monárquicos. O qualificativo porém depende do bom ou mau êxito global das Instituições que ajudaram a fundar. Porque é desnecessário demonstrá-lo, a República implantou-se ali no Terreiro do Paço, naquela tarde trágica de fevereiro; implantaram-na Buissa e Costa pese bem embora aos senhores pausados, vazios e bons burgueses que disso e doutros desatinos sobem a sacudir as mãos na varanda de Pilatos.

Slhi

Planeada a revolução pelo risco e indústria do sr. Dr. António José de Almeida que, para o civil, tinha como lugar-tenente a Luz de Almeida, Costa arranchava no *grupo* que devia assaltar o Palácio Real, depois, por uma modificação da estratégia, o Quartel de Cabeço de Bola. Na noite de 17 de Janeiro, data fixada para um movimento que abortou còmicamente no Elevador da Biblioteca, a hoste, grossa de vinte homens, que tinha à sua testa Costa e Buissa e como um dos soldados de linha H**, artista de raça, frágil e delicado como uma mulher, experimentou ainda o fogo da Guarda, nas imediações da Rua de Santa Bárbara, quando aguardavam que os morteiros dessem voz de revolução.

A partir dessa manhã confusa e atarantada, o governo Franco empreendeu a lógica e inevitável obra repressiva. Foram presos os membros do Directório, as personagens em evidência do partido, e daí passou-se à caça dos revolucionários sem galões. A desordem e o pavor lavraram então nas fileiras republicanas, que pareciam firmes e ordenadas. O Tejo e os quintais foram o coval de muita bomba. Nos quartos andares, os moradores davam-se tratos de imaginação para esconder os *abadies* de contrafacção espanhola com que os revolucionários deviam fazer calar as kropatcheks e peças de tiro rápido. Fugiram para terras nunca vistas nem sonhadas ou sumiram-se pelo chão os chefes e sub-chefes do movimento. Franco triunfava em toda a linha.

No meio do pânico geral, Alfredo da Costa era um dos conspiradores que não arredara pé do seu posto. Deserta e melancólica quedava a pequena sala do Gelo, tão frequentada pelo seu *grupo*. Uns presos, outros ocultos, os intelectuais F**, G**, D** arredios por avessos às grandes aventuras. À parte Buissa, que abancava impertèrritamente, os outros passavam de fugida rápidos e silenciosos. Fechados os centros, suspensos os jornais, as prisões cheias, pelas ruas viam-se passar rebanhos inteiros de homens, enquadrados por guardas a cavalo.

Slhi

Mercê do acaso, imprevidência da polícia, o descaro com que revestia idas e vindas ou o quase anonimato da sua pessoa, Costa continuava livremente pela cidade, congregando os elementos que, dispersos, sobreexistiam ainda, teimando sempre, mensageiro intrépido e expeditivo daqueles que acaçapados nas luras guardavam uma réstea de esperança. Creio que com os srs. António Maria da Silva e Soares Andréa se encontrou algumas vezes, não sei onde.

– Se algum *bufo* me deita a unha – dizia Costa palpando o browning na algibeira da calça – queimo-lhe os miolos.

Costa insiste sempre para que se tente o lance. Onde param os dois terços da força pública com que o sr. Dr. António José de Almeida contava para derribar a monarquia? Onde pára toda a vasta e poderosa teia de revolucionários civis que deviam, escalados contra cada um dos bastiões das forças lealistas, iniciar o ataque?

O movimento estava travado com mão de ferro; Franco continuava a varrer o terreiro implacàvelmente.

A 30 de Janeiro, dia em que foi assinado o decreto de proscrição pura e simples, Alfredo da Costa teve um encontro com o oficial da marinha M* de C* que lhe disse:

Matem João Franco e dou-lhes a minha palavra que a revolução sai para a rua. A marinha e infantaria da marinha só esperam um sinal.

Costa busca reunir um bando de homens capazes. Furtam-se todos.

– Pusilanimidade! – exclama Costa.

O terror recrudesce.

III

Como prosseguimento à História de Portugal de Pinheiro Chagas, continuada por Barbosa Colen, publicou a casa editora

Slhi

dois volumes sob o título: *Um Reinado Trágico*. Trágico com efeito o reinado de D. Carlos entrevisto nesse livro, que parece menos a crónica dum povo na sua actividade múltiplice que o registo obituário dum cemitério. A mão vai folheando e, página a página, a par duma sessão sonolenta ou de puro psitacismo, nas Câmaras, depara-se-nos um necrológio. Os mortos – é ver esse livro simplista e mal alinhavado, talvez, por isso mesmo, mais eloquente – ocupam aí um lugar mais vasto que os vivos. E chega-se ao fim da obra com o sentimento de que, sob D. Carlos, a função por excelência era morrer.

O autor não soube focar a extraordinária e anónima elaboração duma sociedade que vive; não sentiu o rumor, muito menos, a lenta e esforçada lide da colmeia mourejando; devisou apenas os sucessos que trazem rótulo, e a sua história parece uma longa e melancólica via Ápia ladeada de túmulos.

E todavia a realidade foi essa. Os homens mais representativos da nação nas letras, nas artes, na política, mergulharam no silêncio da morte, uns após outros, dir-se-ia puxando-se pelas mãos, enfadados de viver. Prematuramente... pelo suicídio... todos com pressa, num salve-se quem puder.

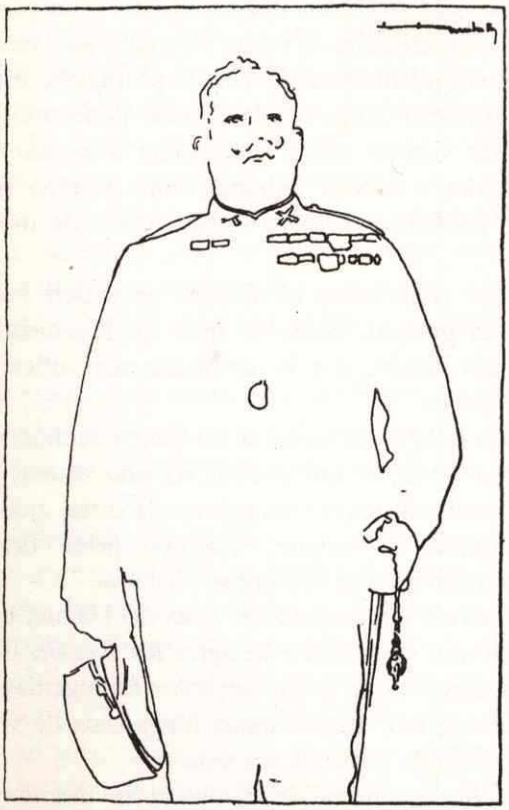
Poder-se-ia tirar orgulho desta debandada singular. Em terra planturosa a vida fenece às braçadas e renasce às braçadas. Na sociedade portuguesa, porém, ficava o vácuo, o campo árido, o lugar de fila deserto. Para que citar nomes cuja herança pesada não encontrou jamais sucessores, ou veio vergar ombros de pigmeus?

Um rei com mão forte e inteligente poderia ter desviado o curso dos acontecimentos, e ter aproveitado essa plêiade que se nirvanizou ou se perdeu em guerrilhas singulares? Decerto. Mas tudo se conjurava para que D. Carlos não fosse esse príncipe necessário e salvador.

Era um Bragança na acepção pejorativa do nome. «Os meus defeitos procedem de duas causas: – confessava ele, segundo os termos de Ramalho – primeira, a hereditariedade

Slhi

na gestação do meu ser; segunda, a influência do meio em que nasci e me criei.» Em D. Carlos, a matéria vibrátil – aquela sua timidez nativa, gosto da comodidade, perspicácia que não inteligência, bonomia pachorrenta e tolerante, todo aquele «não te rales» para tudo o que estivesse fora da sua esfera particular, pois aí, não arregimentada a usos e preceitos, a sua actividade mostrava-se viva e expedita – era de todo



Bragança. Coburgo no físico, na sensibilidade e carácter, neto bem herdado daquele a quem a esposa bradava, num acesso

Slhi

de cólera contra o pusilânime: antes rainha uma hora que duquesa a vida inteira.

Tão pouco teve a educação do príncipe providencial. Qual deveria ser? Decerto não essa que lhe ministraram, mecânica de todo, sem presa na alma, Tito Lívio, as armas, a dança, as línguas, de mistura com esse leccionário, todo de vitral, depressivo que não elevador, das glórias passadas dos seus avós e vassalos dos seus avós. Estou a ver o professor de história percorrer com dedo trémulo o mapa, em que poucas são as enseadas e terras remotas que, no dizer de Vieira, se não infamassem do sangue português. Estou a ver o velho António Augusto de Aguiar penetrando-se e ao discípulo do veneno subtil que levanta o sacudir de todos esses brocados e nobres velharias duma história majestosa. E sinto o adolescente encher-se de ânsia e de inconsolável amargura.

Que não eram assim os aios do príncipe?! Eram assim todos os da geração, desde os mais medularmente poetas, como Tomás Ribeiro, aos de cerebração mais inflexível como Oliveira Martins.

Quando o homem acordou no jovem senhor, o romantismo duma educação, que poderia ter sido salutar, escoou-se ante as muitas solicitações mundanas da corte, ajudadas pela natural reacção do sangue, sibarítico pelos Braganças e Bourbons, realista pelos Coburgos e Sabóias.

Seria preciso um desconfiado e severo Hamlet e incubava dentro dele um optimista e benigno *Roi Pausole*. Daqui essa singular figuração de rei *gentleman-farmer*, espingarda ao ombro, charuto nos dentes, através duma longa cena de vinte anos, quase até o último passo da sua vida.

Estava-lhe na massa do sangue esse desinteresse pela causa pública, senão fastio atávico, que a pedagogia *ad usum Delphini* não saberia corrigir, e um concurso de coisas, uma péssima herança tanto social como política, a noção de

Slhi

pequenez da sua terra, ao compará-la – *a piolheira* – com outras de intenso trato e vulto desconforme, noção que conta para todo o portuguesinho e muito mais para um neto de megalómanos, e desalenta, isso e a peia constitucional, esse temível contrassenso que ou torna o soberano logro dos governantes ou o povo logro do soberano, sempre em prejuízo do povo, vieram agravar esse mal ingénito nos Braganças – o desdém pela grei. Podia a Corte, como um crisol de nobreza e virtude, depurar estes vícios de conformação ou externos do príncipe. Mas a Corte, espelho fiel daquela que cem anos antes M.me Junot cobriu de ridículo e seu marido de ultrajes, carecia de inteligência, tacto diplomático e até de graça. Exultando parvoìnhamente, tanto se não mais que o governo então no poder, subscreveu ao casamento de D. Carlos com D. Maria Amélia, da casa de Orleans, destronada e odiosa ao povo sobre que reinou muitos séculos. E erro foi este com repercussões nefastas na vida doméstica dos Braganças e nos negócios políticos e internacionais da nação.

Uma maquinação surda, de longo fôlego, simultâneamente empenhada junto do príncipe e da princesa, devia determinar essa aliança que a cortesania fácil baptisou de romance de amor.

A verdade é que o idílio, se idílio se pode chamar, começou apenas quando as negociações estavam ultimadas e os noivos, hóspedes do duque de Aumale, se encontraram face a face no Chateau de Chantilly. Instado por D. Luis a tomar noiva, dentre as muitas donzelas de estirpe real que lhe acenavam, D. Carlos descobrira a filha do conde de Paris, perdida no solar de Eu, como autêntica princesa encantada. Por ela se pronunciou deliberadamente. D. Maria Amélia, por sua vez, como nos contos de fadas em que se obedece a vozes misteriosas, de longa data que praticava a língua portuguesa. Ensinava-lha uma M.mè de Sousa. *Gaie, aimable*

SIhi

et riante – escreve o sr. de Colleville num livro que Brito Camacho comentou com um sainete e mordacidade que tornam o seu opúsculo émulo do *Portugal a voo de pássara*, de Camilo Castelo Branco – *la jeune princesse parlait portugais avec cet abandon, etc.*

Porque se dera D. Maria Amélia à ingrata tarefa de aprender o português, idioma desdenhado de todas as cortes e da educação das princesas mais caprichosas ou enciclopédicas? Que laboriosa e secreta teia se não estaria urdindo em volta da filha do conde de Paris, em Eu, e em Paris durante o seu tempo de internato no *Sacré-Cœur*, tomando-a como pedra dum jogo que a princesa Clementina, mulher dum Coburgo, amiga de todas as rainhas, celebrada e conhecida nas chancelarias, fez avançar, ajustando oficiosamente o seu consórcio com D. Carlos?! E se conjura houve, seria em nome da dinastia dos Capetos contra a República Francesa, ou em nome de interesses de religião contra a Casa de Sabóia que a Portugal, com D. Maria Pia, estendera a fronde herética? Não temos dados que nos documentem, mas parece fora de dúvida que às espaldas do «romance de amor» houve uma bilateral, longa e paciente cabala.

Fosse como fosse, a aliança com uma descendente de família real destituida, não era recomendável sob nenhum ponto de vista. Não era uma princesa da cepa dos Orleans que podia renovar a dinastia bragantina e arejar o Paço, tão falho de modernidade, nem tão pouco fortalecer a nação, tão escassa de prestígio, no concerto da Europa. Dado que este enlace não fosse preparado nas sombras, mediante a manobra lenta e cautelosa de mão irredutível, ficaria de pé o egoísmo do herdeiro da coroa, egoísmo sentimental pouco me importa, em contra dos interesses da nação. E o veto de parte da Corte, de parte do governo, seria a atitude indispensável.

Dum modo ou doutro, a Corte morfanha, o governo imbecil subscreveram a aliança funesta. A primeira conse-

SIhi

quência foi o resfriamento de relações com a França que neste consórcio, festejado com grande alarde no Hotel Galliera, viu uma ameaça às suas instituições. Como riposta, o Parlamento votou a proscrição dos descendentes mais chegados dos Orleans, o conde de Paris e o duque de Orleans, e a irradiação do exército do príncipe de Joinville, e dos duques de Aumale, de Nemours, de Chartres, e de Alençon. Quando da recepção do corpo diplomático, à data dos esponsais, Billot, ministro de França em Lisboa, e D. Luis trocaram os mais lacónicos e incolores discursos de que há memória nas relações oficiais dos dois países. Outra consequência, muito mais grave, foi dificultar a Portugal o concurso financeiro da França, na crise que o tesouro atravessava.

Passos desastrosos houve na política portuguesa, evitáveis se D. Carlos fora mais conveniente na escolha de noiva. Se a futura rainha procedesse da tão austera e solidária corte inglesa, seria possível o ultimatum de 1890, causa da revolução do Porto, e esta, por seu turno, causa propulsora da republicanização do País?

No domínio da política internacional, o consórcio Bragança-Orleans foi um lamentável desvio. Sob o ponto de vista de política interna, teve também a sua repercussão perniciosa, se não tão sensível, não menos eficiente. D. Carlos, se não era um liberal determinado, não vergava também aos preconceitos religiosos dos seus avós. Não era papa-hóstias como a caterva de D. Joões, nem um timorato perante os juízos de Deus como D. Pedro. Em alguma coisa, já que não em riquezas ou prestígio, devia ser herdado D. Carlos pela linha materna. Às cerimónias religiosas concorria como rei, por obrigação. Escreveu Guerra Junqueiro, não sei com que fundamento, que, enquanto se celebravam exéquias por alma do pai, D. Carlos caçava.

Não era fanático; a princesa, ao contrário, conservava viva a tradição de piedade e de fervor que reinavam na família.

Slhi

D. Carlos tinha recebido uma educação laica, ministrada por homens que professavam as liberdades do século; D. Maria Amélia tinha sido formada pelas irmãs do Sacré-Coeur.

No livro de memórias de António Enes *A Guerra d'África em 1895,* há uma dedicatória à rainha D. Amélia em que o seu excesso de zelo religioso ressalta com eloquência. Nesta dedicatória, como no livro, lavrada pelo pulso dum homem de certa envergadura, o palaciano aparece na posição genuflexiva de quem recita um acto de adoração ao sabor e gosto da sua senhora. Escreve:

«Também me recordo – de que nesse mesmo lance – dignou-se Vossa Majestade de dizer-me, textualmente – que estimava bem que partíssemos naquele dia consagrado à Padroeira do Reino, porque a Virgem nos protegeria.» E mais adiante: «Meditei nele (auspício) notando que o combate de Marraquene, em que o salvamento pareceu milagre, foi travado num dia em que também a Igreja celebra Maria, a 2 de fevereiro. Foi a 15 de Agosto que tive a inspiração de romper hostilidades contra o Gungunhana, e – notável coincidência – nessa data festeja-se a Senhora da Glória. Em Magul, a vitória de 275 soldados cristãos contra mais de 6000 cafres foi de molde a persuadir que não só o valor a ganhara; e a 8 de setembro comemora-se o nascimento da mãe de Jesus. – Não parece, senhora, que a Rainha do Céu quis mostrar que atendera o voto fervoroso da Rainha de Portugal» etc., etc.

Esta linguagem seráfica, na boca do autor dos *Lazaristas,* inculca os sentimentos de fé, que animavam D. Amélia. Era voz corrente, com efeito, que ela dirigia a camarilha intolerante e ultramontana do Paço, e que fora o melhor esteio das Congregações junto dos governos, em oposição ao marido.

Exagero ou não, o certo é que D. Amélia desmerecera da simpatia do público pelo beatismo de que a criam eivada.

Slhi

À força de mascar padre-nossos, o país cobrou fastio. Por todo o reinado de D. Carlos fora, o português sofreu de enjoo religioso.

Que além desta discrepância em matéria de religião, os dois augustos esposos eram avessos de carácter e de temperamento!? Nada de positivo podemos adiantar. Facto era a rainha ter uma roda e o rei outra. Nos últimos anos eram virtualmente dois divorciados. Um vilegiava numa estância, o outro vilegiava noutra. Se coincidia regressarem a Lisboa, um apressava-se logo a partir para Sintra, Mafra, Cascais, como numa quadrilha de que as Necessidades fossem o centro.

Estimada do esposo, estimada da corte, não sei. Do povo não era estimada. Pôde dispensar o bem às mãos cheias, patrocinar a fundação de estabelecimentos de caridade, o Instituto dos Tuberculosos, Lactários, Cozinhas económicas, do seu bolso semear dinheiro pelos necessitados, ser esmoler ao extremo, as suas virtudes nunca alcançaram o galardão do reconhecimento. Não soube fazer-se amar; a população de Lisboa não a amava. Por detrás do seu sorriso real, havia um não sei quê de molesto, de hostil que indispunha. Uma dama do Paço dizia:

– Se a rainha está só ou passeia só, a sua máscara é dura, a máscara implacável, trabalhada de ódios, dos Bourbons. Zumbe uma mosca, sapeja sapato, avizinha-se um vulto, o seu rosto enflora-se dos melhores sorrisos.

Certo, a rainha devia dissimular numa corte que o seu garbo e a sua elegância não puderam de todo converter. Portugal não satisfizera as suas justas aspirações, os alados sonhos que concebera pelas áleas solitárias do parque de Eu. O rei engrossara, monteava, via lavrar as quintas ou pegava touros, distraira-se dela. A corte tinha poucos agrados. Longe os bobos, os jograis, os serenins de troveiros, os gentilhomens de espadim no cinto de anta e mocidade inteligente e donairosa. A vida do Paço dava vontade de dormir – declarava um homem que do Paço fora.

Slhi

A sra. D. Amélia não gostava do país e – estou em crer – não gostava dos portugueses. De facto, têm muito por onde ser detestados; mas seria preciso perdoar, compreender, ter ternura por eles. Estava na sua índole de francesa, de princesa de excelsa linhagem, não ter, não poder ter essas contemplações.

Quando sua augusta pessoa partia de Paris para Portugal, à volta de Woodnorton, onde fora assistir aos esponsais da princesa Luísa, depois de dois meses de folga pela estranja, ouviram-lhe soluçar:

– *Adieu! Je vais reprendre mon collier de misère.*

Eu compreendo estas vozes de despedida. Compreendo que fosse desditosa na sua vida de rainha dum país pobre, maltrapido, semi-bárbaro, devorado pela política. E devia sê-lo, entre outros motivos por não amar aos seus súbditos e não fazer-se amar deles como competia ao seu dever de soberana. O seu poder de dissimulação não chegou até aí. E foi isso para o trono uma das causas da ruína.

D. Amélia não estimava o povo português, e o povo correspondia-lhe e ao marido com a mais entranhada indiferença, quando não aversão. Quando D. Carlos dizia «Portugal é uma monarquia sem monárquicos»; o queixoso, mais que tudo, devia ser o ser o seu lado afectivo de homem.

De minha memória nunca lhe senti popularidade, essa aura de respeito e boa disposição que seu pai soube granjear, ao que consta. A geração a que pertenço nasceu revolucionária, as gerações que alvoresceram depois de mim revolucionárias foram. No colégio, dirigido por padres, os mocinhos, à laia da *églantine* simbólica, caprichavam em ostentar a gravata vermelha.

Na personalidade de D. Carlos há todavia uma distinção a fazer: o rei e o homem. O rei era péssimo, o homem, pelo que li, pelo que ouvi, era óptimo.

No Campo das Salésias pude divisá-lo à vontade seguindo

Slhi

com visível desvanecimento e orgulho as evoluções duma companhia de artilharia, ao lado de Kaiser Guilherme II, seu hóspede. Era um homem sólido, de estatura maciça sobre o obeso, todavia não desprovido de agilidade. Pisava com facilidade e potência. Olhos móveis e maliciosos; filamentos vermelhos de sangue a sulcarem-lhe a tez rósea do rosto, duma gordura reluzente e simpática; cabelos com leves reflexos ruivos, ligeiramente encaracolados. Em tudo um desses Coburgos que vêm nas oleografias, cada vez mais acentuado à medida que os anos passavam sobre ele.

Guardei esta imagem do homem, a qual, mais tarde, quando a paixão política arrefeceu e me deixou a faculdade de exame, veio ilustrar luminosamente actos seus do domínio particular, tornados públicos, de bonomia, de delicadeza, de compreensível altivez.

(Continua)(1)

AQUILINO RIBEIRO

(N.os 4, 6 e 9 de 5/XII/21, 14/I/22 e 1/III/22)

---

(1) *Não continuou.*

SIhi

Capítulo XIV

FIGURAS LITERÁRIAS

Texto 1

OS QUARENTA IMORTAIS

I – GUERRA JUNQUEIRO

Pequenino de estatura, olhos fulgurantes de águia, perfil adunco, no rosto espirituoso a barba rude dum missionário ou dum profeta, ele fala, erguendo os braços, nas visões extáticas da bondade e da beleza. Ainda hoje, porém, se a boca lhe murmura uma oração, lampeja-lhe nas pupilas um relâmpago fugaz de ironia. É da grande geração demolidora: companheiro de Santo Antero, hesitando entre o sonho e a acção; Teófilo, laborioso trapeiro das nobres coisas do espírito; o «tapageur» e saudável Ramalho, a um tempo burguês e paradoxal; Eça de Queiroz, avivando com um suave brilho de iluminura a prosa monástica dos seiscentistas; e Oliveira Martins, de mal com a história por mor das letras, de mal com as letras por mor da história – o pensamento dúbio do Astrólogus da «Pátria».

Junqueiro matou D. João, envelheceu o Padre Eterno, combateu os preconceitos e os dogmas, cantou a nostalgia da mocidade, em versos por vezes duma falsa grandiloquência, à Hugo, pululantes de antíteses. Depois, encantaram-no os modernos. Renovou o estilo em ritmos decadentistas, na maneira ambígua de Verlaine e do Moreas dos primeiros livros:

Toc, toc, toc, il cloue à coups pressés
Toc, toc – le menuisier des trépassés...

Nos «Simples» há a formosa paisagem do Minho e de

Slhi

Trás-os-Montes; a interpretação das almas ingénuas, as velhinhas, os cavadores, os pastores, as boieirinhas, adormecidos, ao fim da vida, no Campo Santo; a peregrinação idealista, na alvorada da adolescência, do moço ingénuo «de olhos cor de esperança»; e o canto sublime, de renúncia e desalento, à velha ama, cuja cantilena outrora o adormecia.

Bruno considerava a «Pátria» como os «Lusíadas» da decadência. Junqueiro nela evocou a galeria dos Braganças, doidos, maus, imbecis, exceptuando a efémera figura de D. Pedro V. Poema de alucinadas visões! Quebram-se as amarras dos navios fantasmas, povoados de emigrantes; mãos rapaces dividem o espólio do gigante antigo; junto de festins mortuários, o Doido ulula misereres duma lástima irremediável; ouvem-se gritos e uivos varando a treva; o cavaleiro de Deus, brandindo o montante, traça no ar sulcos de luz, que iluminam a terra de Portugal, desde a gleba de Aljubarrota à cela do carmelita contrito.

O poeta ainda se renova, balbuciando a «Oração ao Pão». «É a decadência! o fim!» gritam os prematuros coveiros do génio. Mas a sua inspiração sobe mais alto, a sua «pupila ovante» fita a luz etérea, clarão de lírios e de estrelas, poesia perante a qual a admirável «Symphonie en blanc majeur» de Gautier é um ténue bruxulear de fogacho azulado. Queixam-se os delicados de que, na «Oração à Luz», sob as cordas da lira se entrevêem tubos de retorta dum sábio amador... Estas estrofes são, porém, um deslumbrado êxtase, prece inquieta, arrancando à matéria inerte a chama de Prometeu, glorificando o espírito, convidando o Homem a erguer, nas madrugadas, a fonte crepuscular. A «Oração à Luz», despida de imagens banais, fremente duma pura e altíssima inspiração, é, na verdade, um soberbo canto do cisne:

Slhi

Homem!
Quando a alvorada alumie o horizonte
Ergue-te em pé, ergue essa fronte!

. . . . . .

Ergue essa fronte humana misteriosa,
Enigmática flor crepuscular...

. . . . . .

CÂMARA REYS

Nas *Prosas dispersas,* em comentário de hoje, escreve Junqueiro:

«Eu tenho sido, devo declará-lo, muito injusto com a Igreja. «A Velhice do Padre Eterno» é um livro da mocidade. Não o escreveria já aos quarenta anos. Animou-o e ditou-o o meu espírito cristão, mas cheio ainda de um racionalismo desvairador, um racionalismo de ignorância, estreito e superficial. Contendo belas coisas, é um livro mau, e muitas vezes abominável. Há na grandiosa história do catolicismo páginas de horror, mas a Igreja com os Evangelhos cristianizou e salvou o mundo. No catolicismo existem absurdos, mas no âmago da sua doutrina resplandecem verdades fundamentais, verdades eternas, as verdades de Deus. A força moral do catolicismo é hoje imensa, não pode negar-se.»

Não discutiremos, pelo menos por agora, estas palavras, embora continuemos a julgar, como Guerra Junqueiro nos *Simples,* a Igreja Católica uma grosseira materialização da doutrina evangélica.

Sobre as ideias e a forma literária de Guerra Junqueiro, já um dos espíritos mais lúcidos da nossa terra (1) fez restrições formidáveis, que julgamos, como Raúl Proença (2),

(1) António Sérgio em *Ensaios,* vol. I
(2) Ver texto 12.01

Slhi

exageradas. Aceitemos a grande obra do poeta, em bloco, com todas as suas maravilhas e os seus defeitos. Não a avaliemos só pelos cânones da erudição, do racionalismo, da síntaxe e da prosódia. Evitemos espulgar miùdamente, com um acanhado exagero, a esplêndida pele do leão de Nemeia.

C. R.

(N.º 4 - 5/XII/21)

SIhi

Texto 2

OS QUARENTA IMORTAIS

II – TEÓFILO BRAGA

Vimo-lo há pouco, na rua, com livros debaixo do braço – livros que já não lê. É uma sombra, um fantasma do passado. Caminha como um sonâmbulo. Nos seus olhos apagou-se quase a luz, embaciados pela poeira dos arquivos e dos séculos. Os seus passos prendem-se nas pedras da calçada. Caminha sem ver. É um fantasma que deixa atrás de si uma grande sombra.

A sua obra imensa e imperfeita é desconexa, informe, cheia de lacunas e de erros. Lembra-nos a história do bibliotecário que, trepado no escadote das estantes, à busca dum documento, sente de súbito despenharem-se, sobre a sua cabeça, os arquivos dos séculos. Os seus livros são, por vezes, o tumulto, a confusão, a baralha. Falta-lhes o estilo, a ordem, a harmonia, o equilíbrio, a serenidade e a ponderação justiceiras.

Perde-se prolixamente em divagações, aceita doutrinas e interpretações extravagantes, dilui, por miopia mental, as grandes linhas gerais dos assuntos, das épocas e dos caracteres. Mas, ainda assim, como é grande e nobilitador o esforço deste homem! Carreador infatigável de materiais, erudito, ledor incansável, paciente toupeira das nobres coisas do espírito, Teófilo não trabalha apenas com a sua caneta democrática. O guarda-chuva, a «malva», que vagamente o aparenta aos obscuros trapeiros, é uma espécie de gancho simbólico, com que ele remexe o barril do lixo literário do passado, trazendo para a luz a pluma velha dum trovador medieval, o punho da espada dum cronista do século XVI, a esfiapada meia de seda dum árcade esquecido, um pedaço do forro

Slhi

duma capa romântica, ou o vidro partido duma luneta de prosador realista.

Conferente medíocre, político detestável, crítico laborioso e irregular, filósofo, historiador, poeta, grande na concepção e medíocre na realização, parcial no juízo dos homens mas fremente de amor pela sua terra, espartano e sóbrio, não tendo vendido nunca uma página sequer das suas obras – cozinheiro das suas refeições modestíssimas, tirando ele próprio as nódoas do seu fato engelhado, vivendo cada vez mais só, figura inquietante de anacoreta – trivial e sublime – ele atravanca o limiar da nossa literatura do século XX, como um grande importuno, fatigante e incómodo; mas todos, novos e velhos, têm que contar com a sua bagagem enorme, encardida, sem o verniz da vernaculidade ou do estilo moderno. Com todos os seus defeitos, Teófilo Braga não merece os desdéns habituais dos que, autores dum artigo ou duma *plaquette* berrante, reclamam imediatamente para si os louros da imortalidade. Alquebrado, abandonado, esquecido, quase cego, quase inválido, – esse fantasma projecta uma grande sombra, sobre a charneca literária da terra portuguesa...

CÂMARA REYS

(N.º 10 - 15/III/22)

Slhi

Texto 3

OS QUARENTA IMORTAIS

III – EUGÉNIO DE CASTRO

Dormiram, no seu leito espiritual, as mais célebres e mais belas mulheres do mundo. Não têm segredos, para ele, os corpos e as almas de Belkiss, de Esther, de Cleópatra, de Salomé e das mais lindas heteras de Atenas, de Lesbos e de Roma. Não cantou Eva, porque a folha de parra paradisíaca não satisfaz as suas exigências de indumentária artística. Coroou com as flores do martírio a fronte pálida de Constança, para fugir à banalidade clássica das elegias a Inês. Num dia de chuva, disse os tormentos de Salmacis e do filho de Hermes e Afrodite, unidos no mesmo corpo de efebo e de donzela. Ainda moço, foi pedir aos choupos, e à trança de água do Mondego, os electuários e os bálsamos para as doloridas recordações da Capital funesta.

Por ele e para ele, fulgem as gemas mais raras e milhões de escravos arrancaram às ostras doentes as pérolas translúcidas, ou desenterraram das minas os crisólitos, os crisoprasos e os crisoberis, os diamantes, os jacintos, os rubis e as ametistas episcopais.

Por ele e para ele, milhões de rosas fundem as suas ténues almas de flores numa só gota de essência; ardem em cassoletas rendilhadas os perfumes da Arábia Feliz; evolam seus aromas o âmbar, o cinamomo, o nardo e a mirra; se filtram e coalham os unguentos orientais, em que as concubinas dos homens e dos deuses maceram subtilmente, no seu corpo astral, as mais recônditas e enebriantes dádivas de Afrodite.

Slhi

Por ele e para ele, o desferir dos harpejos eólios, a ressonância grave dos órgãos e das trompas, o zumbido dolente das cítaras e dos arrabis, o som estrídulo dos crotalos, o rufar dos sistros e atambores, o entrechocar dos címbalos, a modulação lenta das avenas, se misturam ao canto das aves, nos eflúvios harmoniosos da terra.

Por ele e para ele, as árvores genealógicas desdobram suas fulgentes folhas brasonadas, onde a púrpura e o oiro, em esbatidos suaves de iluminura, contam, a nobres e plebeus, as ascendências e puras linhagens afonsinas e leoninas, onde bebeu suas seivas a raça altiva do Poeta.

Nunca entrou na concorrida Estação da Vulgaridade; entreteceu, nos seus dedos finos de filho de algo, silvas esotéricas que, destinadas a raros apenas, picavam a epiderme escandalizada de muitos. Dos gritantes e fulgentes *Oaristos,* aos alvos Paros dos seus melhores poemas, foi depurando o engenho deslumbrante, onde pousaram, como nos lábios de Anacreonte, Horácio e Catulo, as abelhas do Himeto. Rimas, ritmos, imagens, pureza de forma, estos da fantasia, dão ao seu estilo um cintilar de dalmática, nas missas solenes da Arte – quantas vezes pecaminosas missas negras!

Nas últimas obras, dir-se-ia que as Musas se pretendem já esquivar ao tálamo sumptuoso do Poeta. Talvez que este grande mago das «silenciosas orgias» do espírito se torne, nos derradeiros anos da vida, um grande cultor da prosa de Frei Luís de Sousa e do inocente Bernardes. Vê-lo-emos, porventura, fechar o ciclo dos seus trabalhos com um livro de Memórias, castiço e académico, a que vá misturando as maliciosas reticências de um ou outro honesto conto de Bocácio... E, no entanto, mesmo nestes, não se esquecerá nunca de inscrever catòlicamente o piíssimo *LAUS DEO.*

CÂMARA REYS

(N.º 12 - 15/IV/22)

Slhi

Texto 4

OS QUARENTA IMORTAIS

IV – RAÚL BRANDÃO

Há no seu estilo fosforescências de fogos fátuos, uma luz confrangedora de eclipse, luar azul nocturno, tons esverdinhados e cinzentos, como nas telas de Columbano. Nunca sentiu as alegrias da vida; e, se as sentiu, nunca as pôde transmitir à sua arte. É um escritor irregular e sublime. Durante muito tempo ronda-se em volta da sua obra, que não vive de ouropéis literários. Um dia abismamo-nos nela, como numa cripta, e trazemos de lá o deslumbramento e o horror do Florentino, quando emergiu do Inferno.

É um artista de génio, que odeia o pitoresco, a pacotilha, a *blague,* o latão corrente, o conto do vigário aplicado à literatura: trezentas e cinquenta páginas inutilizadas pela tinta de impressão, a troco duns escudos do leitor. Ama, com infinita ternura, os seus personagens. Quanto mais ascorosos, mais envilecidos, mais machucados pela vida e pelo seu semelhante, mais os acarinha e espiritualiza. Escreveu a epopeia das misérias, da dor, dos vencidos, dos oprimidos, dos que morrem de fome ou por uma insaciada sede de ternura. Os seus ladrões, as suas prostitutas, o filósofo e o «Gebo», dos *Pobres,* nada têm de repugnante; pelo sofrimento e pela fatalidade ascendem a uma beatitude que não é cristã, mas poderia exprimir-se, sem irreverência chocante, em iluminuras de *Flos Sanctorum.* Sofrem, são cruéis ou martirizados, por uma espécie de predestinação. Hediondos, a dor os engrandece e purifica, sem os desfigurar. Nas suas criações de asceta não há o mais leve arrepio de sensualidade. Desenha os perfis

Slhi

das meretrizes com o realismo de Zola e a castidade de Fra Angélico. Arrasta-nos, na via sacra do sofrimento, ao lupanar mais sórdido, à promiscuidade de bandidos, soldados e mulheres perdidas, e não ouvimos um riso canalha, uma frase debochada, um palavrão, um comentário lascivo, e, entretanto, o realismo dessas figuras é flagrante, embora tocado de sonho. A espiritualização da realidade, em tão alto grau, só a dá o génio. N'*Os Pobres,* por exemplo, os capítulos *A Morte* e *Noite de Natal* são das páginas mais dilacerantes que se podem ler em qualquer literatura; há nelas a suprema beleza com que Dostoiewski, Tolstoi e Gorki imortalizaram as agonias humanas.

Não é só o sofrimento mais vivo que o atrai. O musgo do tédio, a lepra senil das existências vegetativas, o lento caruncho das almas medíocres e solitárias, encontram nele um cronista extravagante. Adora essas criaturas cuja vida é um bocejo e que levam para a sepultura um rosário de ilusões recalcadas e de *tics* ridículos. Tem a predilecção dos excêntricos dos grotescos, dos deformados, dos chasqueados. Agrada infinitamente, à sua natureza de tímido e de idealista, fazer-nos conhecer um maníaco, um aleijado, um palhaço, um bôbo da crueldade e da boçalidade dos homens, para nos descobrir, repentinamente, neles, almas relumbrantes de estrelas.

Em alguns dos seus livros, a própria matéria, inerte na aparência, se agita num vago sonho, para o coração enternecido do escritor, e tem uma voz, que não ouvimos, pela imperfeição da nossa sensibilidade.

Escreveu história e escreveu memórias. Duma e das outras fez ainda obras de arte. Uma noite, na Casa do Alto, como lhe chama Teixeira de Pascoais, éramos quatro a conversar com o autor de *«El-Rei Junot»,* na vasta quadra, de paredes fortes, onde trabalha, nos nevões e no silêncio dos invernos. Não luzia, no céu, luar ou constelação. Uma claridade frouxa adormentava, pelos recantos, boqueirões de treva, em que

Slhi

se comprazia o borboletear incerto dos nossos devaneios. Raúl Brandão mostrara-nos manuscritos, falara-nos de projectos, obras a realizar. Comentaram-se figuras de ontem e de hoje, dissemos todos a nossa admiração pelo grande Herculano, trouxeram-se à baila políticos, homens de letras, artistas. Ele passeava, dum lado para o outro, em passos graves, um pouco curvado; e a sua sombra, perdida pelas paredes e o tecto, avultava por vezes, estranhamente. Então, com uma voz quase sumida, quase em monólogo interior, ouvimo-lo murmurar: «Eu já não sei julgar os homens! já não sei julgar os homens!»

Talvez nunca soubesse, nem nunca saberá, porventura, julgá-los. O que ele chama o seu «bolchevismo sentimental», e a sua imaginação alucinada, o entusiasmo por um documento, uma carta, uma frase, uma palavra, uma simples interjeição – não lhe permitem mergulhar no passado, com os petrechos dos historiadores académicos – de escafandro e campainha de alarme no aparelho crítico. Escreve com os abençoados erros da sua paixão, da sua parcialidade comovida, dos seus nervos combalidos. É interessante vê-lo tomar apontamentos para as «Memórias»: um dito, uma anedota, um boato – regista-os logo, sem os joeirar na peneira de Clio. Por isso as suas «Memórias» são um livro maravilhoso e pouco exacto. Certas silhuetas lembram Saint-Simon; mas o duque do grande século não tinha a alma dum bom poveiro, orvalhada de suavíssima piedade. Os quadros não serão muitas vezes impecáveis e magistrais. Esse 1.º volume das «Memórias» dá-nos, contudo, como poucas obras, o vozear indeciso, apaixonado, mexeriqueiro, atraente, duma época bem singular.

Ao ler os seus livros, concordamos, na verdade, que os optimistas são uns grandes tolos, ou uns grandes egoístas. No entanto, o amor equilibrado das ideias e dos sentimentos, e talvez o nosso instinto, revoltam-se contra a atitude monòtonamente dolorida e alucinada, do grande artista, perante a

Slhi

vida e a morte. Os seus próprios livros, tão belos, não serão motivos de consolação e alegria? Consolemo-nos ainda com a sofrível resignação dum outro grande pessimista, Maupassant, concluindo, com mediana razão, no final dum dos seus melhores romances, que a existência não é, afinal, nem tão boa, nem tão má, como a supomos de começo.

Mas como se contentará com semelhante aforismo, no fundo tão banal, o homem de cujo coração sangraram, numa hora de abnegação e de remorso redentor, estas palavras, dignas dos Evangelhos: «Há dias em que nos sentimos responsáveis por todo o mal que se faz na terra»?

CÂMARA REYS

(N.º 26 - Agosto-Setembro/23)

SIhi

Texto 5

BASÍLIO TELES

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Perdão. Eu não posso desviar o espírito da visita que me fez, há dias, Basílio Teles.

Quando eu era estudante, vi-o meia dúzia de vezes a passar na Praça Nova; mas não era seu discípulo. Por esse tempo ouvi algumas lições de Rodrigues de Freitas em Economia Política. E foi em África, depois de 1900, que eu fui lendo Basílio Teles n'*O Problema Agrícola,* nos *Estudos Históricos e Económicos,* na *Introdução ao Problema do Trabalho Nacional,* na *Carestia da Vida nos Campos,* no *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro.* De volta a Portugal li *O Livro de Job;* depois o *Prometeu Agrilhoado.* – Mas não conhecia Basílio Teles, nem sabia onde morava.

Querendo ter notícias do seu livro *Agricultura e Tributação,* anunciado em 2 vol. no ante-rosto do *Prometeu,* procurei saber de Basílio Teles: e há poucos anos, em Matosinhos, perto da noite, o Dr. Afonso Cordeiro indicava-me Basílio no meio da rua, como homem abstracto que ia dar o seu passeio.

Só, abeirei-me do solitário, e disse ao que ia: às notícias do seu *Agricultura e Tributação,* que me emperrara um capítulo da *Conservação da Riqueza Nacional.*

Muitas vezes, depois, passeámos juntos entre o Castelo do Queijo e Matosinhos, entre o fim do dia e a noite alta...

Continuei depois a minha vida de judeu errante, e perdi de vista Basílio Teles. Este lançava então à publicidade os múltiplos folhetos sobre a Guerra.

Slhi

Voltei a encontrá-lo antes de *O Flagelo dos Mares.* Vi-o no fim da Traulitânia. Fiz uma viagem à África, e no dia em que regressava encontrei Basílio Teles no Porto, na rua da Paz (reparei que o seu varino estava mais coçado e com os primeiros rasgões no forro).

Há dias procurei Basílio Teles em Matosinhos para lhe dar o – *Lázaro!...* Bati, por três vezes, três espaçadas e fortes pancadas na sua porta. E a porta de Basílio Teles, que sempre se abria para mim, ficara cerrada. Atirei pela janela aberta o – *Lázaro!...*

Há dias veio Basílio Teles agradecer-me a oferta, e trazer-me a sua *A Ciência e o Atomismo.*

Leitor indulgente que levaste ao fim este relato que a ninguém interessa: o varino, o velho varino de Basílio Teles estava mais roto, e as suas calças mais desfiadas; mas Basílio Teles mantém o mesmo aprumo, e o mesmo optimismo pelo futuro de Portugal – Nunca me falou de si. Não sei se na sua sala de Matosinhos ele ainda terá hoje dificuldade, como quando lá entrei pela primeira vez, de mandar sentar dois amigos por não ter cadeiras. Basílio Teles disse-me que à hora em que eu o tinha procurado, devia estar a fazer a sua comida: talvez a descascar os feijões.

Esquecia-me de te dizer, leitor amigo, que uma vez fui procurar Basílio Teles, a pedido de Xavier Esteves, para o convidar, com toda a instância, para professor no Instituto Superior de Comércio, do Porto. Basílio Teles aceitara; e eu fiquei radiante, porque Basílio poderia depois passar melhor. Mas nomearam outro. Acontecera a Basílio como a mim, que duma vez (já tinha publicado a *Conservação da Riqueza Nacional* e o *Pela Espanha)* fui a um concurso para professor de geografia económica numa escola industrial, e fiquei vencido por um fazedor de pílulas dessa terra (até nem sei de nojo como o contei).

Slhi

Vilanagem! Todo o real farsante arranjara um queijo suculento: Basílio Teles, que não pede nem aceita nada inaceitável de ninguém, constitui na sua pobreza (na sua miséria), no seu isolamento, no seu sonho de optimismo nos destinos de Portugal, uma condenação esmagadora dos trampolineiros que têm assaltado o Terreiro do Paço. – Tenham vergonha!

EZEQUIEL DE CAMPOS

(N.º 19 - 3/XI/22)

Slhi

Capítulo XV

LITERATURA

SIhi

Texto 1

SOMBRAS HUMILDES

PÁGINAS DE MEMÓRIAS

A casa fica a meia encosta. Por trás o mar bravo dos pinheiros, em frente os montes solitários: a tarde tinge-os de oiro e à noite o granito compacto esvai-se ao luar como um fantasma. Este cantinho rústico criei-o eu palmo a palmo. Tudo isto foi pedra e uma árvore contemporânea da fundação da monarquia. O carvalho centenário cobria todo o eido. Era enorme, era prodigioso. No tronco, que nem seis homens podiam abranger, tinham os bichos as luras, e a ramada imensa era a moradia de todas as aves. Seu hálito sentia-se ao longe. Logo que o vi fiquei apaixonado. – Vamos viver juntos, vou envelhecer ao pé de ti. – Nós não ouvimos as árvores, mas a sua alma comunica sempre connosco: sua força benigna toca-nos e penetra-nos... Quando voltei de Lisboa o caseiro tinha-o deitado abaixo. Ainda hoje faz parte da minha vida, ainda hoje sonho com ele.

Construí a casa, plantei as árvores, minei as águas. Absorvi-me. Uma pedra basta, basta-me um tronco carcomido... Este tipo esgalgado e seco, já ruço, que dorme nas eiras ou sonha acordado pelos caminhos, sou eu. Sou eu que gesticulo e falo alto sòzinho, envolto na nuvem que me envolve e impregna. Que força me guia e impele até à morte?... Este sonho, reconheço-o, não é só meu – é o de minha mãe realizado, é o dos outros mortos que me rodeiam. E o meu sonho? – pergunto – o meu sonho quem o realizará jamais?...

* * *

Três sombras têm guiado a minha vida e estão aqui ao meu lado. Tenho-as sempre presentes. Minha mãe gastou-se a sonhar, só nervos e paixão. Bastava que a bica do quintal deitasse menos água para ela adoecer. Falava das suas árvores como de pessoas amigas. Nós e a casa – nós e a água. Quantas vezes a encontrei absorvida diante das velhas paredes onde já os nossos mortos tinham cumprido a existência, e que toda a vida disputou à desgraça! Lutou sempre, lutou até ao fim, e não deixou meu pai desfalecer. Mal lhe ouvia os passos já ela perguntava: – Então arranjaste?... – Arranjaste o quê? Às vezes o pão de cada dia, às vezes um pouco de sonho para a manter de pé. Já ele dormia, ainda ela falava. Amparou-o nos dias aziagos, e impediu que a casa se vendesse e dispersasse como um ninho levado pelos ares.

Assim se consumiu até final. Ele, se a via mais triste, acudia logo: – Ando aí num negócio com o Custódio... – Outra ilusão – ei-la outra vez a caminho, a tecer o sonho que nunca se realizou. A sua casa... Ainda antes de morrer, meu pai me disse: – Não dês desgostos a tua mãe com a casa... – Morto meu pai, já lhe não era possível sonhar. Ficou alheada. Mal ele acabou, ela acabou, porque só a ilusão a tinha impedido de morrer. A uma vida febril, uma morte serena. (14 de Agosto de 1911).

Dela herdei a sensibilidade e esta paixão pelas árvores e pela água. O mar ou um fio. Um fio é talvez melhor, porque me concentra mais. Dela herdei decerto a sofreguidão com que reparto a minha vida pelas coisas humildes. Ainda hoje sinto as suas mãos pousadas sobre a minha cabeça, trespassando-me de ternura, que é o melhor da vida, o que só mais tarde, – muito tarde! – nos é dado compreender... Adoram-nos, sorriem-nos, e passamos indiferentes, levados no tumulto! Só apreciamos bem a ternura, quando tudo é inútil – lágrimas e saudades.

A tia Tereza era uma velhinha, irmã de meu avô, que

Slhi

também me quis como se quer a um filho, e que, tendo pedido por mim inùtilmente, a toda a corte do céu, dizia por fim com desalento: – Tenho-me apegado com todos os santos, até já me apeguei com o Mau Ladrão! – A sua figura sumida e toda branca, ligou-me a uma geração de mortos que apenas entrevi, e ao Porto doutros tempos, ao Porto que sofreu e pelo sofrimento engrandecido; à fuga dos franceses que lhe degolaram um irmão nos braços; às lutas liberais que meu avô contava, dizendo a meu pai: – Não te esqueças que esta liberdade que gozamos custou muitas lágrimas e muito sangue. – Nem ele o esqueceu, nem eu jamais o esqueci. Pela sua boca vi outra cidade tortuosa, enegrecida, mais áspera e maior. Pela mão duma velha criada, a Maria Emília, entrei também num mágico domínio: trôpega, arrastando uma perna, já sem serventia, fazia ainda as meias de fio branco que meu pai usou até à morte, e, sentada nos degraus de pedra, contava-nos histórias esplêndidas.

Ninguém me falou de Jesus como ela. O tempo não conseguiu usar a ternura dessa pobre mulher do povo. Nunca nos abandonou. Tripeira ferrenha, era ela que dizia: – Lisboa é coisa boa, Coimbra é coisa linda, mas lá vem o Porto que lhe lava o rosto.

Se remexo no braseiro, encontro ainda outros fantasmas. Naquele lume que ali arde, tenho visto tudo, até a queda dos impérios... Vêm sentar-se à minha roda, e eu confundo na mesma ternura as suas cabeças todas brancas...

Sinto na mão um dedo nodoso, que já não existe, a que a minha mão ainda se apega. Esta sensação de calor e ternura guardei-a até à velhice.

Um momento, um só momento, um momento e lágrimas, um único momento para lhes fazer sentir também a minha ternura, redobrada pelos anos, aumentada pela

Slhi

saudade, amplificada pelo conhecimento da vida e da dor!...

Impossível. De muitos nem já sei o nome. Passaram no tropel dos mortos. Ficou-me um olhar impresso, o calor da tua mão na minha mão. Mais nada. Como te chamas tu? Por mais esforços que faça não me lembro. Entre nós interpôs-se esta coisa monstruosa que se chama o tempo. Se soubessem a pena que isto me faz! Mortos! mortos para sempre, morta comigo a vossa ternura, para toda a eternidade! Só estes três fantasmas se chegam mais para mim: – Tu que fazes que não vens? – Outra mão me detém... Nem eu sei o que espero para me juntar a vós. Esta companhia doirada de todo o inverno, que ali se consome no lar, já não basta para me aquecer. Preciso doutro lume, que só vós me podeis transmitir. Nem eu sei o que espero para sentir o meu coração mais perto do vosso coração, agora que a vida me ensinou que a ternura é a melhor coisa da vida.

* * *

Tenho apanhado sol em todas estas eiras. Nunca me farto de ver as grandes pedras veneráveis, mas a aldeia que eu conheço é um aldeia trágica. A aldeia de Júlio Diniz nunca existiu: é saudade da vida e mais nada. Morreu tuberculoso e virgem e isto explica a sua obra (*). Seus olhos tristes se apegaram à vida que todos os dias lhe fugia, e que, ao afastar-se, cada dia lhe parecia mais linda... O homem do campo não tem pão para todo o ano e são raros os que passam de caldo e pão. Tenho entrado em muitas destas casas: são pocilgas com as enxergas podres. Outro dia, aqui

(*) – Morreu virgem – diz o Sr. António Arroyo, que conheceu intimamente toda a família Gomes Coelho.

Slhi

ao pé, no Vieira, morreu-lhe a sobrinha tuberculosa. O padre deu-lhe a extrema-unção numas palhas, na terra. Quase todos os jornaleiros têm fugido (1919) para Espanha.

O milho custa cinco mil reis o alqueire, e a Alcina ainda ontem me dizia: – A fome do ano passado, ela que lembre sempre, mas que não torne cá. – Tem quatro filhos, e gasta o seguinte de doze em doze dias: raza e meia de pão, um quartilho de azeite, algumas couves e batatas. Os homens velhos, sobretudo, fazem-me pena. Quase todos têm morrido este ano de fome. Não desta fome dos que não têm nada que comer; caldo e pão comiam, mas um pão escasso, um pão amargo, um pão que lhes fazia chegar as lágrimas aos olhos. Perguntava-se: – De que morreu o Bernardo, pedreiro? – Ouvia-se dizer: De fome. – As mulheres resistem mais, mais habituadas à desgraça. Algumas chegam aos noventa anos, como a Cristina que vem aqui pedir à porta, e que ainda hoje me disse que tinha parido vinte filhos. Piedade é uma palavra. Se a natureza é áspera, o homem é avaro. A geada destrói num dia os frutos de todo o ano (1918), e não há gritos nem súplicas que enterneçam o céu. Toda a gente poupa uma migalha e mete-a no fundo da arca, para não se haver com a fome, e o próprio amor está de tal forma ligado à natureza bruta que os moços não casam sem terras para fazer.

Ao lado destes jornaleiros e cavadores, enfileiram os operários, que não ganham também para comer, porque as mulheres têm filhos às ninhadas como os ratos. Refiro-me principalmente aos pedreiros, que foram sempre da minha predilecção – geração formidável que há séculos vem rachando a alvenaria para edificar a casa, erguer os socalcos e lagear as eiras. São homens só ossatura e pele, que na mesma cantilena – ou pedra – ou – oupa – lá – têm erguido as cabanas de todos estes arredores. É o Tôrto, o Carvalhôa, o Bernardino, quase todos da mesma família, alguns velhos de poucas falas,

SIhi

e os filhos, que vão sucedendo aos pais no mesmo mister de cortar a lage e aperfeiçoar a pico e a cinzel, sempre cantando e trabalhando – ou pedra – ou – oupa – lá. – para no fim da vida acabarem de fome. É a sorte que espera o cavador e o jornaleiro, logo que não podem trabalhar.

Lá vão pelas estradas, deformados pela terra, com uma doença especial (pelagra) do milho bolorento e da humidade das camas onde chove. O lavrador, por um hábito secular, entrega ao senhorio, no fim de cada ano, quase tudo o que a terra lhe produz.

A terra é de quem a cultiva.

O que aqui conserva um carácter eterno são as árvores e os montes, o trabalho no campo e nas eiras, que à força de ser transmitido – sempre os mesmos gestos – adquiriu uma beleza extraordinária, entranhada até ao âmago nos vivos e nos mortos.

A cantiga gutural do rapaz do gado vem do princípio do mundo, quando os homens primitivos não sabiam ainda falar. A atitude da moça que ergue um molho de erva, o bater dos manguais nas eiras, o movimento dos homens que lavram a terra nas vessadas – tudo isto é a repetição textual doutros gestos já desfeitos em pó. O lagar dos cabaneiros é o mesmo que vi nos muros de Pompeia, e o feitor, como o feitor romano, marca no vime, com um corte de navalha, os almudes de vinho que saem para a bolsa. Tenho pena de não poder trazer para aqui o velho moinho do regato; a eira escavada num pedregulho do Arco – a venerável lage inteiriça, onde durante tantas gerações os de Martim secaram o pão para se manterem; a terra batida, com uma mão de bosta, com que muitos lavradores acrescentam o lagedo; o lar enegrecido, a caixa, os potes, e a resignação cristã da vida só com os montes e as estrelas.

Slhi

E mais ainda, melhor ainda, a solidão tremenda e as noites de temporal desfeito, entre as lages desmedidas... O vento clama, revolve e abana as pedras... Toda a noite sonhei que ia levado na lufada negra como o negrume, entre as folhas de oiro da tília e as folhas tintas das vides. O inverno chega-nos mais perto da morte. Tocamos-lhe. O inverno, com a sua voz clamorosa e as noites plangentes, é a mais bela estação do ano: contém em si todas as primaveras. Quatro paredes, uma luzinha, e à volta o imenso desabar de lágrimas... Mas o que eu queria sobretudo era reconstruir neste papel gelado os primeiros dias de inverno e de sol.

Névoa, depois oiro, e as árvores de um oiro desmaiado. Não lhe mexam, não lhe toquem, neste dia quieto e doirado, azul e doirado, adormecido e doirado! Um silêncio em que ouço as folhas das vides despegarem das ramadas e cairem no terreiro como papéis amarrotados. Pelo chão andam restos das eiras e das palhas. As vinhas ficaram cor de mosto, os pessegueiros cor de sangue, e o último vestido da figueira é de um verde já passado – cor da moda – que lhe fica a matar. Reluz a primeira estrela, e entre as hastes dos pinheiros há tintas convencionais, que só os pintores arranjam para os quadros. Ali na eira malham. É o velho, a mulher e a moça. Ouve-se o bater dos panos sacudindo a pojeira, que sobe ao ar e apanha ainda alguma luz. Vai nascer a lua atrás dos montes – sufoco de emoção...

Ao longe tange um sino – o dia vai morrer. Há horas em que as coisas nos contemplam, e estão por um fio a comunicar connosco. Às vezes é um nada, um momento, um êxtase, em que distintamente ouvimos os passos da vida caminhando. O homem, sòzinho, está mais perto de Deus e das coisas eternas. Sabe-lhe melhor a vida, compreende melhor a morte. Um pormenor que o interessa entranha-se-lhe na alma para todo o sempre, como um perfume que nunca mais se esvai...

Slhi

Ainda este ano o maio foi tão quente que toda a noite se lavrou ao luar.

Nespereira, Novembro de 1919.

RAÚL BRANDÃO

(N.º 1 - 15/X/21)

Texto 2

CRÓNICA DESELEGANTE DA MINHA ALDEIA

Agosto/Outubro 1921.

Ao sol bravo, os campos rechinam, secaram as fontes, pelaram os montes. «A terra parece que vai a virar numa cassarola» – diz o Zé Paiva, apontando a curva do céu ardente, enrubescido. Baila a canícula nos longes e uma cigarra teimosa canta nas giestas. A natureza tomou uma vestidura penitencial, serguilha rota polvilhada de cinzas. Tudo é gris, desde os restolhais, cujo amarelo-claro entra inalterável pelo outono, aos coutos de urze e sargaço onde o tom era sempre verde. Até pelas encostas, os pinhais lá vão trepando como hordas de emigrantes fatigados, carregando à cabeça fardos tristes, descomunais.

Secaram as fontes, calou a leda melopeia das bicas, dando do esforço rural o ritmo monótono e interminável.

Da minha janela vejo a vara alta dos engenhos de tirar água mergulhar profundamente nos poços. Ouço a sua chieira e, aqui, ali, a todo o volver de olhos, o jogo bárbaro lembra bando de cegonhas sequiosas, dobrando os colos altos, com lentidão.

Os mendigos que singularmente, aos pares, ou em filas processionais vão de jornada para a Senhora da Lapa, que tem a sua festa a 15 de Agosto, batem às portas. E partem de cabeça baixa, corridos:

– Vão com Nossa Senhora, não há pão cozido!

Faleceu a água na cale das azenhas e puderam colher-se à mão, tolinhos pelo areial, os peixes do rio. Nos moinhos,

Slhi

o ruído rompante das penas, tão agradável de ouvir ao passo das alpoldras, adormeceu. Os homens vão *moer ao cambão*. *Moer ao cambão* é fazer girar à força de rins, como os escravos antigos, as mós sobre a moenda. Consoante a maldição, o pão nosso, até vir ao açafate, é regado com suor de sangue.

Morreu o António Cancela que me ensinou as manhas da caça e só teve medo de Deus. Fui vê-lo no trespasse. Cabeça vigorosa de godo, estatura hercúlea, era um roble no chão. Ao pé, conforme disposição sua, a filha passava a ferro a camisa que devia vestir. A mulher dera recado das dívidas em tendas e tabernas e de pequenos agravos a reparar. E ao filho, galucho que chegara de Lamego à lufa-lufa, ouvi-lhe dizer com autoridade:

– Não chores, homem, que já estás em idade de enxotares os porcos.

Não percebi a frase bárbara, senão depois de cismar nas mutilações de que são vítimas pelas aldeias, muitas crianças, deixadas no berço, ao deus dará, a poucos passos das pocilgas.

Saído da infloração universal, o António Cancela entrou na morte simples e tão naturalmente como o sol no poente.

Em pleno corte de milhos, a Ana Ramira foi acometida das dores do parto. E na terra nua deu à luz um menino, de que o seu juízo não sabe ao certo quem é o pai, mas que muito bem sabe o coração que é seu filho. Por seu pé volveu a casa e lá «se alimpou» como dizem.

É uma trigueira, uma pobre de Cristo, em tudo amiga de bem fazer. Na aldeia, severa em matéria de castidade, toda a matrona que se preza faz pouco dela. Tem uns olhos pretos, dolentes, cheios duma mansidão bovina que comovem. Teve o primeiro filho na cidade e ao rapazito, sempre descalço

Slhi

e roto, a carne muito vermelha a espreitar pela racha dos calçonicos, chamam o nome do pai:

– Dr. Quintela.

A pequena de dez anos passa com o recém-nascido que uma outra pobre baptisou de Valdemar(!) dentro da capucha, rolado, amarrotado. Parece um porquinho da Índia, salvo seja, num novelo de mondongos. E a Sra. Francisca, que foi ama de padre, de murmurar divertida e bondosa:

– O menino-Deus também assim andou ou pouco menos. Nosso Senhor lhe deite a benção!

As trovoadas desabaram sobre a aldeia e, todas as tardes, os relâmpagos e trovões fazem mais barulho que um desmobilar de casa rica.

Da minha janela vejo a família Rosaira, mãe, pai e três filhos, altos, delgados, ossudos, erguer mãos no páteo a rezar. Vejo-os e ouço as vozes cabalísticas, vindas do fundo dos tempos:

Agro, agrão,
Sagra, sagrão
Sagra, sagra
Pedra de ara
de N. S. Jesu-Cristo
Se meta entre nós e o perigo

E figura-se-me ver as figuras emblemáticas que cercam um velho túmulo caldeu, desempoeirado dos séculos.

A Virgínia bêbada tentou hoje matar-se com as duas filhas que lhe deixou o marido, vitimado há dois anos por uma tísica galopante. Um rapaz morreu-lhe com o tétano. Tinha doze anos, redondo como um batoque, fino como um coral, já conduzia o carro e atamancava a lavoira. «Morreu

Slhi

– dizia a mãe – foi o que Deus quis!» Morrera o homem: «Tinha de ser!» Vendeu lameira; vendeu horta; vendeu o baú de coiro à Sra. professora, foi encher uma garrafa de vinho e deitou-lhe veneno para matar ratos. As pequenas espertinhas reagiram; a ela salvou-a o Zé Paiva, jeitoso em medicinas, com uma almotolia de azeite por emético. «Ainda não soou a minha hora!» – declarou, voltando a si.

Casou-se a Aninhas Quitéria e não foi sem secreta mágoa que a vi a caminho da igreja num rancho garrido, lenços de seda com ramagens, chailes pimpantes, capotes à cavalaria e até um sobretudo – rancho que coloria a estrada como o maio. Adeus, nunca mais a sua voz juvenil se erguerá nas esfolhadas a levantar uma cantiga, nem os seus olhos se alçarão doces, mas esquivos a prometer. Braços para a lida, voz para a *Rosa Tirana* sobre o berço, as ancas, que serão fecundas, a alimentar esta pobre, malfadada, inaproveitada raça de Portugal! E meu coração chora, chora menos sobre vagas sombras de sonhos idos que sobre a finalidade maternal do esbelto e cobiçado corpo.

Meia manhã de dia santo, dez, quinze homens passaram à minha porta, descalços, escoteiros, terçando com empalme sachos e varapaus.

Energuménico, um outro corria após açulando.

– Mata! mata!

Iam matar o Chico Trinta, apertado duma banda e já acossado de perto por numerosa malta. O homem era audacioso, lesto e ardido, milagre se aqueles pés de boi o pilhassem. De resto, um tunantão da pior espécie, violador de moças desprevenidas, quatro vezes evadido das cadeias, ladrão, aventureiro sem honra, e diz-se que assassino. Não era dali, mas de Alvite, povo do lado de lá da serra, curioso conglomerado de gente mesteiral, pobre, dada à pequena belfurinha,

Slhj

meanha de talhe, activa, buliçosa, onde casam aos doze anos, governam vida mal largam o seio das mães e se esfaqueiam pelo sr. Paiva Gomes ou pelo padre com uma sem-cerimónia que esclarece a praga usada no Porto pelas regateiras:

–Oxalá que a justiça de Moimenta te caia em casa!

Gente tacanha, de ânimo cobarde a repelir – haviam acoitado o Trinta numa casota devoluta e, ali, o foragido, a rez a monte, pôde respirar, a resguardo da justiça de Moimenta, a quem, em boa verdade, não podia interessar, pois que era desta caça que nada deixa. Com ele veio viver uma mulher, viúva, mãe de filhos, e assim firmou pé na aldeia corda e pacata o vagabundo.

Breve, porém, o hóspede se mostrou como a mãe, que não teve culpa, o parira, arruaceiro, homem de pé leve e mão pilha, espancador. E naquela manhã de dia santo, destas manhãs em que as serras parecem no azul dos horizontes imensidades espirituais a rezar, a caçada organizou-se.

Meia hora depois, um dos perseguidores voltava

– Aquele já não rilha mais côdea – disse.

Vou estrada fora, duvidoso ainda, dorido, como se aquele mau homem fosse meu verdadeiro irmão. Passos andados, cruzei com a companheira do Trinta, ladeada das duas meninas, a clamar em alta grita:

– Ai *bida!* ai *bida!* – e nunca requiem me encheu a alma de mais além-campa.

De facto, entre duas paredes, o homem agonizava. A cabeça era como a bola do pão antes de a cozer o forno. Cavaram nela como em torrão duro de vessada.

O valentão, a dada altura, voltara face aos perseguidores, que estacaram do lance, jogando-lhes o repto:

– Quem é homem rompa à frente – e brandia uma faca reles, enferrujada, pouco melhor que para cortar o pão.

Um pastor, destes pastores de mão certa que plantam

Slhi

uma lapada, sem desvio, nos chavelhos dum carneiro, despediu a pedra. O Trinta caiu redondo. Ainda gemeu: minha mãe! ai, minha mãe! – as ternas vozes não suspenderam os braços homicidas.

Um retardatário exclama:

– Acabai com esse ladrão! – e tornaram a malhar no miserável.

Nem um protesto; nem uma lágrima. Endureceram os corações que eu cria brandos das mulheres da minha aldeia. Sinto frio até ao mais profundo da minha alma; sou um degredado nesta terra.

A tal justiça de Moimenta deixou o assassinado em pleno ermo três dias e duas noites. Enxames de moscaria vieram de uma légua em redondo banquetear-se na potrêa das chagas e no sangue; vieram as formigas de mil formigueiros; de noite, atraídos pelo cheiro da carne morta, os guardas do cadáver ouviram uivar os lobos e a raposa para os oiteirinhos. Quando o foram dar à terra, a cabeça era uma colmeia repululante de vermes. Ninguém lhe quis tocar; intimados a dar-lhe sepultura, os homens deitaram a fugir. Onde pára a caridade cristã? Calou-se ou já ninguém ouve a voz da religião que manda como obra, muito do agrado de Deus, enterrar os mortos?

A Clarinha pernóstica, a minha Clarinha das *Terras do Demo* anda há semanas a «chocar» a morte. Já os seus olhos, ali naquela janela que defronta a Serra da Estrela, se não erguem alviçareiros a estudar-lhe o cariz para poder dizer com a segurança dum astrólogo:

– Amanhã, hum! é mau dia para tirar batatas: saem bichosas. Vem lá a névoa...

Tuberculose senil ou coisa que o valha escaveirou-a, pôs-lhe uma máscara lívida, inexpressiva na cabeça que era móvel e

Slhi

tinha um ar de malícia, atou-lhe os membros que eram lestos. Vejo-a deitada sobre o flanco num *maple*, de palha centeieira – passem-me o *maple* de moda em todas as crónicas de bom jaez – vejo-a os olhos parados, dir-se-ia a contar os ossos todos do grande espantalho, a morte.

O filho, que tornou do Rio, onde foi condutor de bondes – *motorneiro* diria ele, rectificando – é ateu e inculca-se socialista. Detesta os padres, os burgueses, os gravatinhas, e sobre os habitantes da capital, todos por uma medida, professa este pensar:

– Só para trincar é que prestam.

O homem, de facto, moureja de grande, a pontos de não despegar da trabuzana aos domingos – supremo escândalo numa terra aferrada às tradições.

Ou porque doutrinasse a velha, ou porque não estivesse para aí virada, tia Clarinha às turras à morte e tia Clarinha sem pedir confissão. Grande celeuma no povo com a rebeldia da Clara, até então das ovelhas mais dóceis no rebanho mansíssimo do sr. Padre António do Espírito-Santo. Avisado este, fortalecendo-se, de certo, com a memória de feitos análogos, decantados no *Flos Sanctorum*, rompeu pela casa da velha dentro, a submeter a relapsa. E submeteu, pois que a confessou. Torna, porém, S.ª R.ª com o viático e entesta com o pedreiro-livre do filho que, de mangas arregaçadas, chegava da sementeira.

– Quem o chamou cá? – perguntou.

– O meu dever de sacerdote.

– Que há no seu dever que o leve a inquietar quem está quieto?

– Um espírito de caridade que o Sr. não entende.

– A caridade manda-lhe ter dó dos pobres e o sr. está rico como porco à custa deles.

– Trabalho...

– Também eu trabalho e não passo da cepa torta. Simplesmente do meu trabalho alguma coisa sai; do seu que sai?

Slhi

– Não lhe posso responder, visto que o Sr. não vê em si mais que o animal.

– E eu mais não lhe pergunto, porque também não vejo mais em si que um explorador. Entre, leve lá à velha o que tem a levar, mas quando a mim me souber às portas da morte, não me venha cometer.

E foi-se diante do povileu embasbacado.

É facto; as divindades vão desertando do coração dos camponeses. Acabou o inferno; o céu tem uma existência problemática, mas a aldeia não vai à escola; a aldeia não tem um ideal; a aldeia não teme a justiça, que aliás não existe. Dizia-me um homem perante a pandilhice vulgar dum outro homem: *Se lhe malho um tiro, e mal andei, quando ia a entrar para casa, com o escuro, fossem lá pegar-me! Foi a noite e acabou!* Aqui está a consciência em latente incubação do perfeito campónio de amanhã: *Foi a noite e acabou!*

Em Lamosa, aldeia que espreita para a minha aldeia por entre pinhais, tiveram de alargar imprevistamente o cemitério para que coubessem os finados. A febre tifóide fechou muitas portas e abriu sucessões inesperadas com que o fisco da vila vai atochar as fauces de gibóia. Aquela terra que era próspera ficou quase queimada da epidemia. O incêndio lavrou meses. Ninguém lhe acudiu. Extinguiu-se o fogo por si. Quando terão as vidas, já que o instinto da raça e a piedade cristã se calam – quando terão o seu valor em espécies como prédios e imóveis e se criarão em seu favor corpos úteis de salvação, como para aqueles os bombeiros?

Eu creio que Deus exista e, a certa altura, ponha a mão por esta desgraçada terra!

O camponês, se ignora o preço do homem, sabe muito bem quanto custa uma vaca. Morreu a bezerra ao António

Slhi

de Oliveira; foi uma desolação no povo. Carpiram-se família e vizinhos; lamentos, ais, queixumes, nunca defunto foi mais chorado. Estou em crer que trocaria a vida dela, não digo já pela dos filhos, mas pela do pai ou da mãe, que estão velhos e «só servem para calço de panela».

O Eduardo, sugestionado pela árvore das patacas que – dizem – medrou outrora em Lisboa, vendeu, trapaceou, arrendou a casinha e foi instalar-se de taberneiro aí para Malpique. Mal sabe ler e escrever e é por temperamento o serrano mais avesso a modos e jeitos de cidade que há nesta corda de povos. Não tem a ronha do aldeão, nem a desconfiança de cão malhadiço, que é nas aldeias uma segunda inteligência. É o acabado manga-las-mangas.

Meteu-se-lhe em cabeça, e na da mulher, aquela teima de viver *fidalgos*, de mãos limpas, e largou a terra onde levava vida trabalhosa mas remediada. A despedida do lugar foi, todavia, acompanhada de remorsos, este pressentimento das almas simples quando tomam caminho extraviado. De largada para Viseu em carro de bois – quarenta e um quilómetros de estrada – com filhos, três sacos de batata e um porco em salgadeira, o Eduardo foi acometido do pezadume todo da aventura e porque torna, porque deixa, vá de remoque, vá de impropérios, esborrachou um olho à mulher. Vi-a em Viseu com o humor cristalino a verter-se. Coitada, desculpou-se com dizer que foi a chorar! Como se eu não compreendesse – ainda que mo não contasse o carreiro – aquela página trágica de mujiques.

Minha aldeia, pobre célula viva desta terra malfadada, triste, esquecida de todos que não seja o fisco e o letrado da vila, indiferente ao Terreiro do Paço, a quem de resto alimenta, mais aos catitas, às sécias, aos pedantes das letras e das artes, e às ratinhas sábias que apertam o nariz ao cheiro

Slhj

dos teus tojos, minha aldeia bárbara, espelho perfeito da Idade-Média rural, a tua ignorância, a tua rudeza são bem escusáveis! Não me desonram sequer; mas, sim, magoa-me essa alma dura, desumana, impiedosa que te vão inoculando.

AQUILINO RIBEIRO

(N.º 2 - 5/XI/21)

Slhi

Texto 3

NOITE INFINITA

Encostou a cabeça à vidraça duma grande montra e pôs-se a olhar o que havia lá dentro: cavalos de papelão, (mas tão bonitos!) com alforges atulhados de bombons e outras coisas que nunca provara. Bombons, sim. Já tinha comido um. Fora... Ora, bem se lembrava: no dia dum casamento. A noiva, que nem uma rainha, atirara bombons da janela e os garotos engalfinharam-se uns nos outros para os disputar. O irmão mais velho – que seria dele? – trouxera-lhe um. Eram amigos. Como aquilo lhe soubera bem, – forrado de prata, aquela massa doce e branquinha, metida lá dentro!... Crescia-lhe água na boca, rebelde aos amargores da vida. Não, decididamente não se habituava ao pão duro que os outros lhe atiravam! Por isso, tanto mais custoso lhe parecia ver tantas coisas decerto saborosas, debaixo duma luz tão forte, tão brilhante, que era quase preciso fechar os olhos para olhar!...

Pratos de vidro recortado, – que era o que tinham dentro? Seriam queijos... Não. Aquilo devia ser doce, – talvez amarelinho de ovos, muito amarelinho...

– Que bom! sonhava.

Mas não era só isso. Lá dentro desenrolava-se um tesouro de gulodices, bonecos, cestos com petiscos incompreensíveis, e travessas com carne forrada de papel de prata, mas tão pálida, tão fina, que até lhe pareceu fingida.

Dum lado, um palhaço vestido de seda, namorava uma boneca de loiça, cor de rosa. Era grande, o palhaço. Mediu-se com os olhos:

– É quase igual a mim!

O diabo era o frio. Que tempo! desfilava interminàvelmente

Slhj

a multidão, à pressa, sob a chuva ligeira que caia a espaços. Os chapéus de chuva reluziam.

– Ninguém tem frio. Só eu é que estou para aqui a tremer. Que estúpido! – pensou. Lá porque estou descalço. Olhem para isto! (E censurava-se:) Saiste-me um burguês...

Estava descalço, na verdade. Não tinha boina. Trazia uma camisola rota que já tinha, talvez, sido vermelha, os restos dum colete de homem, e um calção que lhe ia um pouco abaixo dos joelhos. Um rasgão no sítio onde, «se ele fosse um menino fino», deveria, segundo imaginava, ver-se o pano muito lavadinho das ceroulas, – mostrava-lhe a carne descolorida e triste.

Uma vez, tinha ouvido dizer: «Dá Deus o frio conforme a roupa». E se era assim verdade, os outros com os seus abafos, deveriam ter tanto frio como ele tinha. E teriam frieiras? – Com certeza. Não havia de ser só ele!

– Todos têm frieiras, concluiu resignado.

Tirou as mãos dos bolsos, pôs-se a coçar devagar os dedos vermelhos, deformados, sujos.

Passavam automóveis buzinando, cheios de clarões. Era dia de festa, com certeza. Não poderia dizer quanto tempo havia que ali estava. Um criado da loja, muito fino, abriu a vidraça do fundo e pegou na bonequinha cor de rosa. Viu-lhe as faces de loiça tão vermelhas e pensou:

– Capaz de ser do frio. Ali dentro também está frio.

E lá se foi, com seu riso de porcelana, inexpressivo. O palhaço ficou triste, viu mesmo ele pôr-se, de repente, sério, a olhar o espelho.

– Ora a chata!

A loja resplandecia gloriosamente, transbordava de fregueses. No balcão, metida num vaso de loiça, erguia-se uma árvore, um pinheirinho novo, todo ornamentado. Fios de prata reluzente, tigelinhas de vidro colorido, e bonecos, e caixas, e tambores, livros, cornetas, carriolas...

Slhi

Em redor, havia um êxtase nos petizes, agrupados e cúpidos.

Chegava-lhe aos ouvidos um sussurro de conversa. Havia tanta gentileza no sorriso de todos, que ele concluiu suspirando, de novo:

– Devem ser bem felizes...

Entretanto, batia o queixo debaixo da humidade penetrante. Quem sabe se os outros afinal não tinham frio? Mas ele...

– Porque será?

Alguma coisa lhe roía lá por dentro. Teve de admitir que era por não ter jantado. Todos haviam de jantar, só ele não.

Suspirou outra vez, e teve um pensamento decisivo: cear.

Abordou a primeira senhora que saia, lamuriando no tom de voz habitual, choroso, um pedido em que tinham partes iguais a confiança na bondade alheia e as gastralgias da fome.

A esmola veio, – um tostão novinho, por sinal, e azul, – e o garoto ficou, de olhos abertos, a pensar.

– É boa! Ela não falou do menino Jesus?... Mas é noite de Natal!...

Como se acordasse, pôs-se sùbitamente a olhar à roda, com estranheza.

– Mas onde raio se meteu a velha?

A velha era a sua madrasta. Mendiga, tal qual como ele, uma vida errante. Fazia às vezes bom dinheiro, quando o queria o acaso.

– Mas ela fugiu? fugiu?! e agora? como é que eu hei-de saber... Mas que desgraça!

Ela tirava-lhe os vintensinhos que o pobre conseguia juntar nas algibeiras. Tratava-o mal, batia-lhe, não lhe dava pão e obrigava-o a todos os serviços, – desde a esmolinha à porta dos cafés, até à exploração dos caixotes do lixo. Em todo o caso servia-lhe de mãe – sabia ele lá o que é ter

Slhi

mãe! – e «quem era que lhe dava o cafèzinho quente, ao levantar? quem era? – A sua velha!» Quem lhe preparava a enxerga miserável, era ela. E era na sua casa (que, aliás, ele ajudava a sustentar) que o pobre se abrigava. Sempre era um amparo...

– Sòzinho! sòzinho! mas ela andava comigo, como foi que se esqueceu de mim?...

E porque havia de ele ficar tão triste? Mas o seu coração (tinha sete anos) não lhe adivinhava coisa boa.

Arrancou-se de ao pé das montras, e pôs-se a correr ao longo dos passeios molhados, com uma angústia na garganta, tal qual nos dias em que voltava para casa com os bolsos vazios e ela lhe batia, acusando-o de «a roubar»...

Não havia dúvida, – a velha levara sumiço.

– Noite de Natal!

Correu as ruas, espreitou nos cafés, perguntou aos garotos dos jornais, esperou às esquinas, tiritando à chuva, entrou nas lojas:

– A minha velha? a minha velha? não na viram? Assim curvada, com um saquinho...

Ninguém tinha reparado. Velhas, há tantas! Voltou ao mesmo sítio. As lojas iam-se esvaziando, chovia sempre, havia nas ruas um silêncio maior, e o frio apunhalava.

– Noite de Natal! Mas onde se meteu ela?

Bem quisera sossegar o espírito. Impossível. À medida que as ruas se tornavam desertas, que as lojas se fechavam, que a chuva aumentava e o frio redobrava, sentia a garganta mais afogada, e uma vontade, uma vontade de chorar tão grande!

– Valha-me Deus, que ela morreu!

Pôs-se outra vez a correr no chão escorregadio. Atravessou as ruas, as praças, subiu os becos que levavam ao seu bairro, tropeçando aqui, escorregando além, soluçando às vezes. Chegou a casa, bateu, chamou, perguntou aos vizinhos.

Slhi

Ninguém sabia, ninguém a vira. Ia-se fazendo tarde, entretanto: respondiam-lhe de mau humor:

– Ora o raio do garoto! põe-te a andar, rapaz!

Ah! se eles soubessem a sua dor! se alguém soubesse o que era ter sete anos, ser pobre e perder a sua velha, o seu amparo!... (E aquela porta fechada, silenciosa, dura!)

Chovia sempre; cada vez mais água. O bairro estava escuro como a própria noite.

Moeu os dedos, frios, molhados, contra a madeira. O fecho era fraco, – tanto fez que abriu: gritou angustiado, chorou, apalpou os farrapos das camas, os bancos, arrastou-se pelo soalho, foi à chaminé, meteu a mão nas cinzas: – frias.

– Ninguém! ninguém!

– Ai a minha vida, que será de mim!

Um terror desconhecido apoderou-se dele. Nunca sentira aquilo. Nunca! Mas afinal ele gostava da sua velha; e muito, pelo que via. A sua rica velha, que lhe fazia o cafèzinho tão quente! Batia-lhe? pois sim, – mas era sua amiga, era como se fosse mãe dele. Entretanto, soluçava. Que ele... as mães também batem às vezes. Pois não era assim a mãe do Chico? – Mas que faria? Ficar ali talvez à espera, morto de receios, horas sem fim? ou voltaria pela cidade imensa e hostil, tão pequenino, à procura da velha? No meio do escuro, abandonava-se ao choro, um choro convulsivo, cheio de impulso, violento, – como só o têm as crianças e as mulheres apaixonadas. E que medo, senhor!

Foi à porta, esperou. Ali perto, ouvia rir, falar, e um ruido de loiças. Vozes de garotos – os da sua idade! Aqueles também eram felizes. Mas se todos eram felizes, porque o não era ele?

– Porquê, meu Deus?

Olhava para o céu, mas nem uma estrela lhe sorria lá de cima; a chuva misturou-se-lhe com as lágrimas e ele soluçou mais, abandonado.

Slhi

Passou tempo, não sei quanto; – medido em sofrimento, tempo equivale a eternidade...

A friagem do degrau penetrava-o, fazia-o tiritar. Ninguém passava pela sua tortuosa e pobre. A chuva tornava-se mais fina e a noite adormecia em volta. A uma esquina, uma luz afastada desmaiava.

Pôs-se em pé, fechou a porta e pensou:

– Se ela morreu, tenho de ficar aqui sòzinho para sempre.

E como se o impelisse a mão da noite, desceu de novo a rua, aceleradamente.

A noite de Natal é uma noite enternecedora. Todos os que tiveram um pedacinho de ventura, ainda que o seu caminho seja semeado de espinhos e lhe seja dolorosa a vida, poêm-se a recordá-lo, e é como se o fel da tristeza se fizesse doce. Aquele bocado de luz que vem de longe, dentro de nós, dilata-se, aquece, alegra e reconforta. Como que o passado entra no presente, transformando o cenário, e a gente esquece-se a sondar a vida... É verdade que há sempre uma tristeza a relembrar, – mas tão diferente das tristezas de hoje!

No entanto, há muita gente que nunca deu por isto. Na noite de Natal, mata-se, violenta-se, esmaga-se e luta-se como sempre. As tragédias e as orgias não têm olhos para a doçura espiritual da natividade...

A velha tinha morrido. Era verdade. Essa convicção entrou de súbito tão fundo na alma do garoto que lhe causou uma vertigem. Desceu de novo à Baixa. As ruas, mortas e abandonadas, pareciam repeli-lo.

Pouca gente vagueava nos largos. À porta dum café, perguntou as horas.

– Onze!

Onze horas! o tempo tinha passado tão rápido sobre ele, e no entanto a sua almazinha sofrera bem um século de torturas! Cansados, os olhos haviam-se-lhe secado...

Slhi

Parou, no meio duma praça grande, como um deserto. Lembrou-lhe perguntar a um polícia que vagueava, com um ar distante e aborrecido:

– Sr. polícia...

Se não vira uma velha, assim curvada, com um saquinho...

Uma velha? – sabia lá!

– Se calhar está em casa e tu aqui a vadiar! Mas espera: uma velha? uma que pedia esmola? Isso mal era noite, parece que foi... Anda comigo.

Levou-o à esquadra. Mal sabiam dizer. Os sinais da sua velha, quem é que os tinha visto? Ah, se fora ela a mendiga atropelada, quem é que teria reparado?... Rotinha, enlameada, empastada de sangue, as mãos engelhadas e tranzidas, a gemer, a gemer, de olhos fechados... A visão da velha, morta assim, num charco, apavorava-o, dava-lhe deslumbramentos e tonturas.

Olhavam-no, quase apiedados. Os polícias podem também ter alma... O cabo mandou que o levassem ao governo civil.

Subiram o Chiado, calado e húmido. O polícia, ao lado, fazia perguntas: onde morava, que nome tinha, que idade era a sua... Ele, nem palavra. Tremiam-lhe os beiços, os dentes chocavam-se – não sabia se de frio se de medo, penetrado até ao fundo do seu pequenino ser por aquela sensação de abandono...

A luz dos candeeiros enchia de reflexos o chão viscoso, escorregadio. A noite estava húmida, mas a chuva parara; era como um rosto triste por onde as lágrimas tivessem acabado de correr... Parecia-lhe que o tinham pendurado, no ar, pelo pescoço.

Alguém parou para falar-lhe. Fôi como se não ouvisse; a sua dor absorvia-o todo, envolvia-o como um véu. Quando chegaram, um guarda rondava, sonolento. Continuava, miùdinha, a chuva...

Levaram-no à presença dum chefe, rodearam-no muitos guardas. O chefe, sentado, fez perguntas, explicou, sorriu a

Slhi

princípio e teve depois um certo ar de pena, quando o viu gemer, tonto de dor, – que era essa, sim, a sua velha, uma medalhinha que parecia de prata, ao pescoço, a luzir... Era ela! era ela!...

O choro rompeu-lhe de novo tão forte, que se deixou cair, a soluçar, como desamparado. Não sabiam que fazer-lhe, e um lembrou levá-lo à Morgue – ao menos *para a ver...*

Aquela ideia aterrou-o, estancou-lhe o pranto. Vê-la! ver aquele rosto, que era só dele, possuido pela morte, contraido de sofrimento, talvez desfigurado... O corpo num farrapo, talvez nuazinha – (sim, parecia-lhe que deviam despir as pessoas...) teria medo e vergonha. Morreria de espanto.

– Não, não! Eu vou a casa, vou a casa, vou ver...

Convenceu os polícias, convenceu toda a gente. Deram-lhe esmola, beijaram-no, deixaram-no ir.

– Não te percas, rapaz, vai para casa!

Sim, sim, ir para casa! Eles falavam bem! mas enquanto eles tinham uma casinha quente, com luz, com a sua mulher e os seus filhos, todos alegres e felizes naquela noite de Natal, – ele teria a sua casa deserta de carinhos e doçuras, fria, apagada e triste! Ele, pequenino (sim, era muito pequeno, sentia-o bem), tão só, não teria vizinhos, nem amigos, nem parentes. A sua velha não lhe ralhava mais – mas já não lhe faria o cafèzinho quente.

Pensou na casa negra, abandonada para sempre naquele bairro íngreme e tortuoso. A sua vida era agora como aquela casa. Não tinha calor, porque não tinha quem o quisesse: nem pai, nem mãe, nem irmãos. Não tinha luz, porque nada sabia desse problema enorme da existência. Não tinha alegria, – mas sabia lá porquê! «Quem manda *nisto,* oh! quem manda nisto (e parava, erguia o punho magro para o céu enevoado donde caía, lenta e cerrada, a chuva) – porque o não protegia a ele, tão pequenino e só?» Nascia-lhe no íntimo uma revolta que nem as lágrimas nem a chuva

Slhi

apagavam; uma revolta contra *esse* menino Jesus, contra Deus, contra tudo o que podia socorrê-lo e o abandonava assim, triste, fraco e pobre...

Ao acaso, desceu correndo algumas ruas, todas solitárias. Ainda ouviu confusamente um sino badalar; seria meia noite. Chegou ao Terreiro do Paço: a praça alargava-se, escura sob a chuva incessante. Ninguém. Apenas algumas luzes trémulando no Tejo, e por cima o céu negro. A chuva ao menos acompanhava-o; mas ensopava-lhe o cabelo, iria fazer-lhe mal... Bem se lhe dava! Já não tinha que ouvir ralhos de ninguém.

Iam-se-lhe espaçando os soluços, como os relâmpagos quando abrandam as trovoadas. Atravessou de corrida a praça, cruzou a estátua, viu de longe as árvores sem folhas, bracejando encharcadas. Um navio apitou, lúgubre e rouco, como alguém que soltasse um grito de socorro. Então, como se o espanto a tivesse tomado, a chuva parou sùbitamente.

Aproximou-se da borda, subiu a um banco, e pôs-se a olhar, por cima da muralha, para baixo, para o negrume da água agitada pelo vento. A princípio não distinguiu coisa alguma. Pouco a pouco, porém, a vista afez-se-lhe à pouca luz e começou a perceber à superfície do rio miríades de reflexos ténues, levíssimos, vindos das nuvens, da terra, de luzes longínquas, talvez do clarão da cidade disperso no ar.

Como era garoto, o espectáculo prendeu-o, apagou-lhe por momentos a dor. Afastou-se do banco e correu para as escadas do cais.

Dentro duma barraca luziu a brasa do cigarro dum guarda. Passou sem ver, desceu os degraus, sentou-se na pedra encharcada, ao pé da água, sem dar pelo frio. Da ponte de embarque, vinham reflexos de lâmpadas eléctricas, tremulando no fluido.

O ritmo da água batendo a muralha, gemendo nos interstícios das pedras, (glu, glu... glu, glu...) faúlhando em reflexos

Slhi

estranhos, embalava-o, adormecia-lhe os sentidos gastos por aquela noite de agitação. – Não sentia o frio, tinha com certeza febre. – Não era bem a água que tinha ao pé de si, não... Aquelas luzinhas, aquelas cobras que apareciam e desapareciam sobre um fundo negro, que coleavam, que se esbatiam e confundiam umas nas outras, incessantemente, tudo aquilo era um mundo de fantasia, diferente deste, melhor (bem mais lindo!) e tão cheio de atracções! Os seus olhos imobilizavam-se a mirar, a mirar... A água batia sempre, por baixo – clap, clap... – num ruido de sorvo – de beijo voluptuoso da água fria na pedra fria...

No meio das miríades de luzes, uma imagem passava por vezes, saida do mundo íntimo dos seus escassos pensamentos. Via de novo a montra iluminada, o sorriso da boneca de loiça – a tristeza sem remédio do palhaço... Na mão direita apertava ainda, amachucada, a nota azul, novinha, de tostão. – Aquele ruido embalava-o docemente... Viu talvez a sua velha passar, sorrir-lhe, – a alma enchia-se-lhe dum suave calor como não sentira havia muito. Pareceu-lhe que convivia com as boas coisas da vida, que tudo lhe sorria, que a pedra aquecera, que a sua velha vivia e era feliz, ali junto dele... (O ruido de beijos, em baixo, adoçava-se, eram beijos maternais, carícias de lábios, de lábios de mães adormecendo os filhos...)

Ele adormecia também, sim, doce, docemente, como se uma voz desconhecida e meiga lhe murmurasse aos ouvidos algum conto dos que ouvira contar em qualquer parte, muito longe no seu curto passado. Uma voz atraente, tépida, falando-lhe de coisas ignoradas numa linguagem nova... – As luzes dançavam, rodopiavam, como tomadas de furor; mas agora, também, o bater da água, como o dum largo oleado, contra os degraus e a muralha, parecia alongar-se, aprofundar-se, tornar-se num murmúrio contínuo, como se às luzes e os sons se unissem, confundissem lá dentro, numa harmonia singular.

Slhi

E a pedra, a princípio húmida e gelada, agora morna, parecia ondular, adaptar-se-lhe ao corpo, como um leito, um leito que ele nunca experimentara. Tomou-o a sensação dum completo bem-estar.

Fechou os olhos. As luzes e o murmúrio continuavam... O mundo prolongava-se, existia dentro dele. Neste instante, a chuva recomeçou, enchendo de confusão os reflexos na água sombria, alagando a pedra, desolando o cais...

Não a sentiu. E, como a cabeça lhe caisse para o peito, os cabelos pegados à testa, as mãos enregeladas contra o seio, apertando a nota, – o corpo resvalou na pedra, uma ondulação mais larga, mais suave, tomou-o, absorveu-o no seu beijo, e sobre a sua dor, a sua dor pequenina e inútil, fechou-se a noite da água, como uma noite infinita...

RODRIGUES MIGUÉIS

(N.os 53 e 54 - 15/IX/25 e 3/X/25)

Slhi

Texto 4

CÂNTICO SOBRE O ABISMO

A GAGO COUTINHO E SACADURA CABRAL

...Alva de Primavera, rosa abrindo,
E perfumando o céu, no Sol acesa...

Todo o arco da noite, ardendo em reza,
No Mosteiro do Mar, velou, florindo
Em alma e sonho, a Pátria portuguesa...

Entre as vozes dos ventos, dos naufrágios
Que a pedra exala, e a heróica sinfonia
Dos triunfos, dos rútilos presságios
Que enche, povoa a nau petrificada,

– Na hora bela da partida alada,
Uma voz clama a nova profecia!

Fora, serena e mansa, a noite morre...

Para as bandas do Mar vigia a Torre,
Mastro esculpido pelo vento amargo
Das viagens longínquas, sobre o Mar...

Slhi

Cresce, espalha-se a luz como um aroma...
Já o grande Albuquerque, ao alto, assoma
E aponta, imperativo, ao mar, ao largo!

Pulsa, nos corações, pródiga, a Vida!
Cada palavra é o coração rezado!
Em cada alma, as almas do Passado
Abençoam a nova Despedida!...

Largas abrem-se as portas do Mosteiro!
Surge o préstito belo!... Já se adianta!...
E' Portugal eterno e cavaleiro!
Vem ao Restelo abençoar! E canta!

Ergue-se o canto no silêncio puro,
Um vento heróico, de renovo, passa!
Natal! Natal! Natal! Para o Futuro
Estende os braços, possessiva, a Raça!

A Luz sobe nas águas... Luz suave,
Coada através de lágrimas...
A nave,
Cruz de Cristo a sangrar na alvinitência
Das asas largas, de abraçar o Oceano,
Rompe, rasga o silêncio, viola a onda,
Possessa de delírio, violência,
Fúria de céu, desejo sobre-humano!

Slhi

O Tejo vibra sob a leve ronda.
Vede a sua surpresa e a voz fremente:
«Que nau é esta? Que diversas velas!
«Que vento novo a leva, – maravilha!
A esta diferente irmã das caravelas?»

E erguendo as mãos de espuma, toca a face
Dos novos nautas como se os beijasse!
E alçando o seio, no arremesso ardente,
Tenta reter, tenta cingir a quilha
Que a violou, sem piedade, antigamente,
E já levanta o voo e vai, alvente,
Senhoril, divinal, rumo às estrelas.

Subir! Mais alto! Além!
– A hora é um cântico!

Manhã de Primavera e de esperança!
Andam estrofes de Camões no ar!
– Pórtico eterno abrindo ao Mar Atlântico,
No céu floriu um arco de Aliança,
Cingiu a nau... E ei-la que vai, serena,
Entre o céu infinito e o vasto mar!

Que alma a conduz? Que espírito lhe ordena

A heróica fúria, o alor desconhecido?
Que suprema violência ou que virtude
A atirou cegamente sobre o abismo?
...Temeridade? Audácia? – Ímpeto rude?

Slhi

Não! Muito mais! *Um divinal sentido*
De amor ao Mundo, o único heroísmo!

Duas almas à altura do destino,
Vidas que um grande amor prende e governa
Lá onde o humano esforço é já divino
E a vida humana eterna!

Fontes vivas brotando em pleno seio
Duma raça que Deus beijou na fronte!
Lábios dizendo, em actos, este anseio
De todos nós! – Almas sem horizonte
Em que o céu todo vibra, aceso em glória!

– Ó meus irmãos do Céu e da Vitória!
– Por vós a Vida é cântico, excedência,
– Se fez mais bela, Portugal desperta!

Por vós, por vós que sois humana oferta,
Sacrifício sereno, alta potência,
Generosa e materna, de milagres!

Em vós se realiza a profecia
Do nosso amor! Por vós, de novo, em Sagres,
O mar, como um arauto, a voz levanta!
Já, por vós, o Calvário é aleluia!
O vosso feito já domina e canta
E comanda, imortal, em todos nós!

No silêncio dos túmulos, à espera,
Há quatro séculos, dormem os avós...
Perfuma a terra um ar de Primavera...

Slhi

Vão acordar talvez! Batem à porta
Dos panteões a dor, gritam resgate,
O abismo e o céu... E a dor, a dor exorta
Flagela as almas, ergue-as ao combate!

Vai pela terra um épico rebate...
No silêncio acumulam-se as ruinas?
Que importa?... Surgem, erguem-se, leoninas,
Invencíveis, as forças da esperança!
O sangue mártir germinou, floriu!
Já outra aurora pelo céu avança
E um canto novo, triunfal, se ouviu!

Ó minha Pátria, ó minha mãe, descansa!...
Sobe ao calvário, Mãe! Não sejas triste!
Por eles e por ti seca o teu pranto!

Nesta hora em que a glória nos assiste,
Eis o grito de Amor que a ti levanto
E a triunfal certeza que te dou:

– De à beira abismo, dentre a Vida e a Morte,
– Ressurge a Vida mais vibrante e forte,
– As águias lançam mais erguido voo!

Maio de 1922.

AUGUSTO CASIMIRO

(N.º 15 - 1/VII/22)

Slhi

Capítulo XVI

AVIAÇÃO

SEARA NOVA

REVISTA DE DOUTRINA E CRÍTICA

N.º 86 — JUNHO, 1924

SARMENTO DE BEIRES

AUTOR A QUEM OS ANTIGOS TERIAM APOSTO O SOBRENOME SUGESTIVO DE "VOADOR"

D. Carolina Michaelis de Vasconcellos.

SIhi

Fig. 7 – Capa do n.º 36 *(Junho de 1924)*

Texto 1

A AVIAÇÃO NA VIDA MODERNA (1)

Disse um deputado francês, em 1917, que a aviação antes da guerra tinha sido um *sport*. Que durante a guerra estava sendo uma arma. Que depois da guerra seria uma indústria de transporte.

Com uma visão exacta do futuro, Mr. d'Aubigny concentrou numa fórmula breve o passado e o presente da aviação.

De facto, os aviões deixaram já de ser meios exclusivos de *sport* ou de combate, para entrarem na vida corrente das nações como meio ideal de comunicação.

A realização do voo mecânico, pelo *mais pesado que o ar*, que preocupou a humanidade desde tempos remotos, – já no século XVI Leonardo de Vinci procurara a solução do problema, – deve-se ao francês Clément Ader.

O primeiro voo de que se conservem autos foi levado a efeito no dia 9 de Outubro de 1890, no Parque de M.me Pereire, em Armainvilliers.

Alguns anos, porém, decorreram, sem que a ardente fé do inventor francês conseguisse impressionar a opinião pública.

Só em 1895, depois de longamente discutido o assunto, o Ministério da Guerra francês votava uma verba para a continuação das experiências, que em 12 de Setembro de 1897 eram coroadas dum sucesso animador, com a realização de alguns pequenos voos – melhor poderiamos chamar-lhes saltos – no campo militar de Satory.

---

(1) *Conferência lida no dia 21 de Janeiro de 1926 na Universidade Livre de Lisboa. Reproduzem-se alguns extractos.*

SIhi

No dia seguinte, porém, Ader, depois de percorrer, voando, no seu avião, uma distância de 300 metros, era projectado contra o solo por uma rajada, despedaçando-se o aparelho.

Pouco tempo depois o Ministério da Guerra desinteressava-se do assunto, suprimindo os créditos, e as experiências eram interrompidas, recaindo o problema numa profunda sonolência.

Pode portanto considerar-se como data inicial da evolução prática da aviação, o dia 10 de Setembro de 1905 em que os irmãos Orville e Wilbur Wright conseguiam efectuar um voo de 39 minutos no qual percorriam 39 Km, embora desde 1903 tivessem conseguido já descolagens e pequenos voos cuja importância real se manteve duvidosa até àquela data.

A aviação progrediu depois a passos agigantados e os nomes de Santos Dumont, Farman Delagrange, Bleriot, Latham, Curtiss, Voisin, Graham White, estão indissolùvelmente ligados a esse período de evolução balbuciante, anterior a 1914.

Rebenta a guerra. O avião entra em combate, apesar do cepticismo da maioria. A sua acção torna-se dia a dia mais eficaz à medida que o material se aperfeiçoa, e a França, que em 2 de Agosto de 1914 possuía 138 aviões, dispunha em Setembro de 1918 de 3.500.

Os progressos realizados nesses quatro anos de guerra representam um dos maiores triunfos da inteligência humana.

E, como era de esperar, quando depois da tempestade sanguinolenta a vida retomou a sua normalidade, embora relativa, a aviação entrou na vida social como factor precioso para o desenvolvimento e aproximação das nações, como elemento de indiscutível valor como arma de guerra.

Mais lentamente continuou evolucionando o material aeronáutico, atingindo na época actual um grau de perfectibilidade difícil de conceber.

Slhi

Para nìtidamente se avaliar o progresso efectuado, indicaremos a lista dos *records,* referida a 31 de Agosto de 1909, a Novembro de 1918, e à actualidade.

E teremos:

Velocidade	68 km. à h.	220 km. h.	448 km. h.
Altitude	155 m	6.000 m	12.066 m
Duração	3 h. 4' 56"	12 h. 15'	45 h. 11' 59"
Distância em extensão	180 km.	1.380 km.	4.400 km. apr.
Carga elevada	100 kgs. (?)	1.000 kgs. (?)	6.000 kgs.

A carga total que conseguiu elevar-se a bordo dum avião atingiu, em Novembro de 1925, a soma de seis toneladas, o que, somado ao peso do avião vazio, representa 15,5 toneladas. É difícil de conceber como semelhante monstruosidade pode atingir, pela simples acção dos 2.000 cavalos dos seus quatro motores, a altitude de 3.650 metros!

Bem sabemos que não nos encontramos pròpriamente no assunto da palestra que nos propusemos realizar.

Pareceu-nos contudo que nenhum outro processo poderia como este pôr em evidência a progressiva evolução do *mais pesado que o ar,* nesse curto período de 16 anos, e fazer sobressair os resultados actuais em toda a sua grandeza.

O grau de perfectibilidade atingido, aliado às vantagens resultantes da sua velocidade, que, pràticamente, é já da ordem dos 180 Km. à hora, mesmo para aviões comerciais, colocam o avião na vanguarda de todos os meios de locomoções existentes.

Como arma de guerra, a aviação empregada na observação, nos reconhecimentos a grande distância, na caça, no bombardeamento e até no possível desembarque de tropas à rectaguarda da frente de combate, é considerada hoje de tal maneira indispensável e de tal maneira importante, que em todos os países a aviação militar merece dos governos uma atenção especial, levada até ao extremo de, por ela, se sacrificarem as outras armas.

Slhi

Mas o avião pode, em tempo de paz, ter aplicações que mais concorrem ainda para o valorizar, para o tornar um elemento indispensável ao desenvolvimento das sociedades modernas, em que o tempo é o principal factor do triunfo.

Enumeremos as diferentes maneiras como pode ser empregado:

1.º No serviço postal e de transporte de mercadorias.
2.º No serviço de transporte de passageiros.
3.º Na organização do cadastro rural.
4.º No levantamento de cartas foto-topográficas.
5.º No serviço de reclamo e propaganda.
6.º Em serviços sanitários. (...)

Todos sabem que na Europa, na Ásia, em África, na América, companhias de transportes aéreos exploram regularmente um certo número de linhas.

Parece-nos interessante enunciar as principais, porque desse enunciado resultará para os ouvintes a convicção de que só um tráfego regular pode justificar a sua existência, com tal desenvolvimento.

Paris-Londres, Paris-Amsterdão-Copenhague, Paris-Varsóvia, Paris-Bucareste, Londres-Amsterdão-Berlim, Berlim-Francfort, Berlim-Riga, Berlim-Moscovo, Berlim-Angora, Berlim-Zurich, Berlim-Hamburgo, Berlim-Dantzig-Königsberg, Copenhague-Berlim-Munich, Berlim-Teerão, Cairo-Bagdad, Antibes-Ajaccio, Marselha-Orão-Toulouse-Casablanca-Dakar, Fêz-Orão, New York-San Francisco, e outras linhas no Congo belga, no Japão, na Bolívia, na Argentina, etc. (...)

Seria ocioso e monótono repisar sobre as consequências que para um país pode ter o estabelecimento duma companhia de transportes aéreos.

Um exemplo, apenas, para demonstração:

Se Lisboa estivesse ligada com Paris, por meio de aviões

SIhi

rápidos, seria Lisboa o grande porto de desembarque da América do Sul. A repercussão económica da passagem anual de alguns milhares de forasteiros, pela capital, que a avaliem os financeiros. Nós apenas apontamos o facto, convencidos de que é sempre benéfico para um país proporcionar ao estrangeiro que dentro das fronteiras deixe alguns punhados do seu oiro.

Antes de pôr ponto no assunto, necessitamos, porém, de responder a uma dúvida que se levanta provàvelmente em muitos espíritos: porque é que, sendo assim, tanto tardamos em iniciar as carreiras aéreas?

A razão resume-se em poucas palavras.

É que uma carreira aérea encontra sempre de parte do público, nos primeiros tempos, um ambiente de desconfiança, proveniente das suas dúvidas sobre a segurança do material, sobre a regularidade do serviço, e sobretudo do preço das passagens forçosamente superiores às tarifas dos meios de transporte vulgares.

Nestas condições, uma companhia luta sempre, no primeiro e segundo ano da sua existência, com a falta de afluência de passageiros, e com a falta de afluência de correio, sendo conhecida a relutância do vulgo em aceitar uma inovação que implique maior dispêndio para a sua bolsa, muito embora as vantagens o compensem largamente.

O que fizeram os outros países: França, Inglaterra, Alemanha, América, etc.?

Reconhecendo as vantagens incontestáveis da aviação civil, às quais vem juntar-se a de constituir essa aviação uma reserva gratuita, de pessoal e material, para o caso de guerra, resolveram subsidiar as companhias, de modo a cobrir-lhes os *deficits*.

Este ponto afigura-se-me capital para a organização duma companhia. Sem ele, ou sem qualquer compensação que o equivalha, todas as iniciativas estacam, porque levar avante,

Slhi

sem garantias, uma empresa desta ordem, seria caminhar para a falência fraudulenta. A acrescentar-se a isto, poderiamos citar o facto de ainda em Portugal se não ter promovido um concurso, com um programa de realizações prèviamente estabelecido e satisfatório sob o ponto de vista técnico. (...)

Para um país de turismo como Portugal, em que estradas e caminhos de ferro tanto deixam a desejar, imagine-se o resultado que poderia tirar-se dum serviço de excursões aéreas aos arredores de Lisboa e Porto.

Um aparelho confortável, seguro, esperaria no Tejo ou em Leixões a chegada dos excursionistas que, actualmente, arrostam com os solavancos das estradas, para visitar Sintra e Cascais.

O avião descolava, e, se bem que lhes não permitisse uma visita em detalhe aos palácios de Sintra e da Pena, dava-lhes no entanto essa vasta visão de conjunto que, melhor do que qualquer outra, nos deixa no espírito uma impressão real acerca das belezas panorâmicas do país.

Uma hora de voo, tranquila e cómoda, bastaria.

E ao regressar às cabines do paquete, a epiderme estrangeira não conservaria, lavrado a nódoas negras, o auto de incapacidade administrativa dos governos que se têm sucedido no poder.

Parece-lhes isto, talvez, uma insignificância, No entanto, esta facilidade de satisfação para a curiosidade dos *touristes* chamaria a Lisboa muitos daqueles que desejariam conhecê-la, conhecer os seus afamados arredores, e que o péssimo estado das estradas, as frequentes revoluções, e a triste fama de que gozamos extra-fronteiras, afastam lamentàvelmente.

E, para um país, a afluência de estrangeiros de passagem representa sempre a entrada de algum ouro. (...)

Vamos aludir agora a um dos principais meios de acção da aviação, na actualidade: as grandes viagens.

Slhi

Poucos povos têm, com uma tão perfeita noção da verdade, compreendido como o povo português, a sua importância.

Portugal pode orgulhar-se de ser o único país em que, com o auxílio exclusivo do povo, foi levada a efeito uma viagem aérea, das mais longas que se têm realizado (2).

Estas viagens, – que impròpriamente é costume designar pela palavra *raids,* – têm sempre, internacionalmente, uma repercussão formidável. Lembram ao estrangeiro, sob a sua face mais vantajosa, a existência dum país. Aumentam-lhe o prestígio, e dão-lhe um lugar *de direito,* entre as nações que mais colaboram no progresso da Humanidade.

As características étnicas que mais dignificam a raça, surgem, nesses instantes de entusiasmo, dominando a onda das paixões e dos interesses.

As viagens aéreas de longo curso contribuem para manter despertos os sentimentos pátrios das comunidades nacionais que no estrangeiro vivem, recordando-lhes a terra natal sob o aspecto consolador da iniciativa, da actividade, das realizações práticas.

Promovem a aproximação dos povos mais distantes, criando, ou cingindo mais, laços de simpatia que muito podem influir, na expansão comercial das nações.

Sob o aspecto diplomático, o seu alcance pode ser incalculável. E, – por muito utópico que isto pareça, – na aviação reside a grande arma pacífica que há-de abolir as fronteiras, reduzir a zero os conflitos armados, concorrer enfim para que sobre a Terra desponte o sol duma verdadeira Fraternidade.

As grandes viagens concorrem ainda, adentro de fronteiras, para a eclosão dos sentimentos nobres, dos ideais elevados, sendo como purificadoras do ambiente envenenado.

---

(2) Vila Nova de Milfontes - Macau, empreendida por Sarmento de Beires e Brito Pais.

Slhi

Orientadas para domínios coloniais, têm uma influência profunda na sua vida social, cerrando a distância que os separa das metrópoles, incutindo no indígena o respeito e a confiança no país, sob cuja suserania se encontra.

A importância das grandes viagens aéreas está de tal maneira reconhecida por todas as nações, que, depois da guerra, todas têm procurado enviar os seus aviões a países longínquos, na ânsia de conquistar a glória de cruzar, antes de quaisquer outras, céus onde a asa humana não tenha singrado ainda.

Não perderemos tempo enunciando a lista completa das viagens realizadas.

Referir-nos-emos às principais, posteriores à guerra, sem garantir que nos não esqueça alguma:

Para os Estados Unidos:

A travessia do Atlântico, em 1919.

A viagem New-York-São Francisco, em 1923.

A volta ao mundo, em 1924.

A tentativa São Francisco-Honolulu, em 1925.

Para a Inglaterra:

A viagem Londres-Austrália, em 1919.

A tentativa de travessia do Atlântico de Hawker e Grieve, 1919.

A travessia Terra-Nova-Irlanda, por Allcock e Brown, 1919.

A viagem Londres-Cape Town, 1920.

A tentativa de volta ao mundo, de Blake, 1922.

A tentativa de volta ao mundo, de Mac-Laren, 1924.

A viagem Londres-Rangoon-Londres, de Cobham, 1925.

A viagem Londres-Cidade do Cabo-Londres, de Cobham, 1926.

Para a França:

O périplo do Mediterrâneo, de Vuillemin, 1919.

Slhi

A tentativa Paris-Austrália, de Poulet, 1919.

A volta da Europa, de Roget, 1920.

A travessia do Sahara, por Vuillemin, 1921.

O triângulo Túnis-Paris-Casablanca-Túnis, por Pelletier Doisy, 1922.

A primeira tentativa Paris-Dakar, 1922.

A viagem Paris-Tóquio, de Pelletier Doisy, 1924.

A segunda travessia do Sahara, 1925.

Paris-Dakar-Tombuctu-Colomb Bechar-Casablanca-Paris, por Arrachart e Lemaitre, 1925.

O circuito das capitais (7.450 Km. em 62 horas, das quais 38 horas de voo), de Arrachart, 1925.

Paris-Teerão, 1925.

Para a Itália:

Roma-Tóquio, em 1920.

Roma-Tripoli, em 1923.

A tentativa de travessia do Atlântico, de Locatelli, 1924.

Roma-Austrália-Tóquio-Roma (58.000 Km.), pelo marquês de Pinedo, em 1925.

Para a Argentina:

A 1.ª travessia dos Andes, 1920.

A tentativa de volta ao mundo, de Zanni, 1924.

Para a Bélgica:

As duas viagens Bruxelas-Congo belga, 1925-1926.

Para o México:

O circuito do México, 1920.

Para a Holanda:

Amsterdão-Batávia, 1924.

Para a Suécia:

A expedição ao Spitzberg, 1923.

Para a Noruega:

A tentativa de viagem ao Pólo, por Amudsen, 1925.

Para a União Russa Socialista dos Soviets:

Moscovo-Pequim, 1925.

Slhi

Para o Japão:
Tóquio-Paris, 1925.
Para o Sião:
Bangkok-Saigão-Hanoi, 1923.
Para a Espanha:
Palos-BuenosAires, 1926.

Apesar das múltiplas dificuldades com que luta a nossa Aeronáutica, é-nos grato reconhecer que Portugal se encontra em terceiro lugar entre as nações que mais têm contribuido para o desenvolvimento da navegação aérea, inscrevendo-se com os seguintes feitos:

Viagem Londres-Lisboa, pela aviação naval, sob o comando do comandante Sacadura Cabral, 1919.

1.ª tentativa Lisboa-Madeira (mal sucedida), 1920.

Viagem Lisboa-Madeira, por Sacadura Cabral, Gago Coutinho, Ortiz Bettencourt e Soubiran, 1921.

Lisboa-Rio de Janeiro, por Sacadura Cabral e Gago Coutinho, 1922.

Viagem Huambo-Benguela-Moçâmedes-Lubango-Huambo, pelo capitão Luís da Cunha e Almeida, 1923.

Viagem Luanda - Ambriz - Ambrizete - Santo António do Zaire-Nanabaca (?), pelo tenente Emílio de Carvalho, 1923.

Viagem Milfontes-Macau, 1924.

Viagem Amsterdão-Lisboa (aviação naval), 1924.

Viagem Lisboa-Guiné, pelo capitão Pinheiro Correia, tenente Sérgio da Silva e mecânico Manuel António, 1925.

Viagem Lisboa-Casablanca-Lisboa, em 8 horas, pelo capitão Jorge de Castilho e tenente Pais Ramos, 1926.

A repercussão que tiveram estas viagens no estrangeiro, absorvendo para elas as atenções que doutra forma incidiriam sobre o espectáculo tristíssimo das nossas constantes revo-

Slhi

luções, contribuiram mais do que é possível imaginar-se para o bom nome do país. Parece pouco. E no entanto a importância que tem para uma nação a consideração de que goza no estrangeiro, repercute-se nas facilidades comerciais que no estrangeiro obtemos, na atitude benévola com que nos olham, podendo ir até a uma influência sensível nas decisões desse organismo que se chama Sociedade das Nações.

Sabemos que estes empreendimentos são sempre dispendiosos. Mas muito mais dispendioso é, por exemplo, enviar 3 ou 4 unidades da marinha de guerra fazer o périplo de África.

Ponhamos o problema nìtidamente:

As vantagens morais, comerciais e políticas destas viagens, não compensariam o Estado da despesa de algumas centenas de contos?

Perdõem-nos a divagação. Quem, como nós, fala com fé, ìntimamente convicto das verdades que afirma, perde-se por vezes, atrás duma ideia, porque ela atrai com a sua cintilação de inegualável beleza. (...)

SARMENTO DE BEIRES

(N.os 82 e 83 - 8/IV/26 e 15/IV/26)

Slhi

O Volume II de *Seara nova-antologia* foi fotocomposto em caracteres Garamont por PROGRAFE-fotocompositores lda e impresso em offset por ANTUNES & AMÍLCAR

Lisboa, Junho de 1972

SIhi